



Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016
BALANÇO GERAL

VOLUME 1
Relatório técnico sobre a
prestação de contas

Secretaria
de Estado da
Fazenda
Diretoria de
Contabilidade
Geral



Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016
BALANÇO GERAL

VOLUME 1

Relatório técnico sobre a
prestação de contas

Secretaria
de Estado da
Fazenda
Diretoria de
Contabilidade
Geral



COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Graziela Luiza Meincheim – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Cláudia Voges - GEINC
Geraldo Catunda Neto – GEINC
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira – GEINC
Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC
Maria Luíza Seemann - CSIOP
Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC
Rogério Felipe Pereira – GEINC
Rosângela Della Vechia – GEINC

Aline Cabral Vaz – ASCOM
Cléia Cionia Schmitz – ASCOM
Cristina Valdeci Rodrigues – DIOR
Flávio George Rocha – GENOC
Guilherme Kraus dos Santos – DIOR
Michele da Silva Espindola – Assessoria
Paulo Zoldan – DIOR
Sandro Robson Pontes – GENOC
Vitório Manoel Varaschin – DIOR

COLABORAÇÃO

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

ASSESSORIA

Isis Paz Portinho
Michele da Silva Espindola
Vagner Alonso Pacheco
Vanessa Resende Carvalho Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente)
Bruno Hubacher da Costa
Cíntia Fronza Rodrigues
Raquel Costa Pereira

**GERÊNCIA DE ESTUDOS E
NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)**

Flávio George Rocha (Gerente)
Ângela Coelho
Michele Patrícia Roncalio
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

**GERÊNCIA DE SISTEMAS DE
GESTÃO FISCAL (GESIF)**

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Carmem Lúcia Massulini
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabeth Salazar da Silva
Ivan Grave

**COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES
DA GESTÃO FISCAL (COINF)**

Mário Wendhausen Gentil
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Marcelo Fernandes Pedrosa

**COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO
DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)**

Tatiana Borges
Márcio Studart Nogueira
Maria Luíza Seemann

**COORDENADORIA DO SISTEMA
DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE
SANTA CATARINA (COSIC)**

Gilmar de Oliveira Amorim

**CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL
RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS
ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS**

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Erci Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Gabriel Pereira da Silva
Geraldo Catunda Neto
Graziela Gesser
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos
e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento
Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do
Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis
geinc@sefaz.sc.gov.br
(48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**
Diretoria de
Contabilidade
Geral



Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5
Saco Grande II – Florianópolis – SC

CONCEPÇÃO GRÁFICA
OFFICIO (oficio.com.br)

Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016 **BALANÇO GERAL**

João Raimundo Colombo

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Antonio Marcos Gavazzoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Renato Dias Marques de Lacerda

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meinheim

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

VOLUME 1

Relatório técnico sobre a
prestação de contas

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



João Raimundo Colombo
GOVERNADOR DO ESTADO

Identidade catarinense

Tenho certeza de que se hoje somos o 6º maior PIB do Brasil, mesmo com um território pequeno, é porque temos uma parceria bem-sucedida com todos os setores da sociedade.

Um governo deve ter a cara do seu povo. Em 2016, o Estado de Santa Catarina mostrou que tem o DNA do catarinense ao vencer desafios que pareciam impossíveis. Somos pequenos em território, o 7º menor do País, mas fomos gigantes ao levar para o Brasil o exemplo de um Estado que, mesmo com a arrecadação em queda, manteve o compromisso de não aumentar impostos, pagar em dia os servidores e garantir o funcionamento e a qualidade de serviços essenciais à população. Lutamos no Supremo Tribunal Federal para ter condições justas de pagamento da dívida com a União. Vencemos. Forçamos o diálogo, levando o Governo Federal a propor um acordo que deu fôlego financeiro a todos os estados.

Não foi fácil. Assim como não foi para muita gente, como o Odalino, de Florianópolis, que precisou retirar as cordas vocais por causa de um câncer na garganta. Ele pensou que nunca mais falaria na vida. Mas no final de 2016, com a ajuda de uma laringe eletrônica, participou como coralista em uma apresentação no Centro Integrado de Cultura. Essa é a cara do povo de Santa Catarina, de gente que se supera, que não tem medo de encarar as dificuldades. Foi assim também com a Maria Inês, lá de Saudades, no Oeste. Ela perdeu a casa num vendaval, mas juntou forças para começar tudo de novo com a ajuda da Defesa Civil, que lhe garantiu uma morada nova. Temos um povo batalhador e, como governo, precisamos fazer jus à luta diária de nossa gente.

Por isso, eu tenho certeza de que se hoje somos o 6º maior PIB do Brasil, mesmo com um território pequeno, é porque temos uma parceria bem-sucedida com todos os setores da sociedade. Os desafios vencidos em 2016 foram movidos pela superação de todos os catarinenses: gestores e servidores públicos, empreendedores, trabalhadores em geral, estudantes. Juntos, mostramos para o Brasil que o esforço, o trabalho, a dedicação e a busca constante pela eficiência são o caminho para a vitória de um povo. Vamos sair dessa crise mais fortes do que nunca, preparados para crescer e garantir ainda mais qualidade de vida para a nossa gente. E a nossa inspiração continuará sendo o povo catarinense.

Antonio Marcos Gavazzoni
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Superação é a nossa marca

Podemos não ter superado a crise, que dá sinais de continuar em 2017. Mas certamente superamos muitos desafios e mostramos ao Brasil que o catarinense é forte e batalhador.

No início de 2016, quando lotamos o Teatro Pedro Ivo, em Florianópolis, com servidores e representantes dos maiores segmentos econômicos de Santa Catarina para o Encontro Fazendário, não tínhamos a dimensão de quão bem o slogan do evento traduziria o ano. Naquela ocasião, falamos sobre a crise que nos atingia e sobre como já havíamos superado algumas delas. No palco, a frase em letras garrafais dizia: “Superação é a nossa marca”.

Não sabíamos, porém, que o pior ainda estava por vir. O que assistimos ao longo do ano foi a derrocada financeira de vários estados e municípios, em grande parte com origem em questões políticas ou problemas de gestão. Ninguém escapou, mas alguns saíram com ferimentos menos graves. Foi o nosso caso.

E o que livrou Santa Catarina do caos foi a nossa cultura empreendedora, a nossa obsessão por gestão e a nossa disciplina fiscal. Quando digo nossa, não falo apenas do Governo, mas de todos os empreendedores catarinenses, que são muitos, grandes e pequenos. De cada um que não se acomodou nem se acovardou diante das dificuldades. De cada um que usou o seu trabalho e a sua força para fazer o melhor possível. De cada um que não esperou o problema se agravar para correr atrás da solução.

De nossa parte, a única opção também foi trabalhar para compensar as inevitáveis perdas. Os desafios provocados pela queda brusca da arrecadação evidenciaram um estado mais preparado do que os demais. Santa Catarina manteve o compromisso firmado em 2015 de não elevar impostos e conseguiu saldar em dia os salários dos servidores. Tudo isso sem parar os investimentos em obras e programas socioeconômicos. O Estado ainda colocou em prática um novo modelo de previdência para o servidor público estadual e protagonizou a renegociação da dívida com a União, recebendo um fôlego financeiro importante no ápice da crise.

Podemos não ter superado a crise, que dá sinais de continuar em 2017. Mas certamente superamos muitos desafios e mostramos ao Brasil que o catarinense é forte e batalhador. Estamos preparados para o que há por vir. Não tenho dúvidas de que a superação foi e será sempre a nossa marca.

Graziela Luiza Meinheim
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

Este documento é dos catarinenses

O Balanço Geral não é só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo do Estado presta satisfação aos cidadãos catarinenses.

Nas páginas a seguir, você é convidado a acompanhar o Balanço Geral do Estado de 2016, a prestação de contas do Governador João Raimundo Colombo referente ao segundo ano do seu segundo mandato.

Trata-se de uma obrigação prevista na Constituição Estadual. A determinação é que, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, o Governador do Estado preste contas à Assembleia Legislativa. O órgão atua como controle externo, exercendo o seu papel com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. É um importante rito que dá legitimidade a todo sistema político de governantes eleitos democraticamente.

Contudo, é relevante destacar que este documento é dirigido não apenas à Assembleia Legislativa ou ao Tribunal de Contas do Estado, mas principalmente ao cidadão. O Balanço é um instrumento de disseminação da prestação de contas de como os recursos pagos pelos contribuintes foram aplicados pelo Governo.

Nesse sentido, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; e Resolução do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o governo catarinense, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo.

A missão cabe à Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável por organizar e consolidar os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis, oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Trata-se do sistema oficial de informações de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado.

Os dados são provenientes de diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e fornecem uma visão mais detalhada das ações para que a publicação vá além do enfoque técnico.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo. Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo, a Diretoria de Contabilidade Geral tem envidado esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil adotadas pelas grandes companhias abertas. Nesse sentido, contextualizamos as informações financeiras com indicadores sociais e econômicos, tornando os relatórios mais racionais, efetivos e focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e dos tomadores de decisão em geral. Esse compromisso vem ao encontro da janela de oportunidades que se mostrou com mais força a partir de 2013, com os protestos que tiveram grande repercussão e acabaram por mudar radicalmente a relação entre governantes e governados no território brasileiro.

A transparência é reflexo direto dessa comunicação que abriga dois polos: de um lado, cidadãos ávidos por informações sobre o manejo da coisa pública e, de outro, governantes desejosos de mostrar os resultados alcançados. Ou seja, a transparência é o elo que une esses dois agrupamentos de interesses.

Portanto, em atendimento ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. Nele, também é possível consultar todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, de forma detalhada e atualizada diariamente, a remuneração e os dados funcionais de servidores, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão do estado catarinense. O Portal é um importante disseminador da transparência em nível global, uma vez que se encontra no ambiente da rede mundial de computadores, acessível a todos os cidadãos.

Por fim, no contexto do que foi previamente exposto, o Balanço Geral do Estado de 2016 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume I
Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2016

Documento que abrange de forma consolidada a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, visando demonstrar os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social quanto em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento de limites constitucionais e legais. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial do Estado (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas).

Volume II
Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015, o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume III
Relatório de Atividades do Poder Executivo

Destaca os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental e possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de Governo, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

Boa leitura!

Perfil	14
Reconhecimentos	16
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	
Um estado mais preparado	25
Desafios e oportunidades	25
Repatriação de ativos	27
Acelerando a Economia	27
Compromisso	28
Dívida com a União	28
Nova previdência estadual	29
Reestruturação administrativa	29
Pacto por Santa Catarina	30
FUNDAM	32
Auditoria Cidadã	33
Competividade regional	34
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	35
Avanços na apuração de custos	36
Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina	39
Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual	41
Convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	42
Avaliação das finanças	45

ASPECTOS SOCIAIS

Educação	49
Saúde	52
Agricultura	56
Infraestrutura	61
Desenvolvimento econômico sustentável	71
Turismo	74
Assistência social	77
Segurança	81
Justiça e cidadania	86
Defesa civil	90

ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia catarinense	97
Produto Interno Bruto	98
Comércio exterior	110
Mercado de trabalho	113

ASPECTOS FINANCEIROS

Crescimento, apesar das incertezas	119
Planejamento e Orçamento	122
Receitas	123
Despesas	138
Limites constitucionais e legais	150

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Orçamentário	168
Balanço Financeiro	174
Balanço Patrimonial	178
Demonstração das Variações Patrimoniais	184
Demonstração dos Fluxos de Caixa	187
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	190

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis	195
Balanço Patrimonial	208
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	244
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	247
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	248
Balanço Orçamentário (BO)	248
Balanço Financeiro (BF)	249

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Análise	253
Análise do Balanço Patrimonial	256
Análise do Balanço Orçamentário	260
Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais	262
Análise do Balanço Financeiro	262
Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	262



Santa Catarina, gente que se supera

2016 foi um ano de superação. E disso quem vive em Santa Catarina entende bem. Persistir, resistir, superar, vencer os desafios impostos pela vida é a maior herança deixada pelos povos que deram origem ao catarinense.

A formação do povo catarinense começou no século 18 com a chegada dos luso-açorianos e, junto com eles, de descendentes de africanos. Até então, o território onde hoje fica Santa Catarina era povoado por indígenas. A miscigenação entre essas três etnias deu origem aos “mestiços” que abriram as primeiras rotas ligando o litoral ao interior. No século 19, começaram a chegar ao Estado alemães, italianos, austríacos, poloneses, russos, holandeses e sírio-libaneses, entre outras etnias. Já no século 20 vieram os japoneses. Esse mosaico de etnias, combinado a uma geografia marcada por extremos – serra e mar, frio e calor –, resultou em um povo empreendedor. Logo, em um Estado marcado por um desenvolvimento mais sustentável.

Santa Catarina e o Brasil

1% do território
3% da população
6º maior PIB

Santa Catarina [REGIÃO SUL – BRASIL – AMÉRICA DO SUL]

ÁREA TERRITORIAL: 95.737,895 km² (IBGE, 2016)
POPULAÇÃO ESTIMADA: 6,9 milhões (IBGE, 2016)
NÚMERO DE MUNICÍPIOS: 295
CAPITAL: Florianópolis

Status sanitário

Santa Catarina é o único estado livre de febre aftosa sem vacinação, status alcançado em 2007. Em 2015, o Estado também recebeu o certificado de Zona Livre de Peste Suína Clássica, concedido pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

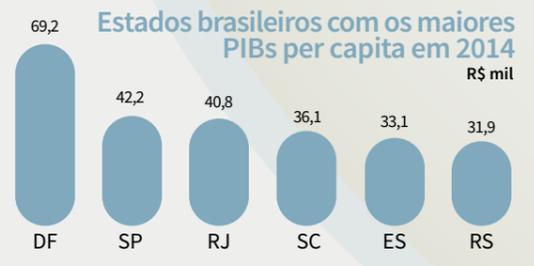
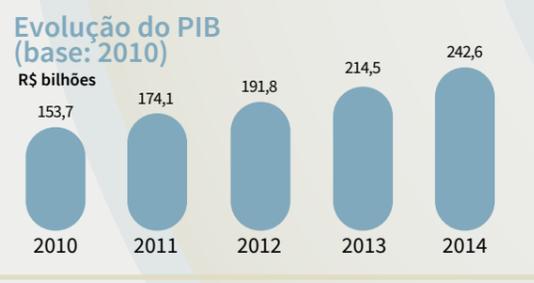
Infraestrutura portuária

Santa Catarina tem uma privilegiada estrutura portuária para escoar a sua produção e receber importações. São cinco portos marítimos que movimentam cerca de 5% das cargas gerais e 17% dos contêineres do Brasil: Itajaí, São Francisco do Sul, Navegantes, Itapoá e Imbituba. O Estado conta ainda com o Porto de Laguna, voltado à pesca.

Rota de grandes investimentos

O Governo do Estado investe em políticas para a atração de empreendimentos com o objetivo de garantir emprego e renda para os catarinenses. Entre essas políticas estão:

- ▶ incentivos fiscais;
- ▶ potencialização de áreas estratégicas;
- ▶ promoção da inovação; e
- ▶ capacitação de pessoas.



	R\$ bilhões		
2016 (R\$ bilhões)	Receita Bruta	Receita Líquida	Despesa Realizada
Previsão	34,982	25,752	25,752
Execução	32,766	24,284	24,180
Execução em Relação à Previsão	93,7%	94,3%	93,9%

Fonte: IBGE

Qualidade de vida

3º melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

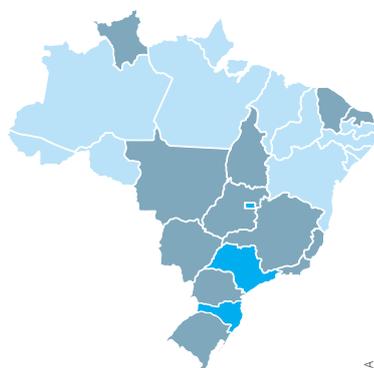
O IDHM mede indicadores de renda, educação e longevidade da população. Quanto mais perto de 1, melhor o indicador. O Distrito Federal (0,839), São Paulo (0,819) e Santa Catarina (0,813) são as únicas unidades da Federação classificadas na faixa de muito alto desenvolvimento humano, visto que o indicador está acima de 0,8.

IDHM nos estados

● IDHM médio ● IDHM alto ● IDHM muito alto



IDH 2011	
Brasil	0,738
DF	0,819
SP	0,802
SC	0,791



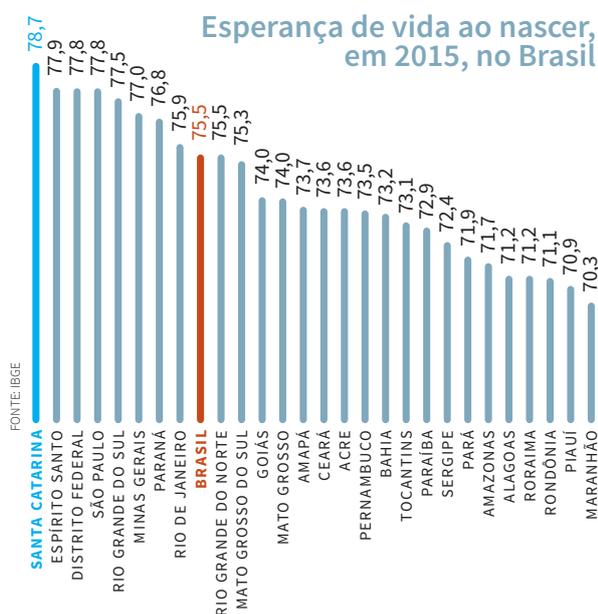
IDH 2014	
Brasil	0,761
DF	0,839
SP	0,819
SC	0,813

FONTES: IPEA

Expectativa de vida

Santa Catarina possui a maior expectativa de vida do País.

O Estado possui a maior expectativa de vida (78,7 anos) do País para ambos os sexos. Santa Catarina também tem a mais elevada esperança de vida tanto para os homens (75,4 anos) quanto para as mulheres (82,1 anos).

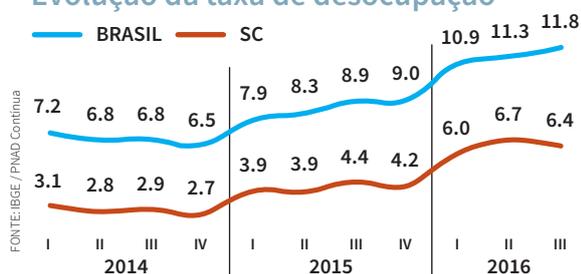


Emprego

Estado com a menor taxa de desemprego.

Santa Catarina terminou 2016 como o estado com a menor taxa de desemprego do País. A informação é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). O índice catarinense é quase metade da taxa de desocupação nacional.

Evolução da taxa de desocupação



Economia

2º maior crescimento de participação no PIB nacional.

Santa Catarina foi o segundo estado brasileiro com maior crescimento na participação do PIB do País, ficando atrás apenas de Minas Gerais.

3,7%

2002

4,2%

2014

Investimentos

São nove as cidades catarinenses que estão entre as melhores para investir.

Santa Catarina tem nove municípios classificados entre as 100 melhores cidades brasileiras para se investir em negócios: Florianópolis (7º lugar), Itajaí (40º), Balneário Camboriú (41º), Joinville (49º), Blumenau (59º), Jaraguá do Sul (64º), São José (71º), Chapecó (72º) e Tubarão (89º). O Estado só perde para São Paulo.

Posição no ranking	Cidade
1	Barueri (SP)
2	São Caetano do Sul (SP)
3	São Paulo (SP)
4	Paulínia (SP)
5	Vitória (ES)
6	Rio de Janeiro (RJ)
7	Florianópolis (SC)
40	Itajaí (SC)
41	Balneário Camboriú (SC)
49	Joinville (SC)
59	Blumenau (SC)
64	Jaraguá do Sul (SC)
71	São José (SC)
72	Chapecó (SC)
89	Tubarão (SC)

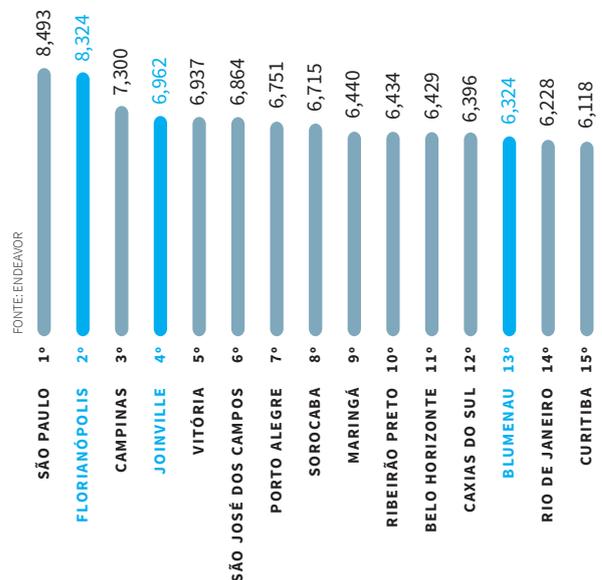
FORNTE: URBAN SYSTEM

Empreendedorismo

Três cidades do Estado estão entre as 15 mais favoráveis para se empreender.

As três cidades de Santa Catarina que estão na lista das 15 mais favoráveis para se empreender são: Florianópolis, que figura em 2º lugar, Joinville, que está em 4º; e Blumenau, que ocupa a 13ª posição.

Índice de Cidades Empreendedoras 2016





Agropecuária

Santa Catarina é o maior produtor de maçã e o maior produtor e exportador de carne suína.

Com apenas 1% do território nacional, Santa Catarina ocupa a 9ª posição no ranking nacional de produção agrícola, baseado na produção de 2015. De acordo com o IBGE, o Estado se classificou entre os cinco maiores produtores em 11 alimentos no País. O destaque é a maçã: Santa Catarina é líder absoluta na produção da fruta.

Segundo o Portal do Agronegócio, Santa Catarina lidera também o ranking brasileiro de produção e exportação de carne suína. Em 2015, 10 mil criadores integrados produziram 2,1 milhões de toneladas, respondendo por aproximadamente 35% das exportações brasileiras.

1%

DO
TERRITÓRIO
NACIONAL

9º

MAIOR
PRODUTOR
AGRÍCOLA

1º

MAIOR PRODUTOR
E EXPORTADOR
DE CARNE SUÍNA

1º

MAIOR
PRODUTOR
DE MAÇÃ

Saúde

O maior doador de órgãos.

Santa Catarina bateu o seu próprio recorde de doadores de órgãos em 2016, com 240 procedimentos, superando a marca de 203 doações registradas em 2015.

Doadores de órgãos por
milhão de população (pmp)

34,9

SANTA CATARINA

15

Brasil

Educação

O Estado é o mais bem avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º), Santa Catarina obteve média de 5,1. Já nos anos iniciais (1º ao 5º), a média foi de 6,3 – o segundo melhor índice, ficando depois de São Paulo.

Santa Catarina

● Atingiu a meta ● Não atingiu a meta

Ano	Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)		Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)		Ensino Médio
	Média	Meta	Média	Meta	
2005	4,4		4,3		3,8
2007	4,9		4,3		4,0
2009	5,2		4,5		4,1
2011	5,8		4,9		4,3
2013	6,0		4,5		4,0
2015	6,3		5,1		3,8
2021 (META)	6,5		6,2		5,6

FONTES: IBGE/INEP

Segurança

A menor taxa de homicídios do País.

Santa Catarina é o estado com menor taxa de homicídios do Brasil, com 12,7 mortes para cada 100 mil habitantes, conforme registrado no Atlas da Violência 2016. O Atlas é publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e leva em conta dados de 2014.

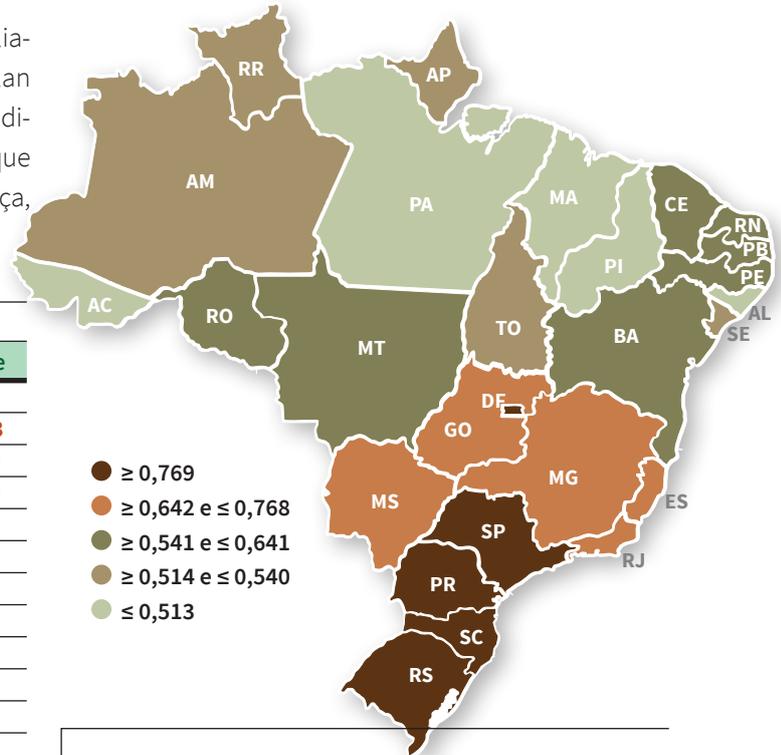
Estado	Número de assassinatos por 100 mil habitantes
SC	12,7
SP	13,4
PI	22,4
MG	22,5
RS	24,1
TO	24,2
MS	26,4
PR	26,6

FONTES: IPEA

Gestão pública

2º melhor desempenho no Índice dos Desafios da Gestão Estadual (IDGE).

Santa Catarina é o segundo estado mais bem avaliado no estudo realizado pela consultoria Macroplan abrangendo o período 2004-2014. A pesquisa, divulgada em 2016, leva em conta 28 indicadores que envolvem dez áreas, entre as quais estão segurança, saúde, educação, infraestrutura e gestão fiscal.



Posição	2014		2004	
	UF	Índice	UF	Índice
1	SP	0,844	SP	0,683
2	SC	0,827	SC	0,673
3	DF	0,798	RS	0,650
4	RS	0,773	DF	0,620
5	PR	0,769	MG	0,593
6	RJ	0,750	PR	0,591
7	MG	0,749	RJ	0,582
8	ES	0,734	ES	0,555
9	MS	0,674	GO	0,504
10	GO	0,642	MS	0,471
11	MT	0,611	MT	0,432
12	PE	0,592	RN	0,422
13	RN	0,565	RO	0,413
14	RO	0,561	SE	0,412
15	CE	0,551	AC	0,401
16	PB	0,547	BA	0,397
17	BA	0,541	AM	0,376
18	AM	0,540	CE	0,374
19	TO	0,532	PA	0,372
20	AP	0,522	RR	0,358
21	SE	0,517	TO	0,357
22	RR	0,514	PB	0,353
23	AC	0,511	AP	0,343
24	PA	0,486	PE	0,339
25	PI	0,480	PI	0,307
26	AL	0,430	MA	0,294
27	MA	0,426	AL	0,258

FONTE: MACROPLAN

3º no Ranking Gestão e Competitividade dos Estados.

Santa Catarina é o terceiro estado mais competitivo do País segundo ranking elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Desde 2011, o Estado subiu quatro posições.

Posição	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	SP	SP	SP	SP	SP	SP
2º	RJ	RJ	RJ	RJ	RJ	PR
3º	MG	MG	PR	PR	SC	SC
4º	RS	RS	RS	RS	DF	
5º	PR	PR	MG	SC	ES	
6º	DF	SC	SC	MG	RS	
7º	SC					

FONTE: CLP

Prática exitosa

Ações do Governo Estadual de Santa Catarina foram destaque em 2016.

Direitos Humanos

A Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Habitação (SST) recebeu da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assembleia Legislativa, a Certificação de Prática Exitosa pela atuação na área da infância e adolescência. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à SST, também recebeu o certificado pela implantação da Escola de Conselhos de Santa Catarina.

Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública

O Governo do Estado foi destaque na primeira edição do Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública, promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).



Categoria Tecnologias de Informação para a Transparência

1º lugar

Aplicativo FireCast Comunidade, desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina para notificar, em tempo real, atendimentos da corporação e emergências.

Finalista: SCtransferências

Certificado de Reconhecimento de Boa Prática

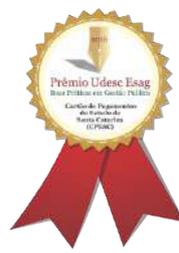
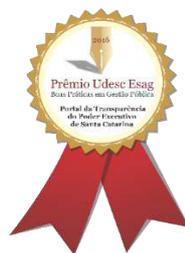
Painel SC

Portal da Transparência

Categoria Qualidade na Gestão Pública

Finalista

Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC)



Destaque na mídia

Santa Catarina se destacou na mídia como um estado bem preparado para enfrentar a crise econômica nacional.

A gestão pública estadual ficou em evidência na revista inglesa *The Economist*, que ressaltou o empreendedorismo do catarinense. No Brasil, a revista *Exame* destacou a competitividade do Estado no cenário nacional.



Vontade de ouro

Anny Caroline de Bassi, atleta vencedora da prova feminina de 100 metros rasos na Olimpíada Estudantil Catarinense de 2016

Poucas coisas expressam tanto a capacidade de superação do ser humano quanto o esporte. Foi no atletismo que Anny Caroline de Bassi encontrou forças para provar para si mesma que ainda que tivesse uma deficiência física ela podia conquistar o que para muitos era improvável. A atleta de Balneário Camboriú nasceu com o músculo peitoral e o braço direito atrofiados – este oito centímetros mais curto – e, na mão, apenas um dedo. O suficiente para comprometer a sua autoestima e dificultar os movimentos na corrida. Mas não o suficiente para impedi-la de “voar” na pista e conquistar a medalha de ouro dos 100 metros na 16ª Olimpíada Estudantil Catarinense, em 2016. Para competir em condições de igualdade, Anny teve a ideia de usar no bloco de largada um cilindro de aço, de oito centímetros de altura. Aquela menina que se sentia incomodada quando as pessoas observavam a sua deficiência foi substituída por uma campeã de sorriso largo e vontade de conquistar novos desafios.

SANTA CATARINA EM 2016

Aspectos administrativos



Um estado mais preparado

Os desafios provocados pela queda brusca da arrecadação evidenciaram um estado mais preparado do que os demais do País. Santa Catarina manteve o compromisso firmado em 2015 de não elevar impostos e conseguiu saldar em dia os salários dos seus servidores, tudo isso sem parar os investimentos em obras e programas socioeconômicos. O Estado ainda colocou em prática um novo modelo de previdência para o servidor público estadual e protagonizou a renegociação da dívida com a União, recebendo um fôlego financeiro importante no ápice da crise.

Desafios e oportunidades

As receitas brutas estaduais de 2016 apresentaram um aumento nominal de 6,37% em relação a 2015 e um aumento real de 0,08% se considerada a inflação do período. Para evitar uma curva descendente na arrecadação sem ter de elevar alíquotas, a administração tributária da Secretaria da Fazenda (SEF) reforçou o trabalho de fiscalização. Foram 270 operações no ano de 2016 (11 a mais do que em 2015), entre elas a Quebra-Gelo, uma das maiores da história em termos de volume de recursos que podem ser recuperados: R\$ 210 milhões, o suficiente para pagar por dois anos a merenda escolar fornecida para mais de 520 mil alunos da rede estadual. O número de operações inclui ações presenciais no varejo e no trânsito, bem como auditorias realizadas a partir do cruzamento de dados em sistemas tecnológicos.

A administração tributária também se esmerou em buscar os direitos do Estado sobre recolhimentos específicos. Entre os resultados das operações que contaram com a participação do Grupo Especialista Setorial de Fiscalização da SEF destacam-se os que se seguem.

R\$ 60 milhões a mais em ICMS de combustíveis

O Grupo Especialista Setorial Combustíveis e Lubrificantes teve participação direta na aprovação do Convênio ICMS no 54/2016 no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). A norma restabeleceu a aplicação do princípio da tributação no estado de destino (onde se dá o consumo) dos combustíveis derivados de petróleo. Com isso, o fisco conseguiu cessar uma perda de R\$ 60 milhões ao ano na arrecadação de ICMS de combustíveis para Santa Catarina.

R\$ 48 milhões a mais em ICMS de telefonia

O Grupo Especialista Setorial de Comunicações vem acompanhando a discussão acerca da incidência do ICMS sobre a assinatura de telefonia há muitos anos, inclusive efetuando autuações.

Recentemente, o Pleno do STF julgou o mérito do tema, com repercussão geral (RE 912888), fixando a tese nos seguintes termos: “O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras de serviços de telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário”.

Em termos de arrecadação, essa decisão põe fim à prática adotada por todas as operadoras de telefonia (fixa e celular) e representará um incremento mensal de R\$ 4 a 5 milhões. Além disso, valores já lançados até dezembro de 2014 somam R\$ 193 milhões (imposto, multa e juros). Os períodos de 2015 e 2016 serão notificados caso o contribuinte não faça os recolhimentos devidos.

R\$ 180 milhões a mais em ICMS de têxteis

Após estudo do Grupo Especialista Setorial Têxteis e Calçados, a Fazenda registrou contribuintes do setor que estavam se valendo de planejamento fiscal (alguns amparados por lei e outros não) para pagar alíquota de ICMS ainda menor do que a prevista ao setor, que já possui incentivos fiscais (atualmente em 3%). A prática quebra o princípio da isonomia tributária, além de gerar concorrência desleal entre empresas do mesmo setor. Para evitá-la, o Governo do Estado publicou dois decretos (nº 872/2016 e nº 983/2016) reduzindo as possibilidades de acumulação de crédito efetivo com crédito presumido.

A repercussão na arrecadação do setor têxtil nos meses de outubro e novembro de 2016 foi significativa: houve um crescimento de mais de 12% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso significou um aumento de R\$ 8,23 milhões em outubro e R\$ 7,92 milhões em novembro. Com o segundo decreto, a expectativa é de aumento de arrecadação em torno de 20%, ou seja, algo perto de 15 milhões por mês. Os períodos anteriores serão verificados pelo Grupo Especialista Setorial Têxteis e Calçados e, caso os contribuintes não façam os recolhimentos devidos, os valores serão lançados.

R\$ 21,3 milhões recuperados de ICMS do setor de redes

Em 2016, o Grupo Especialista Setorial em Redes de Estabelecimento recuperou para devolver aos cofres públicos do Estado R\$ 21,3 milhões de 11 contribuintes, referentes ao ICMS de substituição tributária. Após constatar a irregularidade por meio de monitoramento e acompanhamento, o grupo entra em contato com a empresa para que apure e declare a tributação de forma espontânea.

Repatriação de ativos

Em 2016, foi firmado outro acordo com o Governo Federal para a repatriação de recursos obtidos com a regularização de ativos mantidos por brasileiros no exterior ilegalmente. A disputa pelos recursos estava no Supremo Tribunal Federal (STF) e foi abandonada pelos estados após a negociação com a União. Ao todo, foram R\$ 115,88 milhões que vieram para Santa Catarina como parte do imposto de renda (R\$ 55,50 milhões) e das multas (R\$ 60,38 milhões).

Acelerando a Economia

Em vez de inflar a pesada carga tributária, Santa Catarina optou por reforçar a sua política de apoio a novos empreendimentos. Para fortalecer a economia catarinense com investimentos de qualidade que supram as necessidades das empresas, foi criada a Agência de Atração de Investimentos (Investe SC), uma parceria entre o Governo de Santa Catarina e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Com isso, o Governo trabalha para garantir que o Estado seja o destino escolhido por empreendedores e investidores, principalmente quando a crise passar.

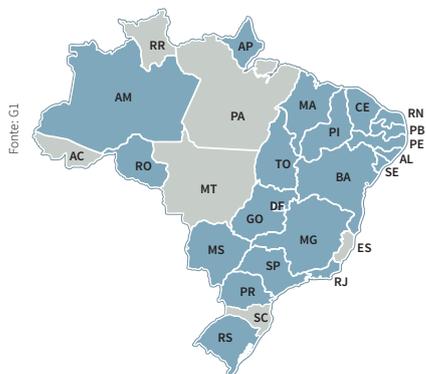
A Investe SC fechou 2016 com a negociação de 25 projetos de investimento no Estado. Desse total, oito já confirmaram a vinda para Santa Catarina. Entre os setores, destacam-se alimentos, energia e metalmeccânico. Em plena crise, dois projetos foram concretizados em 2016: Cremer e Blue Star. Juntas, as empresas somaram investimentos de R\$ 16,3 milhões e geraram 86 empregos.





CARGA TRIBUTÁRIA

Santa Catarina não elevou a carga tributária, diferente-mente do que foi feito pela maioria dos estados



- 78% dos Estados elevaram a carga tributária
- 22% dos estados não elevaram

Compromisso

2016 foi, com certeza, o ano mais difícil de todos para o Estado garantir os serviços fundamentais para as pessoas. Mesmo com a arrecadação caindo fortemente por causa da crise e a população buscando cada vez mais os serviços públicos, Santa Catarina conseguiu manter os salários dos servidores em dia, situação muito diferente de outros estados brasileiros. Pelo décimo ano consecutivo, o Estado antecipou metade do 13º salário em julho. Os servidores de Santa Catarina também receberam adiantados a segunda parcela do 13º e o salário de dezembro. Num intervalo de 21 dias, somando-se o salário de novembro com esses valores, foram R\$ 2,18 bilhões pagos que ajudaram a aquecer a economia catarinense. No cenário nacional, a situação foi bem diferente: 17 estados atrasaram ou parcelaram os salários de seus servidores.

Da mesma forma, a decisão de Santa Catarina em não elevar impostos foi quase uma exceção no País: 21 estados aumentaram alíquotas de ICMS como uma forma de contornar a queda vertiginosa de arrecadação.

Dívida com a União

Mesmo com uma situação mais confortável em relação aos demais estados, o Governo de Santa Catarina foi protagonista da renegociação da dívida dos estados com a União. Em fevereiro, o Estado recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a cobrança de juros compostos. A decisão influenciou outros entes da Federação a fazerem o mesmo e levou o STF a cobrar uma decisão do Governo Federal para o impasse. O resultado foi um novo acordo de renegociação da dívida, firmado em junho, o que garantiu fôlego financeiro aos Estados.

Com a proposta, todos os estados tiveram um desconto de 100% da dívida no segundo semestre de 2016, quando a crise chegou ao seu ápice. Além disso, Santa Catarina deixará de pagar R\$ 2,1 bilhões até junho de 2018. O acordo também estabeleceu um prolongamento do prazo de pagamento da dívida de 20 anos, refletindo em uma redução do valor mensal a pagar, de R\$ 110 milhões para R\$ 50 milhões. Houve ainda a troca do IGP-DI+6% pelo IPCA+4%, um indexador mais vantajoso e justo no atual contexto econômico e financeiro do País.

Alívio no curto prazo

R\$3,4BI ► R\$887MI

R\$2,1BI
a menos de impacto
no caixa até jun/2018

Alívio ainda maior no longo prazo

R\$22,4BI ► R\$8,7BI

R\$13,6BI
a menos de impacto
no caixa até dez/2028

Nova previdência estadual

Santa Catarina tirou do papel a reforma da previdência aprovada em 2015 com o objetivo de reduzir o deficit previdenciário. Duas leis mudaram o modelo catarinense. Uma elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. A outra criou uma fundação de previdência complementar, a SCPrev. Ao longo do ano, foram constituídos a Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal, estes últimos formados por representantes de todos os Poderes.

A SCPrev entrou efetivamente em funcionamento na data de 30 de setembro de 2016, após aval da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Foram definidos o estatuto e o regulamento do plano de benefícios. Com a SCPrev, tanto o Governo quanto o servidor só farão aportes obrigatórios de 11% ao fundo previdenciário sobre os valores até o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (R\$ 5.189,82 em 2016). O servidor terá a opção de contribuir com até 8% sobre o valor excedente para a SCPrev. Nesse caso, o Estado também terá de contribuir com 8% na previdência complementar.



Reestruturação administrativa

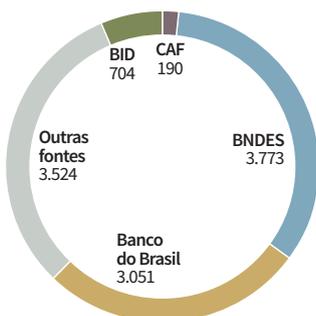
Para reduzir custos e aumentar a eficiência do Estado, o Governo anunciou em 2016 uma nova etapa da reestruturação administrativa e organizacional. Um projeto de lei foi enviado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina propondo a extinção de duas empresas estatais: a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB). Além disso, o Governo deu início à extinção da BESC Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis (BESCOR), medida que já tem autorização legislativa. A estimativa é de uma economia anual de mais de R\$ 42 milhões ao cofre estadual. A decisão leva em conta também a situação deficitária e a inexistência de atribuições que justifiquem a manutenção das empresas.

O balanço do exercício de 2015 da CODESC apontou um prejuízo acumulado de mais de R\$ 193 milhões ao longo dos anos. A COHAB vive situação semelhante. A empresa registra prejuízo acumulado de mais de R\$ 65 milhões, conforme aponta o balanço de 2015. Outra razão para a extinção da COHAB é a existência de diretoria específica na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), chamada Diretoria de Habitação, que tem a finalidade central de formular a política habitacional em Santa Catarina de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). A proposta de extinção da COHAB e da CODESC bem como a execução da extinção da BESCOR também atendem a manifestações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC).



Origem dos recursos do Pacto por Santa Catarina (R\$ mil)

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



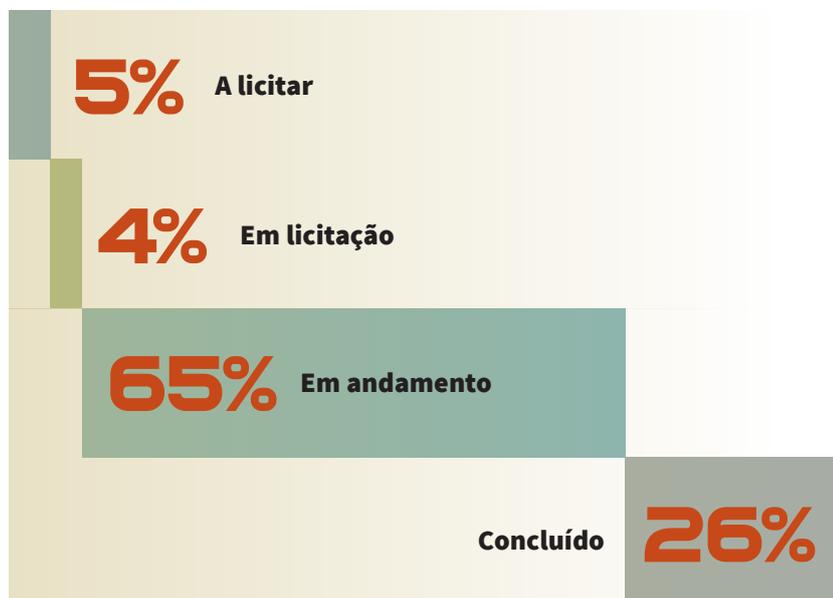
Execução acumulada do Pacto até 2016 (R\$ bilhões)

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



Situação dos projetos do Pacto

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



O processo de extinção das empresas prevê um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI), já apresentado às três empresas para assegurar a situação dos 144 empregados dos órgãos extintos. Na COHAB, são 95 empregados, dos quais 42 já estão aposentados pelo INSS. A CODESC tem 43 empregados, 15 deles já aposentados pelo INSS. Por fim, a BESCOR possui seis empregados e nenhum aposentado. O plano leva em consideração o tempo restante de aposentadoria, com incentivo financeiro limitado a R\$ 600 mil por empregado, com pagamentos de no mínimo seis e no máximo 36 parcelas mensais. Os empregados terão um prazo de 30 dias para inscrição no plano, e o desligamento será feito de forma escalonada ao longo de 12 meses.

Pacto por Santa Catarina

Após quatro anos desde o lançamento do Programa Pacto por Santa Catarina (Pacto), é perceptível a sua evolução tanto em volume de recursos quanto na execução.

Em julho de 2012, quando foi lançado, o programa apresentava uma meta de R\$ 7 bilhões em investimentos. No entanto, atualmente já alcança a soma de R\$ 11,2 bilhões, sendo composto de aproximadamente 70% de recursos de financiamentos e de 30% de outras fontes, referentes a convênios com a União, recursos estaduais e outros financiamentos diretamente contratados pela CASAN.

No que diz respeito à situação dos projetos, considerando-se o seu volume financeiro, praticamente 91% já entraram na fase de execução, dos quais 65% estão em andamento e 26% já foram concluídos. Os 9% restantes estão na etapa de contratação aguardando o início do processo de licitação (5%) ou em conclusão do processo licitatório (4%).

Descrição do projeto	Valor (R\$)
Pavimentação da SC-453, trecho Herciliópolis-Salto Veloso	25.609.831,47
Reabilitação da SC-370, trecho Entrada BR 101 (Tubarão)-Gravatal-Braço do Norte-São Ludgero	16.664.602,29
Implantação da Ponte Sobre o Rio das Flores (Distrito de Mariflor), no Município de São José do Cedro	12.556.333,34
Pavimentação do acesso à Barra do Leão, em Campos Novos	11.663.391,16
Pavimentação do acesso ao Distrito de São José do Laranjal (município de Iraceminha)	10.553.922,71
Restauração e tratamento urbano da Travessia Urbana de São Joaquim	7.202.952,30
Revitalização da SC-390, trecho Piratuba-Entrada SC-461 (Peritiba)	7.026.012,25
Pavimentação da SC-436, trecho São Martinho-São Luiz	5.570.561,30
Pavimentação e drenagem da Rua Bonifácio Haendchen – Morro do Serafim – Gaspar	3.438.453,34
Revitalização da SC-410, trecho São João Batista-Tijucas	3.151.561,72
Pavimentação do acesso à Sede Ouro (Romelândia)	2.970.719,03
Pavimentação da SC-160, trecho (Cunhataí) em São Carlos	2.043.447,37
Execução de Passarela na SC-401, trecho Canasvieiras-Entrada SC-404 (Itacorubi)	1.193.375,20
Pavimentação da rodovia SC-390, trecho Pedras Grandes-Orleans	1.079.268,36

Da mesma forma, a execução do Pacto pela Saúde realizou diversas entregas por meio do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAUDE), que foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento dos municípios catarinenses mediante apoio financeiro aos planos de trabalho municipais de investimento. Abaixo a lista de entidades contempladas com a aquisição de equipamentos:

Descrição do projeto	Valor (R\$)
Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho	103.000,00
Associação Renal Vida de Blumenau e Rio do Sul	668.470,00
Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros	400.927,59
Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã	267.800,00
Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto	123.600,00
Hospital Beneficente São José de Caibi	309.000,00
Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta	308.936,84
Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna	1.339.000,00
Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora de Presidente Getúlio	51.500,00
Hospital e Maternidade de Santa Cecília	463.500,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga	247.200,00
Hospital Padre João Berthier de São Carlos	206.000,00
Hospital Santa Casa Rural de São João do Oeste	309.000,00
Hospital Santa Isabel – Centro de Estudos de Blumenau	2.163.000,00
Hospital São Sebastião de Turvo	144.200,00
Município de Balneário Rincão	123.600,00
Município de Blumenau	370.800,00
Município de Catanduvas	113.092,97
Município de Criciúma	334.750,00
Município de Garuva	278.100,00
Município de Itajaí	2.059.880,74
Município de Rio do Sul	514.770,46
Município de São Bernardino	51.500,00
Município de São João Batista	307.551,20
Município de Timbó Grande	51.188,57
Município de Trombudo Central	92.700,00
Município de Witmarsum	199.187,58
Município de Morro da Fumaça	123.600,00

Principais obras do Pacto pelas Estradas concluídas em 2016

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina

Pacto pela Saúde: entidades beneficiadas com a aquisição de equipamentos

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



Obras da área da educação e das áreas de segurança pública e de justiça e cidadania financiadas com recursos do Pacto

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina

Descrição do projeto	Valor (R\$)
EEB Frei Manoel Philippi (Imbuia)	7.548.952,96
EEB General Rondon (Massaranduba)	5.306.433,92
EEB Expedicionário Mario Nardelli (Rio do Oeste)	4.010.334,11
EEB Nicolina Tancredo (Palhoça)	3.581.096,32
EEB Sagrado Coração de Jesus (Tubarão)	3.099.789,58

Descrição do projeto	Valor (R\$)
Penitenciária da Região de Blumenau	36.222.747,59
Unidade II da Penitenciária Agrícola de Chapecó	30.795.109,28
Ala de Segurança Máxima da Penitenciária de São Cristóvão do Sul	15.671.482,20
Complexo Administrativo da Segurança Pública em Quilombo	2.054.770,43

O acompanhamento e o monitoramento das obras realizadas pelo Pacto podem ocorrer por meio do aplicativo web Painel SC, que se apresenta como um forte instrumento de transparência ativa e de simples compreensão tanto para o gestor público quanto para o cidadão.

No ano de 2016, o Painel SC ganhou destaque com o lançamento da ferramenta Canal com Cidadão, um serviço on-line que oferece ao usuário a possibilidade de interagir com o Governo do Estado enviando comentários, imagens e mídias sobre cada projeto integrante do Programa Pacto por Santa Catarina e podendo solicitar informações bem como realizar denúncias, críticas e elogios.

Mais informações sobre o Painel SC e sobre as obras realizadas pelo Pacto poderão ser acessadas no site www.painelsc.sc.gov.br ou pelo aplicativo PainelSC, disponível na App Store e Google Play.



FUNDAM

O Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), programa do Governo do Estado criado em 2013 com o objetivo de promover a valorização dos municípios, deverá ganhar uma segunda edição no ano de 2017. Depois de mais de R\$ 606 milhões em investimentos destinados às 295 prefeituras de Santa Catarina, principalmente para áreas de infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico, os estudos para a reedição buscam a melhoria das vias municipais de escoamento da produção agrícola nas cidades do interior e ações de saneamento básico nos municípios do litoral catarinense.

Com todas as regiões do Estado de Santa Catarina contempladas pelo programa, que completou três anos em 2016, cada prefeitura teve a oportunidade de enviar até duas propostas para aplicação do recurso, sendo a decisão exclusiva do município, que conhece as reais necessidades dos cidadãos. Levando-se em consideração o número de habitantes, demanda por projetos e indicações de investimentos, os repasses, que ocorreram de forma criteriosa, objetiva e apartidária, foram superiores a R\$ 800 mil para cada município, chegando a mais de R\$ 10 milhões em alguns casos.

Gerenciado pelas Secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda, com atuação direta da equipe da Diretoria de Gestão de Fundos, além da análise técnica, do acompanhamento e da fiscalização das obras pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o FUNDAM contabiliza 454 convênios celebrados com 292 municípios, em um valor total de R\$ 592 milhões. Em 2016, foram repassados diretamente às prefeituras catarinenses mais de R\$ 90 milhões, totalizando R\$ 562 milhões em pagamentos desde o início do Programa.

O Governo do Estado sempre prezou pela transparência das informações relacionadas ao FUNDAM. Em razão disso, são atualizados diariamente dados sobre valores disponibilizados e repassados a cada prefeitura, projetos cadastrados, tramitação das propostas e número de convênios assinados. As informações estão acessíveis na página da Secretaria da Fazenda (www.sef.sc.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) para que os cidadãos possam acompanhar de perto os recursos investidos.

ÁREAS DE INVESTIMENTO DO FUNDAM

- » Infraestrutura (logística e mobilidade urbana)
- » Construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social
- » Construção nas áreas de esporte e lazer
- » Saneamento básico
- » Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos destinados aos serviços de saúde e educação
- » Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados em território nacional

Auditoria Cidadã

O Governo de Santa Catarina lançou em 2016 um programa que despertou a atenção dos demais estados brasileiros: o Auditoria Cidadã. A proposta é levar auditores internos para verificar *in loco* se o recurso investido em um serviço ou obra está sendo bem aplicado. Foram realizadas cinco operações: merenda escolar, emergências de hospitais, parques ambientais, entidades beneficiadas com recursos de transferências voluntárias e APAEs. O cidadão é o principal beneficiado, mas o projeto também traz ao Governo a oportunidade de avaliar melhor as suas entregas e aperfeiçoar a sua imagem institucional.

FUNDAM EM NÚMEROS

R\$ 606 MI
PARA INVESTIMENTOS
NAS 295 PREFEITURAS

976
EQUIPAMENTOS E
VEÍCULOS ADQUIRIDOS

59
OBRAS REALIZADAS

1.358
RUAS PAVIMENTADAS
(538 KM)

454
CONVÊNIOS ASSINADOS,
(COM 99% DAS PREFEITURAS
CATARINENSES)

R\$ 591 MI
VALOR TOTAL EM
CONVÊNIOS ASSINADOS

R\$ 562 MI
EM VALORES REPASSADOS

R\$ 90 MI
VALORES REPASSADOS ÀS
CONTAS DAS PREFEITURAS EM 2016

Fonte: BRDE e Diretoria de Gestão de Fundos/SEF



Em 2016, uma das operações da Auditoria Cidadã avaliou a merenda escolar oferecida às crianças da rede pública estadual.

Foto: Cléia Schmitz



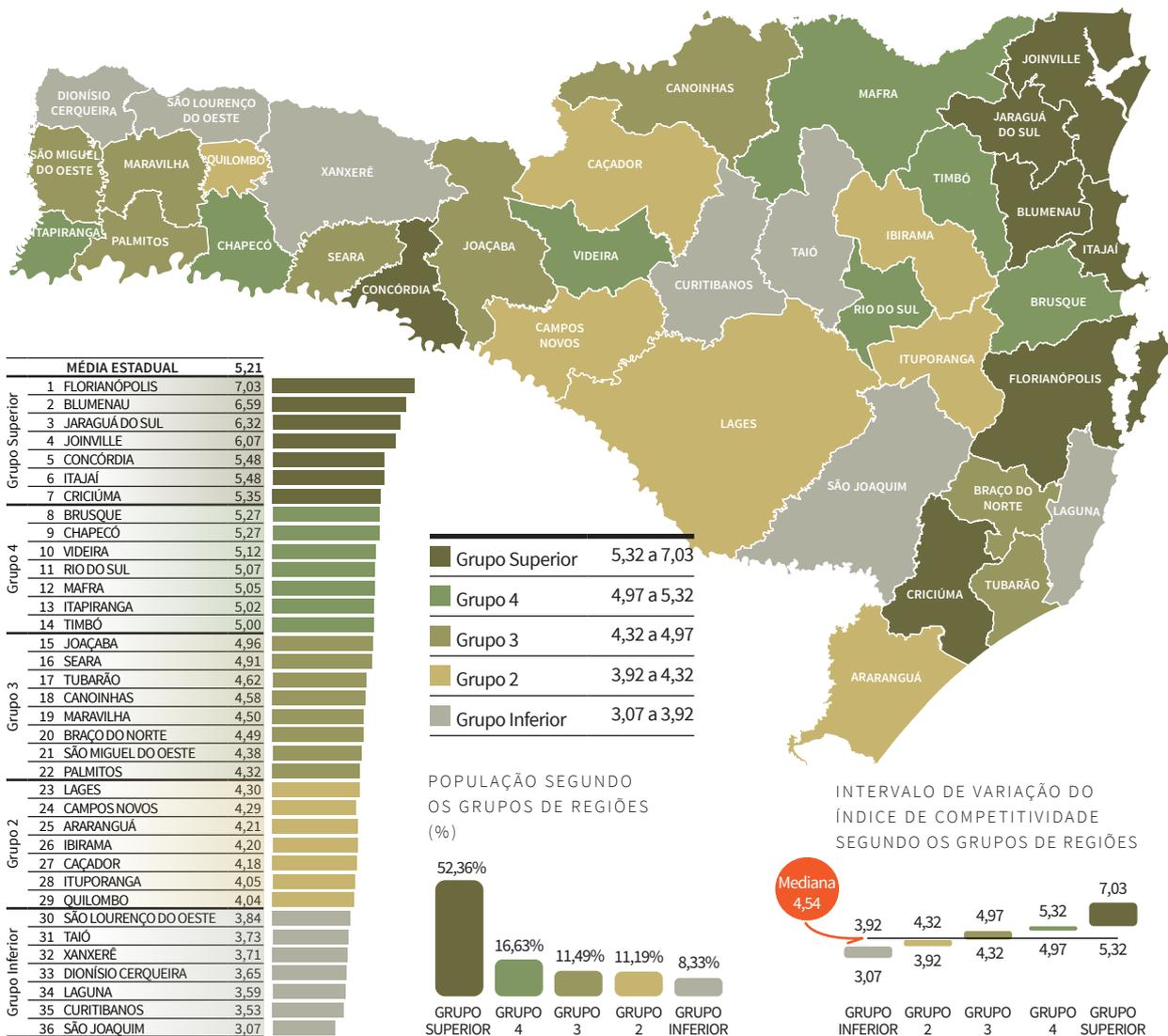
Competitividade regional

O Estado também lançou em 2016 o Índice de Competitividade Regional (ICR-SC) das 36 unidades administrativas de Santa Catarina. A proposta do estudo é fornecer subsídios às políticas públicas de Santa Catarina, e a partir dele será possível identificar com mais facilidade as diferenças entre as regiões, além das características de cada uma delas, auxiliando o Estado a definir ações de desenvolvimento regional e localizar as áreas de oportunidades. A Grande Florianópolis é a região mais competitiva do Estado (ICR-SC 7,03), seguida por Blumenau (6,59), Jaraguá do Sul (6,32) e Joinville (6,07).

O levantamento leva em conta uma série de 66 indicadores de 10 fatores de competitividade: educação básica, educação superior, saúde, mercado de trabalho, sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental, infraestrutura, tamanho da economia, solidez fiscal e segurança pública. O ICR-SC replica, na medida do possível, a metodologia utilizada para calcular o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, adequando-se às restrições de informações existentes em nível regional. A meta é calcular o ICR-SC anualmente.

Índice de Competitividade Regional segundo as regiões administrativas (2015)

Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF



Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O sistema que controla desde a definição das diretrizes e metas do planejamento do Governo até os detalhes dos pagamentos aos fornecedores do Estado iniciou o seu desenvolvimento em 2003 e hoje já conta com 24 módulos e mais de mil funcionalidades para registros e controles dos atos e fatos administrativos.

Seus módulos formam uma ferramenta integrada que proporciona subsídios tecnológicos para o processo do planejamento orçamentário, da execução orçamentária e financeira, da contabilidade, da integração on-line com os sistemas de arrecadação e folha de pagamento, do controle das transferências voluntárias, da dívida pública, do acompanhamento físico e financeiro, e dos contratos nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Também é de extrema importância destacar que é do SIGEF que advém a maior parte da base de dados que é divulgada no Portal da Transparência e, dessa forma, permite o exercício do controle social.

Em setembro de 2016, após a finalização de um diagnóstico efetuado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Seminário Internacional de Sistemas Integrados de Administração Financeira (SIAFI), que contou com representantes da Coreia do Sul, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, além dos estados e municípios brasileiros. Na ocasião, os sistemas utilizados pelos estados brasileiros foram classificados em três gerações:

- » I Geração: construídos na década de 1990, baseados sobretudo em linguagem natural e banco de dados Adabas. O principal representante dessa geração é o SIAFEM do Governo Federal, ainda presente em 7 dos 8 estados que compõem essa geração;
- » II Geração: construídos no final do século XX e início do século XXI, baseados em Visual Basic e Java, com banco de dados Oracle ou SQL Server. Essa geração é formada por oito estados. São soluções que estão tecnologicamente menos defasadas que os da I Geração, mas que estão conceitualmente atrasadas.
- » III Geração: construídos na última década, basicamente desenvolvidos em Dot Net e Java, predominando o Java com base de dados Oracle, comportam toda a estrutura fiscal do estado brasileiro (ERP Público). Estão nessa geração nove estados, entre eles Santa Catarina com o SIGEF.



SIGEF EM NÚMEROS

24
MÓDULOS

+DE 1000
FUNCIONALIDADES

O SIGEF, gerido pela Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, foi consagrado como um sistema de referência para aqueles entes que pretendem evoluir, por ser um sistema moderno, com maior potencial de evolução conceitual e funcional, permitindo a automatização de processos, além de proporcionar controles efetivos e informações de qualidade, tão importantes para a tomada de decisão dos gestores estaduais.

Por isso e tendo em vista o disposto no convênio CONFAZ 016/2005, que prevê a cooperação entre os entes da Federação, com a cessão dos códigos-fonte para melhoria de seus sistemas de informação, diversos estados e municípios já vieram a Santa Catarina conhecer com mais detalhes as rotinas e os procedimentos adotados no SIGEF. Entre eles estão o Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Salvador, que estão implantando o nosso sistema com pequenas adaptações locais, e também Paraná e Espírito Santo, que estão implantando sistemas semelhantes ao nosso.

Para chegar ao patamar atual, destacam-se como fatores imprescindíveis para o sucesso do SIGEF o apoio dos níveis hierárquicos superiores, o investimento contínuo em melhoria tecnológica e atualização da ferramenta, com regras de negócio conceitualmente atualizadas, além do investimento em pessoal qualificado tanto da equipe que gerencia as demandas de evolução e manutenção do sistema quanto das equipes gestoras de cada módulo, que definem as regras e as rotinas a serem observadas.

Avanços na apuração de custos

Existe uma máxima de que o custo da máquina pública é alto, mas quanto? O orçamento público responde bem a questões de forma geral, como quanto foi gasto na educação ou na saúde, em folha de pagamento ou em investimentos, por exemplo, mas não permite a mensuração individual dos centros de custos, tais como escolas e hospitais, dos programas ou dos serviços, entre outros objetos de custos.

Para tentar enfrentar essa questão, algumas ações vêm sendo tomadas pelo Estado de uns anos para cá. Em 2013, a Diretoria de Contabilidade Geral criou um Grupo de Trabalho de Custos (GTCUSTOS) para calcular os custos de 30 escolas catarinenses. Com o sucesso dessa iniciativa, em 2014 esse levantamento foi expandindo para 175 escolas.

Após realizar esses dois projetos experimentais para apuração do custo do aluno nas escolas estaduais, de forma manual, em 2015 o Estado iniciou o desenvolvimento de um sistema para apuração e controle de custos, com a pretensão de demonstrar o quanto de recursos públicos foram consumidos para produzir determinado bem ou serviço para a população, bem como oferecer mais subsídios para a melhoria do planejamento e da gestão governamental com vistas ao uso eficiente dos recursos públicos.

As ações de 2016 concentraram-se na criação de uma ferramenta tecnológica capaz de integrar, em uma única base de dados, diversas informações constantes nos sistemas utilizados para a gestão do Estado.

Com isso, foram integradas as seguintes bases de dados: energia elétrica (Celesc); água (CASAN e SAMAE); recursos humanos (gastos com servidores e encargos); IPEN (Informações Penitenciárias); material de consumo (materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes); e serviços (terceirizados e manutenções).



O objetivo do sistema é possibilitar a análise dos custos do Estado por objeto de custos, por item e por local de realização do gasto, unificando em um centro de custos os componentes financeiros e seus respectivos componentes físicos, como metros cúbicos de água, quilowatt-hora (kwh), horas de trabalho, entre outros. Com o sistema, será possível saber, por exemplo, de maneira rápida e automática, quanto foi gasto com energia elétrica em uma determinada escola e quantos alunos foram beneficiados com esse item. Além disso, o sistema facilitará a análise comparativa de períodos, permitindo a verificação de comportamentos sazonais e gastos excessivos, o que auxiliará o gestor na tomada de decisões.

Depois de implantado integralmente, o sistema de custos poderá proporcionar muitos benefícios ao Estado, como a organização estrutural dos órgãos, a integração de dados, a disponibilização de informações de custos em tempo real, a otimização de recursos, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de desempenho, a qualidade e a transparência do gasto público.



Embora se tenha conhecimento dos grandes benefícios que um sistema de custos pode trazer para a melhoria da gestão e existam diversas legislações que tratam do tema, o processo de criação de um sistema de custos nos entes brasileiros é bastante recente. Ainda existem poucos referenciais que podem servir de parâmetros e exemplos de boas práticas. Apesar de parecer simples, o desafio de criar uma base unificada para todos os custos do Governo é um trabalho bastante complexo, pois o sistema deve ser capaz de reunir, analisar, comparar e tratar todas as informações de custos. Além disso, é imprescindível o engajamento dos diversos atores envolvidos e a criação de uma cultura para o controle e a gestão de custos.

Portanto, o caminho é longo, mas se sabe que o resultado representará um marco histórico no desenvolvimento de ferramentas gerenciais de apoio para a melhoria da qualidade dos gastos públicos, bem como para demonstrar à sociedade o custo dos serviços públicos recebidos.

Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina

Permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência é o objetivo principal do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC). Regulamentado no final de 2013 por meio do Decreto nº 1.949, o CPESC começou a ser utilizado no Poder Executivo Estadual a partir do ano de 2014.

O CPESC caracteriza-se como uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas leis federais nº 4.320/1964 e nº 8.666/1993 e há muito utilizado. O diferencial do Cartão é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas na prestação de contas. Já no caso do CPESC, a prestação de contas é automatizada, utilizando-se de informações sobre a execução orçamentário-financeira de cada unidade gestora e sobre a movimentação de cada cartão.

Atualmente, o CPESC está implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização ambiental e administrativas do Estado, que atendem diretamente o cidadão, abrangendo quase 1,4 mil usuários. Além de oportunizar autonomia às unidades, o Cartão possibilita controle financeiro efetivo e maior transparência dos gastos – características de uma administração pública moderna.

Além de ser finalista no Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública, promovido pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), o Cartão de Pagamentos também recebe o reconhecimento de seus usuários, constatado por meio de pesquisas realizadas com os servidores que o utilizam nos hospitais estaduais e nas unidades escolares, tendo obtido, novamente, excelente avaliação.

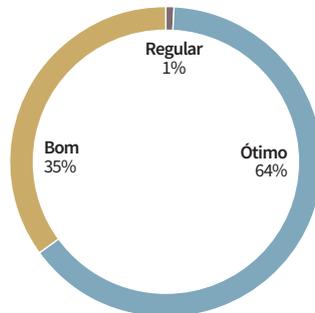
Comparando-se a avaliação do CPESC Educação 2016 com os resultados da mesma pesquisa relativa ao ano anterior (2015), verifica-se um aumento de 7% na classificação “Ótimo” (de 57% para 64%), o que demonstra uma percepção ainda mais positiva do Cartão por parte dos diretores das escolas estaduais.

Quanto às melhorias implementadas, os servidores que utilizam o CPESC nas escolas e nos hospitais destacaram a facilidade de uso e a agilidade na prestação de contas, além da segurança proporcionada.



Avaliação do CPESC nas escolas estaduais

Fonte: Pesquisa CPESC Educação 2016



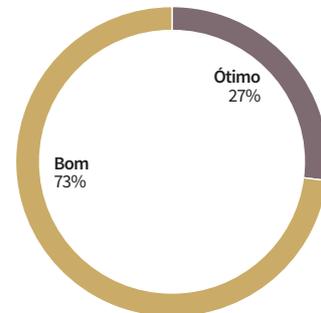
Número de respondentes

860
SERVIDORES

80,2% dos usuários do CPESC
das escolas estaduais

Avaliação do CPESC nos hospitais estaduais

Fonte: Pesquisa CPESC Saúde 2016



Número de respondentes

37
SERVIDORES

61,7% dos usuários do CPESC
em 13 hospitais estaduais

Em 2016, as ações para melhoria da legislação e do Sistema de Gestão do CPESC foram intensificadas, sendo possível a migração de adiantamentos tradicionais para o CPESC em vários órgãos e entidades estaduais, inclusive aqueles relativos a viagens, privilegiando a agilidade, o controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos. No ano, também merecem destaque os treinamentos realizados em todas as regiões do Estado de Santa Catarina, destinados aos servidores das unidades prisionais, socioeducativas e administrativas vinculadas à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, orientando-os sobre a correta utilização e prestação de contas dos recursos de adiantamento destinados a essas unidades que funcionam de maneira ininterrupta.

Logo, ao mesmo tempo que instrumentaliza o controle social, o CPESC fortalece a autonomia, o que faz dele uma ferramenta de gestão com transparência.

Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual

O Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina bateu recorde no número de acessos em 2016: 3,2 milhões de visitas. O número corresponde a 1,5 milhão de acessos a mais em relação ao ano anterior. A média é de 8.832 acessos diários ou 6,1 por minuto.

A exemplo do que ocorreu no último ano, a maioria das consultas ocorre na área de Gasto Público, com 66%. É neste campo que o cidadão pode encontrar, entre outros dados, as despesas com manutenção e investimentos das principais áreas do Governo, além de consultar os salários dos servidores públicos. O Portal também traz informações sobre o desempenho da arrecadação do Estado e os indicadores de gestão fiscal.

Mesmo tendo lugar de destaque em rankings nacionais de avaliação da transparência, um novo Portal da Transparência começou a ser desenvolvido no final de 2015 com a coordenação da Diretoria de Contabilidade Geral.

Em 2016, as ações para a melhoria da transparência da arrecadação e dos gastos públicos do Governo tiveram grandes avanços. O novo Portal está sendo desenvolvido com a premissa de que a transparência efetiva não é apenas disponibilizar milhares de dados sobre receitas e despesas orçamentárias dos órgãos e entidades públicos em linguagem técnica. Isso pode atender aos dispositivos legais hoje existentes, contudo não alcança o real objetivo da transparência pública.

Para sua plenitude, a transparência depende da compreensibilidade dos dados publicados pelo cidadão e, para isso, os portais devem primar pela utilização de linguagem simples, recursos gráficos, glossário interativo e infográficos, buscando sempre orientar o cidadão sobre como podem ser acompanhadas a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos. É preciso transformar os dados em informação compreensível para o cidadão que tem pouco conhecimento de gestão e contabilidade públicas.

Com leiaute e linguagem mais acessíveis, o novo Portal tem a intenção de permitir que o cidadão encontre as informações que procura de forma rápida e que explore mais a ferramenta e aprofunde as suas consultas. A principal novidade é a *Pergunta Cidadã*, um espaço interativo que permite ao cidadão customizar a sua dúvida e acessar informações de maneira rápida e simples. Além disso, o usuário poderá contar com a ferramenta de pesquisa e com o glossário interativo.

O Portal também está sendo desenvolvido em uma plataforma tecnológica mais moderna, que oferece um design bem mais amigável. Há melhorias importantes nos quesitos usabilidade (facilidade de interação com a ferramenta), responsividade (leiaute que se adapta a diferentes tipos de telas) e acessibilidade (acesso às pessoas com necessidades especiais).

Uma pesquisa de avaliação do Portal antigo, feita com a participação de 2.063 usuários, ajudou a estimular as mudanças para a nova ferramenta. Do total de participantes da pesquisa, 72% disseram que já acessaram o Portal,



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS

3,2 MILHÕES
DE ACESSOS

8.832
ACESSOS DIÁRIOS

6,1
ACESSOS POR MINUTO

66%
DOS ACESSOS NA
ÁREA "GASTO PÚBLICO"

mas 56,8% assinalaram que entram “poucas vezes ao ano” no site. O índice de satisfação daqueles que já acessaram é de 73,4%. No entanto, questionados sobre as dificuldades encontradas nas pesquisas, 44,6% disseram que “não encontram as informações”. Na questão sobre o que poderia melhorar no Portal, 54,7% assinalaram “incluir uma ferramenta de pesquisa”.

Entre os 28% que nunca acessaram o Portal, 46,4% responderam que “não tinham conhecimento da ferramenta”, e outros 40,1% disseram que “conhecem, mas não têm interesse em acessar”. Perguntados sobre quais informações consideram mais importante para divulgação no Portal, 71,3% assinalaram “quanto e em que áreas o Governo gasta”, 57,4% apontaram como questão “quanto o Governo arrecada” e 49,5% querem saber “quem são e quanto recebem os fornecedores do Governo”.

A participação na pesquisa, as críticas e as sugestões de melhorias refletem o interesse crescente do cidadão pela transparência dos gastos públicos, o que contribui para que o Governo reforce as suas ações para melhoria e promoção da transparência.

Convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao setor público teve como um dos marcos iniciais a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a Portaria da Convergência. Foi essa portaria que determinou à Secretaria do Tesouro Nacional o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência no âmbito do setor público brasileiro.

Todo o processo de convergência foi alicerçado pela implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP), pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs) e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem trabalhando arduamente para acompanhar todo esse processo de convergência, promovendo uma série de ações que o coloca na vanguarda e o torna referência nacional.

Para chegar ao estágio atual, um forte trabalho vem sendo desenvolvido tendo como base um tripé formado pelo fortalecimento institucional, por meio de uma equipe qualificada de contadores, pela gestão de sistemas e pela adoção de procedimentos de convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O primeiro concurso para contadores da Secretaria de Estado da Fazenda foi realizado em 2003, ocasião em que cerca de 70 contadores foram contratados para atuar tanto no órgão central, para o estabelecimento das normas de contabilidade, quanto nas unidades gestoras do Estado, dando conformidade aos registros e orientando os gestores. Um segundo concurso foi realizado em 2009, e hoje são quase 100 contadores fazendários.

Outro ponto imprescindível nesse processo foi o desenvolvimento do SIGEF, um sistema integrado de planejamento e gestão fiscal moderno, capaz de permitir a consolidação das contas em tempo real, além de manter controles das despesas, de contratos, dívida pública, transferências a entidades, entre outros. O SIGEF iniciou a execução orçamentária em 2009 e é utilizado por todos os órgãos e as entidades do Poder Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

E na terceira base desse tripé, estão os procedimentos de convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em 2010, observando-se as regulamentações para a adoção das novas regras, foi instituído o GTCON, um grupo de trabalho que se dedicou em tempo integral a verificar e fazer as adaptações para o novo plano de contas, a nova tabela de eventos e as rotinas do sistema, de modo a gerar o menor impacto possível aos usuários. Dessa forma, já no encerramento do exercício de 2012 foi promovida a transferência de saldos para o novo padrão de plano de contas estabelecido. Em relação às demonstrações contábeis em 2010, o Estado de Santa Catarina foi pioneiro ao publicar a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em 2015, o Estado implantou no SIGEF as demonstrações comparativas com anos anteriores, como preconizado pelas novas normas.

A observância do regime de competência para o registro dos créditos a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também foi pioneira em Santa Catarina. Em 2012, a partir de um trabalho conjunto com a área tributária, foram reconhecidos os créditos tributários a receber, com base em relatórios mensais de suporte documental. Até hoje, somente três estados efetuaram o reconhecimento dos créditos tributários por competência.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços foram concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPcps) para todos os entes da Federação. O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Os procedimentos para avaliação do patrimônio constituem um dos maiores desafios da nova contabilidade do setor público, já que se deve reconhecer desde as edificações aos bens de infraestrutura, como pontes e viadutos. Dessa forma, em 2010, foram editadas as primeiras normas em Santa Catarina, determinando a mensuração dos bens móveis, imóveis e intangíveis, bem como os registros de depreciações, amortizações e exaustões ocorridas. Na primeira avaliação, realizada em 2010, o Estado tomou por base o valor venal dos imóveis utilizado para o cálculo do IPTU. A partir de 2012, as avaliações passaram a ter como base os valores

de mercado. Hoje, 100% dos bens imóveis pertencentes à administração direta têm custo atribuído, e 54% dos bens reconhecidos do Estado estão registrados pelos seus valores de mercado.

O impacto dessas mudanças foi extremamente significativo. Entre 2009 e 2016, a variação dos imóveis registrados saltou 1.274%. O patrimônio, que estava avaliado em R\$ 1,419 bilhão em 2009, agora está em R\$ 19,496 bilhões. Ressalta-se que esse acréscimo não foi fruto somente da aquisição de novos imóveis, mas sim do reconhecimento dos bens pelo seu valor real.

O reconhecimento dos bens de infraestrutura iniciou em 2014, e até agora já foram registrados os viadutos, as pontes, os túneis e as rodovias pavimentadas. As rodovias não pavimentadas deverão ser registradas até o final de 2017 e deverão ser estabelecidas regras para o registro dos ativos de infraestrutura portuária e aeroportuária, bem como para implementar a política contábil de bens imóveis e de infraestrutura no caso de concessões.

Hoje os sistemas ainda não estão integrados, sendo os registros realizados de forma manual, com base em relatórios mensais extraídos dos sistemas de patrimônio. Dessa maneira, os esforços agora estão concentrados nos estudos para integrar o sistema de patrimônio e de almoxarifado ao SIGEF, permitindo a integração das informações e controles mais efetivos.

Do lado do passivo, o reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias, bem como das provisões trabalhistas, cíveis e demais provisões é feito desde 2009. Como ponto de melhorias está a gestão das provisões e dos passivos contingentes, com a necessidade de revisar anualmente o status dos julgamentos para o correto e tempestivo reconhecimento ou evidenciação.

Ter clareza sobre o valor real do patrimônio do ente faz diferença na hora de contrair empréstimos, de forma a apresentar garantias efetivas para a liquidação das obrigações, bem como influenciar, inclusive, na “guerra” fiscal travada entre os estados, pois com esse modelo os investidores podem avaliar melhor a situação do ente e decidir qual estado tem mais estrutura para sediar a sua empresa.

Outro benefício importante trazido pelas novas regras contábeis é a comparabilidade das informações com outros estados, município e países. Agora, com uma única base conceitual será possível comparar situações semelhantes, reduzindo divergências de conceitos. Com a melhoria da qualidade das informações, a gestão pública tem muito mais informações contextualizadas para tomar as suas decisões. E esse é o papel da contabilidade. Com a nova contabilidade aplicada ao setor público será possível ter mais transparência, e isso vai permitir aos cidadãos, usuários dos serviços públicos, acompanharem efetivamente onde os recursos públicos foram aplicados.

Por fim, é importante ressaltar que a partir de 2017 as normatizações contábeis do Estado de Santa Catarina terão como referência as novas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), que estão sendo convergidas gradualmente pelo Conselho Federal de Contabilidade, com destaque, entre outras, para a NBC TSP Estrutura Conceitual.

Avaliação das finanças

A avaliação do desempenho da gestão das finanças públicas de Santa Catarina, mediante a aplicação da metodologia PEFA – Public Expenditure & Financial Accountability (gasto público e responsabilidade financeira) – foi destaque na conferência mundial realizada em Budapeste, na Hungria, em abril de 2016.

Criada em 2005 por diversos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, o FMI e a União Europeia, a metodologia PEFA examina diversos aspectos sobre o desempenho da gestão financeira dos entes ao longo do tempo e fornece subsídios para executar a reforma das finanças de maneira coordenada, contribuindo assim para o uso eficiente de recursos para prestação de serviços aos cidadãos e garantindo que os recursos públicos sejam usados de forma transparente.

O maior objetivo da conferência foi trocar experiências, contribuindo para a disseminação de boas práticas para a reforma da gestão financeira entre os participantes de 76 países. Diversas partes do mundo, incluindo Papua-Nova Guiné, Vietnã, Marrocos, Tunísia, Libéria, Costa Rica, Timor-Leste, Bangladesh e Brasil, representado por Santa Catarina, inspiraram os participantes, relatando as evoluções obtidas a partir da aplicação da metodologia. A experiência de Santa Catarina foi destacada na conferência por ser o único ente subnacional no mundo a aplicar a nova versão da metodologia, revisada em 2015.

A avaliação foi concebida no âmbito do Projeto SC Rural, que é uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura, com financiamento do Banco Mundial e que visa consolidar a proposta de política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense. No âmbito desse projeto, vislumbrou-se a possibilidade de se aplicar essa avaliação como uma ferramenta que poderia trazer insumos em benefício da gestão pública e apoiar o Estado nos seus esforços, já iniciados, para alcançar impactos sustentáveis na gestão das finanças públicas.

Um dos mais utilizados no mundo, o modelo prevê a avaliação de pelo menos 30 indicadores, entre os quais transparência, credibilidade fiscal e planejamento. Tendo em vista que boa parte das informações necessárias para a avaliação dos indicadores era disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, a aplicação da metodologia PEFA foi coordenada pela Diretoria de Contabilidade Geral, que apresentou a experiência do Estado à comunidade mundial.

Números da vitória

Bruna Fernanda Fistarol, aluna da Escola Estadual Básica de Leopoldo Jacobsen, de Taió

Ganhar medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas não é mais novidade para a catarinense de Taió, Bruna Fernanda Fistarol, 17 anos. Em 2016, ela recebeu a quarta medalha dourada consecutiva. Devido ao seu desempenho, foi convidada pela Fundação Getulio Vargas, do Rio de Janeiro, para prestar o vestibular com todas as despesas pagas. Não decepcionou. Aprovada em Matemática Aplicada, recebeu da instituição uma bolsa de estudos integral. Vai deixar Taió para estudar na cidade maravilhosa.

Nada caiu do céu. Bruna é apaixonada por matemática, mas nem sempre foi assim. Ela confessa que até o 6º ano não tinha muita simpatia pela disciplina. Foi somente depois de receber menção honrosa, na edição de 2010 da Olimpíada, que percebeu que poderia se superar. Como? Estudando muito, dia e noite, por conta própria, com a ajuda de materiais encontrados na internet. Agora, Bruna quer mais: dedicar-se à faculdade e ser uma grande pesquisadora. Quem a conhece tem certeza: sua história de superação está só começando.

SANTA CATARINA EM 2016

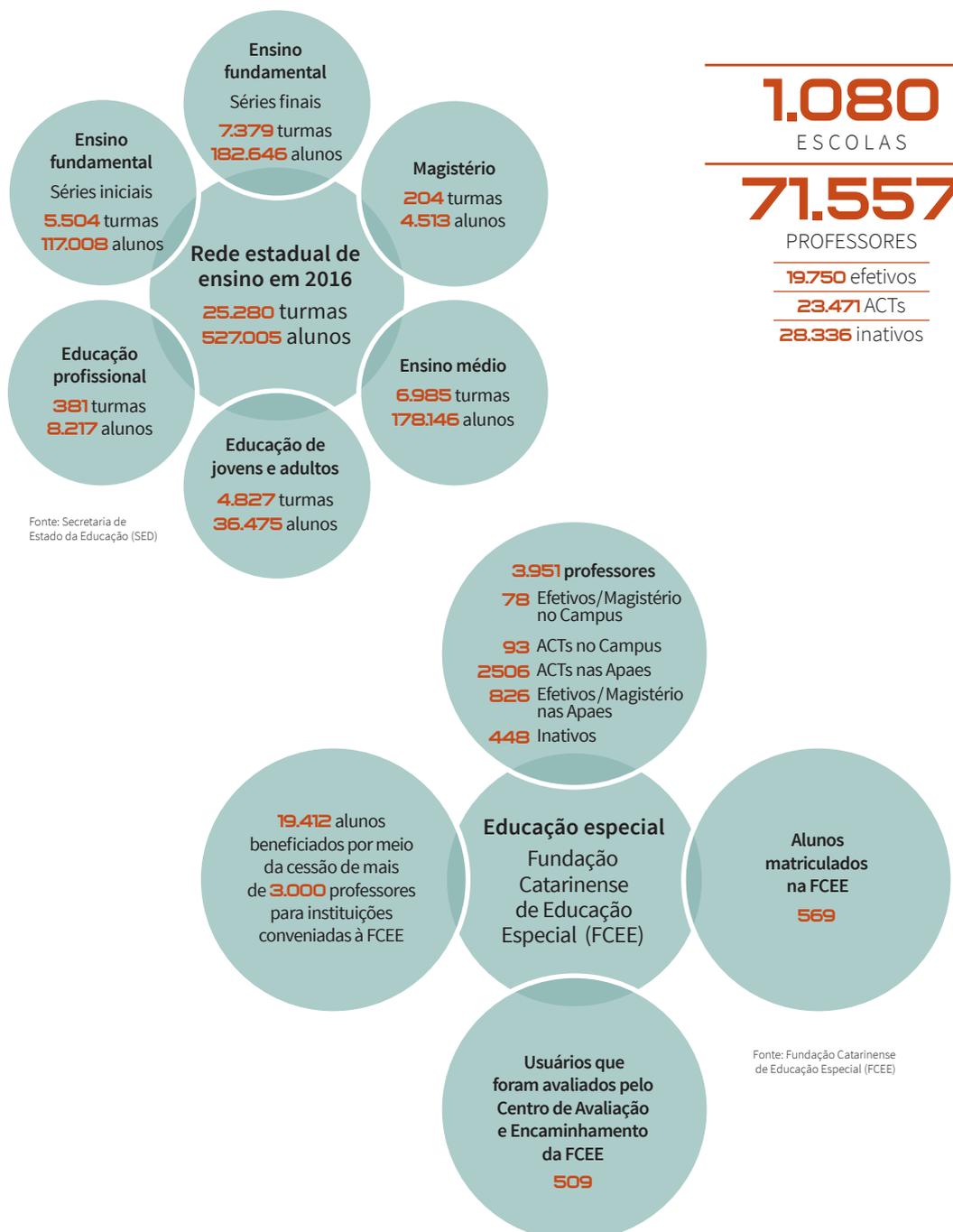
Aspectos sociais



Educação

Inovação para educar melhor

Recursos tecnológicos vêm auxiliando cada vez mais os professores e os alunos da rede estadual de ensino a ensinar e aprender de forma inovadora. A proposta leva em conta que a educação do presente e do futuro vai além da sala de aula convencional.



Tecnologias educacionais

Os estudantes e professores da rede pública estadual estão cada vez mais utilizando as tecnologias como forma de aprendizado. Os sistemas Professor On-Line e Estudante On-Line, por exemplo, foram criados com o objetivo de facilitar a comunicação entre escola, professores e pais/estudantes, sendo fundamentais para o bom andamento da unidade escolar. Mais de 22.400 professores utilizam o sistema mensalmente. Os pais também estão gradativamente acompanhando as atividades educacionais dos filhos por meio do Estudante On-Line, tanto que a matrícula de mais de 278 mil estudantes foi feita em 2016 de forma on-line.

Outra plataforma tecnológica de sucesso é o Portal Sala Web, que contém Objetos Digitais de Aprendizagem (ODAs). Os ODAs são mídias digitais, tais como vídeos, aplicativos, jogos e livros que alunos, professores e gestores escolares podem utilizar para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, o portal disponibiliza mais de 3 mil ODAs aos seus usuários.

Já o Projeto Google for Education disponibiliza à rede estadual de ensino as ferramentas chamadas Google Apps for Education, que possibilitam aos professores criarem novas experiências de aprendizado e desenvolverem projetos pedagógicos digitais inovadores. Atualmente, foram criadas mais de 26 mil contas para que professores e alunos de 36 escolas, uma em cada Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), pudessem experimentar os benefícios da plataforma, tais como o ambiente virtual de aprendizagem, o Google Sala de Aula, e o espaço de 5.120 GB disponíveis no Google Drive para cada usuário.

Voltado para os alunos, o Projeto Missão Universitária (MISSU) propicia aos estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública estadual um portal de auxílio na preparação para o ENEM. No total, 9.700 alunos das escolas públicas estaduais utilizaram o portal em 2016.

Para proporcionar todos esses recursos, o Projeto Rede de Governo investiu no aumento da velocidade de conexão à internet oferecida em todas as unidades escolares das 36 regionais, atendendo 29 mil professores e cerca de 540 mil alunos direta ou indiretamente.

Feiras de Ciências e Tecnologia

O objetivo das Feiras de Ciências e Tecnologia é permitir interações e troca de experiências entre os estudantes e a comunidade, a partir da exposição das produções científicas e culturais realizadas no contexto educativo de cada localidade. Primeiramente, essas feiras acontecem nas unidades escolares. A partir delas, e com a escolha dos melhores trabalhos, são então realizadas as Feiras Regionais. O fechamento do ciclo de Feiras Regionais é a Feira Estadual de Ciências e Tecnologia, que apresenta os trabalhos de estudantes de todo o Estado.

Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA) 2016

O Penoa atende alunos do ensino fundamental e médio que apresentem lacunas de conhecimento no processo de leitura, produção textual oral e escrita e cálculo.

PENOA EM NÚMEROS

284
ESCOLAS

10.555
ALUNOS BENEFICIADOS

Alimentação escolar

O objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. O Governo investiu também na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, beneficiando 29 cooperativas/associações e aproximadamente 2.500 produtores rurais. A alimentação escolar no Estado de Santa Catarina é planejada visando ao atendimento pleno das necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência na escola. Os cardápios são calculados e determinados de forma a possibilitar a autonomia dos alunos, respeitando as escolhas e as perspectivas individuais de alimentação.



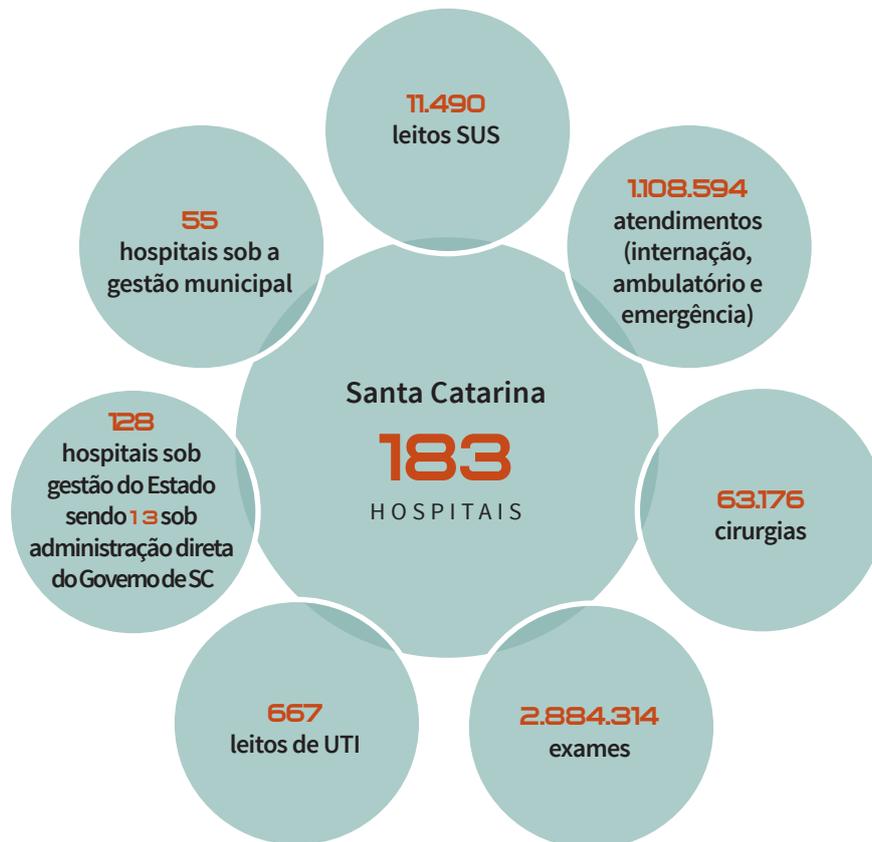
Pró-Universidade

Há mais de 10 anos, a Secretaria de Estado da Educação oferece curso de preparação aos diferentes vestibulares do Estado. O Pró-Universidade é o maior curso preparatório público e o que mais aprova no Brasil. Anualmente, são abertas vagas a alunos do 3º ano para aulas presenciais e on-line. Em 2016, foram atendidos 11.440 alunos de forma presencial e on-line.

Saúde

Mais prevenção, mais saúde

Um grande marco da saúde em 2016 foi a abertura da nova UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis. Além de 12 novos leitos, a unidade conta com tecnologia de ponta. O Governo também lançou o movimento #secuidaSC para divulgar a importância de a população se prevenir.



INVESTSAÚDE

Fundo criado para garantir investimentos na infraestrutura do setor nos municípios catarinenses. Os recursos do INVESTSAÚDE poderão ser repassados a municípios, entidades filantrópicas ou entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação nos investimentos em construção, reforma e ampliação de unidades de saúde básicas, bem como de unidades de média e alta complexidade, além da aquisição de equipamentos permanentes, mobiliário e veículos novos destinados aos serviços de saúde pública prestados ao cidadão.

Em 2016, o INVESTSAÚDE investiu na aquisição de 53 vans, 123 ambulâncias, equipamentos, mobiliário, projetos de reformas, ampliações e adequações de unidades de saúde.



53 vans foram adquiridas em 2016 com recursos do INVESTSAÚDE

Foto: Paulo Fernando Goeth

UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão

Referência estadual em diversas especialidades, o Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, inaugurou em 2016 a sua nova Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que passou de oito para 20 leitos de UTI. A partir de agora, a unidade passa a contar com espaço maior, mais moderno e tecnologia de ponta para o atendimento de crianças e de adolescentes com graves problemas de saúde. Em 2016, o Hospital Infantil realizou 7.946 internações, 5.426 cirurgias, 87.557 atendimentos de emergência, 106.103 consultas ambulatoriais e 262.333 exames laboratoriais.



Nova Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Infantil Joana de Gusmão inaugurada em 2016

Foto: Paulo Fernando Goeth

Centro Catarinense de Reabilitação

Em 2016, o Centro Catarinense de Reabilitação entregou 1.710 órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e cadeiras de rodas aos pacientes da unidade. Essas entregas zeraram as filas de espera para esses equipamentos, permitindo que novos pacientes da unidade recebam em tempo normal e hábil os equipamentos solicitados.



Eliane String, 34 anos, de Chapecó, foi uma das beneficiadas com uma cadeira de rodas motorizada. Ela sofreu um acidente de trânsito há 12 anos e ficou paraplégica

Foto: Robson Valverde

Ressonância magnética

O Estado inaugurou o serviço de ressonância magnética do Hospital Governador Celso Ramos. O equipamento está realizando uma média de 300 exames por mês, funcionando 15 horas por dia.



Serviço de ressonância magnética do Hospital Governador Celso Ramos

Foto: Paulo Fernando Goeth

Formação em saúde

Em 2016, a Secretaria de Estado da Saúde inaugurou a nova sede da Escola de Formação em Saúde (EFOS), em São José, na Grande Florianópolis. A EFOS está inserida na rede de escolas técnicas do Sistema Único de Saúde, compondo o grupo de 40 escolas ligadas ao Ministério da Saúde no Brasil. Nesse ano, a Escola qualificou mais de 800 profissionais de saúde, e a previsão é ampliar esse número para mil em 2017. O novo prédio possui uma área construída de 2,5 mil metros quadrados equipada com salas de aulas, laboratórios odontológicos, de enfermagem e informática, biblioteca, salas administrativas e dos professores, além de um auditório. A EFOS oferece o curso técnico de enfermagem, especializações e aperfeiçoamento para trabalhadores do SUS dos municípios e hospitais, e quando sobram vagas, estas são disponibilizadas para a comunidade. Qualificações abertas estão disponíveis no site www.efos.saude.sc.gov.br. A direção dos hospitais e das secretarias municipais de saúde também informa os seus profissionais quando há curso novo.

Laboratório odontológico e biblioteca (inaugurada em 2016) da Escola de Formação em Saúde (EFOS)

Foto: Paulo Fernando Goeth



SC Transplantes

Santa Catarina mantém a liderança nacional na doação de órgãos para transplantes. O Registro Brasileiro de Transplantes (RBT) do terceiro trimestre de 2016 consolida o Estado com a melhor taxa de doação do Brasil, sendo 36,2 doadores efetivos por milhão de população (pmp), comparável às melhores taxas dos países desenvolvidos. A média nacional ficou em 14,4 doadores pmp. Além disso, em 2016 Santa Catarina novamente bateu o recorde em número de doações de múltiplos órgãos, com 251 doações, ou seja, um aumento de 23% em relação ao ano de 2015. O desempenho é resultado de investimentos em logística e em treinamentos das equipes dos hospitais responsáveis pela abordagem das famílias dos doadores no momento da perda.

SC EM 2016

251

DOAÇÕES DE
MÚLTIPLOS ÓRGÃOS

36,2

DOADORES EFETIVOS POR
MILHÃO DE POPULAÇÃO
(MELHOR TAXA DE DOAÇÃO
DE ÓRGÃOS DO BRASIL)

14,4

MÉDIA NACIONAL DE
DOADORES POR MILHÃO
DE POPULAÇÃO

Se Cuida SC

Em 2016, a Secretaria da Saúde lançou o movimento #secuidaSC como uma importante iniciativa de promoção da saúde. A ênfase foi sobre fatores de risco e de proteção associados às doenças crônicas não transmissíveis predominantes no Estado, tais como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer e diabetes. O movimento envolveu a realização de dois grandes eventos: um com foco no estímulo à alimentação saudável e à prática de atividade física; e o outro com ênfase na redução do consumo de álcool e na cessação do tabagismo. Ambos foram realizados no Parque de Coqueiros, em Florianópolis. Mais informações disponíveis em www.secuidasc.sc.gov.br.



O pequeno super-homem Heitor, de três anos, aproveitou para se divertir no Parque de Coqueiros, em Florianópolis, no primeiro grande evento do #secuidaSC

Foto: Divulgação

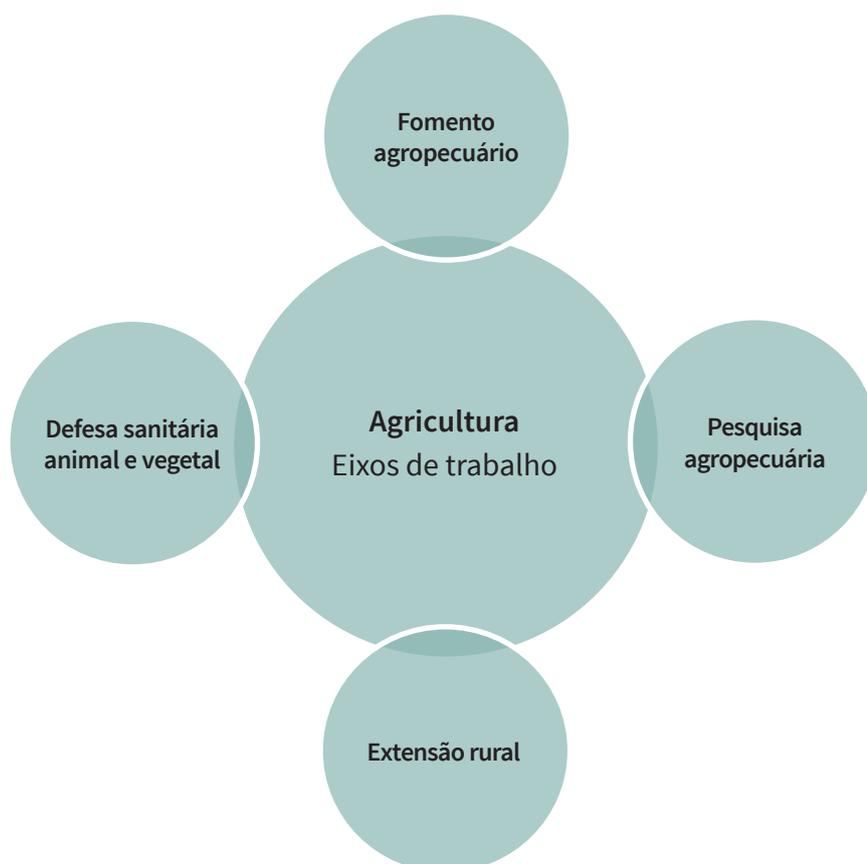
Vacinação

Em 2016, foram realizadas duas campanhas nacionais de vacinação. A Campanha contra a Influenza foi responsável pela aplicação de 1.225.670 doses, imunizando 96,7% da população-alvo. A Campanha de Multivacinação 2016 imunizou 215.670 crianças menores de 5 anos de idade de doenças como hepatites A e B, BCG, tetra viral, varicela, tríplice viral, febre amarela, pneumo 10 e meningococo C. Nessa campanha, os adolescentes também foram chamados a comparecer nas unidades de saúde para atualizar as suas vacinas, principalmente as meninas de 9 a 14 anos para vacinarem-se contra o HPV.

Agricultura

Referência nacional

Santa Catarina é destaque pela excelência sanitária de seus rebanhos e pelo profissionalismo de seus agricultores e pescadores. O Estado atua como parceiro desses empreendedores promovendo ações e programas com o objetivo de levar mais renda e qualidade de vida ao meio rural e pesqueiro de Santa Catarina.



Produção agropecuária

Ao longo de 2016, mais de 76 mil famílias do meio rural e pesqueiro foram beneficiadas com os programas de fomento da Secretaria da Agricultura. Os agricultores familiares e pescadores artesanais catarinenses contaram com a concessão de empréstimos, subvenção de juros, Programa Terra Boa, subvenção ao seguro agrícola, kit informática, entre outros.

Programa SC Rural

Em 2016, o Programa SC Rural recebeu e aprovou mais de 100 projetos. Entre eles, destaque para aqueles relativos à melhoria de sistemas produtivos, com predomínio da atividade leiteira, e projetos de apoio a empreendimentos de cooperativas, pequenas agroindústrias e associações de produtores. O volume de projetos desse ano – quase a metade dos 247 apresentados durante todo o programa – reflete a maior procura dos agricultores diante dos bons resultados colhidos através de projetos implantados em anos anteriores.

O Programa SC Rural é executado pelo Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial e destina recursos não reembolsáveis a empreendimentos da agricultura familiar mediante contrapartida dos beneficiários. Os empreendimentos apoiados abrangem atividades agrícolas ou não agrícolas (como o turismo rural) por meio de projetos de caráter estruturante, de melhorias de sistemas produtivos ou planos de negócios, além de outras ações implementadas por cooperativas e associações de agricultores familiares.

Desenvolvimento do campo

Uma série de eventos reuniu mais de dois mil produtores rurais em 2016 e marcou a parceria entre o Banco Mundial e o Governo do Estado em prol do desenvolvimento do meio rural catarinense. O Encontro dos Jovens Empreendedores do Meio Rural e Marinho Catarinense e o Encontro Catarinense de Empreendedores do SC Rural levaram a Chapecó, Itajaí e Criciúma os beneficiários do Programa SC Rural para discutir o futuro do agronegócio catarinense.

Centro de Inovação Tecnológica

Em visita à Santa Catarina, o Banco Mundial anunciou a decisão de escolher o Estado para sediar um centro de inovação tecnológica com foco na agricultura familiar. O objetivo é apoiar pequenas e médias empresas, incluindo associações, cooperativas, organizações de mulheres e de agricultores, desenvolvedoras de projetos de “tecnologia verde” em zonas rurais catarinenses. A escolha deve-se, entre outros fatores, ao desempenho do Governo do Estado na execução do Programa SC Rural. A expectativa é a de que em maio de 2017 o projeto esteja pronto para a efetiva implantação do centro de tecnologias verdes em Santa Catarina.

PROGRAMA TERRA BOA

72 MIL

PRODUTORES
ATENDIDOS

3.750

KITS FORRAGEIRA

294

KITS APICULTURA

231.391

TONELADAS
DE CALCÁRIO

220 MIL

SACAS DE SEMENTES
DE MILHO

PROGRAMA SC RURAL

100

PROJETOS



Encontro de jovens
empreendedores do meio rural

Foto: Julio Cavalheiro/Secom



O GOVERNO DE SC
INDENIZA POR ANIMAIS
ABATIDOS SANITARIAMENTE

MAIS DE
200

CRIADORES INDENIZADOS

1.270

BOVINOS E BUBALINOS
COM BRUCELOSE OU
TUBERCULOSE ABATIDOS

3

EQUINOS COM MORNO OU
ANEMIA INFECCIOSA ABATIDOS

Lei do microprodutor rural

Em 2016, foi publicada a Lei nº 16.971, que concedeu tratamento diferenciado para cerca de 250 mil pequenos agricultores catarinenses que comercializam produtos artesanais ou trabalham com turismo rural. Para ter direito a esse tratamento, o produtor deve atender a uma lista de pré-requisitos. Entre eles, a área da propriedade não pode passar de quatro módulos fiscais, e a agricultura e/ou a pecuária devem ser exercidas pelo grupo familiar como o seu principal meio de subsistência. Também é necessário estar inscrito no Cadastro de Produtor Primário da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sanidade animal

Para manter a sanidade do rebanho catarinense, o Governo do Estado indeniza os proprietários que tiveram animais abatidos sanitariamente.

Além disso, para prevenção e controle do mormo, doença infectocontagiosa de equídeos, a Secretaria da Agricultura e da Pesca estabeleceu novas medidas sanitárias em 2016: para o transporte de equídeos dentro do Estado, a validade dos exames para mormo é de 180 dias, considerando-se que os animais venham de propriedades onde todos os cavalos tenham sido avaliados; caso os equídeos sejam oriundos de propriedades onde os outros animais não passaram por análise, o exame continua tendo validade por 60 dias.

Segurança alimentar

Para levar um alimento mais saudável à mesa dos catarinenses, instituições públicas e privadas se uniram com o objetivo de rastrear produtos agrícolas em Santa Catarina. A partir de um Termo de Cooperação Técnica, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o Ministério Público e outras 28 entidades comprometem-se a desenvolver estratégias conjuntas para fiscalizar os alimentos e coibir desconformidades no uso de agrotóxicos e de outros contaminantes químicos e físicos em vegetais, carnes e derivados distribuídos no Estado.

Câmaras Setoriais da Maricultura e da Pesca

Em busca de ações que fortaleçam a maricultura e a pesca em Santa Catarina, em 2016 o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cederural) reativou as Câmaras Setoriais da Maricultura e da Pesca. Elas atuarão como órgãos consultivos para as ações de valorização e desenvolvimento das cadeias produtivas no Estado. Entre os assuntos tratados pela Câmara Setorial da Maricultura, constam a elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento sustentável da maricultura em Santa Catarina e a implantação do Programa de Rastreabilidade de Moluscos Cultivados. Já a Câmara Setorial da Pesca tratará do ordenamento da atividade pesqueira no Estado, com a revisão de leis e propostas para solucionar entraves enfrentados pelo setor.

Pesquisa e extensão rural

O Estado, por meio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) prestou assistência a cerca de 110 mil famílias rurais em 2016.

A Gestão de Ecossistemas do Programa SC Rural beneficiou 307 propriedades com Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), conservando 1.500 hectares de florestas. A experiência é pioneira no Estado.

Em 2016, o Estado também desenvolveu projetos especiais voltados para a apicultura e a meliponicultura. Ao longo do ano, foram mais de quatro mil produtores atendidos pela extensão rural, além da realização de reuniões e cerca de 50 cursos voltados para o fortalecimento da cadeia produtiva.

Na área de pesquisa, a Epagri contabilizou 324 publicações, 168 projetos executados e cinco novas tecnologias.

Defesa sanitária animal

Em 2016, o Estado, por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), ampliou o sistema informatizado para solicitação da Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA), aumentando o acesso dos produtores que podem solicitar a guia a qualquer hora e dia da semana, sem a necessidade de se deslocarem ao escritório da CIDASC.

A CIDASC investiu ainda em dois laboratórios para diagnósticos na área animal que foram acreditados pelo Inmetro em 2016. Os laboratórios de Chapecó e Joinville já somam mais de 10 mil análises.

Santa Catarina continua a se destacar pelo modelo diferenciado de inspeção de produtos de origem animal. Para atender à demanda das agroindústrias, aumentar a oferta de médicos veterinários e dar mais segurança aos consumidores, o Estado criou normativas próprias. O Regulamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal permite que as indústrias contratem médicos veterinários do setor privado para executar os serviços de inspeção. Esses profissionais devem estar vinculados a uma instituição credenciada pela CIDASC e devem ser habilitados para prestar o serviço. Atualmente, são mais de 460 médicos veterinários, vinculados a dez empresas credenciadas, habilitados a prestar o serviço em todo o Estado, com 35 médicos veterinários da CIDASC atuando na fiscalização.

NÚMEROS DA EPAGRI

MAIS DE
26 MIL

AGRICULTORES CAPACITADOS

490

FAMÍLIAS INDÍGENAS
RECEBERAM ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

133

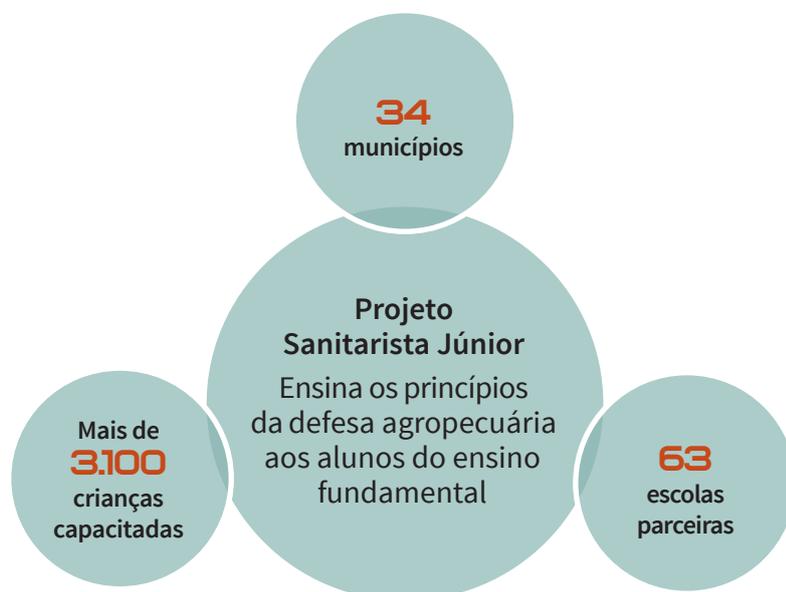
ESCOLAS RURAIS
RECEBERAM OFICINAS DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Defesa Sanitária Vegetal

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal inscreveu novas unidades de produção e de consolidação no sistema de certificação fitossanitária. Por meio do programa, produtores de maçã, banana, pínus, frutas e mudas cítricas, entre outros, conseguiram acessar mercados em todo o Brasil e também exportar a produção catarinense, comercializando mais de 1,5 milhão de toneladas de produtos com aproximadamente 86 mil Permissões de Trânsito Vegetal (PTV) emitidas pela CIDASC.

Em 2016, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina classificou mais de 600 mil toneladas de produtos e subprodutos de origem vegetal. Além disso, a CIDASC capacitou por meio de treinamentos e implantou o Selo de Conformidade CIDASC (SCC) em 22 empresas distribuídas por todo o Estado. O objetivo é atingir principalmente os empreendimentos rurais familiares. O selo presta suporte aos setores da agroindústria que se dedicam à produção, ao processamento e/ou à comercialização de produtos vegetais, visando à oferta de alimentos mais seguros para os consumidores e fortalecendo as marcas catarinenses.

Educação sanitária



Infraestrutura

Obras em andamento

Em 2016, o Governo do Estado deu a largada a grandes obras de infraestrutura. São investimentos em logística que garantem qualidade de vida aos cidadãos e progresso aos empreendimentos que dependem de nossas estradas para escoar a produção.

Implantação da Via Rápida e do Contorno Viário de Criciúma (em andamento)

As duas maiores obras do Governo do Estado no Sul seguem em ritmo acelerado, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2017. A Via Rápida ligará Criciúma à BR-101, garantindo um novo acesso para a entrada e o escoamento da produção. O investimento nessa obra é de cerca de R\$ 117,6 milhões. Outra obra importante para o desenvolvimento da região é o Contorno Viário de Criciúma, com 6,8 quilômetros de extensão. A obra deve aliviar o fluxo de veículos dos municípios da região – os veículos que vêm da Serra não terão mais que entrar no Centro de Criciúma. O investimento previsto do Governo do Estado para essa obra é de R\$ 43,4 milhões.

Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz Florianópolis (em andamento)

O conjunto de obras para o novo acesso ao Aeroporto Hercílio Luz representa um grande avanço para o Sul da Ilha de Santa Catarina, contribuindo para o turismo e garantindo maior mobilidade e também mais qualidade de vida e segurança aos moradores da região. A obra foi dividida em quatro lotes para ganhar mais agilidade. Estão previstos a duplicação em um trecho de 6,48 km, entre o acesso à SC-405 e o terminal do aeroporto, um viaduto em frente ao estádio da Ressacada e a reforma da ponte sobre o Rio Tavares. O investimento total previsto é de R\$ 168 milhões, com recursos do Programa Pacto por Santa Catarina.

Aeroporto Correia Pinto (em andamento)

O Aeroporto Regional de Correia Pinto está passando por obras de pavimentação do acesso entre a seção contra incêndio e a pista de pousos e decolagens. A área já está toda cercada, e a rótula da BR-116 também está praticamente pronta. O aeroporto atenderá à demanda por transporte aeroviário na Região Serrana do Estado, facilitando a ligação e o desenvolvimento da Região.

Aeroporto Regional de Correia Pinto

Foto: Pablo Gomes



Restauração de rodovias na Região Serrana (em andamento)

Uma das principais rodovias de Santa Catarina para o desenvolvimento do turismo e o escoamento da produção, especialmente de maçã, a SC-114 recebeu investimentos de R\$ 205,5 milhões do Governo do Estado ao longo de 130 quilômetros. As obras incluem a reabilitação do trecho de 25 quilômetros entre Lages e Paineira, a restauração de 55 quilômetros entre Paineira e São Joaquim e a reconstrução em concreto de 36 quilômetros entre Otacílio Costa e a BR-282, em Lages. O outro trecho abrange a pavimentação de mais 14 quilômetros da SC-114, entre São Joaquim e a divisa com o Rio Grande do Sul, conhecida como a Rodovia Caminhos da Neve. Trata-se de uma importante rota turística, principalmente no inverno, pois essa rodovia integra as serras gaúcha e catarinense. Além de estimular a vinda de mais visitantes para a região, a rodovia também ajudará na economia e no desenvolvimento das cidades. Também na serra ocorre a restauração dos 51 quilômetros da SC-110 e da SC-390, entre São Joaquim e o alto da Serra do Rio do Rastro. O Governo do Estado, por meio do Programa Pacto por Santa Catarina, está investindo R\$ 28,7 milhões nessa obra.



Caminhos da Neve – SC-114

Fotos: James Tavares/Secom e Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

Porto de Itajaí (em andamento)

O Governo do Estado está investindo cerca de R\$ 110 milhões via Programa Pacto por Santa Catarina em obras de alargamento do canal do Porto de Itajaí. O objetivo é garantir que o local receba navios com até 335 metros de comprimento e manter Itajaí na rota da navegação mundial. Hoje, o limite é para navios de 306 metros, o que faz com que o Porto de Itajaí e demais terminais que formam o complexo portuário percam mercado com o constante aumento no tamanho dos navios que trafegam na costa brasileira.

Duplicação da Avenida Santos Dumont, em Joinville (em andamento)

A Avenida Santos Dumont, um dos gargalos do trânsito de Joinville, está sendo duplicada. Com investimento de R\$ 79,7 milhões do Governo do Estado, o projeto prevê a construção de duas pistas, com três faixas em cada sentido, rotatórias e calçamento. Há ainda a construção de um elevador na Rua Tuiuti, interligando ruas de grande fluxo dos moradores dos bairros Aventureiro, Jardim Paraíso e Jardim Sofia, de forma a garantir o acesso a indústrias, empresas, universidades e outros estabelecimentos comerciais na região.



Obra de duplicação da Avenida Santos Dumont

Foto: Ana Paula Keller

Recuperação da Ponte Hercílio Luz (em andamento)

A recuperação da Ponte Hercílio Luz é um assunto muito discutido em todo o Estado. Totalmente interditada desde 1991, a ponte, por tudo o que significa para Florianópolis e Santa Catarina, tornou-se, ainda nos anos 1990, um Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Brasil, ficando acima de qualquer vontade política. Em outras palavras: conservar, restaurar e recuperar a Ponte Hercílio Luz é uma obrigação legal do Governo do Estado. Desde a sua inauguração, a Ponte Hercílio Luz enfrenta inimigos que, muitas vezes, não são vistos. A ação corrosiva do mar, com o acúmulo de salitre sobre o material da ponte, é um deles. O desgaste natural da estrutura, agravado com o passar dos anos, é outro. E, por fim, o aumento da carga e do número de veículos, muito superior para o qual a ponte foi projetada em 1922.

A necessidade de manutenção preventiva permanente não é exclusividade da Ponte Hercílio Luz. Isso também ocorre com outros grandes símbolos do mundo, como a Torre Eiffel, em Paris, a Estátua da Liberdade, em Nova York, e a Golden Gate Bridge, na Califórnia. E foram os serviços de manutenção preventiva realizados ao longo dos anos que fizeram a ponte, hoje interditada, manter a sua estrutura original após tanto tempo, o que permite, agora, o trabalho de recuperação. Restaurada, a ponte irá então absorver até 20% do trânsito das outras duas pontes, Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, garantindo maior sobrevida ao sistema viário atual de Florianópolis. Além disso, a cidade e o Estado voltarão a ter, no seu dia a dia, o convívio com o seu maior símbolo. E Santa Catarina terá sido protagonista de uma obra que entrará para a história. O prazo de execução é de 30 meses, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2018. No ano de 2016, foram aplicados R\$ 68,9 milhões nessa recuperação. Em março desse ano, foi concluída a construção da estrutura chamada “ponte segura”. Trata-se da implantação de um apoio temporário, cuja finalidade é estabilizar a estrutura da obra original, garantindo a sua integridade e a efetiva conclusão de sua recuperação. Foram instaladas cinco estruturas em formato de treliças entre as quatro torres erguidas abaixo da estrutura

OS NÚMEROS DA PONTE

14.11.1922
INÍCIO DA CONSTRUÇÃO

13.05.1926
INAUGURAÇÃO

819,471
METROS DE EXTENSÃO

339,471
METROS DE VÃO CENTRAL

5 MIL
TONELADAS DE PESO TOTAL

75
METROS É A ALTURA DE
CADA TORRE A PARTIR
DO NÍVEL DO MAR

43
METROS É A ALTURA DO
VÃO CENTRAL A PARTIR
DO NÍVEL DO MAR

Obras na Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis

Fotos: James Tavares/Secom



Obras na Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis

Fotos: Julio Cavalheiro/Secom

original. No final do ano, também foi concluída a etapa de substituição das longarinas e transversinas, peças principais da base. Elas formam uma trama que será o suporte para o piso por onde passarão os automóveis. Até o final da obra, os trabalhos também envolverão o seguinte: reforço das fundações; reforço da estrutura central da ponte; montagem das novas barras de olhal; transferência de carga definitiva (a ponte volta a sustentar o próprio peso); montagem de novo pavimento (pavimento rodoviário e ciclovia) e desmontagem da estrutura provisória.



Rodoviária Rita Maria (andamento)

Marco na história do desenvolvimento da Grande Florianópolis, o Terminal Rodoviário Rita Maria é hoje a única porta de entrada de ônibus na Capital. Cerca de 40 empresas nacionais e internacionais operam no local, que atende diariamente 8 mil passageiros – na temporada de verão, o número aumenta para 12 mil pessoas ao dia. Inaugurado em 1981, o Rita Maria está em obras. Com recursos do Programa Pacto por Santa Catarina, o Governo do Estado já realizou a troca do piso interno, a pintura interna e externa, a recuperação e a impermeabilização da cobertura e a colocação de cercas na área, além disso, está efetuando a pavimentação do pátio e estacionamento. Ao todo, serão aplicados R\$ 13 milhões nessa obra.

Revitalização da SC-157 – Chapecó a União do Oeste

A SC-157 é uma importante rodovia para a região Oeste e para o escoamento da produção. Ela liga Santa Catarina aos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. A revitalização do trecho de 29,2 quilômetros, entre os municípios de Chapecó e União do Oeste, recebeu um investimento de R\$ 49 milhões. A obra faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina, e a rodovia recebeu serviços de recapeamento asfáltico, terceiras pistas, redução de curvas, sinalização, pinturas, ponto de ônibus, calçadas, sarjetas e ornamentação.



Ponte de Ilhota

Com 2,4 quilômetros de extensão, a Ponte de Ilhota mudou a vida da população, que até então utilizava uma balsa para cruzar o Rio Itajaí-Açu. O trajeto, que durava mais de uma hora, agora é feito em poucos minutos. Os trabalhos, que começaram em 2012, incluíram terraplenagem, drenagem e sinalização. O novo acesso à Ilhota liga a BR-470 e a SC-412, e contou com um investimento de R\$ 39,9 milhões. Do valor total investido, o Governo Federal participou com 60%, e o Governo de Santa Catarina teve 40% de participação.

Ponte de Ilhota e acesso ao Município

Fotos: Airton Fernandes e James Tavares/Secom

Revitalização do acesso a Caldas da Imperatriz

A revitalização do acesso a Caldas da Imperatriz é um importante estímulo ao turismo de águas termais, um dos grandes potenciais de Santo Amaro da Imperatriz. Para a população, proporcionará mais segurança e conforto contar com uma rua com ciclovia, sinalização e iluminação novas. O investimento do Governo do Estado de Santa Catarina previsto para essa obra é de R\$ 9,4 milhões, valor que também contemplou a terraplanagem, a pavimentação, a drenagem e trabalhos complementares. A obra faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina.



Acesso a Caldas da Imperatriz

Foto: Julio Cavalheiro/Secom

Restauração da SC-414 no Vale do Itajaí

A obra de restauração da rodovia SC-414 abrange desde a ligação à BR-470, no município de Navegantes, até Luis Alves, no Vale do Itajaí. Para a realização das obras, nos 27 quilômetros de via, foram investidos R\$ 19 milhões. A SC-414 passa por oito localidades rurais de Navegantes e dá acesso a Massaranduba e Blumenau. As obras de recuperação da rodovia consistiram na retirada de todo o asfalto antigo para colocação de uma nova base de pedras, terraplenagem e também nova pavimentação asfáltica, incluindo drenagem e sinalização. É a principal via para escoamento da produção agrícola da região, como cachaça e banana, além de garantir mais conforto e segurança aos usuários que trafegam por ali.



SC-414

Foto: James Tavares/Secom

Contorno de Treviso – SC-446

Foram investidos R\$ 22 milhões no trecho de 6,1 quilômetros da SC-446 que liga os municípios de Treviso e Lauro Müller. Esta obra é uma importante ligação entre o Sul e a Região Serrana do Estado, facilitando a integração e o desenvolvimento dessas regiões. O novo traçado reduziu o percurso entre Criciúma e Bom Jardim da Serra em até 12 quilômetros e será um importante fomento ao turismo das duas regiões.

SC-446

Fotos: James Tavares/Secom



Pavimentação da SC-161 entre Anchieta e Romelândia

Com investimentos de R\$ 35 milhões, foi entregue em 2016 a pavimentação de 20,4 quilômetros da SC-161 entre os municípios de Anchieta e Romelândia. A pavimentação facilitará o acesso desses municípios à BR-282, importante rota de escoamento da produção agrícola da região, assim como impulsionará a realização de novos investimentos e garantirá mais conforto e segurança para quem utiliza a rodovia. A obra teve a implantação de quatro interseções e de três quilômetros de faixa adicional (terceira faixa), segmento de travessia urbana, execução de sistema de drenagem, sinalização viária, paisagismo e recuperação de áreas degradadas.

SC-161

Fotos: Julio Cavalheiro/Secom



Restauração da SC-355

A obra de restauração da SC-355, rodovia que liga os municípios de Videira e Fraiburgo, faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina. Com investimento de R\$ 53,6 milhões, a obra vai contribuir com o escoamento da produção, em sua maioria de grãos e produtos industrializados. O trecho de 23 quilômetros recebeu terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e obras de contenção. Também foram ampliadas as faixas duplas e implantados e melhorados trevos e rotatórias, aumentando a segurança para os usuários que ali trafegam.



Pavimentação da SC-464 no Meio-Oeste

A pavimentação asfáltica do trecho de 17,2 quilômetros da SC-464, entre o município de Salto Veloso e o Distrito de Hercilópolis, em Água Doce, oferecerá as condições necessárias para o desenvolvimento de uma região de muita produção.



Restauração da SC-135 – Tangará a Campos Novos

Após a restauração da SC-135, está mais seguro e mais rápido seguir de Campos Novos a Tangará. A rodovia está novinha e ganhou um trecho de oito quilômetros com três pistas, o que facilitou o trânsito pesado e melhorou o fluxo de veículos na região. A via recebeu também nova pavimentação com asfalto, abrigos para parada de ônibus, além de sinalização e dos trevos de acesso ao município de Ibiama e à comunidade da Bela Vista. Por ali circulam muitos caminhões com grãos, suínos, aves e leite, já que a região é uma das de maior produção agropecuária do Estado. A estrada ajudará nesse escoamento, diminuindo custos e contribuindo com a economia. No trecho de 44 quilômetros, foram investidos R\$ 57,7 milhões.



SC-355, SC-464 e SC-135

Fotos: James Tavares/Secom

Reabilitação de rodovias no Sul

Aproximadamente 38 quilômetros de via foram recuperados em três trechos nas rodovias SC-370 e SC-108, no Sul do Estado. Os investimentos de R\$ 16,6 milhões contemplaram os seguintes trechos: entre os municípios de Gravatal e Tubarão, com 16,51 quilômetros; entre Braço do Norte e Gravatal, com 15,30 quilômetros na SC-370; e da rodovia SC-108, entre Braço do Norte até São Ludgero, com 6,3 quilômetros de extensão.

Pavimentação da SC-390

A rodovia SC-390, que fica entre Pedras Grandes e Orleans, no Sul do Estado, é parte do projeto da Rodovia Serra Mar. São quase 17,2 quilômetros de asfalto que ajudarão a impulsionar várias atividades na região, integrando comunidades e melhorando a logística. O trecho recebeu pavimentação asfáltica, além dos serviços de drenagem, sinalização e obras complementares.

Pavimentação da SC-160

A pavimentação da SC-160, trecho que compreende a comunidade de Bela Vista, em São Carlos, até o entroncamento de Cunhataí com Saudades, faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina. O perímetro de obras compreendeu 2,19 quilômetros e recebeu investimento de R\$ 2 milhões. No local, foram executados os trabalhos de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, sinalização, além de obras complementares.

Pavimentação da SC-436 – Estrada Albertina

Na SC-436, foram pavimentados 7,7 quilômetros. O trecho, que se localiza entre a comunidade São Luiz e a sede do município de São Martinho, é conhecido como Estrada Albertina, por dar acesso ao Santuário da beata Albertina Berkenbrock, localizado no Sul do Estado. A pavimentação da rodovia deve incrementar e desenvolver o turismo religioso nessa região, pois a pequena localidade de São Luiz, onde nasceu a mártir, é foco de peregrinações de milhares de fiéis todos os anos. Além do turismo religioso, o município também tem forte potencial agrícola.



SC-390 e SC-436

Fotos: Jaqueline Noceti/Secom

Outras obras concluídas

Ainda em 2016, foram concluídas outras obras:

- » pavimentação do acesso à comunidade de Padre Réus, em São José do Cedro;
- » restauração da travessia urbana de São Joaquim;
- » melhoramentos em estradas rurais em Santa Rosa de Lima e Angelina;
- » ampliação de ponte sob o Rio Burro Branco, na SC-159, em União do Oeste;
- » pavimentação da pista de pouso e decolagem e pátio de manobras do Aeroporto de São Joaquim;
- » pavimentação da ligação entre o Distrito Barra do Leão, em Campos Novos, com o município de Capinzal;
- » revitalização da SC-390 entre Piratuba e Peritiba;
- » revitalização da SC-410 entre São João Batista e Tijucas;
- » pavimentação da Rua Bonifácio Haendchen, em Gaspar;
- » ampliação da EEB Cruz e Souza, em Tijucas;
- » reforma geral da EEB Senador Renato Ramos, em Palhoça;
- » reforma geral da EEB Nicolina Tancredo, em Palhoça;
- » construção da EEB Frei Manoel Philippi, em Imbuia;
- » ampliação da unidade escolar e do ginásio da EEB General Rondon, em Massaranduba;
- » restauração e ampliação do Museu da Comunicação Catarinense e da Casa do Jornalista;
- » ampliação e reforma da unidade escolar e do ginásio da EEB Regente Feijó, em Lontras;
- » reforma da EEB Sagrado Coração de Jesus, em Tubarão; e
- » reforma e ampliação da EEB Expedicionário Mario Nardelli, em Rio do Oeste.

Indicadores



Rodovias

Santa Catarina é o único estado brasileiro em que todos os municípios possuem pelo menos um acesso rodoviário pavimentado

Malha pavimentada

Malha não pavimentada

Ferrovias

Dutos

Limite dos municípios

Principais cidades

Aeroportos

Infraero

- » Florianópolis
- » Joinville
- » Navegantes
- » Forquilha

Estaduais

- » Jaguaruna
- » Correia Pinto

Municipais

- » Blumenau
- » Caçador
- » Chapecó
- » Concórdia
- » Curitibanos
- » Dionísio Cerqueira
- » Joaçaba
- » Lages
- » Laguna
- » Lontras/Rio do Sul
- » Mafra
- » Três Barras
- » São Francisco do Sul
- » São Joaquim
- » São Miguel do Oeste
- » Videira
- » Xanxerê

Portos

- » Itajaí
- » Itapoá
- » Laguna
- » Imbituba
- » Navegantes
- » São Francisco do Sul

Desenvolvimento econômico sustentável

Crescimento com sustentabilidade

O Governo vem intensificando ações de estímulo à criação de novos negócios e a manutenção de empreendimentos no Estado com o objetivo principal de gerar novos empregos. Ao mesmo tempo, tem investido em programas voltados à sustentabilidade.

Centros de Inovação

O Governo inaugurou em 2016 o primeiro dos 13 Centros de Inovação planejados para consolidar uma cultura inovadora e de empreendedorismo no Estado. O Centro de Inovação Luiz Henrique da Silveira, em Lages, possui quatro mil metros quadrados de área construída. São 35 salas para instalar empresas, mais espaços para coworking e áreas comuns. Além das empresas instaladas, outras poderão utilizar a estrutura para capacitações e consultorias ocasionais.

Outros sete Centros de Inovação estão em construção e contarão com incubadora, aceleradora, coworking, laboratórios de ponta, orientação/mentoria para empreendedores, pesquisa e desenvolvimento (P&D), eventos com escopo em inovação, centro de treinamento e diversos espaços de convivência.

Em construção	Em licitação	Em fase de estudo
» Blumenau	» Brusque	» Criciúma
» Chapecó		» Florianópolis
» Itajaí		» Joinville
» Jaraguá do Sul		» Rio do Sul
» Joaçaba		
» São Bento do Sul		
» Tubarão		



Centro de Inovação Luiz Henrique da Silveira, em Lages, inaugurado em 2016

Foto: Rodrigo de Souza/SDS

PRODEC 2016

1.125

EMPREGOS CRIADOS

SC Bem+ Simples

SC+ENERGIA 2016

20

PROJETOS
CADASTRADOS

1.700

MEGAWATTS
DE ENERGIA

Juro Zero

O Programa Juro Zero já concedeu mais de R\$ 160 milhões em 58 mil concessões de crédito para microempreendedores individuais (MEIs) catarinenses. A ação, coordenada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), disponibiliza empréstimos de até R\$ 3 mil, que podem ser parcelados em oito vezes. Com as sete primeiras pagas em dia, a última é quitada pelo Governo do Estado.

PRODEC

O Programa de Desenvolvimento da Empresa (PRODEC), criado em 1989, concede incentivo à implantação ou à expansão de empreendimentos industriais que possam produzir e gerar emprego e renda em Santa Catarina.

SC Bem Mais Simples

O Governo do Estado instituiu o SC Bem Mais Simples, programa que busca simplificar os processos de abertura de empresas, evitar duplicidades de exigências, harmonizar as competências de cada órgão e, principalmente, reduzir o tempo necessário nos processos. Foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei de Autodeclaração e do Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) em todos os órgãos do Estado, o primeiro do Brasil.

SC+Energia

O SC+Energia tem como objetivo fomentar o investimento de energias alternativas em Santa Catarina, principalmente as consideradas limpas e renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), eólica, solar e biomassa, trazendo novos investimentos para o Estado, gerando riqueza e mais empregos.

Geração de energia

A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) de Santa Catarina concedeu 144 licenças ambientais para empreendimentos de geração de energia limpas, ação que faz parte do Programa SC+Energia, coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). Foram 68 Licenças Ambientais de Operação (LAOs), 42 Licenças Ambientais Prévias (LAPs) e 32 Licenças Ambientais de Instalação (LAIs). A ação inclui procedimentos administrativos e de análise, vistorias, participação em reuniões técnicas, inclusive com o Ministério Público, e audiências públicas, atendendo aos quesitos legais e à execução da política nacional e estadual de meio ambiente.

Bacias hidrográficas – SC Rural

Os Planos das Bacias Hidrográficas em Santa Catarina têm como objetivo fundamentar e orientar a implantação de ações estratégicas para a construção gradativa e participativa das políticas nacional e estadual de recursos hídricos nas bacias hidrográficas. Em 2016, foi iniciada a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, além da modelagem e da metodologia dos planos elaborados. Também estão sendo elaborados os planos de bacia dos rios Camboriú, Itapocu e das Antas.

Molhe na foz do Rio Itapocu

Para minimizar as enchentes na região do Vale do Itapocu e Norte catarinense, o Governo repassou para a Prefeitura de Barra Velha R\$ 2 milhões para a contratação de estudos do projeto executivo e para a primeira etapa nas obras de estabilização da foz do Rio Itapocu.

Qualidade da água do mar

Em 2016, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) aumentou de 199 para 214 os pontos de monitoramento da qualidade da água do mar no litoral catarinense. Foram 18 mil avaliações durante a temporada para análise da água, ar e coliformes fecais.

Parque Estadual das Araucárias

Foi inaugurado no município de São Domingos, no Meio-Oeste, o Parque Estadual das Araucárias, primeira unidade de conservação de araucárias sob a responsabilidade do Governo do Estado. São duas mil araucárias em um espaço que corresponde a 600 campos de futebol. O parque conta com trilhas ecológicas, educação ambiental e atendimento no centro de visitantes.



JUNTA COMERCIAL EM 2016

82.362

EMPRESAS CONSTITUÍDAS

91.444

EMPRESAS EXTINTAS

282.329

SERVIÇOS PROTOCOLADOS

Parque Estadual das Araucárias, em São Domingos: primeira unidade de conservação de araucárias sob a responsabilidade do Governo do Estado

Foto: Rodrigo de Souza/SDS

Turismo

Novos destinos

O turismo de Santa Catarina voltou a ser destaque em 2016 com a criação de duas novas rotas – Caminhos do Alto Vale e Vale das Águas – e com a inclusão de 52 municípios no Mapa do Turismo Brasileiro, que subiu de 132 para 184. Para bem atender aos visitantes que circulam pelo Estado e movimentam a economia, houve investimento em infraestrutura e ações de divulgação, além de incentivo da arte e da cultura catarinenses.

Mapa do turismo



NOTA A

Destinos turísticos: Florianópolis, Bombinhas e Balneário Camboriú receberam letra A do Ministério do Turismo em levantamento divulgado juntamente com a atualização do Mapa do Turismo.

Atendimento ao turista

Três centros de atendimento ao turista (CATs) estão em construção em Santa Catarina. Um deles será na cidade de Garuva. No município, o espaço está sendo construído às margens da BR-101 e terá 229,43 m². A intenção é que o local ofereça informações aos turistas que vêm do Paraná e dos demais estados do Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil e que entram em Santa Catarina pela BR-101.

Outro CAT será construído em Dionísio Cerqueira: serão 453,30 m² para atender à região da fronteira com a Argentina. O terceiro CAT está sendo construído em Itapema. Serão dois pavimentos num espaço de 380,48 m².

Centro de Eventos de Balneário Camboriú

O maior Centro de Eventos de Santa Catarina está sendo construído em Balneário Camboriú. Serão 33,5 mil metros quadrados às margens da BR-101. Há investimentos dos governos federal, estadual e municipal. A previsão é inaugurar o Centro de Eventos em 2017.

Imagem do projeto do
Centro de Eventos de
Balneário Camboriú



Gaudí em Santa Catarina

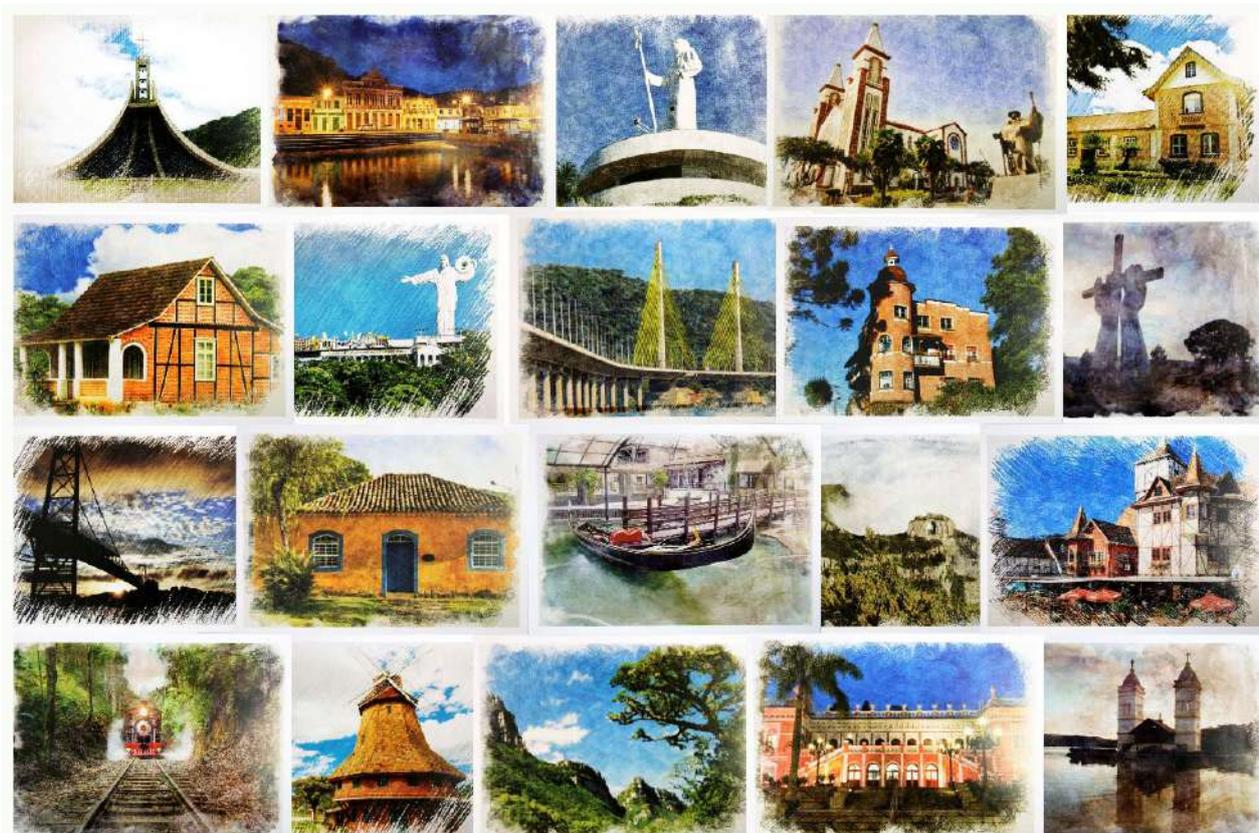
Florianópolis foi a primeira cidade do Brasil a receber a exposição *Gaudí, Barcelona 1.900*. Mais de 40 mil pessoas visitaram a exposição, realizada entre 27 de agosto e 30 de outubro no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).

Programa Mais Cultura

Com o objetivo de incrementar as ações do Programa Mais Cultura, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) realizou em 2016 o chamamento público para a seleção de projetos culturais. As inscrições, voltadas às organizações da sociedade civil que desenvolvam ações de caráter cultural e educativo, ocorreram até o dia 19 de dezembro. Houve a seleção de até 50 projetos, no valor de R\$ 25 mil cada, com propostas de ações sociais, culturais, artísticas ou educacionais.

SC em Cartão Postal

Para complementar as suas ações de divulgação, o Estado lançou uma coleção de cartões postais com alguns dos principais ícones de Santa Catarina. O projeto iniciou há cerca de um ano com 12 postais, e hoje já conta com 20 imagens. Os cartões serão distribuídos em Centros de Atendimento ao Turista e em locais de grande circulação de pessoas.



Fotos: Pedra Furada, Treze Tilias, Balneário Camboriú, Itá: Raquel Santi | Nova Veneza (gôndola), Ponte Anita Garibaldi e Casa de Anita Garibaldi: Eduardo Briedi | Casa de Campo e Palácio Cruz e Sousa: Márcio Martins | Ponte Hercílio Luz: Saul Oliveira | Casa enxaimel (Pomerode): Luiz Francisconi | Santa Paulina: Norberto Cidade (Banco de Imagens da Santur) | Maria Fumaça, Joinville e São Francisco do Sul: Markito (Banco de Imagens da Santur) | Monumento do Contestado: Prefeitura de Irani | Chapecó: Chapecó e Região Convention & Visitors Bureau | Blumenau: Prefeitura de Blumenau | Frei Bruno: Fundação Cultural de Joaçaba | Canyons: Banco de Imagens Santur

Assistência social

Proteção social

Nos últimos anos, o sistema de proteção social ganhou novos equipamentos para garantir dignidade aos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social no Estado. Políticas de combate à fome e de geração de emprego e renda garantem à Santa Catarina o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH).

Centros de Referência

O Governo do Estado inaugurou 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em 2016. Os municípios beneficiados foram Blumenau, Braço do Norte, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Governador Celso Ramos, Herval do Oeste, Ilhota, Itaiópolis, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Meleiro, Orleans, Penha, Praia Grande, Riqueza, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, São Bernardino, São João do Sul, Seara, Tangará, Tijucas, Timbó Grande, Trombudo Central e Tunápolis.

O Estado também entregou seis Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). As cidades beneficiadas foram Camboriú, Campos Novos, Capivari de Baixo, Fraiburgo, Indaial e Palhoça.

CRAS

Unidade pública cuja função é a proteção das famílias para prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Média de 3.500 usuários por mês/unidade.

CREAS

Oferecem orientação e apoio especializado e continuado para quem teve os direitos violados.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Média de 5 mil usuários/unidade.



CRAS de Taiópolis

Foto: ADR de Mafra

Acolhimento

O Governo assinou em 2016 o contrato para execução do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes e Refugiados (CRAI). O objetivo é oferecer acolhimento e atendimento especializado a imigrantes e refugiados como suporte jurídico, apoio psicológico e social, além de oficinas de qualificação profissional. A ação busca promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica dos imigrantes por meio do atendimento especializado a essa população.

Direitos humanos

Foi criado em 2016 o Conselho Estadual de Direitos Humanos com o objetivo de promover e defender os direitos humanos e fomentar as garantias fundamentais, a liberdade individual e a igualdade de direitos civis, culturais, econômicos e sociais.

Combate à fome

Em 2016, o Governo contratou a elaboração de projetos para a construção de equipamentos públicos de segurança alimentar. Serão 10 equipamentos: quatro unidades de apoio à distribuição de alimentos, dois bancos de alimentos, três cozinhas comunitárias e um restaurante popular. As obras integram as ações do Pacto pela Proteção Social e devem receber R\$ 6,9 milhões em investimentos.

O Estado também iniciou em 2016 o monitoramento do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN). Lançado em 2014, o plano visa garantir o direito à alimentação adequada para a população. Quatro oficinas foram realizadas sob a supervisão da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). Além disso, Santa Catarina promoveu o 1º Seminário de Compras Institucionais, capacitando 130 pessoas para iniciar o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Emprego e renda

Inclusão

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) participou em Florianópolis do Dia D, voltado à inclusão de pessoas com deficiência ou que tenham cumprido o Programa de Reabilitação Profissional pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foram realizados 113 atendimentos, com um total de 42 trabalhadores inscritos encaminhados para o empregador. De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Brasil é composta por 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a quase 24% do total. Em Santa Catarina, o estudo apontou a existência de 1,3 milhão de pessoas com deficiência, ou 21,3% da população do Estado, que, em 2010, girava em torno de 6,2 milhões de pessoas.

Artesão

Em parceria com o SEBRAE, o Governo do Estado desenvolveu o Projeto de Fortalecimento do Artesanato de Santa Catarina. O objetivo é que mais trabalhadores possam adquirir a Carteira Nacional do Artesão e, assim, ajudar no combate ao desemprego no Estado por meio do desenvolvimento econômico regional. Atualmente, existem 1.006 pessoas registradas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), sendo 654 artesãos e 352 trabalhadores manuais. O documento permite o acesso dos profissionais a cursos de capacitação, feiras e eventos apoiados pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, além de uma série de benefícios, como a isenção do ICMS dentro do Estado e a possibilidade de o profissional tornar-se contribuinte autônomo para fins previdenciários.

SINE 2016

267.082

PEDIDOS DE
ENCAMINHAMENTO DO
SEGURO-DESEMPREGO

26.164

VAGAS OFERECIDAS



Manoel Petronilho, de 66 anos, foi um dos artesãos que adquiriu a Carteira Nacional do Artesão

Fotos: ASCOM/SST (carteira) e Vitor Shimamura/SST

Santa Renda

O Programa Santa Renda tem o objetivo de complementar a renda dos beneficiários do Bolsa-Família que recebem per capita valor inferior a R\$ 87,00 e que possuem crianças de 0 a 15 anos na composição familiar. Em 2016, o Santa Renda destinou R\$ 9.809.332,00 até 2 de dezembro a 28.568 beneficiários.

Infância e adolescência

Em 2016, o Governo promoveu o 1º Colóquio Estadual de conscientização a doações ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) estadual. O objetivo é sensibilizar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais operadores do Sistema de Garantia de Direitos para expandirem a execução do FIA no Estado. Ao contribuir com o FIA estadual, o cidadão destinará parte do seu imposto de renda devido em favor de projetos sociais que atendam crianças e adolescentes catarinenses em situação de vulnerabilidade. As doações estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto.

Segurança

Reforço ao policiamento

Mesmo em meio a uma crise econômica sem precedentes, em 2016 o Governo de Santa Catarina nomeou 1.362 novos servidores para atuar na segurança pública. Além disso, o Estado investiu em novos equipamentos, viaturas e estrutura física para garantir mais segurança aos catarinenses.



Formatura dos policiais

Foto: Julio Cavalheiro/Secom

NOVOS POLICIAIS

501

POLICIAIS CIVIS (AGENTES, ESCRIVÃES E DELEGADOS)

711

POLICIAIS MILITARES

150

AUXILIARES CRIMINALÍSTICOS E DE LABORATÓRIO PARA O INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

Complexo Administrativo

O Governo do Estado deu continuidade às obras do novo Complexo Administrativo da Segurança Pública, na região continental de Florianópolis. A construção abrigará as sedes da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, do Instituto Geral de Perícias (IGP), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e dos comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. O complexo terá 13 pavimentos, distribuídos em três blocos, com expectativa de ativação em março de 2017. Assim, o Governo do Estado fará uma economia aproximada de R\$ 600 mil mensais, pagos aos aluguéis das salas ocupadas pela Secretaria.

Outras obras

- » Hangar para o helicóptero da 2ª Companhia do Batalhão de Aviação, em Joinville;
- » Quartel do Corpo de Bombeiros Militar em Gaspar, Indaial e Biguaçu;
- » Central Regional de Emergência de Chapecó;
- » Instalações da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso; Divisão de Investigação Criminal; Diretoria de Polícia do Litoral e Instituto Geral de Perícias, em Itajaí;
- » Complexo da Secretaria de Segurança Pública (Delegacia de Polícia, DETRAN e IGP) em Forquilha;
- » Instalações da 7ª Delegacia de Polícia da Capital, da Delegacia do Turista, da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, ao Menor Infrator e ao Idoso e da Central de Plantão de Polícia de Florianópolis;
- » Instalações da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), em São José;
- » Instalações do Quartel da Polícia Militar, em Palhoça;
- » Instalações da Delegacia Regional de Polícia, do Departamento Estadual de Trânsito e do Instituto Geral de Perícias, em Lages.

Serviço aéreo

Desde novembro, as cidades do Sul do Estado contam com o serviço aéreo da Polícia Civil. O Governo de Santa Catarina colocou em operação mais um helicóptero para ajudar em ocorrências, resgates de acidentes e transportes de órgãos para transplantes. O helicóptero está disponível 24 horas por dia, atendendo desde Imbituba até a divisa com o Rio Grande do Sul. É mais agilidade e eficiência no serviço prestado aos catarinenses. A base do Serviço Aeropolicial da Polícia Civil (SAER) em Criciúma é a segunda no Estado. A primeira foi instalada em Chapecó, e hoje representa um dos pilares da região Oeste, quando se fala em serviço de atendimento, resgate e auxílio.

PMSC mobile

A Polícia Militar reforçou o uso do PMSC Mobile. O aplicativo é utilizado por mais de 50% das guarnições policiais para gestão e registro dos atendimentos de ocorrências e providências administrativas de trânsito, eliminando a etapa de inserção dos dados registrados até então em formulários de papel. O objetivo é permitir o envio dos policiais, antes responsáveis pelas atividades administrativas, para atividades operacionais, reduzindo o tempo de envolvimento das guarnições policiais nos atendimentos de ocorrência. Dessa forma, o efetivo policial tem a oportunidade de executar novas intervenções emergenciais, em momentos de grande demanda, ampliando as ações de prevenção ao crime e à violência. O PMSC Mobile é um aplicativo de referência nacional e internacional.

Monitoramento urbano

Foram instaladas 361 câmeras de videomonitoramento em 29 municípios do Estado: Ascurra, Brusque, Caçador, Campo Alegre, Campos Novos, Canelinha, Catanduvas, Cocal do Sul, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Garuva, Grão Pará, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapoá, Lindóia do Sul, Luzerna, Orleans, Pinhalzinho, Quilombo, Rio dos Cedros, São José do Cedro, São Pedro de Alcântara, Seara, Tunápolis, Videira, Capivari de Baixo, Criciúma e Tubarão.

Delegacia virtual

A Delegacia Geral da Polícia Civil, em parceria com o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (CIASC), implantou a Delegacia Eletrônica, permitindo registros on-line dos crimes tipificados como furto e roubo. É mais uma facilidade para o cidadão, diminuindo a cifra de crimes não registrados.

Combate às drogas

O ano em que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), completou 18 anos de atividade em Santa Catarina foi um dos mais importantes de sua história. Pela primeira vez, uma equipe americana do DARE (Drug Abuse Resistance Education) supervisionou um Estágio de Formação de Instrutores PROERD, chancelando a PMSC como centro de treinamento fora dos Estados Unidos da América.

Apesar da redução dos investimentos no PROERD em 2016 e da diminuição significativa do número de instrutores em atuação, o programa, que luta por uma sociedade mais segura, saudável e responsável, conseguiu superar as dificuldades financeiras e demonstrou que o seu sucesso está diretamente ligado ao comprometimento de seus instrutores, que atenderam 78.202 alunos em 2016, totalizando ao longo dos seus 18 anos de existência 1.257.577 catarinense atendidos.



O PROERD EM 2016

78.202

ALUNOS ATENDIDOS

237

MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

2.362

ESCOLAS ATENDIDAS:
2 FEDERAIS, 717 ESTADUAIS,
1.312 ESCOLAS MUNICIPAIS E
331 ESCOLAS PARTICULARES

O PROERD DESDE O INÍCIO

1.257.577

CRIANÇAS ATENDIDAS

Formatura de 2 mil alunos do PROERD em Brusque

Foto: Arquivo da Coordenação Estadual do PROERD

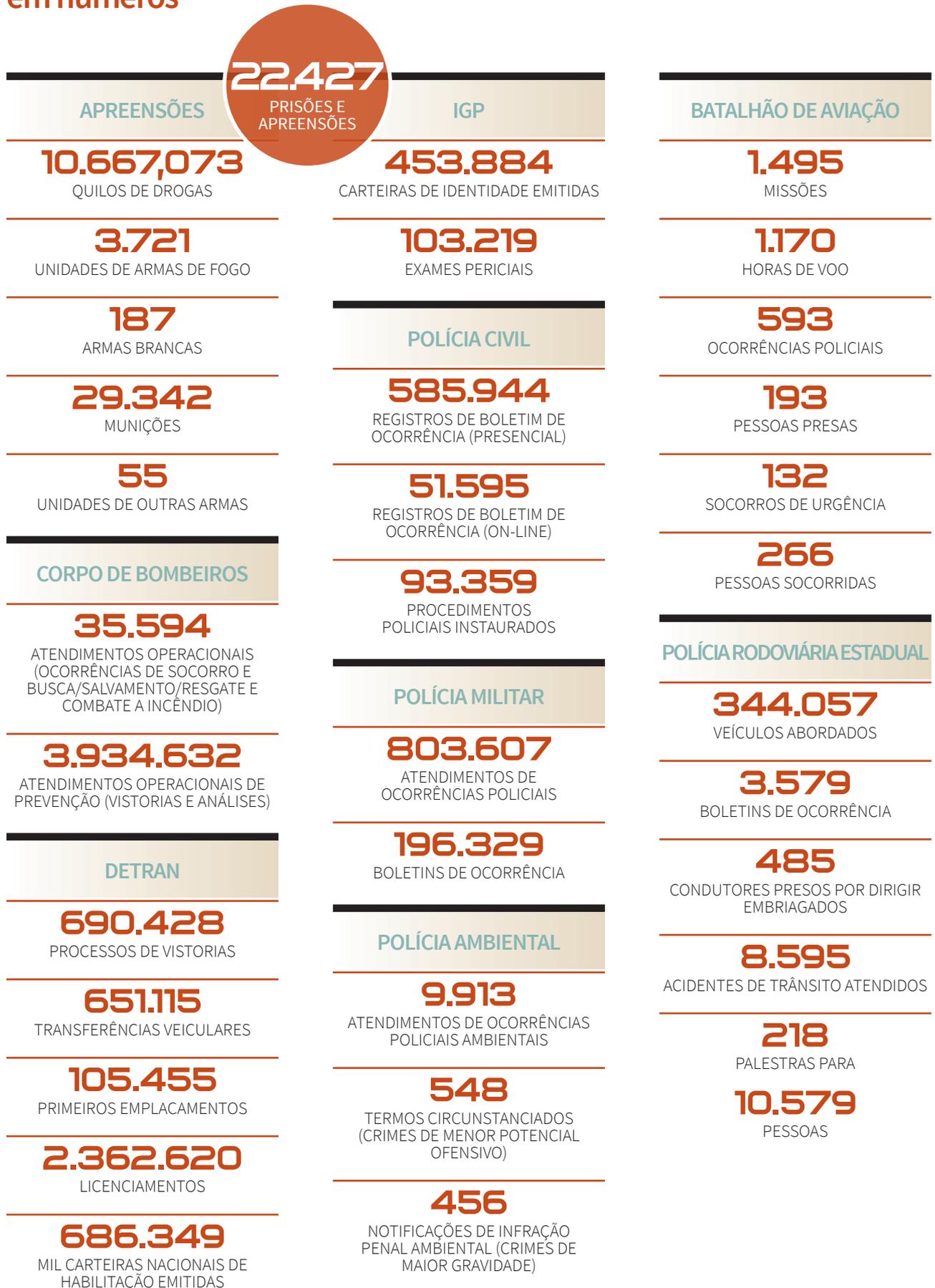
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL****125.741**PESSOAS ATINGIDAS
PELO PROJETO EM 2016**645**ALUNOS DE 12 A 14
ANOS FORMADOS NO
ANO NO PROGRAMA
PROTETOR AMBIENTAL**4.200**ALUNOS DE 12 A 14 ANOS
FORMADOS DESDE O
INÍCIO DO PROGRAMA
PROTETOR AMBIENTAL**Educação Ambiental**

Sob a premissa de que ninguém preserva o que não conhece, a Polícia Ambiental realiza palestras de educação para a comunidade com o intuito de estimular a preservação da natureza. Em 2016, o projeto chegou a 125.741 pessoas. O órgão também desenvolve o Programa Protetor Ambiental, que já formou 4.200 alunos entre 12 e 14 anos, 645 dos quais em 2016.

Aquisições:

- » 26 viaturas e oito veículos aéreos não tripulados (drones) para ações de fiscalização ambiental em todo o território catarinense
- » 39 viaturas por meio de convênios com os municípios e a União para ações de preservação da ordem pública
- » duas viaturas em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar em estabelecimentos que comercializam gás liquefeito de petróleo (GLP)
- » caminhão, tendas sanfonadas, drones, barracas de campanha, contêineres, entre outros, para uso do Batalhão de Ajuda Humanitária, composto por policiais militares do Estado que se reúnem na ocorrência de catástrofes com a finalidade de minimizar danos e prejuízos à sociedade catarinense
- » munição letal para atender às atividades operacionais e à demanda anual dos cursos da Academia de Polícia Civil
- » arco cirúrgico em “C”, equipamento que auxilia na busca de projéteis de arma de fogo durante o procedimento de necropsia pelo IGP

Segurança em números





Justiça e cidadania

Dignidade garantida

Santa Catarina é referência na ressocialização dos presos com estruturas preparadas para garantir dignidade aos detentos. Em 2016, foram inauguradas duas novas penitenciárias, que se juntam a outros complexos já considerados modelo para outros estados.

O sistema prisional catarinense em números

HCTP

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) foi criado na década de 70 por exigência do Código Penal vigente. Hoje possui aproximadamente 80 internos cumprindo medida de segurança e realiza uma média de 1.400 perícias (exame de sanidade mental, exame de dependência toxicológica e laudo de cessação de periculosidade) por ano.

No último ano, o sistema prisional de Santa Catarina sofreu um aumento da massa carcerária na média de 3 presos por dia.

9,2%
dos presos no Estado estão estudando (a média do País é 8,7%)

159%
foi o aumento de presos estudando de 2011 para 2016

3.718
2016
212
2011
Número de presos inscritos no ENEM

2,2 MIL
Estudando

19,9 MIL
reeducandos

38%
Trabalhando

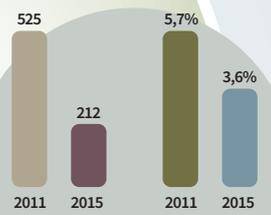
2,6 MIL
Agentes penitenciários

Aproximadamente 6.700 reeducandos exercem atividades laborais em Santa Catarina. É a maior média do País, segundo o levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional. São mais de 240 convênios com empresas privadas e públicas. Esse percentual não computa os presos em regime aberto, uma vez que estes não estão recolhidos nas unidades prisionais.

52 MIL
Escoltas/ano

Audiências judiciais, transferências, tratamento de saúde, atividades sociais (cartório, relatórios, etc.).

Fugas Evasões



60%
foi a redução no número de fugas entre 2011 e 2015

63%
foi a redução no percentual de presos que usufruíram do benefício de saída temporária e não retornaram entre 2011 e 2015

Novas penitenciárias

Duas obras de grande porte foram inauguradas em 2016 com estruturas voltadas para a ressocialização do preso: a Penitenciária Industrial de Blumenau e a Penitenciária Industrial de Chapecó. As duas unidades seguem os padrões exigidos pela Lei de Execuções Penais (LEP) com áreas de saúde, educação, oficinas de trabalho e espaço de vivência. As novas penitenciárias também estão de acordo com as normas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais.

Referência nacional

Técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), vinculado ao Ministério da Justiça, estiveram em Santa Catarina para uma visita técnica em unidades prisionais com o objetivo de colher subsídios para a implantação de uma linha específica de financiamento e de melhorias para o sistema prisional brasileiro. A visita selou o trabalho conjunto que vem sendo realizado entre os governos federal e estadual e empresários catarinenses para impulsionar o crescimento do Programa de Ressocialização pelo Trabalho no sistema prisional catarinense, que já é considerado referência nacional.

Penitenciária-modelo

Representantes dos governos de Rondônia, Distrito Federal e Ceará estiveram na Penitenciária Sul, em Criciúma, e no Complexo da Canhanduba, em Itajaí, para conhecer o sistema penitenciário catarinense, hoje considerado modelo no Brasil.

Operação Presença

Foi anunciada, no dia 13 de dezembro, o lançamento da Operação Presença 2016, ação estratégica e preventiva realizada nas 50 unidades prisionais de Santa Catarina. A operação teve início em 16 de dezembro de 2016 e foi até 8 de janeiro de 2017, envolvendo uma equipe de mais de 600 agentes do Departamento Estadual de Administração Prisional (DEAP). Na oportunidade, também foram entregues nove viaturas adaptadas para o transporte de presos (dois são veículos para gestantes e mulheres no período pós-parto) e 625 armas, além da assinatura das ordens de serviço para a construção da nova Penitenciária Industrial de Tijucas, com 628 vagas, e do novo bloco carcerário no presídio de Joinville, com 145 vagas.



Penitenciária Industrial de Chapecó inaugurada em 2016

Foto: Jaqueline Noceti/Secom

ADQUIRIDOS EM 2016

2,1 MIL

KITS DE UNIFORMES COMPLETOS
(CALÇA TÁTICA, CAMISETA,
COTURNO, CINTO E BORNAL)

17

VIATURAS PARA O
TRANSPORTE DE PRESOS

11

VIATURAS PARA USO
SOCIOEDUCATIVO

Capacitação e formação

Um total de 1.292 servidores recebeu capacitação em 2016. Além dos cursos de formação inicial para agentes penitenciários e técnicos administrativos, a Academia de Justiça e Cidadania (ACADEJUC) realizou em Blumenau, Chapecó e Criciúma o curso de Técnicas Operacionais Penitenciárias para formação e capacitação dos agentes.

ENEM bate recorde em Santa Catarina

Pelo sexto ano consecutivo, o número de inscritos no ENEM bate recorde em Santa Catarina com 3.718 apenados cadastrados para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM - PPL), 56% a mais do que em 2015. O resultado dessa prova pode dar acesso ao ensino superior para muitos presos, que terão a oportunidade de estudar, trabalhar e ter uma vida digna longe do crime.

Penas alternativas

O Programa Centrais de Penas e Medidas Alternativas de Santa Catarina (CPMA) realizou 92.366 atendimentos desde a sua criação, em 2010, até agosto de 2016. Atualmente, são 3.888 processos ativos no Estado com 1.563 instituições parceiras. A pena alternativa procura se aproximar da ressocialização, além de ser mais econômica aos cofres públicos. Ela é destinada ao cidadão que cometeu crime de menor potencial ofensivo e que não oferece risco à sociedade.

Curso da Academia de Justiça e Cidadania, presos estudando e beneficiário das Centrais de Penas e Medidas Alternativas de Santa Catarina

Foto: arquivo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania



Tornezeleiras eletrônicas

A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por meio do Departamento de Administração Prisional (DEAP), implantou em 2016 o sistema de monitoramento de presos provisórios com o uso de tornozeleiras eletrônicas. O projeto terá a duração de 24 meses, e serão utilizadas 150 tornozeleiras.

Novas estruturas para o adolescente

Em 2016, foi concluído em Chapecó o prédio do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), com 40 vagas, e do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP), com 20 vagas, unidades de atendimento de adolescentes em conflito com a lei. As novas estruturas garantem escola, curso profissionalizante, médico, dentista e psicólogo, favorecendo a reinserção do jovem na sociedade. Para atender à região Sul, o Estado também iniciou a obra do CASE de Criciúma.



Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó

Foto: SECOM

Unidades Socioeducativas de Santa Catarina

 5 Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE)	 14 Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP)	 9 Casas de Semiliberdade
Grande Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó e Criciúma (em construção)	Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São José do Cedro, Tubarão e Xanxerê	Araranguá, Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages
Objetivo: cumprir medida de internamento de adolescentes	Objetivo: afastar o adolescente do convívio sociofamiliar antes da sentença, em entidade destinada especificamente a esse fim, pelo prazo máximo de 45 dias	Objetivo: permanência do adolescente em estabelecimento determinado pela autoridade judiciária, com possibilidade de realização de atividades externas e obrigatórias para escolarização e profissionalização

Bloqueio de telemarketing

Em 2016, os consumidores catarinenses passaram a ter a opção de solicitar bloqueio de ligações de telemarketing por meio de um link disponibilizado no site do Procon estadual e pelo preenchimento de um cadastro. A inscrição pode ser feita pelo titular da linha telefônica (linha fixa ou celular) ou do correio eletrônico.

Defesa civil

Prevenir e remediar

Santa Catarina vem apostando no uso de tecnologias para prever, conter e amenizar os efeitos de desastres naturais. Além de radares meteorológicos, casas modulares e pontes pré-fabricadas ajudam famílias em situação de vulnerabilidade provocada por chuvas, granizo e vento forte.

Eventos climáticos

O clima de 2016 colaborou com os cidadãos de Santa Catarina em comparação ao ano anterior. Em 2016, foram registradas 30 decretações de ocorrências de eventos climáticos que causaram prejuízos em 27 municípios catarinenses. Já em 2015, o número foi bem maior: 154 decretos chegaram à Defesa Civil.

Kits de transposição

A Defesa Civil instalou 79 kits de transposição de obstáculos em 2016, beneficiando 61 municípios. A estrutura é pré-fabricada e protendida com cabos de aço, suportando 75 toneladas. A montagem é rápida e pode ser realizada em até 2 horas. O fornecimento da estrutura serve para o restabelecimento de acessos destruídos por desastre. Na prática, o município constrói as cabeceiras, e o Estado cede o kit de transposição. Desde 2013, já foram instalados mais de 270 kits em Santa Catarina em mais de 170 municípios.

Kit de transposição de obstáculos instalado em Nova Veneza

Foto: Rosinei da Silveira



Assistência humanitária

Em 2016, a Defesa Civil prestou assistência humanitária para municípios que precisaram de ajuda por conta de desastres climáticos:

- » Em maio, Ponte Alta do Norte sofreu danos após a passagem de um vendaval e recebeu 70 cestas básicas, 280 kits de higiene, 1.500 telhas, 47 pacotes de pregos, 70 kits de limpeza, 200 colchões de solteiro, 200 kits de acomodações para solteiro e 5 rolos de lona de 600 m² cada.
- » Em outubro, outro vendaval voltou a afetar Santa Catarina, causando danos a várias famílias. Fraiburgo, no Oeste, recebeu 37.228 telhas de fibrocimento, 600 pacotes de pregos, 2.300 parafusos para as telhas e 28 rolos de lona.
- » Também em outubro, a cidade de Tubarão, no Sul do Estado, recebeu 12.300 telhas de fibrocimento da Defesa Civil catarinense. Para a cidade, foram destinados ainda 123 rolos de lona, 100 kits de cesta básica, 100 kits de limpeza e 400 kits de higiene pessoal.

O Estado também enviou 57 rolos de lona para outros 21 municípios. No total, foram 329 rolos de lona e 51.028 telhas fornecidos aos municípios catarinenses em 2016.

Item	Município				Total
	Ponte Alta	Fraiburgo	Tubarão	Outros	
Cesta básica	70		100		170
Colchões	200				200
Kits de acomodação	200				200
Kits de higiene	280		400		680
Kits de limpeza	70		100		170
Pacotes de pregos	47	600			647
Parafusos		2.300			2.300
Rolos de lona	5	28	123	173	329
Telhas	1.500	37.228	12.300		51.028

Itens de assistência humanitária fornecidos em 2016

Casas modulares

Em 2016, a Defesa Civil de Santa Catarina instalou 87 casas modulares nos seguintes municípios.

Município	Número de Casas Modulares Entregues em 2016
Abdon Batista	17
Coronel Freitas	6
Itá	8
José Boiteux	23
Orleans	9
Ponte Alta do Norte	3
Santo Amaro da Imperatriz	1
Saudades	11
Sombrio	5
Vitor Meireles	4
Total	87

As moradias foram entregues para famílias de vulnerabilidade social que estavam em área de risco ou que tiveram as suas residências danificadas devido a um evento climático adverso. Assim, essas famílias foram transferidas para fora da área de risco. Na prática, o município é responsável pelo terreno e pela infraestrutura (terraç�anagem e instalação de água, luz e esgoto), e o Estado instala a casa. As casas têm 42,81 metros quadrados, são resistentes a fortes ventos (de até 180 km/h) e granizo, e são também antichama.

De 2014 a 2016, foram entregues 428 casas pela Defesa Civil para 41 municípios catarinenses.

Casa modular construída em Itá

Foto: Adilson de Oliveira



Barragens

A Defesa Civil gerencia três barragens em Santa Catarina: José Boiteux, Ituporanga e Taió.

- » **José Boiteux:** com 58,50 metros de altura, a barragem tem capacidade para armazenar 357 milhões de metros cúbicos de água e possui duas comportas. Ela serve para evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente dos rios Hercílio ou Itajaí do Norte.
- » **Ituporanga:** a barragem passou por uma sobrelevação em dois metros em 2016. Agora, a sua altura é de 45,5 metros. O volume de água armazenada também aumentou de 93 milhões para 110 milhões de metros cúbicos. A estrutura possui cinco comportas e tem como objetivo evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente do Rio Itajaí do Sul.
- » **Taió:** a barragem também foi sobrelevada em dois metros. Sua altura aumentou para 27 metros, e a capacidade de armazenamento subiu de 83 milhões para 100 milhões de metros cúbicos de água. Ela possui sete comportas e recebeu um canal extravasor. A obra serve para evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente do Rio Itajaí d'Oeste.



Barragem de Taió, que foi sobrelevada em dois metros, e a barragem de Ituporanga

Fotos: Jair Giovanela e Diogo Fernando Lenzi

“Não é sorte, é trabalho”

Betina Giehl Zanetti Ramos, empreendedora da Nanovetores Tecnologia, de Florianópolis

O dito popular cai bem para Betina Giehl Zanetti Ramos, diretora de tecnologia da Nanovetores, de Florianópolis. Em plena crise, sua empresa conquistou mercado em mais de uma dezena de países. Já são 26, incluindo uma filial nos Estados Unidos e tratativas para abrir outra na Suíça. O número de clientes alcançou a marca de 1.500 ativos. Na contramão da maioria, em vez de demitir, Betina contratou mais gente. O reconhecimento chegou logo. Em 2016, a Nanovetores foi vencedora do Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador como Melhor Empresa Graduada. Além disso, figurou na segunda posição do ranking das pequenas e médias empresas que mais crescem no Brasil, elaborado pela consultoria Deloitte e publicado pela revista Exame. Entre 2013 e 2015, o salto da receita líquida foi de 658%. A receita para superar a crise é antiga: cortar despesas, definir muito bem os investimentos e, principalmente, manter-se preparada para não perder o fôlego. E que fôlego!

SANTA CATARINA EM 2016

Aspectos econômicos



A economia catarinense

A economia de Santa Catarina se diferencia da dos demais estados brasileiros pela sua diversificação e dispersão das atividades em seu território. Também conta com uma grande participação de pequenos empreendimentos e com trabalhadores e empresários relativamente mais bem qualificados.

A variedade de clima e relevo bem como a influência de uma formação cultural variada contribuíram para um modelo de desenvolvimento econômico bastante difuso e diversificado.

Esse perfil socioeconômico tem permitido ao Estado não somente a obtenção dos melhores indicadores de educação, saúde e segurança pública, mas também uma maior resiliência diante das crises que afetam o País.

Também por contar com contínuos aportes em infraestrutura e com um governo com finanças organizadas, Santa Catarina tem conseguido manter o menor nível de desemprego do País e se conserva competitiva na atração de investimentos e de novas empresas, apesar da forte recessão que atingiu o País recentemente.

Ainda assim, a economia catarinense, por ser muito atrelada ao mercado interno e sujeita às decisões da política econômica de Brasília, vem sofrendo fortemente os efeitos dessa crise.

A retração de 2015 e 2016 provavelmente será a maior já registrada na história do País. Contudo, cada vez mais, sinais indicam que o pior passou e que um novo ciclo, agora positivo, começa a se delinear.

Incertezas ainda pairam, mas os principais obstáculos parecem ter sido superados, haja vista a confiança na economia, que se recupera rapidamente, e os riscos associados ao Brasil, que caem gradualmente.

Assim, pouco a pouco se organiza uma nova dinâmica na economia com uma crescente perspectiva de retomada do crescimento, embora as evidências indiquem que seja de forma lenta e gradual.

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) estadual atingiu R\$ 242,6 bilhões em 2014, registrando um crescimento real de 2,4%. O Estado posicionou-se como a sexta economia do País, contribuindo com 4,2% do total nacional.

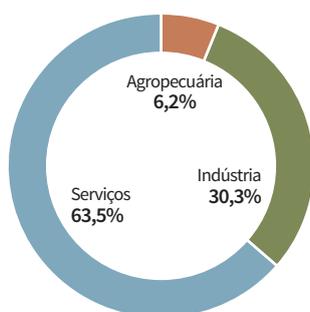
O setor de serviços é a principal atividade econômica de Santa Catarina, representando 63,5% do total produzido em 2014. A indústria participou com 30,3%, e a agropecuária, com 6,2%. Esses valores observados são os últimos oficiais disponíveis.

Em 2015, a economia catarinense sofreu os efeitos da crise econômica e política que atingiu o País. A crise cresceu e se intensificou ao longo daquele ano, chegando ao seu ápice no último trimestre. As estimativas apontam para uma retração de 5,1% do PIB e foram baseadas nos principais indicadores da atividade econômica disponíveis no Estado. O resultado deveu-se principalmente à forte retração na indústria de transformação (em especial a metalúrgica, de máquinas, têxtil e automotiva), na construção civil e no comércio.

Para 2016, indicadores parciais disponíveis até janeiro de 2017 sinalizam outra retração de semelhante grandeza. Além dos setores que retraíram em 2015, somou-se a agricultura, que teve queda na produção. Os serviços retraíram 6%, a indústria total 3,9% e a agropecuária 2,8%. O crescimento da pecuária, da indústria de alimentos e dos serviços industriais de utilidade pública não foi suficiente para compensar a retração dos demais setores.

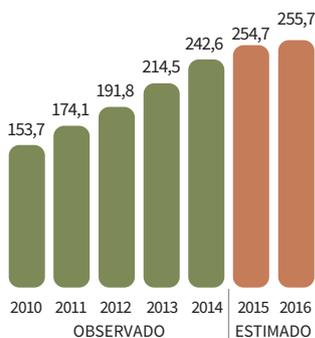
PIB de Santa Catarina por setor em 2014

Fonte: IBGE/Contas Regionais e SPG/SC



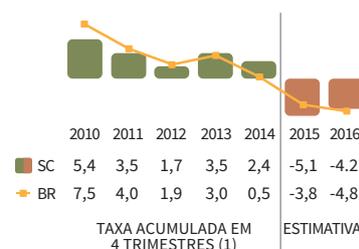
Produto Interno Bruto de Santa Catarina – Base 2010 (R\$ bilhões)

Fonte: IBGE, SPG/SC E SEF/Diretoria de Planejamento Orçamentário (estimativa de PIB 2015 e 2016)



Taxa de crescimento real do PIB (%)

Fonte: IBGE, SPG/SC e SEF/Diretoria de Planejamento Orçamentário (estimativas de PIB 2015 e 2016) e Banco Central do Brasil (estimativa de PIB Brasil 2016)



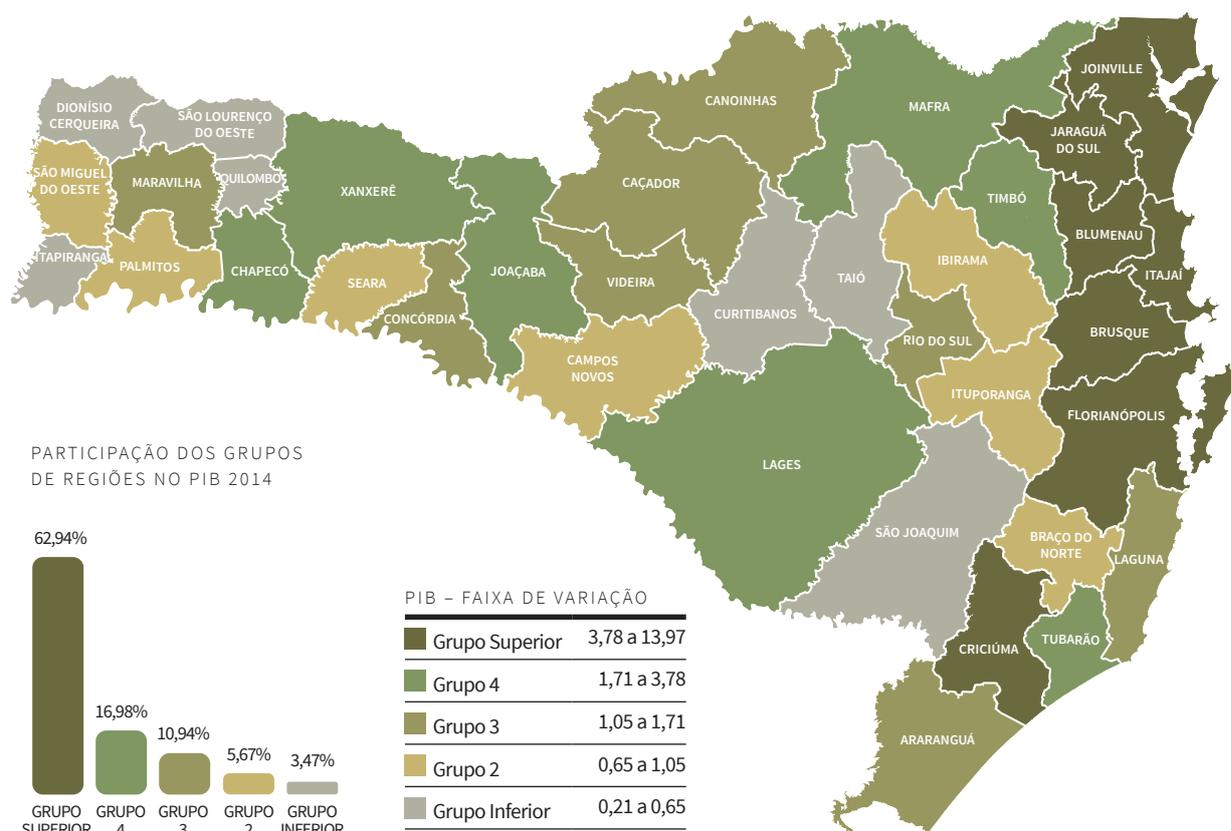
Distribuição espacial do PIB

Apesar de Santa Catarina se distinguir entre os demais estados brasileiros pelo relativo equilíbrio na distribuição da sua economia pelo território, observa-se um claro e crescente adensamento na região litorânea. Assim, as regiões administrativas da Grande Florianópolis, de Joinville, Itajaí, Blumenau, Criciúma, Jaraguá do Sul e Brusque concentravam, em 2014, 62,9% do PIB estadual, acima, portanto, dos 60,9% que concentravam em 2013.

A indústria tem expressiva concentração na região de Joinville e de Blumenau (26%). Apesar dessa concentração regional, Santa Catarina é o estado brasileiro onde a indústria de transformação configura-se como a maior atividade econômica em 33% dos seus municípios, sendo a melhor distribuição da indústria entre os estados da Federação.

Os serviços estão concentrados nas regiões de Florianópolis, de Joinville e de Itajaí (37%), enquanto a agricultura é a atividade que está mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste do Estado.

Distribuição espacial do PIB segundo as regiões administrativas – Santa Catarina – 2014



Participação dos cinco maiores municípios no PIB de Santa Catarina e colocação no ranking em 2014

Fonte: IBGE/PIB municipal

Os cinco maiores municípios do Estado concentravam 34,5% do PIB estadual em 2014 e têm perfil predominantemente industrial ou de serviços.

Município	Participação	Ranking
Joinville	10,13%	1
Florianópolis	7,14%	2
Itajaí	7,06%	3
Blumenau	6,91%	4
São José	3,29%	5

No que se refere ao PIB per capita, Santa Catarina se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2014 de R\$ 36.056,00. Naquele ano, o último que permite a comparação entre os estados, Santa Catarina tinha o quarto maior PIB per capita brasileiro, apenas superado pelo Distrito Federal e por São Paulo e Rio de Janeiro.

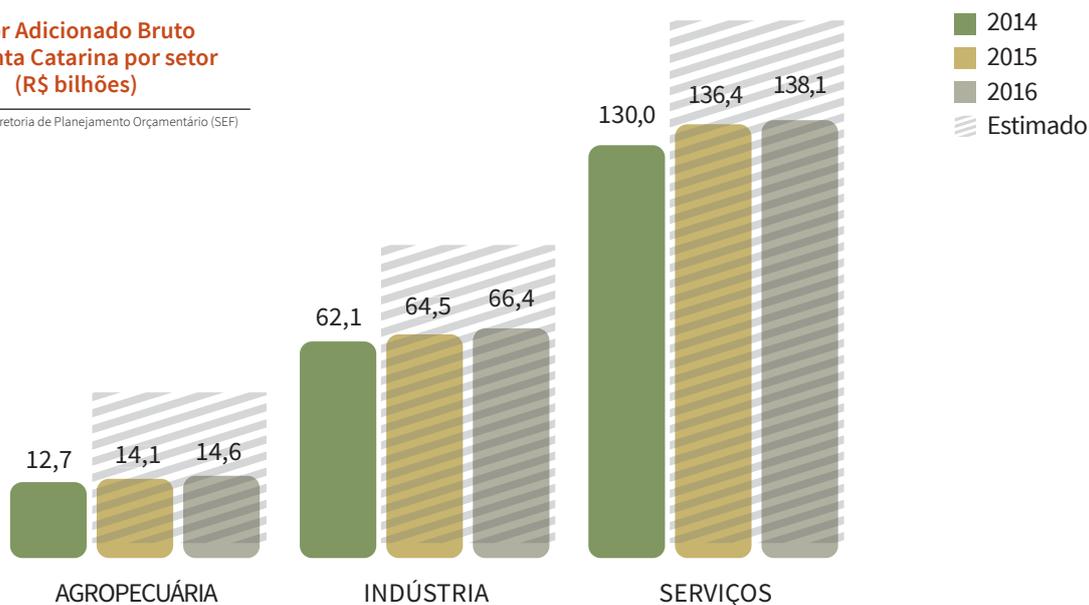
O PIB per capita do Estado em 2014 era 28% maior do que o brasileiro, enquanto em 2002 era apenas 15% acima. Vale destacar que entre 2002 e 2014 a população estadual cresceu 20,3%, enquanto a brasileira teve um crescimento de apenas 14,9%.

Valor adicionado bruto por setor econômico

As estimativas para 2015 apontam uma produção do setor de serviços equivalente a R\$ 136,4 bilhões, ou 63,4% do total produzido no Estado. A indústria gerou R\$ 64,5 bilhões (30%), e a agropecuária, com uma participação de 6,6%, gerou R\$ 14,1 bilhões.

Valor Adicionado Bruto de Santa Catarina por setor (R\$ bilhões)

Fonte: IBGE e Diretoria de Planejamento Orçamentário (SEF)



Setor Terciário

O setor de serviços é o maior no Estado, com uma participação de 63,5% no PIB em 2014. Entre as suas atividades, a principal era comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 25,3% no PIB do setor.

Atividade econômica dos serviços	Serviços		Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) dos serviços de SC no Brasil
	2014	Participação (%)		
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	32.837,0	25,3	16,0	4,9
Transporte, armazenagem e correio	8.885,6	6,8	4,3	3,9
Alojamento e alimentação	3.813,1	2,9	1,9	3,1
Informação e comunicação	5.399,8	4,2	2,6	3,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7.203,1	5,5	3,5	2,3
Atividades imobiliárias	20.960,8	16,1	10,2	4,5
Serviços prestados às empresas	12.354,2	9,5	6,0	3,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	26.466,1	20,4	12,9	3,2
Educação e saúde mercantis	6.328,1	4,9	3,1	3,3
Outros serviços	5.785,5	4,4	2,8	3,9
Total	130.033,3	100,0	63,5	3,7

Em 2014, Santa Catarina contribuiu com 3,7% dos serviços produzidos no País, entretanto, algumas de suas atividades superaram essa média. É o caso do comércio, com 4,9% da produção nacional, das atividades imobiliárias, com 4,5%, e dos transportes, armazenagem e correio, com 3,9%.

Santa Catarina - Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas dos serviços, contribuição das atividades no VAB e participação no Brasil em 2014 (R\$ milhões)

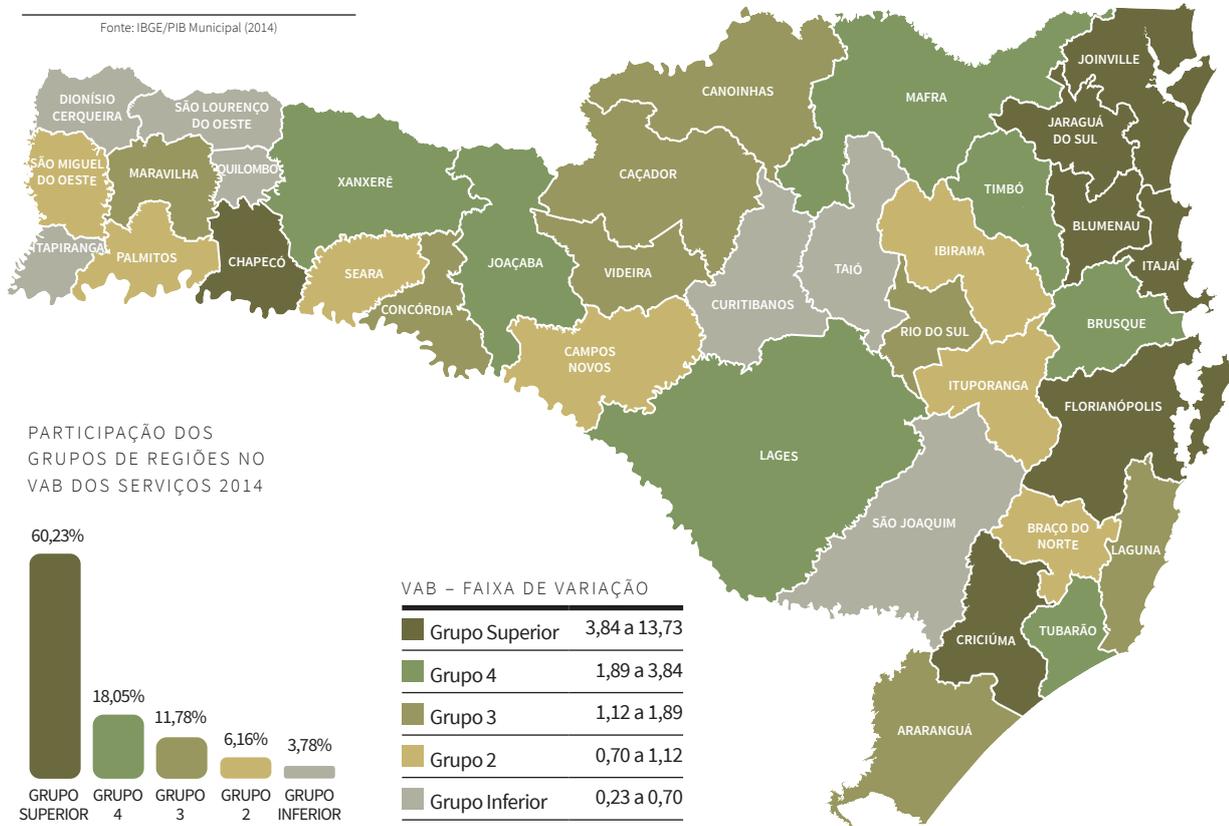
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Distribuição espacial dos serviços

O setor de serviços também é bastante concentrado nas regiões litorâneas. Na Grande Florianópolis, que concentra a administração pública, os serviços de saúde e educação, o comércio, os serviços financeiros e turísticos do Estado, a produção de serviços tem maior expressão. A Grande Florianópolis, juntamente com a região de Joinville (comércio e outros), de Itajaí (serviços portuários) e de Blumenau (diversos), respondia, em 2014, por 46% da produção de serviços do Estado. As sete maiores nos serviços, que além das anteriores incluem Criciúma, Jaraguá do Sul e Chapecó, juntas respondiam por 60% da produção do setor em 2014.

Distribuição espacial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor de serviços segundo as regiões administrativas em 2014

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2014)



Em 2014, Florianópolis foi o maior município produtor de serviços do Estado, com 9,78% do total. Seguem no ranking Joinville, Blumenau, Itajaí e São José, que juntos geraram 27,05% do valor dos serviços estaduais.

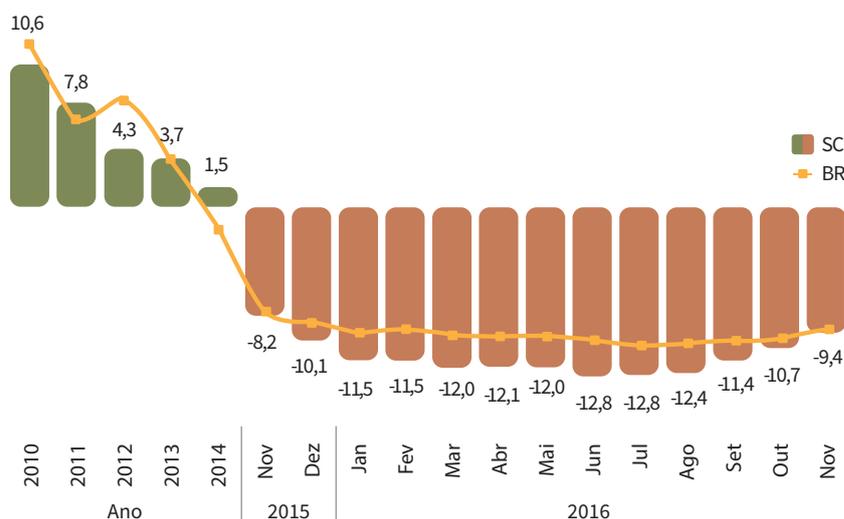
Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor de serviços em 2014

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2014)

Município	Participação	Ranking
Florianópolis	9,78%	1
Joinville	9,32%	2
Blumenau	7,41%	3
Itajaí	6,48%	4
São José	3,84%	5

Evolução das vendas do comércio varejista catarinense

O volume de vendas no comércio varejista é um importante indicador da atividade econômica e reflete o comportamento da renda, do emprego e da confiança na economia catarinense.



Volume de vendas do comércio varejista ampliado. Taxa percentual de crescimento acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Comércio

Observa-se, desde 2014, uma rápida retração das vendas do comércio varejista ampliado. No acumulado de 12 meses até novembro de 2016, o volume das vendas caiu 9,4% em comparação com o período anterior, taxa esta que já esteve ainda mais acentuada ao longo do ano. Essa retração deveu-se à diminuição do poder de compra das famílias, ocasionada pela inflação, pelo desemprego e pelo crédito escasso e caro. Também contribuíram para isso o endividamento elevado das famílias e a crise de confiança que atingiu a economia do País.

Setor secundário

O setor secundário consiste na agregação das atividades da indústria extrativa mineral, da indústria de transformação, da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, esgoto e limpeza urbana (SIUP), e também da construção civil.

Esse setor é o segundo maior da economia do Estado, com uma participação de 30,3% no PIB em 2014. Entre as suas atividades, a principal é a indústria de transformação, que gerou 73,2% do valor adicionado do setor, seguida pela construção civil, com 18,7%. Isoladamente, a participação da indústria de transformação no PIB estadual foi de 22,2%.

Santa Catarina participou com 5,3% da produção industrial do País em 2014, em comparação com 4,9% no ano anterior. A indústria da transformação, exclusivamente, produziu 7,6%, ao passo que no ano anterior essa produção foi de 7,1%. Já os serviços industriais de utilidade pública produziram 4,5%, a construção civil 3,8% e a extrativa 0,4%.



Atividade econômica da indústria	Indústria		Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) da indústria de SC no Brasil
	2014	Participação (%)		
Indústrias extrativas	756,41	1,2	0,4	0,4
Indústrias de transformação	45.502,70	73,2	22,2	7,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.219,53	6,8	2,1	4,5
Construção civil	11.644,00	18,7	5,7	3,8
Total	62.122,60	100,0	30,3	5,3

Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas da indústria de SC, contribuição das atividades no VAB e participação no Brasil em 2014 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Distribuição espacial da indústria

A economia industrial do Estado está distribuída em diversos polos, o que contribuiu para proporcionar padrões de desenvolvimento mais equilibrados entre as suas regiões quando comparado com outros estados da Federação.

No entanto, o parque industrial catarinense vem cada vez mais se concentrando nas regiões litorâneas, especialmente no Litoral Norte e no Vale do Itajaí. Os setores mais expressivos nessas regiões são os de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, vestuário, mobiliário, cristais e também os setores têxtil e naval.

Na região de Criciúma, sobressaem-se os setores cerâmico, de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos, enquanto na Grande Florianópolis o setor de destaque é o tecnológico.

No Oeste, os destaques são a indústria de alimentos e a de móveis. Na Região Serrana, sobressai-se a indústria madeireira.

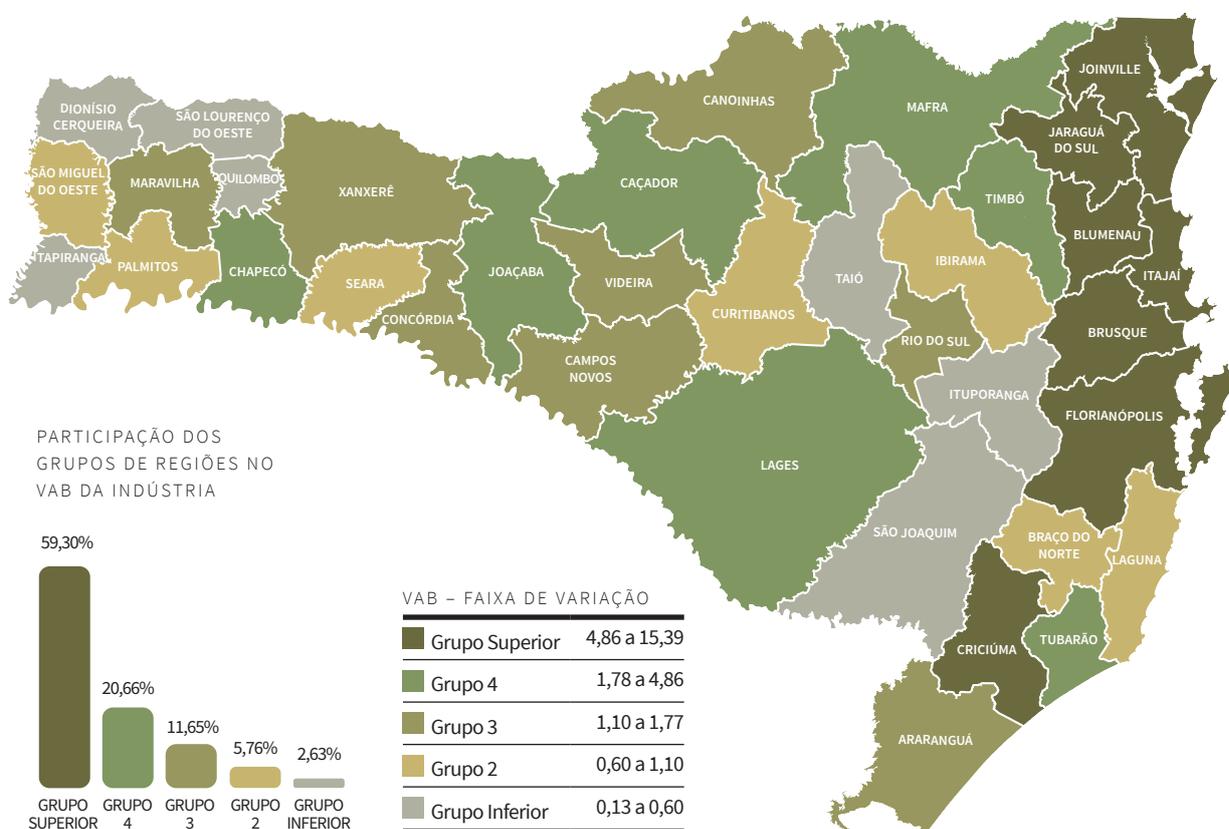
A indústria alimentar é bastante forte, sendo o Estado o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do País. Na pauta de exportações, carnes e miudezas comestíveis despontam como o principal produto. A indústria alimentar é a segunda maior empregadora entre os segmentos industriais do Estado. São 3.508 indústrias que empregavam 108 mil trabalhadores em 2015, o equivalente a 17% do emprego na indústria de transformação.

Santa Catarina é o segundo maior polo têxtil e do vestuário do Brasil. Emprega 161 mil trabalhadores, o que corresponde a 25,6% do total empregado na indústria de transformação.

Entre outros produtos de maior valor agregado, podem-se citar geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, blocos e cabeçotes para motor, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança.

Distribuição espacial do Valor Adicionado Bruto do setor industrial segundo as regiões administrativas em 2014

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2014)



A região de Joinville contribuiu com 15,4% da produção industrial do Estado, e as sete maiores regiões do Estado (Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul e Brusque) produziram juntas cerca de 59,3% do total industrial.

Município	Participação	Ranking
Joinville	11,81%	1
Blumenau	7,43%	2
Jaraguá do Sul	4,17%	3
Chapecó	3,57%	4
Itajaí	3,22%	5

Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor secundário em 2014

Fonte: Fonte: IBGE/PIB Municipal (2014)

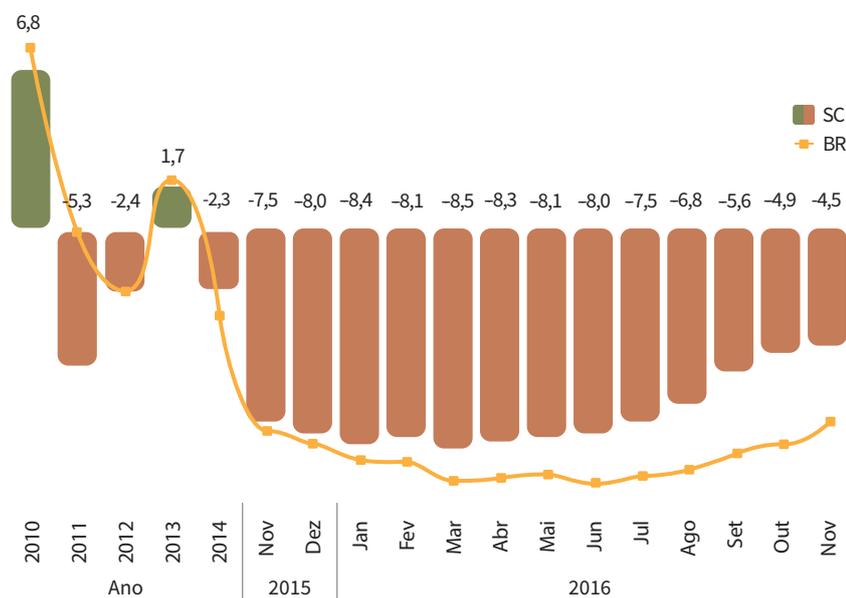
Joinville é o maior município industrial de Santa Catarina, com 11,8% do total. Seguem no ranking os municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó e Itajaí. Esses cinco maiores municípios geraram 30,2% da produção da indústria.



Evolução da produção da indústria de transformação catarinense

Produção física da indústria.
Taxa percentual (%) acumulada
de crescimento em 12 meses
(Base: 12 meses anteriores)

Fonte: IBGE/PIM



A produção física da indústria é um indicador de curto prazo da produção industrial. Por meio desse indicador, é possível mensurar o ritmo da atividade da indústria de transformação no País e nos estados.

Os dados do gráfico da produção física da indústria revelam a dimensão da crise. Nos últimos 12 meses até novembro de 2016, a produção industrial teve um recuo de 4,5% em comparação com o mesmo período anterior. Foi o terceiro ano de queda no Estado, embora tenha sido menos acentuada do que a queda observada na média da indústria nacional. Também a queda já esteve mais acentuada no primeiro semestre, quando feita a mesma comparação.

Setor primário

O setor primário consiste nas diversas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca. Suas características, em Santa Catarina, são de uma produção diversificada e que representa a base econômica da maioria dos seus municípios.

Esse setor destaca-se pelos altos índices de produtividade da agropecuária e pela sua vinculação com os complexos agroindustriais fundados no Estado, que resultaram em avançadas cadeias produtivas da avicultura e da suinocultura, principalmente.

Importante fonte de divisas, os produtos do agronegócio foram responsáveis por 61,7% das exportações catarinenses em 2015. Na pauta de exportações, os produtos de origem animal e seus derivados são os principais.

A forte aptidão florestal também constituiu a base de relevante polo industrial de madeira, papel e móveis. Santa Catarina é o terceiro estado produtor de papel e celulose do Brasil. Seus produtos respondem por 11,4% das exportações do Estado e por 5,4% das do País.

Com mais de 561,4 quilômetros de costa oceânica, o Estado é também um grande produtor de pescados e crustáceos, sendo destaque no País no cultivo de ostras, vieiras e mexilhões.

Produção dos principais produtos agropecuários e participação nacional

O setor contribuiu com 6,2% do PIB estadual em 2014. Entre as suas atividades, a principal é a agricultura, que gerou 49,4% do valor adicionado do setor, seguida pela pecuária, com 34,8%.

O setor primário de Santa Catarina participou com 5,1% da produção primária do País. Considerando-se apenas as produções florestal e pesqueira, a participação do Estado foi de 8,4%, a da pecuária ficou em 6,6%, e a da agricultura, em 3,9%.

Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária catarinense por atividade, participação das atividades no VAB do Estado e participação de SC no VAB por atividade econômica da agricultura brasileira em 2014 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Atividade econômica da agropecuária	Agropecuária		Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) da agropecuária de SC no Brasil
	2014	Participação (%)		
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita	6.261	49,4	3,1	3,9
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	4.416	34,8	2,2	6,6
Produção florestal, pesca e aquicultura	2.000	15,8	1,0	8,4
Total	12.676	100,0	6,2	5,1

O Estado destacou-se como o maior produtor nacional de carne suína, maçã e cebola e o segundo na produção de frango, arroz e fumo.

A avicultura catarinense é marca reconhecida globalmente, sendo referência estratégica para a avicultura mundial. O setor se desenvolveu adotando o modelo de parceria produtor/indústria implantado em Santa Catarina a partir do início dos anos 1970. Representa 22% do total exportado pelo Estado e 39% das carnes de aves exportadas pelo País.

A suinocultura catarinense também é competitiva internacionalmente. Possui o melhor nível de produtividade do País tanto no campo como na indústria. Tem os índices de produtividade semelhantes aos dos produtores europeus e americanos. O segmento representa 5,9% do total exportado pelo Estado e 34,8% das carnes suínas exportadas pelo Brasil.



Agropecuária catarinense – Principais produtos e participação e posição na produção nacional em 2015

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/Pesquisa Trimestral do Abate de Animais/Pesquisa Pecuária Municipal

Produtos	Produção (toneladas)	Participação no Brasil (%)	Posição no Brasil
Alho	17.452	14,9	3º
Arroz (em casca)	1.081.537	8,8	2º
Banana	710.183	10,4	4º
Batata-Inglesa	125.971	3,3	7º
Cebola	339.451	23,5	1º
Feijão (em grão)	138.776	4,5	7º
Fumo (em folha)	255.952	29,5	2º
Maçã	613.828	48,5	1º
Mandioca	423.706	1,8	12º
Milho (em grão)	3.076.480	3,6	8º
Soja (em grão)	2.000.323	2,1	11º
Tomate	180.486	4,3	7º
Trigo (em grão)	131.518	2,4	5º
Produtos animais			
Bovinos	98.640	1,3	13º
Frangos	2.159.944	16,4	2º
Suínos	915.849	26,7	1º
Leite (mil litros)	3.059.903	8,7	5º

A produção leiteira catarinense está em rápida expansão e passa por intenso processo de desenvolvimento tecnológico, especialmente no Oeste do Estado. Santa Catarina é o quinto produtor do Brasil e já participava, em 2015, com 8,7% da produção nacional adquirida pelas indústrias inspecionadas.

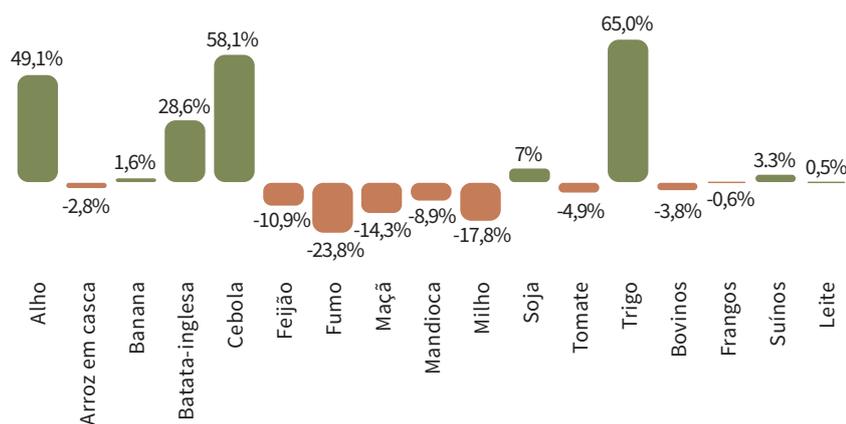
Desempenho da produção dos principais produtos agropecuários

Em 2016, com os indicadores disponíveis até o mês de dezembro, a produção agrícola indicava uma retração em volume de 4,9% e um crescimento dos preços recebidos de 28,1%, na comparação com os dados da safra anterior.

Os indicadores da produção pecuária no mesmo período apontavam um crescimento de 0,6%, enquanto os preços cresceram 12,4% na comparação com os dados do ano anterior. Os preços em ambas as comparações são nominais.

Crescimento (%) na produção agropecuária: 2016/2015

Fonte: IBGE/Lspa (dez 2016) e Mapa/SIPAS e DFAs



Problemas climáticos ao longo de 2016 afetaram mais uma vez as lavouras catarinenses, derrubando a produção e a produtividade. A cultura da soja seguiu expandindo área, contudo enfrentou queda na produtividade. A do milho reduziu área e também enfrentou queda de produtividade. Já a cultura da maçã teve mais um ano de recuo em área e produção.

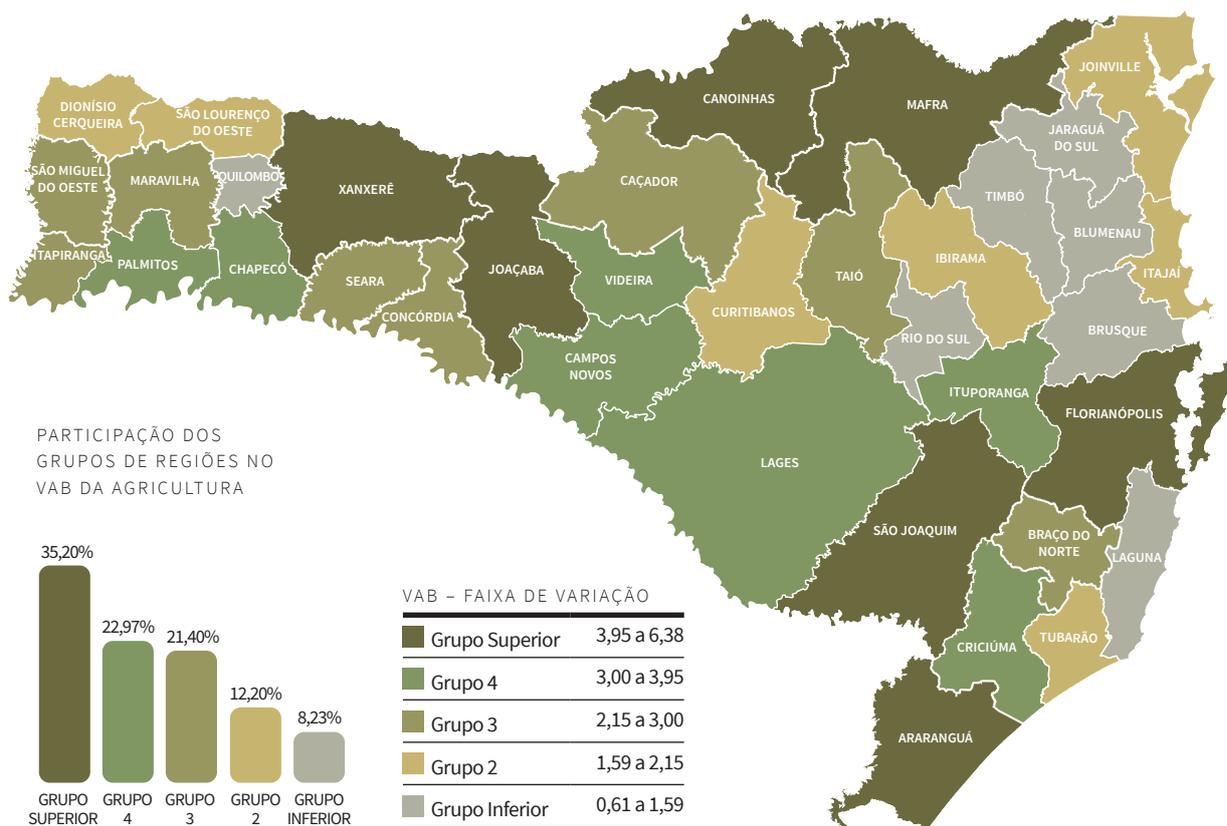
Entre os 17 principais produtos agropecuários do Estado, 9 reduziram a produção em 2016 e 8 aumentaram, com destaque para a produção de cebola, trigo e alho, que apresentaram aumento mais expressivo.

Distribuição espacial da agropecuária

A agropecuária é a atividade mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste e no Planalto Norte do Estado. Possui notável vínculo com os setores industriais e de serviços e grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente o comércio e os serviços.

Participação (%) do Valor Adicionado Bruto do setor primário segundo as regiões administrativas do Estado em 2014

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2014)

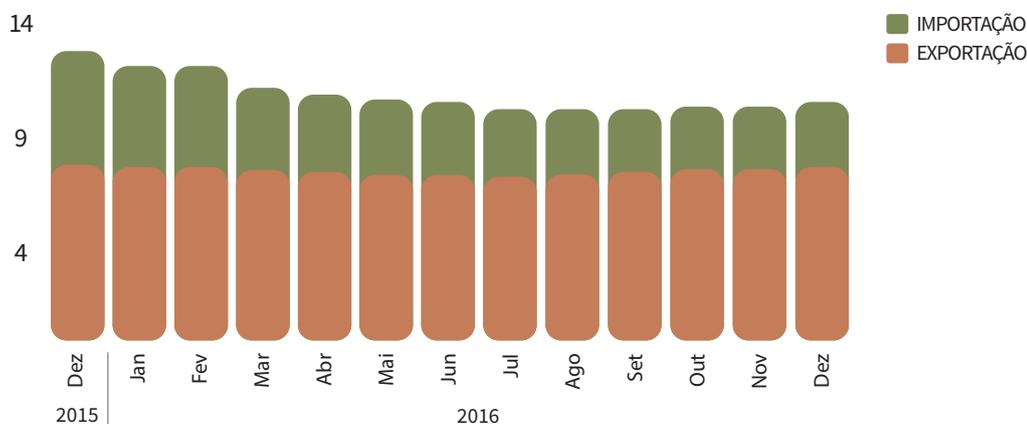


Observa-se, dessa forma, que as sete maiores regiões agropecuárias do Estado participaram com 35,2% da produção. Nesse grupo, estão as regiões do intervalo de participação entre 3,95% a 6,38%. Além de regiões do Oeste e do Planalto Norte, destaca-se a participação da Grande Florianópolis (hortaliças, plantas ornamentais e pesca) e da região de Araranguá (arroz, fumo e aves).

Comércio exterior

Em 2016, o saldo da balança comercial catarinense teve um deficit de US\$ 2,7 bilhões, montante inferior aos US\$ 4,9 bilhões do ano anterior e aos US\$ 7 bilhões de 2014.

O último ano em que o comércio exterior em Santa Catarina teve superavit foi 2008. A expressiva redução no deficit deve-se à acentuada queda nas importações, bem maior que a queda verificada nas exportações.



Evolução da balança comercial de SC – Valor acumulado em 12 meses (US\$ bilhões)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As exportações catarinenses atingiram US\$ 7,593 bilhões em 2016. O montante exportado equivale a 4,1% das exportações brasileiras do ano. Santa Catarina conquistou dois postos entre os maiores estados exportadores, situando-se como o oitavo maior exportador nacional.

Do total exportado, 16,4% foram classificados como bens de capital, 41,8% como bens intermediários e 41,7% como bens de consumo.

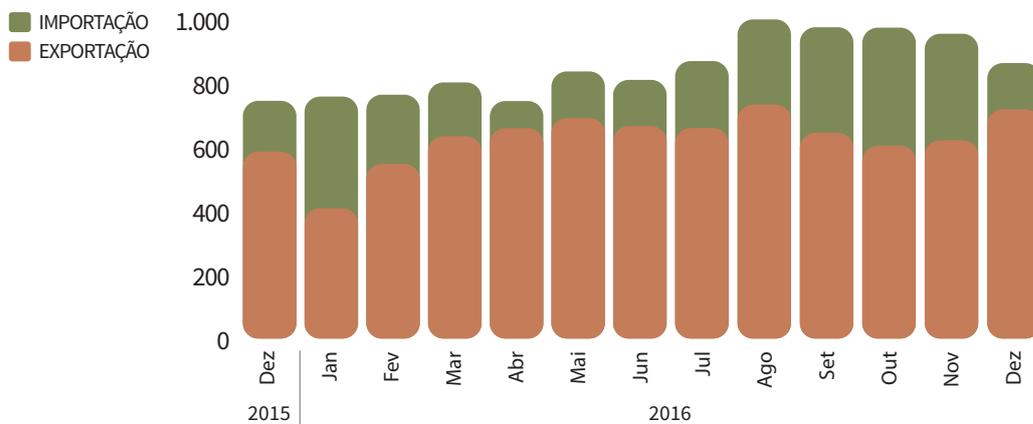
No mesmo ano, as importações por portos catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 10,4 bilhões. As importações catarinenses representaram 7,5% do total importado pelo Brasil. Santa Catarina foi o quarto maior importador do País.

Do total importado, 18,7% foram classificados como bens de capital, 57% como bens intermediários e 23,6% como bens de consumo.

Evolução do comércio exterior

O baixo desempenho do comércio mundial, o baixo preço das commodities e a valorização do real ao longo do ano não permitiram um avanço das exportações catarinenses, que caíram, em dólares, 0,7% em relação ao ano anterior, percentual menor, no entanto, do que a queda verificada nacionalmente, que foi de 3,1%. As importações, sob influência da forte recessão interna, tiveram uma queda maior, de 17,8%, enquanto as importações em nível nacional caíram 20%.

Comércio exterior de Santa Catarina. Valor mensal (US\$ milhões)



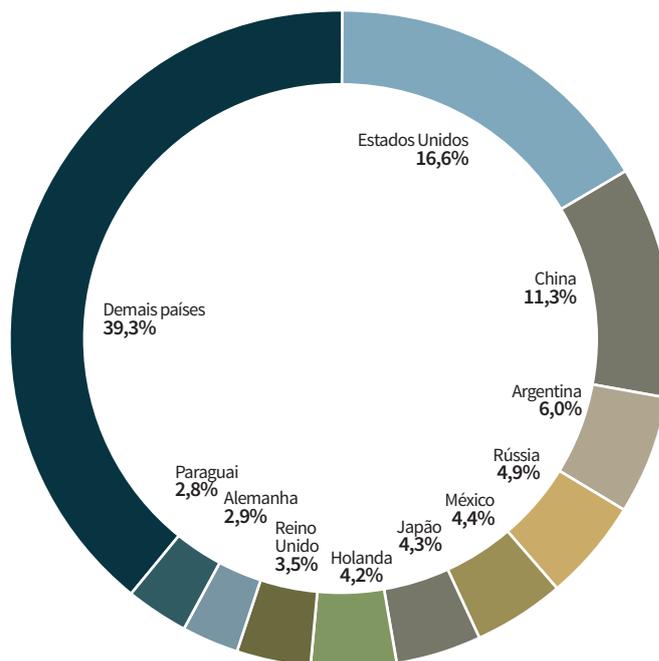
A retomada das exportações deverá continuar lenta. Além dos baixos preços das commodities, a economia brasileira é muito voltada ao mercado interno e tem dificuldades de aumentar a sua participação no mercado global. Além disso, a baixa eficiência da economia brasileira, que enfrenta competidores globais cada vez mais arrojados e por vezes servidos de legislações mais favoráveis, de melhor infraestrutura e de trabalhadores mais bem qualificados, tem dificultado a melhora da competitividade dos produtos brasileiros.

Destino das exportações e origem das importações em 2016

O destino das exportações estaduais é bastante diversificado. Entre os principais blocos, destacou-se a Ásia, que adquiriu 23,4% do total, seguida pela América Latina (23%), pela União Europeia (17%), pelos Estados Unidos (16,6%) e pelo Oriente Médio (5,7%). Considerando-se os países isoladamente, o principal destino foram os EUA (16,1%), a China (11,3%) e a Argentina (6%), que juntos adquiriram quase 34% das exportações estaduais.

Principais destinos das exportações catarinenses em 2016

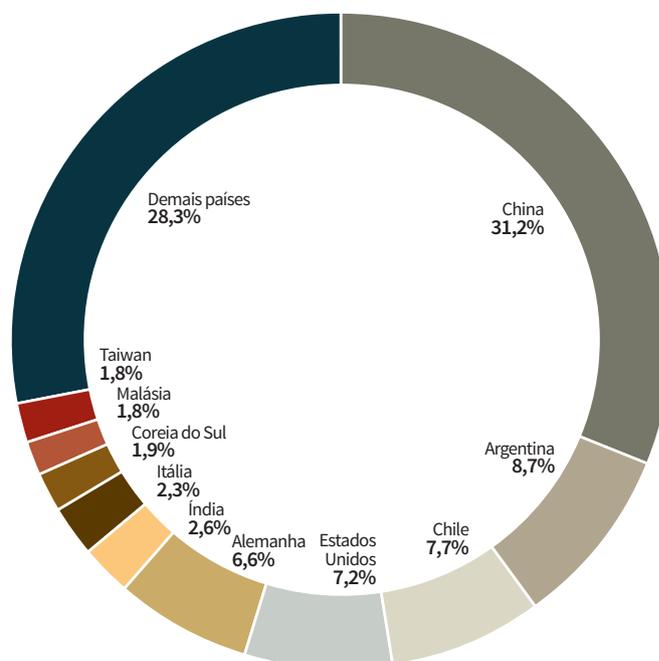
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)



As importações são bem mais concentradas. A Ásia atendeu a 46% das importações estaduais, e somente a China respondeu por 31,2% do total. Isoladamente, os principais parceiros comerciais (China, Argentina, Chile, Estados Unidos e Alemanha) responderam por 61% daquilo que foi importado pelos portos catarinenses.

Origem das importações catarinenses em 2016

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

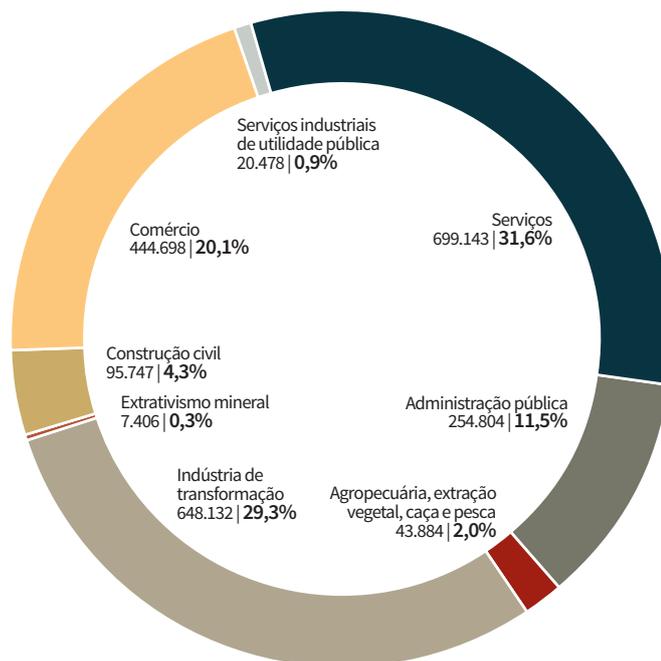


Mercado de trabalho

Os dois anos seguidos de forte recessão na economia catarinense e brasileira tiveram grande repercussão no mercado de trabalho. Embora o Estado tenha, nos últimos anos, exibido baixas taxas de desemprego, o aprofundamento da crise política e econômica em nível nacional acabou afetando o mercado de trabalho.

Empresas e empregos

O estoque de emprego da economia catarinense em 2015 foi de 2.214.292 trabalhadores, distribuídos em 225.337 estabelecimentos. O setor de serviços foi o que mais empregou, absorvendo 43,5% dos trabalhadores. A indústria de transformação foi a segunda maior, com 28,5% do total, seguida pelo comércio, com 19,9%. Juntos, esses três setores responderam por 91,9% dos postos de trabalho na economia catarinense.



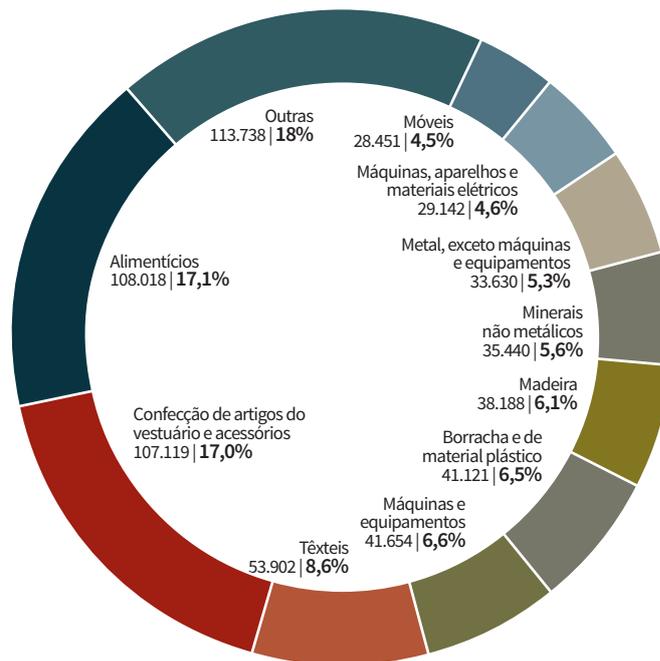
Número de trabalhadores por atividade econômica em Santa Catarina em 2015

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2015)

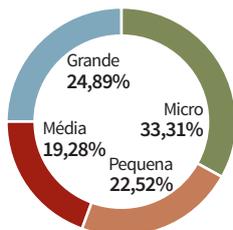
A indústria de transformação catarinense ocupa uma posição de destaque no Brasil tanto em quantidade de empresas como em número de trabalhadores. Os segmentos têxtil, vestuário e alimentar são os que mais empregam no Estado.

Indústria de transformação: trabalhadores por atividade em Santa Catarina em 2015 (%)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2015)



Percentual de trabalhadores por tamanho de empresa



As microempresas são as maiores geradoras de emprego no Estado. As 209.759 microempresas catarinenses representavam 93% do total de estabelecimentos e empregavam 33% dos trabalhadores em 2015. Já as grandes empresas representam 0,2% dos estabelecimentos e empregam 25% do total de trabalhadores. Santa Catarina possuía em 2015 uma média de 9,8 trabalhadores por empresa.

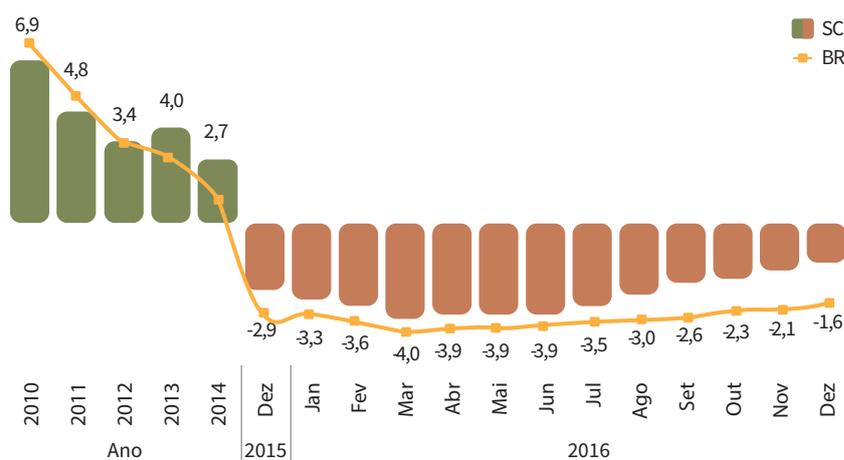
Número de estabelecimentos e trabalhadores do Estado em 2015, por tamanho

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2015) – CNAE 2.0

	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Empresas	209.759	13.077	2.114	387	225.337
Trabalhadores	737.666	498.569	426.990	551.067	2.214.292
Trabalhadores por empresa	3,5	38,1	202,0	1.423,9	9,8

Evolução do emprego e da taxa de desocupação

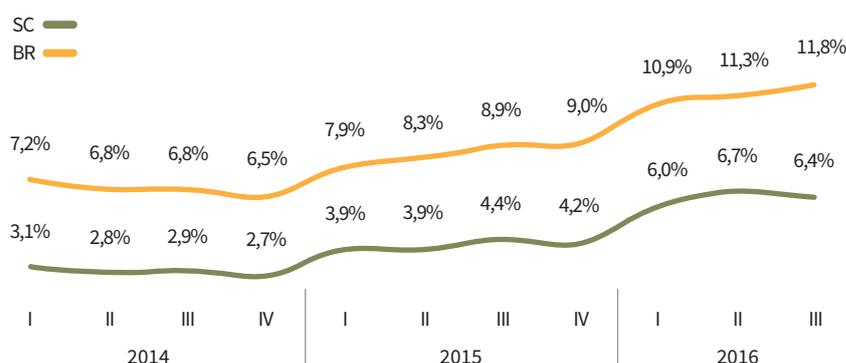
O ano de 2016 foi marcado por uma forte pressão no mercado de trabalho. Pelo segundo ano consecutivo, o estoque de emprego no Estado teve redução. Em 12 meses até dezembro, na comparação com o mesmo período do ano anterior, foram fechados 32,3 mil postos de trabalho, o que representa uma queda de 1,6%. No País, no mesmo período, a queda foi de 3,3%, ou 1,321 milhão de postos fechados.



Taxa percentual acumulada de crescimento em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED

No Estado, em 2016, a indústria de transformação liderou as demissões, seguida pela construção civil e pelos serviços. O único setor que teve crescimento positivo foi o dos serviços industriais de utilidade pública.



Evolução da taxa de desocupação

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

A taxa de desocupação em Santa Catarina continuou a menor do País em 2016. Apesar de ter crescido no primeiro semestre do ano, teve um leve recuo no terceiro trimestre e manteve-se distante da taxa de desocupação da economia brasileira.

Passou de 4,2% no final de 2015 para 6,7% no final do primeiro semestre de 2016 e, ao contrário da tendência nacional, teve leve redução no terceiro trimestre. Embora em ritmo menor, as perspectivas para os próximos meses são de aumento do desemprego, já que é lenta a recuperação econômica.

No terceiro trimestre de 2016, o rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R\$ 2.158 contra R\$ 2.019 no País.

Só gratidão

Maria Inês Dullius, servidora pública aposentada do município de Saudades e beneficiária de uma casa modular da Defesa Civil

O rio Saudades subiu tanto no dia 14 de julho de 2015 que levou os sonhos da servidora pública aposentada Maria Inês Dullius, 55 anos. A água bateu no teto da casa que ela dividia com a filha, o genro e a neta de cinco anos. A família perdeu tudo. Deu tempo só de levar os documentos, algumas roupas e o carro. Mas depois que o rio baixou, veio a pior notícia: a casa estava condenada e teria de ser demolida. Maria Inês acabou tendo de alugar um lugar para morar, mas colocou na cabeça que seria por pouco tempo.

Em 2016, ela conseguiu dar a volta por cima e recomeçar. No dia 21 de abril, mudou-se para a casa construída em sua propriedade pela Defesa Civil do Estado. Era tudo o que ela queria, voltar para o seu chão, fazer seus crochês e arrumar tudo do seu jeito. Maria Inês está ampliando a casa com a ajuda dos irmãos e quer trazer a filha para morar com ela de novo. De tudo o que aconteceu, tirou uma lição: a lama levou os seus anéis, mas deixou as suas mãos e a solidariedade de muita gente.

Maria Inês é só gratidão.



SANTA CATARINA EM 2016

Aspectos financeiros

Crescimento, apesar das incertezas

O ano de 2016 começou sob o estigma da incerteza e foi marcado pela desaceleração econômica no País, a qual provocou um quadro de recessão nacional motivado pela crise política, pela diminuição de investimentos e pela redução no consumo.

Enfrentar esse cenário desfavorável, controlar as contas públicas e manter um desempenho positivo foram alguns dos grandes desafios que Santa Catarina teve de enfrentar em 2016 e que levaram a administração pública estadual a adotar medidas focadas no equilíbrio financeiro e no bem-estar das pessoas.

Medidas como a reforma no modelo da previdência estadual, a reestruturação organizacional, o corte dos gastos públicos, o acompanhamento rigoroso da receita e a renegociação da dívida foram fundamentais para o equilíbrio das contas do Governo e possibilitaram a Santa Catarina assegurar índices acima da média dos demais estados.

Mesmo sem recorrer ao aumento de impostos para minimizar o impacto da crise, a arrecadação bruta do Estado encerrou 2016 com um crescimento nominal de 6,37%, o equivalente a um crescimento de 0,08% se considerada a inflação do ano (6,29% – IPCA). O valor da receita líquida (R\$ 24,284 bilhões) foi R\$ 105 milhões superior ao gasto no ano (R\$ 24,180 bilhões), o que resultou num superavit orçamentário.

O Estado superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação de recursos em saúde e educação, e também esteve dentro dos limites impostos pela legislação relacionados às despesas de pessoal, à dívida consolidada, às garantias e contragarantias e às operações de crédito.

Objetivando-se a transparência da gestão pública estadual, a seguir demonstra-se de forma simples de onde vieram e como foram utilizados os recursos públicos do Estado de Santa Catarina em 2016. Na sequência, abordam-se alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira do Estado de Santa Catarina no ano.

Planejamento e orçamento

Todo ano, o Estado necessita estimar o que espera receber de receitas e, com base nessa estimativa, planejar os gastos com saúde, educação, segurança pública e demais áreas sob a sua responsabilidade. Essa programação de receitas e de despesas faz parte do planejamento orçamentário estadual, que é composto por três leis que englobam a autorização para todas as despesas do Governo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o ano de 2016, os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado foram estruturados da seguinte forma:

PPA 2016 - 2019 Lei nº 16.859/2015

Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada



LDO Lei nº 16.672/2015

Orientou a elaboração do orçamento de 2016, definindo prioridades e metas



LOA Lei nº 16.860/2015

Estimou a receita e fixou a despesa de 2016

Receita Líquida Prevista (R\$)	Despesa Fixada (R\$)
25.751.795.913	25.751.795.913

Receita Prevista	Valor (R\$)
Receita Bruta	34.981.671.873
Receitas Correntes	33.463.486.953
Receitas de Capital	1.518.184.920
Deduções	-9.229.875.960
Receita Líquida	25.751.795.913



Receitas

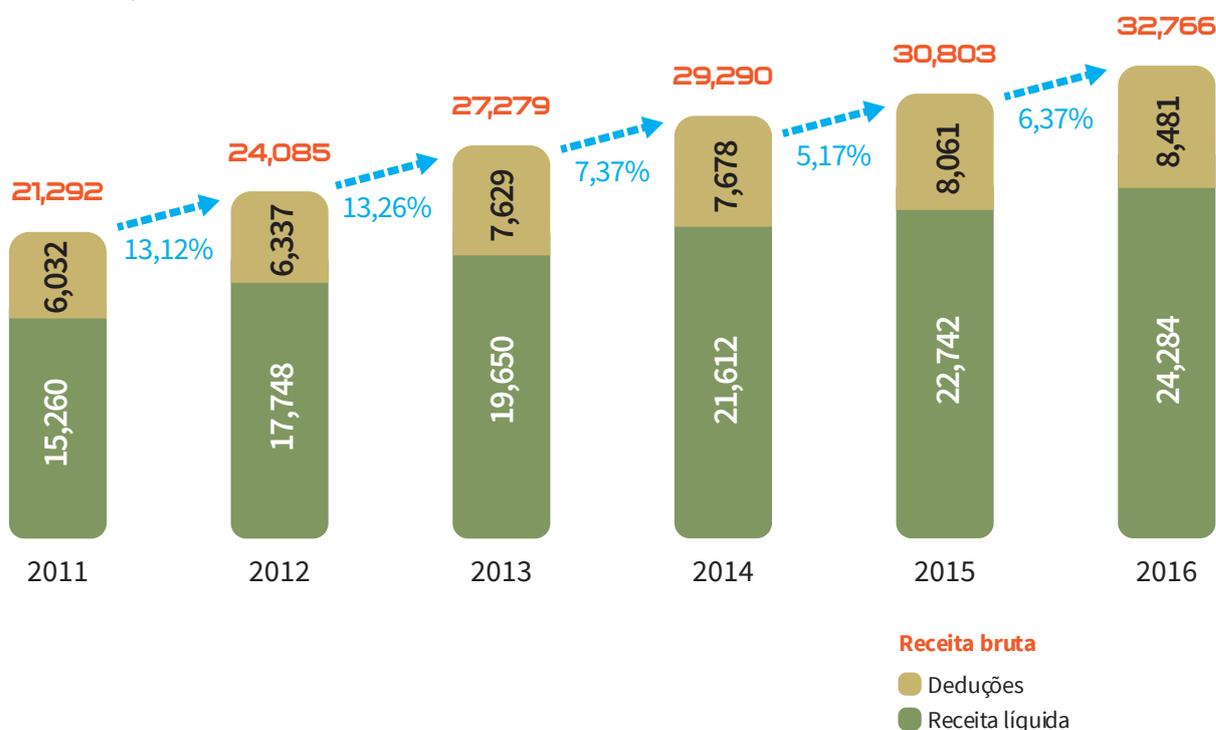
Execução da receita



São os valores de impostos transferidos aos municípios (25% de ICMS e 50% de IPVA, por exemplo), os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), restituições de tributos aos contribuintes e outras deduções.

Transferências aos municípios	R\$ 5,23 BI
Fundeb	R\$ 3,13 BI
Restituições e outras deduções	R\$ 0,12 BI

Evolução da receita (R\$ bilhões)



Receita prevista x receita arrecadada¹ (R\$ milhões)

Receitas	2016				2015			
	Previsão Inicial	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	Previsão Inicial	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida
Receitas Correntes	33.463	31.388	-8.481	22.907	30.650	29.517	-8.061	21.456
Receitas Tributárias	22.756	21.180	-7.917	13.263	20.774	19.345	-7.314	12.031
Impostos	22.025	20.578	-7.917	12.661	20.162	18.794	-7.314	11.480
Taxas	731	602	-0,04	602	612	551	-0,04	551
Receita de Contribuições	2.118	2.078	-10	2.068	1.558	1.742	-2	1.740
Receita Patrimonial	726	973	-53	920	545	921	-44	878
Receita Agropecuária	1	1	-0,001	1	2	1	-0,003	1
Receita Industrial	4	4		4	16	4		4
Receita de Serviços	915	827	-1	826	681	696	-0,2	696
Transferências Correntes	6.116	5.369	-353	5.017	6.418	6.000	-565	5.435
Transferências Intergovernamentais	5.412	4.575	-352	4.223	5.036	4.237	-315	3.921
Transferências de Instituições Privadas	360	668	-0,4	668	1.073	1.698	-249	1.448
Transferências de Pessoas	0,2	1		1	0,4	1		1
Transferências de Convênios	344	126	-1	125	309	65		65
Outras Receitas Correntes	827	956	-149	807	655	808	-136	671
Multas e Juros de Mora	267	333	-112	221	218	314	-111	203
Indenizações e Restituições	245	259	-0,01	259	187	143	-0,1	143
Receita da Dívida Ativa	62	115	-35	80	20	88	-24	64
Receitas Diversas	253	249	-2	248	231	262	-2	260
Receitas de Capital	1.518	1.377		1.377	2.783	1.286		1.286
Operações de Crédito	1.399	1.254		1.254	2.625	1.147		1.147
Alienação de Bens	54	9		9	50	6		6
Amortização de Empréstimos	13	23		23	46	22		22
Transferências de Capital	22	57		57	62	50		50
Outras Receitas de Capital	30	34		34	1	61		61
Total	34.982	32.766	-8.481	24.284	33.433	30.803	-8.061	22.742

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A receita bruta arrecadada de 2016 foi 6,37% superior à receita bruta de 2015 e correspondeu a 93,67% do valor previsto.

A receita líquida arrecadada de 2016 foi R\$ 1,542 bilhão superior à de 2015.

¹ Nos valores das receitas correntes e de capital, foram consideradas as receitas intraorçamentárias correntes e de capital, respectivamente. As receitas intraorçamentárias referem-se às operações realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado. Elas são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação "91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social", que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Receitas correntes

Em 2016, as **receitas correntes** representaram 95,8% das receitas brutas totais.

Considerando-se a origem da receita, as receitas tributárias foram as mais significativas, já que representaram 64,6% da receita bruta e somaram R\$ 21,180 bilhões em 2016 (sem considerar as deduções).

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 5,369 bilhões (17,1% da receita corrente bruta) e representaram o segundo maior valor por origem.

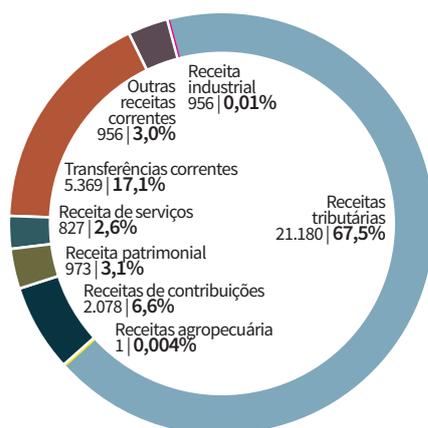
Receitas correntes são as entradas de recursos oriundos das atividades operacionais e, em geral, afetam positivamente o patrimônio público. São as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes.

Receitas correntes² (R\$ milhões)

Receitas	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida
Receitas Correntes	31.388	22.907	29.517	21.456	6,3%	6,8%
Receitas Tributárias ³	21.180	13.263	19.345	12.031	9,5%	10,2%
Receitas de Contribuições	2.078	2.068	1.742	1.740	19,3%	18,8%
Receita Patrimonial	973	920	921	878	5,6%	4,8%
Receita Agropecuária	1	1	1	1	24,2%	24,5%
Receita Industrial	4	4	4	4	-3,4%	-3,4%
Receita de Serviços	827	826	696	696	18,9%	18,8%
Transferências Correntes ³	5.369	5.017	6.000	5.435	-10,5%	-7,7%
Outras Receitas Correntes	956	807	808	671	18,3%	20,2%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP)

Receitas correntes brutas de 2016 (R\$ milhões)



2 Os valores incluem as receitas correntes intraorçamentárias.

3 Até 2015, os recursos de natureza tributária arrecadados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Social eram contabilizados na origem Transferências Correntes. A partir do exercício de 2016, tais recursos passaram a ser contabilizados na origem Receitas Tributárias, conforme decisões do Tribunal de Contas do Estado. Dessa forma, a comparabilidade da variação da arrecadação entre os anos de 2015 e de 2016 por origem foi prejudicada, o que justifica a variação negativa na arrecadação entre os exercícios nas Transferências Correntes e uma variação positiva maior nas Receitas Tributárias, pois nesta publicação foram mantidos os registros contábeis originais de cada ano. As contas que passaram a ser contabilizadas como Receita Tributária em 2016 totalizaram R\$ 477,228 milhões. Para fins de comparação, se o valor tivesse sido contabilizado como em 2015 (em Transferências Correntes), as Receitas Tributárias brutas teriam crescido 7% (em vez de 9,5%) e as Transferências Correntes brutas teriam reduzido em 2,6% (em vez de 10,5%).

As receitas patrimoniais brutas somaram R\$ 973 milhões, o que representou um acréscimo de 5,6% em relação a 2015.

As receitas brutas de contribuições totalizaram R\$ 2,078 bilhões em 2016, representando 19,3% a mais que em 2015, quando totalizaram R\$ 1,742 bilhão. Esse aumento significativo é resultado da reforma da previdência, aprovada em 2015, que elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e a do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. O objetivo da reforma é reduzir o déficit previdenciário.



O restante das receitas correntes correspondeu a 5,7% da receita corrente bruta total.

Receita Tributária

Em 2016, do total de R\$ 21,180 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 20,578 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 602 milhões.

A receita tributária líquida, após a dedução dos repasses aos municípios e ao Fundeb, bem como as devoluções aos contribuintes e outras deduções, foi de R\$ 13,263 bilhões.

Receita tributária sem considerar multas, juros e dívida ativa (R\$ milhões)

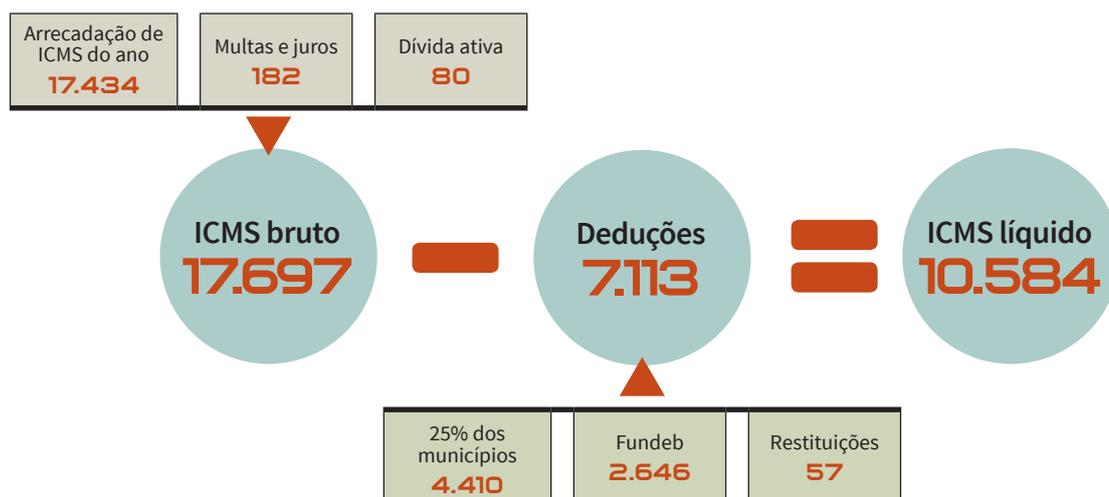
Receita Tributária	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida
Impostos	20.578	12.661	18.794	11.480	9,5%	10,3%
ICMS ⁴	17.434	10.456	15.926	9.511	9,5%	9,9%
IRRF	1.414	1.414	1.241	1.241	13,9%	13,9%
IPVA	1.480	592	1.433	573	3,3%	3,3%
ITCMD	249	199	194	154	28,5%	29,3%
ITBI	0,002	0,001	0,004	0,003	-55,6%	-54,6%
Taxas	602	602	551	551	9,3%	9,3%
Exercício do Poder de Polícia	560	560	510	510	9,9%	9,9%
Prestação de Serviços	42	42	41	41	1,8%	1,8%
Total	21.180	13.263	19.345	12.031	9,5%	10,2%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em 2016, a arrecadação tributária média per capita⁵ foi de R\$ 3.064,88.

ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se a arrecadação com multa, juros e dívida ativa desse imposto, fechou o ano em R\$ 17,697 bilhões, o equivalente a 54% da receita total.

Arrecadação de ICMS em 2016 (R\$ milhões)


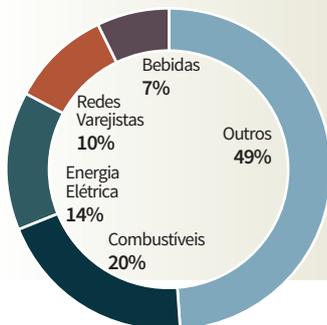
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

4 Até 2015, os recursos de natureza tributária arrecadados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Social eram contabilizados na origem Transferências Correntes. A partir do exercício de 2016, tais recursos passaram a ser contabilizados na origem Receitas Tributárias, conforme decisões do Tribunal de Contas do Estado. Dessa forma, a comparabilidade da variação da arrecadação entre os anos de 2015 e de 2016 por origem foi prejudicada. As contas que passaram a ser contabilizadas como Receita Tributária em 2016 totalizaram R\$ 477,228 milhões. Para fins de comparação, se o valor tivesse sido contabilizado como em 2015 (em Transferências Correntes), as Receitas Tributárias brutas teriam crescido 7% (em vez de 9,5%).

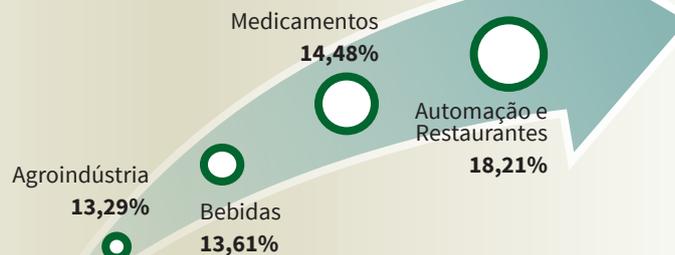
5 Considerando-se a população do Estado de 2016 estimada pelo IBGE (6.910.553 pessoas).

Setores de Santa Catarina que mais arrecadaram ICMS em 2016

Fonte: Diretoria de Administração Tributária
– Secretaria de Estado da Fazenda



Setores do Estado com maior crescimento percentual de arrecadação de ICMS em 2016



Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Alíquotas de ICMS

	SC	RS	PR	SP
Gasolina	25%	30%	29%	25%
Energia Elétrica	25%	30%	29%	25%
Cerveja	25%	27%	27%	20%
Cigarros	25%	27%	29%	30%
Cesta básica	7%	12%	7%*	7%
Telecom	25%	30%	29%	25%
Alíquota Geral	17%	18%	18%	18%

* Isento na venda para o consumidor final

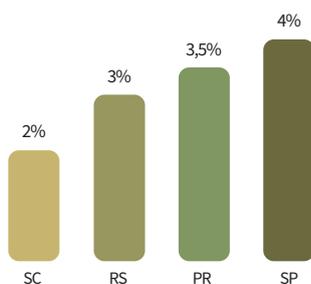
IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação no ano de 2016 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Mesmo com a menor alíquota do Sul do País, a receita com o IPVA de Santa Catarina cresceu 3,1% em relação a 2015, e a arrecadação bruta do tributo em 2016, considerando-se as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R\$ 1,491 bilhão.

A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb e após as restituições aos contribuintes e outras deduções, foi de R\$ 596 milhões.

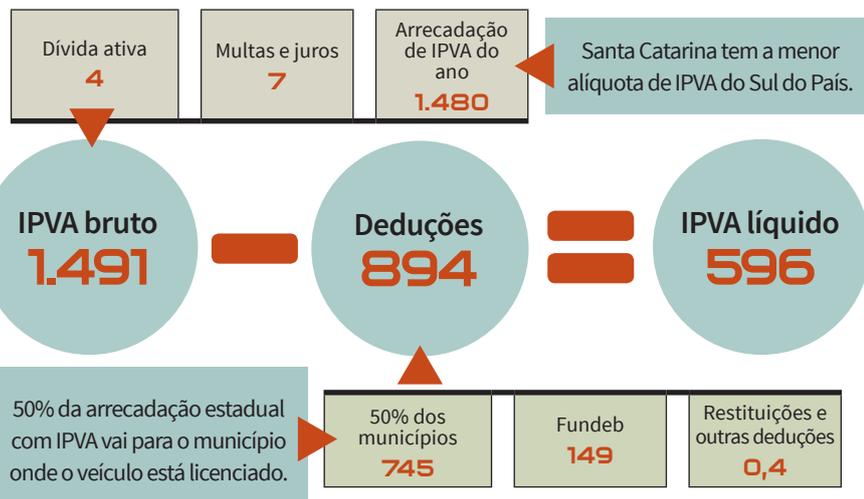
Alíquotas de IPVA



IPVASC - Alíquotas vigentes:

- » 2% para veículos terrestres, de passeios e utilitários, e motor-casa (fabricação nacional ou estrangeira);
- » 1% para veículos terrestres, de duas ou três rodas e os de transporte de carga ou passageiros (fabricação nacional ou estrangeira);
- » 1% para veículos terrestres destinados à locação.

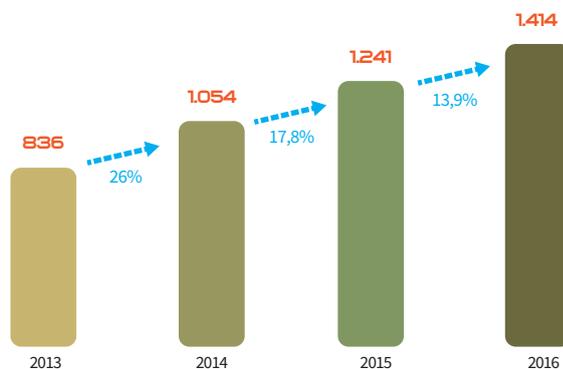
Arrecadação de IPVA em 2016 (R\$ milhões)



Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

O terceiro imposto mais representativo em 2016 foi o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que, por força do artigo 157, I, da Constituição do Brasil de 1988, pertence ao Estado quando incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver. No ano, a arrecadação do IRRF foi de R\$ 1,414 bilhão, o que representa 6,7% das receitas tributárias brutas e caracteriza um aumento de 13,9% em relação a 2015.

Arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$ milhões)



ITCMD

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 26,8% em 2016. O tributo, que incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança, garantiu R\$ 270,6 milhões para os cofres públicos, incluindo a arrecadação com multas, juros e dívida ativa. O bom resultado da arrecadação do ITCMD é atribuído ao intenso trabalho de fiscalização e à automatização do recolhimento do imposto.

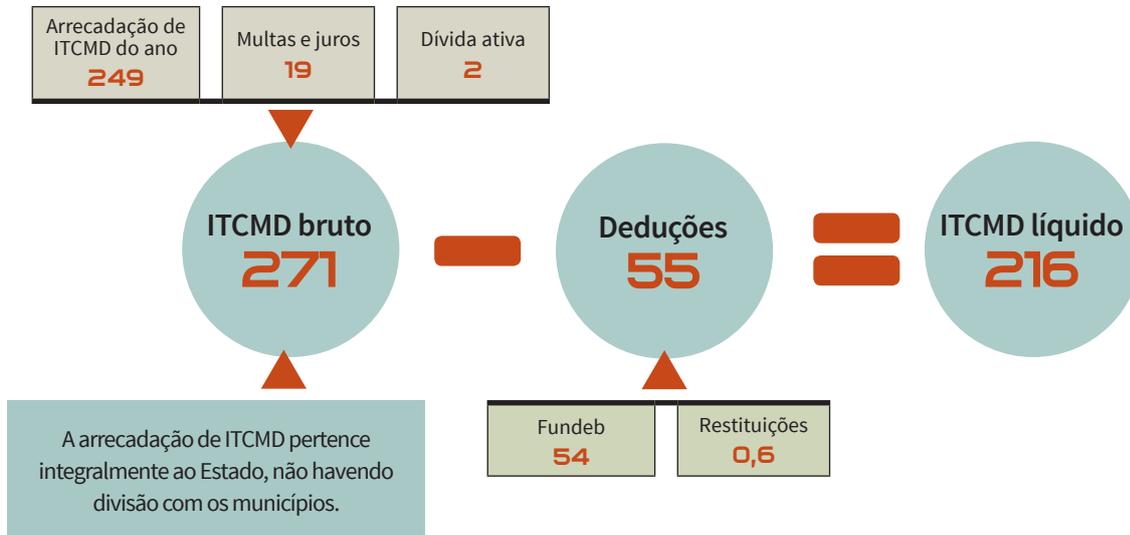
As alíquotas de ITCMD de Santa Catarina variam de 1% a 8%.

Alíquota	SC	RS	PR	SP
Mínima	1%	5%	1%	2,5%
Máxima	8%	6%	4%	4%

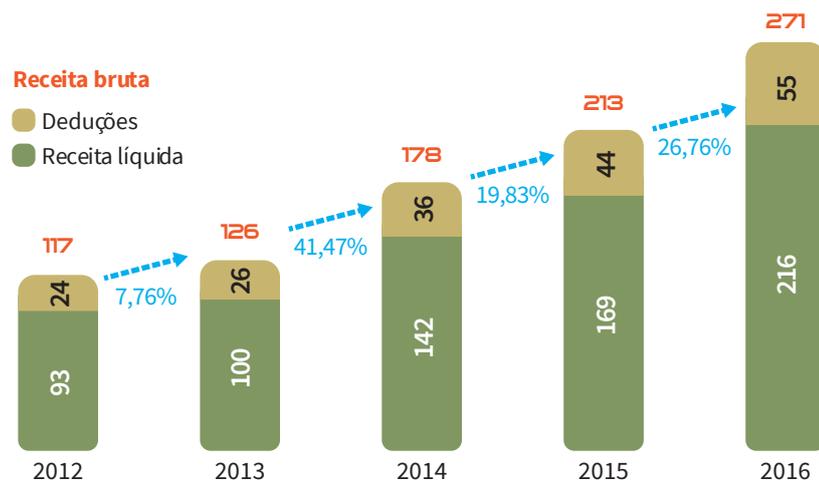
Quem paga ITCMD

O ITCMD incide sobre a transmissão de bens decorrentes de doação ou herança. No caso das doações, conforme estabelece a Lei Estadual nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, o responsável pelo pagamento do imposto é a pessoa que recebeu a doação (donatário).

Arrecadação de ITCMD em 2016 (R\$ milhões)



Arrecadação de ITCMD (R\$ milhões)

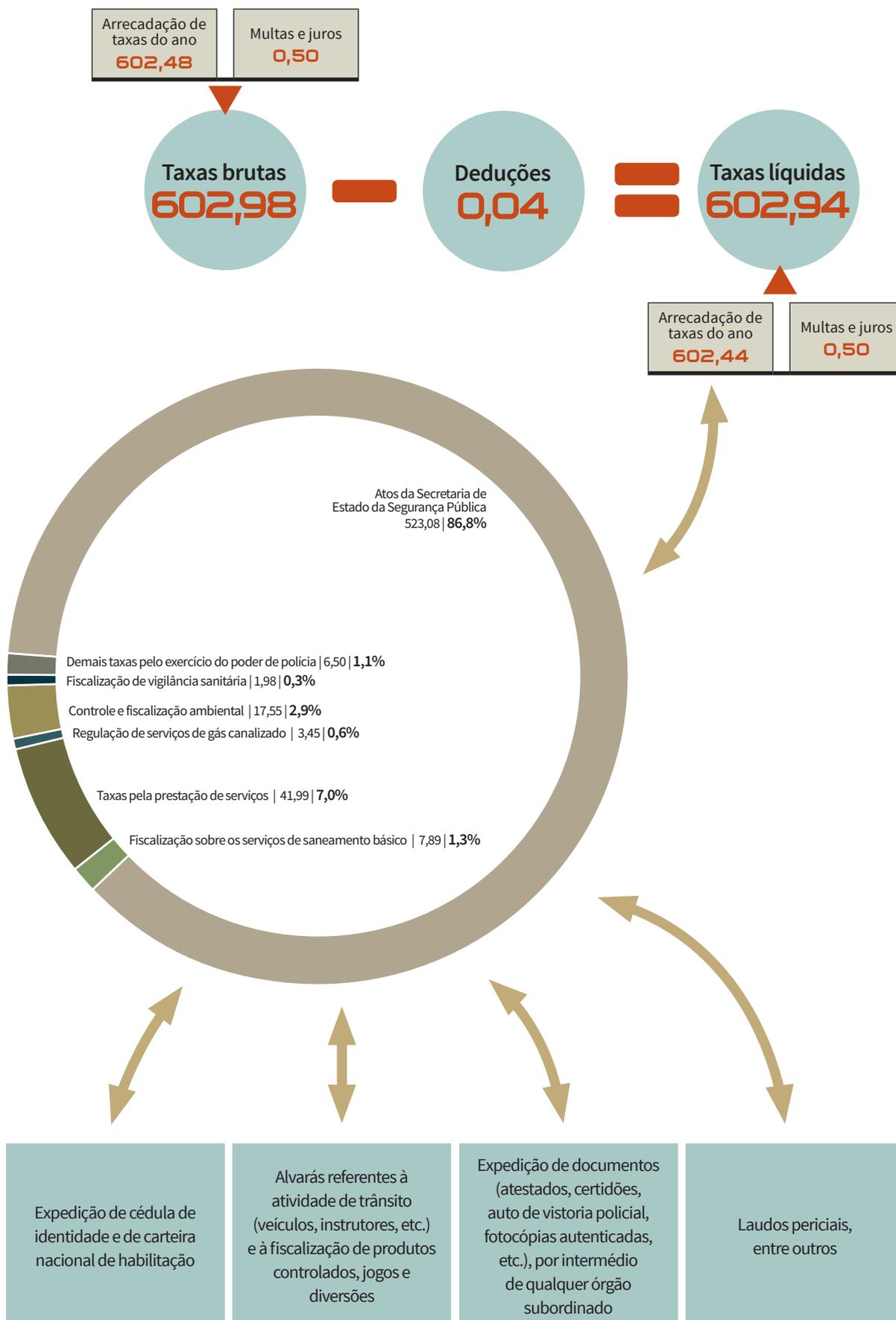


Taxas

A arrecadação bruta de 2016 com as taxas, sem considerar as multas e os juros, foi de R\$ 602,48 milhões (R\$ 551,35 milhões em 2015), o equivalente a 2,8% da Receita Tributária Bruta e 1,8% da Receita Bruta Total.

Em relação ao ano de 2015, a arrecadação desse tributo cresceu 9,3% e foi proveniente das taxas cobradas pelo Estado em virtude do exercício do poder de polícia (fiscalização de vigilância sanitária, controle e fiscalização ambiental, regulação de serviços de gás canalizado, entre outras) e da prestação de serviços (taxa judiciária, taxa de segurança preventiva, taxa de aposentadoria de serventuários e auxiliares da Justiça e taxa de registro de contrato de veículo).

Arrecadação de taxas em 2016 (R\$ milhões)



Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentes de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

As **Transferências correntes** brutas, em 2016, representaram 16,4% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 5,369 bilhões. O valor recebido em 2016 foi R\$ 630,7 milhões inferior ao recebido em 2015.

A redução mais significativa, em termos de valores, foi observada nas *Transferências de Instituições Privadas*, tendo sido ocasionada pela mudança de metodologia de contabilização dos recursos arrecadados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial). Até 2015, os recursos de natureza tributária arrecadados pelo SEITEC e pelo Fundo Social eram registrados em *Transferências de Instituições Privadas*, na origem *Transferências Correntes*. No entanto, a partir do exercício de 2016, tais recursos passaram a ser contabilizados na origem *Receitas Tributárias*, conforme decisões do Tribunal de Contas do Estado. Dessa forma, a comparabilidade da variação da arrecadação entre os anos de 2015 e de 2016, por origem, foi prejudicada, o que justifica a variação negativa na arrecadação entre os exercícios no grupo *Transferências Correntes* e uma variação maior no grupo *Receitas Tributárias*, pois nesta publicação foram mantidos os registros contábeis originais de cada ano. As contas que passaram a ser contabilizadas como *Receita Tributária* em 2016 totalizaram R\$ 477,228 milhões. Para fins de comparação, se o valor tivesse sido contabilizado em *Transferências Correntes*, a variação desse grupo de 2015 para 2016 teria sido de uma redução de 2,6% (em vez de 10,5%).

O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado são aquelas provenientes da União, que representam 46,4% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal recebida refere-se ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R\$ 1,140 bilhão em 2016, seguida das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro valor representativo é o proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que totalizou R\$ 2,082 bilhões líquidos em 2016. O valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu do Fundeb para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 1,043 bilhão inferior ao valor repassado pelo Estado ao mesmo fundo no ano.

Transferências correntes (R\$ milhões)

Transferências Correntes	2016		2015		Variação Bruta 2016/2015
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido	
Intergovernamentais	4.575	4.223	4.237	3.921	8,0%
União	2.492	2.141	2.272	1.956	9,7%
Cota-Parte FPE	1.140	912	978	782	16,7%
Cota-Parte IPI	253	152	262	157	-3,4%
Cota-Parte CIDE	44	33	16	12	175,5%
Cota-Parte IOF Ouro	0,004	0	0,1	0	-92,3%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	60	60	56	56	7,2%
Transferências de Recursos - Sistema Único de Saúde (SUS)	542	541	567	567	-4,5%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	2	2	1	1	162,0%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	305	305	281	281	8,6%
ICMS - Desoneração	53	42	53	42	0,0%
Outras Transferências	93	93	59	59	57,7%
Municípios	0,03	0	2	2	-98,4%
Multigovernamentais	2.083	2.082	1.963	1.963	6,1%
Fundeb	2.083	2.082	1.963	1.963	6,1%
Instituições Privadas	668	668	1.698	1.448	-60,6%
Pessoas	1	1	1	1	117,9%
Convênios	126	125	65	65	92,3%
União	115	115	53	53	115,5%
Municípios	1	1	1	1	-31,6%
Instituições Privadas	10	10	11	11	-9,9%
Exterior	0,02	0	0,004	0	405,0%
Total	5.369	5.017	6.000	5.435	-10,5%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

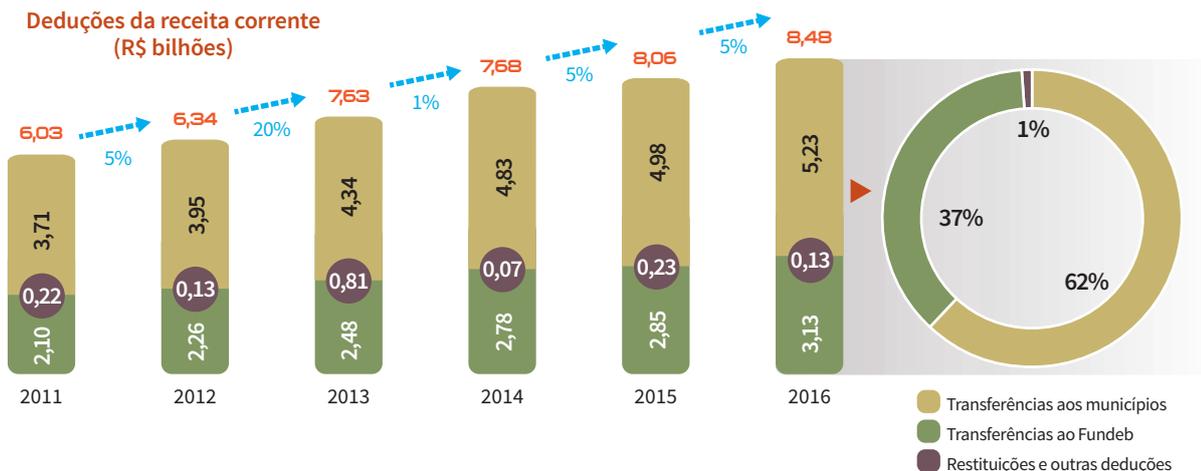
Do valor total recebido de transferências correntes, uma parte é destinada aos municípios e outra parte vai para o Fundeb, formando o valor líquido de R\$ 5,017 bilhões após as deduções legais (R\$ 352,551 milhões).

São os valores de impostos transferidos aos municípios, os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), restituições de tributos aos contribuintes e outras deduções.

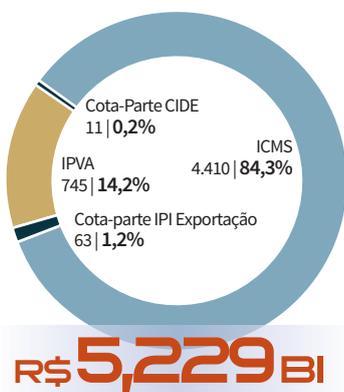
Deduções da receita corrente

As **deduções da receita** corrente somaram R\$ 8,481 bilhões em 2016. Desse valor, R\$ 5,229 bilhões referem-se às transferências aos municípios catarinenses, R\$ 3,126 bilhões às transferências ao Fundeb e R\$ 125,949 milhões às restituições aos contribuintes e às outras deduções.

Deduções da receita corrente
(R\$ bilhões)



Transferências Constitucionais
aos Municípios (R\$ milhões)



Transferências Constitucionais aos Municípios

Em 2016, as transferências constitucionais aos municípios totalizaram R\$ 5,229 bilhões. Desse valor, a parcela mais significativa (84,3%) refere-se à arrecadação de ICMS.

Transferências constitucionais aos municípios

- » 25% do produto da arrecadação de ICMS estadual (artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal de 1988)
- » 50% da receita de IPVA arrecadada pelo Estado pertence ao município onde o veículo é licenciado (artigo 158, inciso III, da Constituição Federal de 1988)
- » 2,5% do IPI transferido pela União aos estados, proporcional às exportações ocorridas no território estadual

Fundeb

Ao Fundeb, foram transferidos R\$ 3,126 bilhões. A principal origem das transferências foi a arrecadação de ICMS (85%), seguida da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com 7%.

Origem das transferências constitucionais ao Fundeb em 2016 (R\$ milhões)

3.126 Transferências ao Fundeb

2.646	228	149	54	38	11
ICMS	Cota-Parte FPE	IPVA	ITCMD	Cota-Parte IPI Exportação	Lei Kandir

Receitas de capital

As **receitas de capital** responderam por 4,20% das receitas orçamentárias brutas de 2016 e, no ano, totalizaram R\$ 1,377 bilhão.

Receitas brutas de capital por origem (R\$ milhões)

Receitas Brutas de Capital	2016		2015		Variação % 2016/2015
	Valor	%	Valor	%	
Operações de Crédito	1.254	91,0%	1.147	89,2%	9,3%
Alienação de Bens	9	0,7%	6	0,5%	47,9%
Amortização de Empréstimos	23	1,7%	22	1,7%	6,2%
Transferências de Capital	57	4,1%	50	3,9%	15,0%
Outras Receitas de Capital	34	2,5%	61	4,7%	-44,3%
Total	1.377	100%	1.286	100%	7,1%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP)

Receitas de capital são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital que aumentam as disponibilidades financeiras, constituindo-se em instrumento de financiamento dos programas de ações orçamentárias, a fim de atingir as finalidades públicas.

Não há deduções nas receitas de capital. Por isso, o valor bruto arrecadado e o valor líquido são iguais.

Operações de Crédito

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa desta advém de operações de crédito (91%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos do Estado com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Em 2016, as operações de créditos internas representaram a parcela mais significativa das operações de crédito (82,74% das liberações).

Operações de crédito captadas em 2016 e suas finalidades (R\$ milhões)

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD)

Valores Liberados - Operações de Crédito	Finalidade	Valor	%
Internas		1.037,47	82,74%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Caminhos do Desenvolvimento	Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas.	15,00	1,20%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Acelera Santa Catarina	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, assim como saneamento básico.	212,57	16,95%
Banco do Brasil II – Pacto por Santa Catarina	Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisional e socioeducativo, saúde e turismo.	809,90	64,59%
Externas		216,42	17,26%
BIRD – Programa Santa Catarina Rural – Microbacias III	Aumento da competitividade das organizações dos agricultores familiares.	52,86	4,22%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) VI	Execução de obras e serviços de pavimentação, reabilitação e revitalização de rodovias estaduais.	94,97	7,57%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco)	Modernização da gestão fiscal e financeira da administração estadual.	12,47	0,99%
Corporação Andina de Fomento (CAF) – Programa de Intervenções Viárias (Provias)	Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 quilômetros da rodovia SC-477.	56,11	4,47%
TOTAL		1.253,88	100,00%

É o valor originário de débito, tributário ou não, em favor do Estado, pelo não pagamento de tributo juridicamente constituído e esgotadas todas as exigências de prazos e de cobranças.

Dívida ativa

Em 2016, o estoque da **Dívida Ativa** do Estado apresentava um saldo contábil de R\$ 29,038 milhões, sendo R\$11,54 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária.

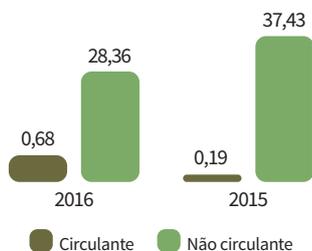
Natureza dos Créditos	2016			2015		
	Estoque da Dívida Ativa	Ajuste de Perdas	Saldo	Dívida Ativa	Ajuste de Perdas	Saldo
Tributários	13.638,80	-13.627,27	11,54	11.665,15	-11.654,86	10,29
Não Tributários	331,18	-330,81	0,37	238,09	-228,18	9,92
Previdenciários	17,13	0,00	17,13	17,41	0,00	17,41
Total	13.987,12	-13.958,08	29,04	11.920,65	-11.883,03	37,62

Estoque da dívida ativa (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Saldo da dívida ativa (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Perfil da dívida ativa de ICMS por segmento econômico

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - Secretaria de Estado da Fazenda



A partir do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e consequente adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pelo Estado, a Dívida Ativa está registrada no patrimônio do ente como um Ativo. Trata-se de um direito de recebimento do Estado, dividido entre circulante e não circulante, ou seja, um direito de receber que pode ser realizável em curto ou longo prazos, respectivamente.

A adoção das normas também levou ao reconhecimento dos riscos de recebimento dessas dívidas, os quais são registrados em conta de ajuste redutoras, ou seja, ao final de cada exercício é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas desses recebíveis.

Perfil da dívida ativa tributária por período de inscrição

Período de Inscrição	Tributo				Total
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	
Menos de 5 anos	45,95%	2,10%	0,48%	0,16%	48,69%
Entre 5 e 10 anos	25,17%	0,19%	0,14%	0,21%	25,71%
Mais de 10 anos	25,50%	0,09%	0,00%	0,00%	25,60%
Total	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico

Período de Inscrição	Tributo				Total
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	
Industrial	44,30%	0,03%	-	0,05%	44,38%
Comerciante	37,31%	0,07%	-	0,04%	37,42%
Prestador de Serviços de Transporte	6,50%	0,06%	-	0,01%	6,56%
Outros Prestadores de Serviços	2,97%	0,01%	-	0,01%	2,99%
Demais Contribuintes	5,56%	2,20%	0,62%	0,26%	8,64%
Total	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - Secretaria de Estado da Fazenda

Participação dos Poderes e Órgãos na Receita do Estado

O valor total repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2016 foi de R\$ 3,003 bilhões, considerando-se a Receita Líquida Disponível de dezembro de 2015 a novembro de 2016 e os percentuais de distribuição definidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e de 2016.

Entidade	Percentuais de Distribuição da Receita Líquida Disponível Previstos na LDO	Valor Total Repassado
Assembleia Legislativa	4,51%	619
Ministério Público	3,91%	537
Tribunal de Contas	1,66%	228
Tribunal de Justiça	9,31%	1.278
Udesc	2,49%	342
Total	21,88%	3.003

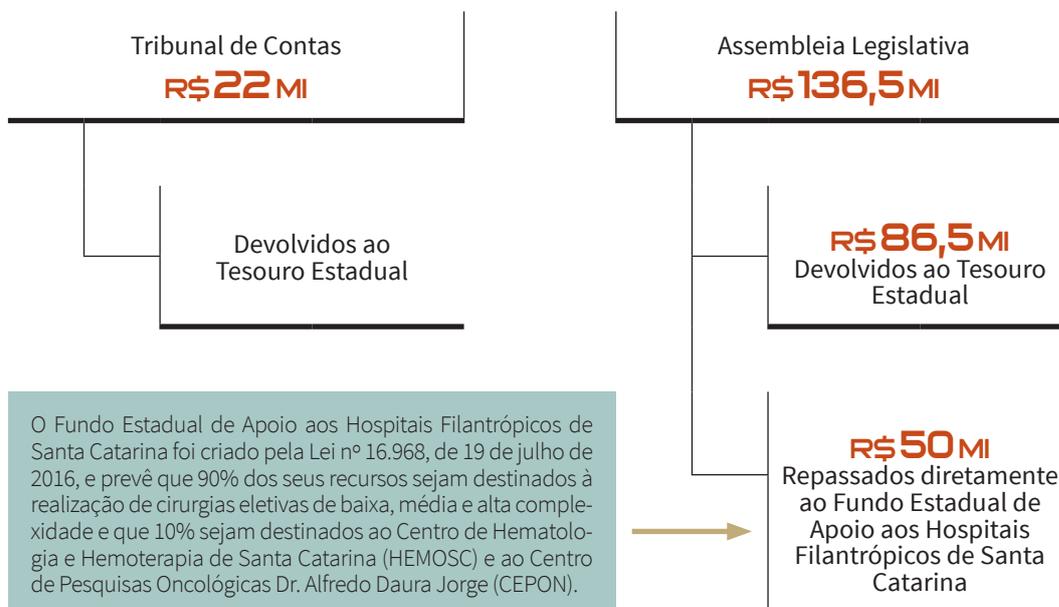
Repasses aos Poderes e Órgãos efetuados em 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP) e Leis nº 16.445/2014 e 16.672/2015

Dos valores repassados até 2016, o Estado recebeu no ano a devolução de R\$ 158,5 milhões, oriundos da Assembleia Legislativa (ALESC) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Do montante total, R\$ 108,5 milhões foram devolvidos ao Tesouro Estadual e R\$ 50 milhões foram repassados diretamente ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

Com a devolução, a ALESC e o TCE mostram que esforços de economia permanentes podem garantir melhorias significativas em áreas que são prioridade para a população e para o Estado.

Valores devolvidos em 2016



O Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina foi criado pela Lei nº 16.968, de 19 de julho de 2016, e prevê que 90% dos seus recursos sejam destinados à realização de cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade e que 10% sejam destinados ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC) e ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON).

Despesas

As leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social autorizaram a execução de despesas para 2016 em R\$ 29,539 bilhões. Desse valor, R\$ 25,752 bilhões foram inicialmente orçados e R\$ 3,788 bilhões foram acrescentados pelos créditos adicionais⁶.



Despesa autorizada x despesa executada em 2016 - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Despesas	Fixadas (a)	Créditos Adicionais (b)	Autorizada (c) = (a+b)	Executada (d)	% d/c
Correntes	21.233	3.472	24.705	21.699	87,83%
Pessoal e Encargos Sociais	11.951	3.825	15.776	14.698	93,17%
Juros e Encargos da Dívida	1.208	-382	826	671	81,27%
Outras Despesas Correntes	8.074	29	8.103	6.329	78,11%
Capital	4.236	599	4.835	2.481	51,32%
Investimentos	3.324	650	3.975	1.817	45,73%
Inversões Financeiras	36	35	71	53	74,20%
Amortização da Dívida	875	-86	789	611	77,42%
Correntes + Capital	25.468	4.071	29.539	24.180	81,86%
Reserva de Contingência	283	-283	0	0	-
Total	25.752	3.788	29.539	24.180	81,86%

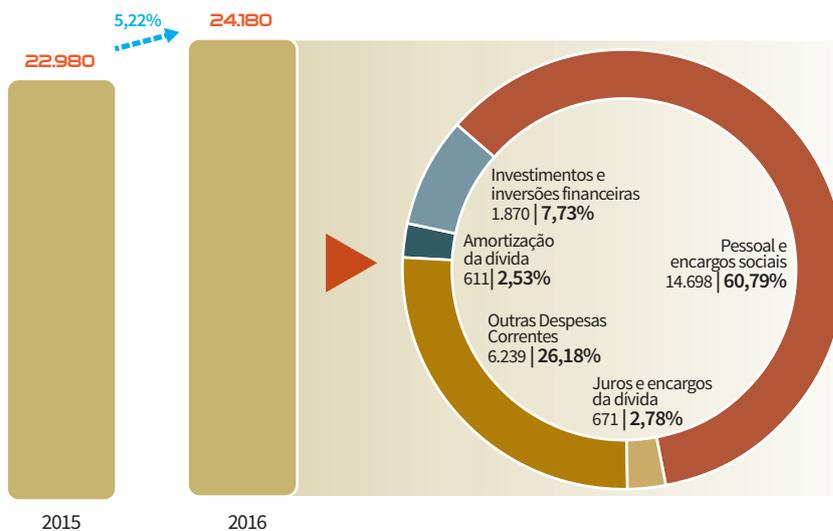
⁶ Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender a despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles podem ser:

- I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
- II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
- III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis que poderão ser provenientes de:

- I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
- II – excesso de arrecadação;
- III – operações de crédito; ou
- IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

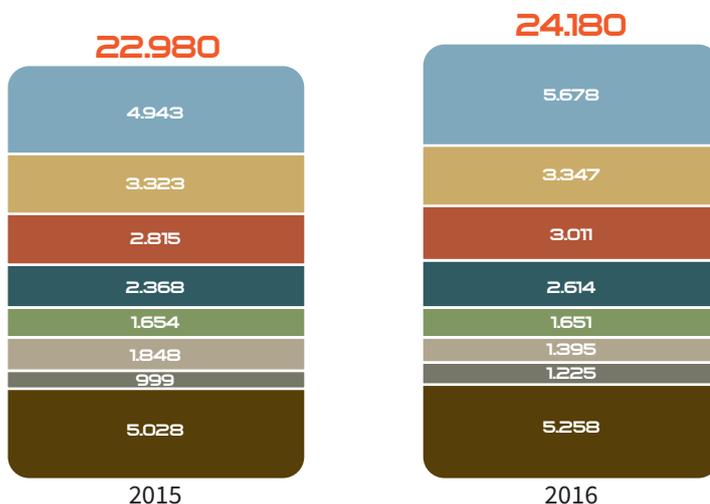
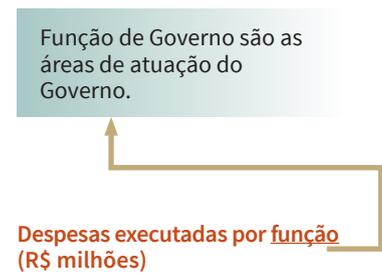
Do total autorizado, o Estado executou 81,86% das despesas, o equivalente a R\$ 24,180 bilhões. Desse valor, 60,79% foram gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 26,18% foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos. Os investimentos públicos somaram 7,73% do total das despesas do Estado no ano, e o valor despendido com a dívida pública chegou a 5,3%, sendo 2,78% referentes a juros e encargos e 2,53% de amortização do valor principal das operações de crédito.



Despesas executadas (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Analisando-se a participação de cada área de atuação do Governo na composição total das despesas, observa-se que o maior percentual corresponde aos gastos com a Previdência Social dos Servidores do Estado, com 23,48% em 2016, seguido dos gastos nas áreas de educação, com 13,84%, saúde, com 12,45%, e segurança pública, com 10,81%. As demais áreas totalizaram 39,42% da despesa.



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

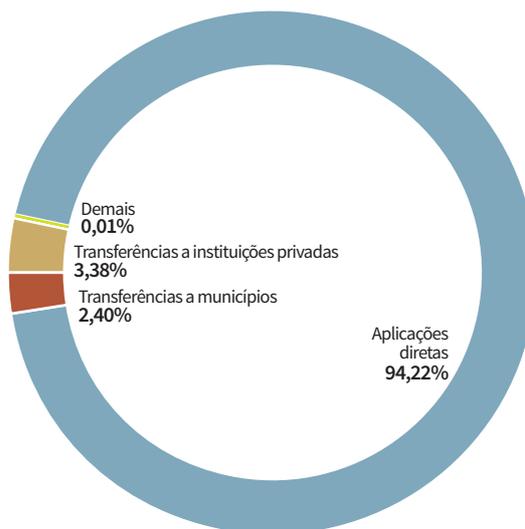
- Previdência dos servidores do Estado
- Educação
- Saúde
- Segurança pública
- Judiciária
- Encargos especiais
- Transporte
- Demais funções

Despesas do Estado de Santa Catarina em 2016 por função

PREVIDÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SEGURANÇA PÚBLICA
R\$ 5,678 BI	R\$ 3,347 BI	R\$ 3,011 BI	R\$ 2,614 BI

Despesas executadas por modalidade de aplicação em 2016

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Modalidade de aplicação é a indicação de como os recursos públicos serão aplicados, podendo ser:

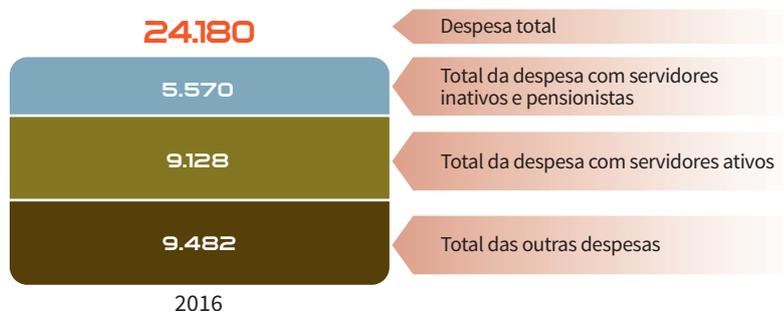
- diretamente aplicados por órgãos ou entidades do Estado;
- aplicados por outro ente da Federação ou por suas respectivas entidades (municípios, outros estados ou União);
- aplicados por consórcios públicos; ou
- aplicados por instituições privadas.

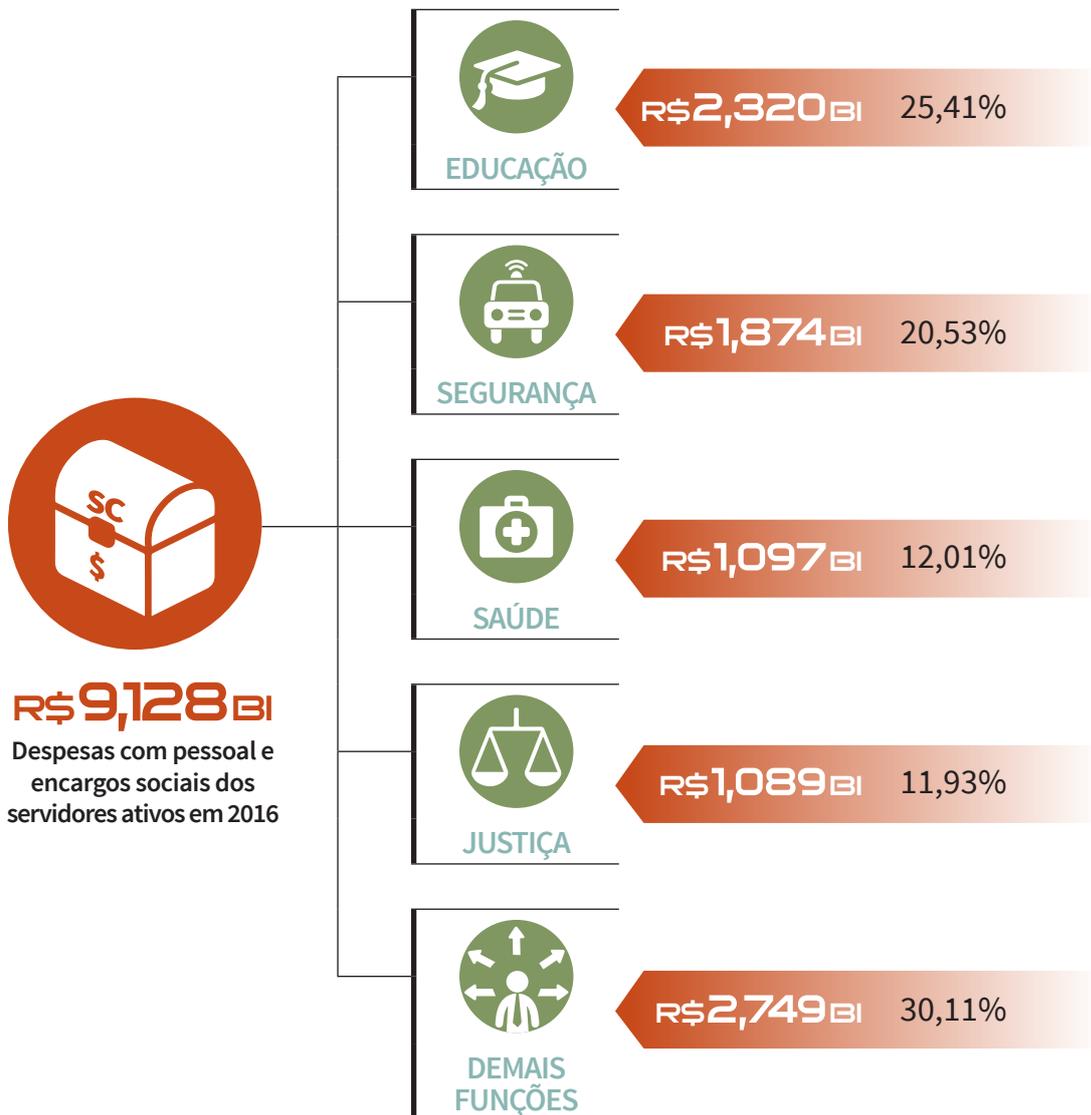
Pessoal e encargos sociais

Quando se compara a despesa com pessoal e encargos sociais do Estado com o total das despesas realizadas no ano de 2016, observa-se que os gastos com pessoal ativo correspondem a 37,75% das despesas totais e que os gastos com pessoal inativo e pensionistas responderam por 23,03% do valor total das despesas de 2016, resultando em um percentual total de 60,79%.

Despesas com pessoal e encargos sociais x despesa total (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)





Previdência dos Servidores do Estado

Assim como nos demais entes federativos, a previdência dos servidores públicos apresenta-se como uma das maiores limitações financeiras do Estado. Nos últimos cinco anos, as despesas com a previdência cresceram aproximadamente 77%, enquanto as receitas previdenciárias cresceram 69%, em termos nominais.

O deficit previdenciário do ano chegou a R\$ 3,5 bilhões. Quando se observa o crescimento do deficit nos últimos três anos, tem-se 2014 com 17,21%, 2015 com 20,62% e 2016 com 11,89%. Essa redução do crescimento ocorrida em 2016 decorre das ações tomadas pelo Estado, no ano de 2015, para conter a insuficiência, entre elas a unificação do fundo financeiro com o fundo previdenciário e a elevação das alíquotas de contribuição de todos os servidores e do próprio Estado.

Evolução do deficit previdenciário (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Valores gastos com a manutenção dos serviços públicos, como por exemplo despesas com água, energia elétrica, telefone, etc.

Outras Despesas Correntes

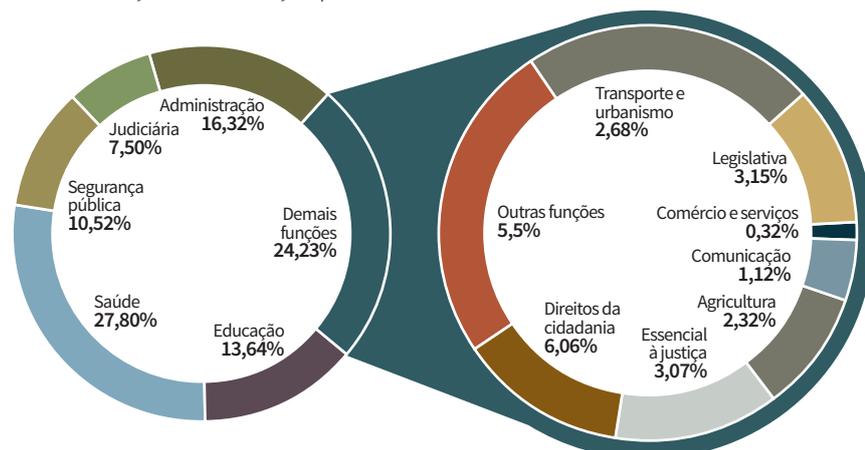
Do total das despesas incorridas no ano, R\$ 6,3 bilhões (26%) corresponderam ao gasto com os serviços contratados, compra de material de consumo, gastos com água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, entre outras.

Destes R\$ 6,3 bilhões, a maior parte, 27,8%, foi aplicada na área da saúde. Esse valor, em sua maioria, é composto pelas despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

Na função Administração, que reúne as despesas para a administração de diversos órgãos estaduais, o valor com custeio foi de R\$ 1 bilhão, o que representou 16,32% do total. Na sequência, as despesas com a manutenção dos serviços da Educação foram de R\$ 863 milhões, ou seja, 13,64% do total. Na área da segurança pública, as despesas chegaram a R\$ 665 milhões, representando 10,52%, e a área judiciária ficou com 7,5%. As demais áreas somaram R\$ 1,533 bilhão, o equivalente a 24,23% do total das despesas com a manutenção dos serviços públicos.

Outras despesas correntes por função

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

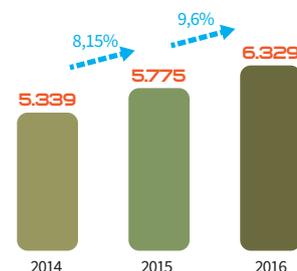


Com o cenário econômico que se esboçava no País a partir do segundo semestre de 2014, com expectativa de desaceleração econômica que resultaria em queda de arrecadação e alta da inflação, o Governo do Estado, objetivando se antecipar ao impacto que esses fatores causariam nas contas públicas, estabeleceu a diretriz de redução das despesas de manutenção dos serviços públicos tomando por base o valor executado com essas despesas em 2014. Tal diretriz materializou-se na execução dessas despesas no exercício de 2015 e 2016.

Mesmo com a adoção antecipada dessas medidas de austeridade, buscando mitigar os efeitos da crise, alguns serviços públicos, pela sua natureza e relevância, não puderam ser reduzidos, como é o caso dos serviços com saúde e segurança pública. Porém, tem-se reforçado a necessidade de redução e busca pela qualificação do gasto com serviços públicos.

Outras despesas correntes no período (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Outras despesas correntes por elementos de despesa (R\$ milhões)

Outras Despesas Correntes	2014	2015	2016	Variação % 2016/2014
Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	9,17	9,42	3,58	-60,91%
Serviços de Consultoria	23,35	20,57	13,45	-42,39%
Diárias - Civil	40,81	34,55	30,66	-24,86%
Diárias - Militar	12,65	10,23	10,25	-18,94%
Passagens e Despesas com Locomoção	16,31	16,56	14,46	-11,37%
Material de Consumo	499,61	395,35	446,54	-10,62%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	118,03	111,30	121,21	2,69%
Auxílio-Alimentação	368,04	367,46	384,58	4,50%
Arrendamento Mercantil	0,01	0,02	0,02	9,74%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.968,23	2.051,44	2.228,17	13,21%
Obrigações Tributárias e Contributivas	174,07	182,22	200,81	15,36%
Locação de Mão de Obra	348,41	394,10	421,00	20,83%
Demais Despesas Correntes	1.760,74	2.181,55	2.454,67	39,41%
Total	5.339,43	5.774,77	6.329,41	18,54%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Transferências Voluntárias

R\$ 1,104 BI

Transferências voluntárias são os recursos públicos repassados pelo Estado a outro ente da Federação (município, estado ou União), entidade privada sem fins lucrativos ou consórcio público, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

Transferências voluntárias em 2016 (R\$ milhões)

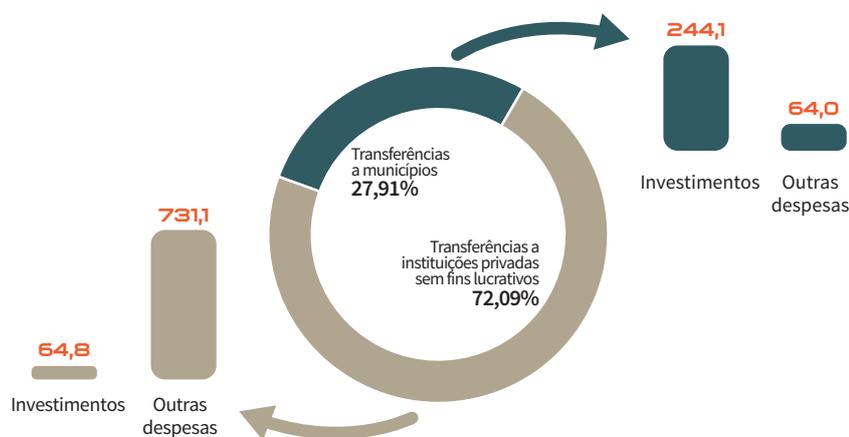
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Transferências Voluntárias

As despesas com transferências voluntárias realizadas pelo Estado somaram R\$ 1,104 bilhão, representando 4,57% no total das despesas executadas em 2016.

ÁREA DE GOVERNO DA TRANSFERÊNCIA				
Saúde	Educação	Transporte Rodoviário	FUNDAM	Demais áreas
R\$ 545,95MI	R\$ 203,58MI	R\$ 130,14MI	R\$ 89,72MI	R\$ 134,76MI
44,07%	16,43%	10,50%	7,24%	10,88%

Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias⁷, que podem ser convênios ou instrumentos similares, R\$ 795,98 milhões (72,09%) foram para entidades sem fins lucrativos e R\$ 308,17 milhões (27,91%) foram para os municípios catarinenses.



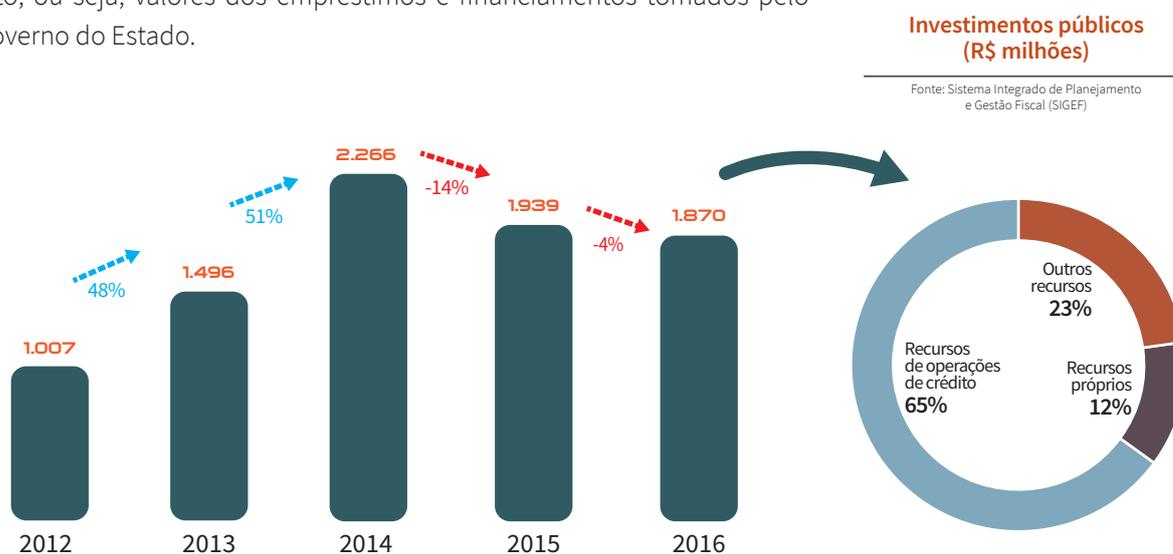
Quanto ao total transferido voluntariamente aos municípios para investimentos públicos, 36,79%, ou seja, R\$ 89,72 milhões, foram transferidos pelo Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), programa idealizado pelo Governo do Estado em 2013 para promover a valorização dos municípios. Já nas transferências para as entidades sem fins lucrativos, o maior percentual de repasse concentra-se na área da saúde, 67,13%, o que corresponde a R\$ 534,37 milhões que foram repassados para as entidades sem fins lucrativos que administram e prestam serviços de saúde.

⁷ Foram consideradas as modalidades de aplicação 40 – Transferências a Municípios e 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Investimentos Públicos

Os investimentos públicos⁸ realizados em 2016 somaram R\$ 1,870 bilhão, ou seja, 7,73% do total das despesas executadas.

Dos recursos aplicados em investimentos públicos, a parcela mais representativa corresponde aos recursos com origem em operações de crédito, ou seja, valores dos empréstimos e financiamentos tomados pelo Governo do Estado.



Do valor total aplicado nos **investimentos** públicos, 51% foram direcionados à função Transporte que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações está no transporte rodoviário, em que ocorrem ações de preservação da malha rodoviária existente, oferecendo melhores condições logísticas para o escoamento da produção e favorecendo o turismo no Estado.

Investimentos correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



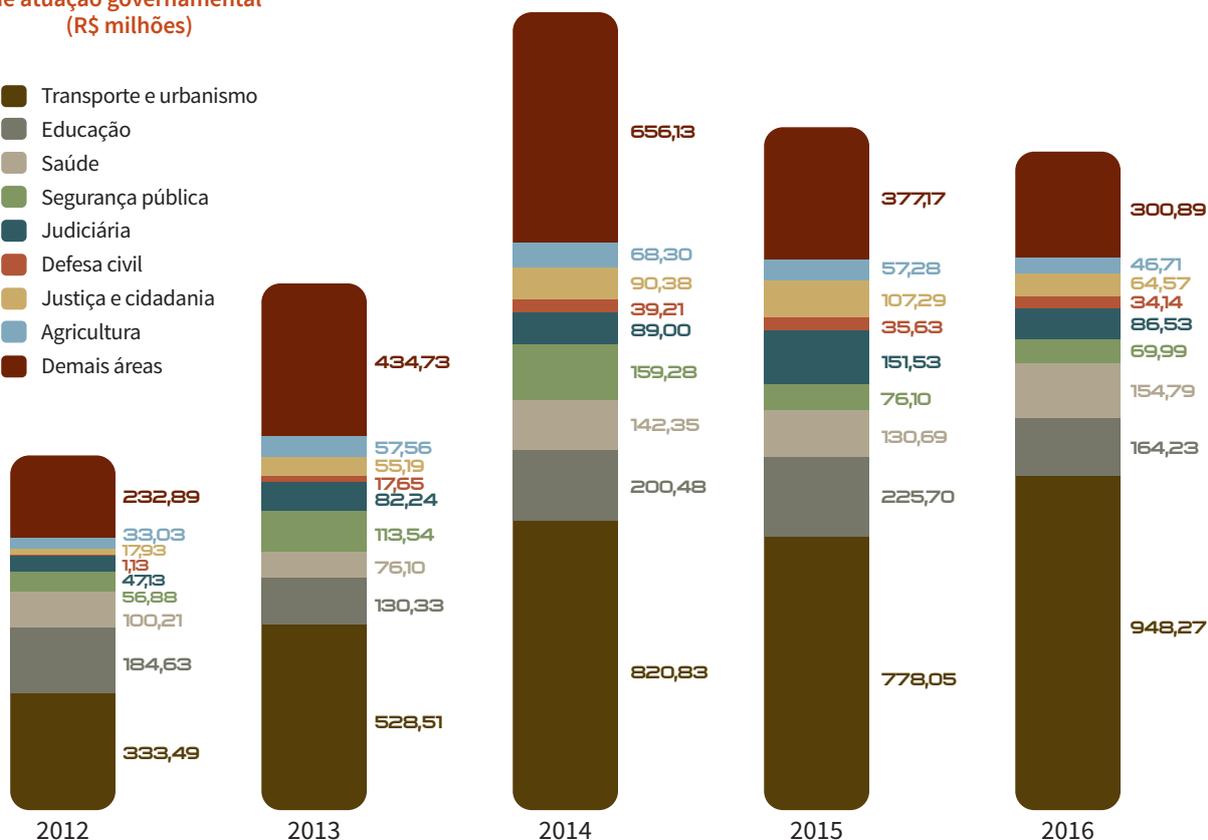
Inversão Financeira é a despesa de capital que não gera serviços e acréscimo ao PIB, como uma aquisição de imóvel, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

8 Investimentos mais inversões financeiras



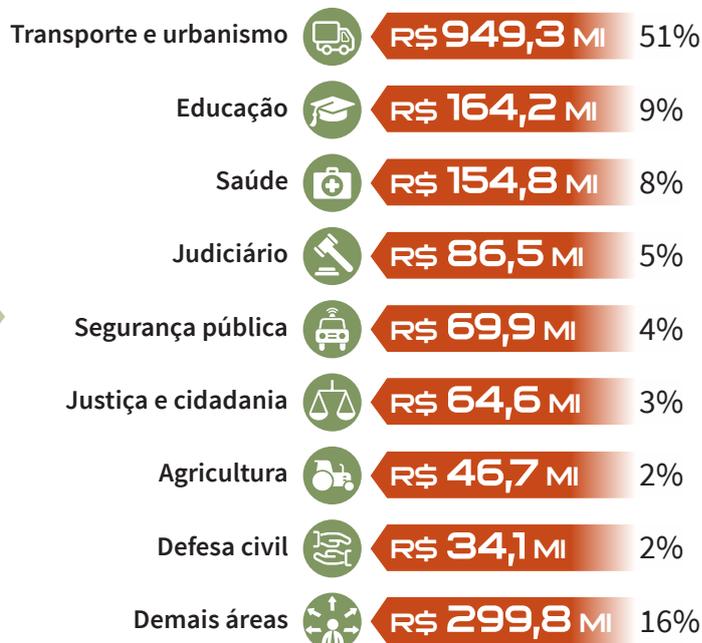
Investimentos por área de atuação governamental⁹ (R\$ milhões)

- Transporte e urbanismo
- Educação
- Saúde
- Segurança pública
- Judiciária
- Defesa civil
- Justiça e cidadania
- Agricultura
- Demais áreas



Investimentos públicos em 2016

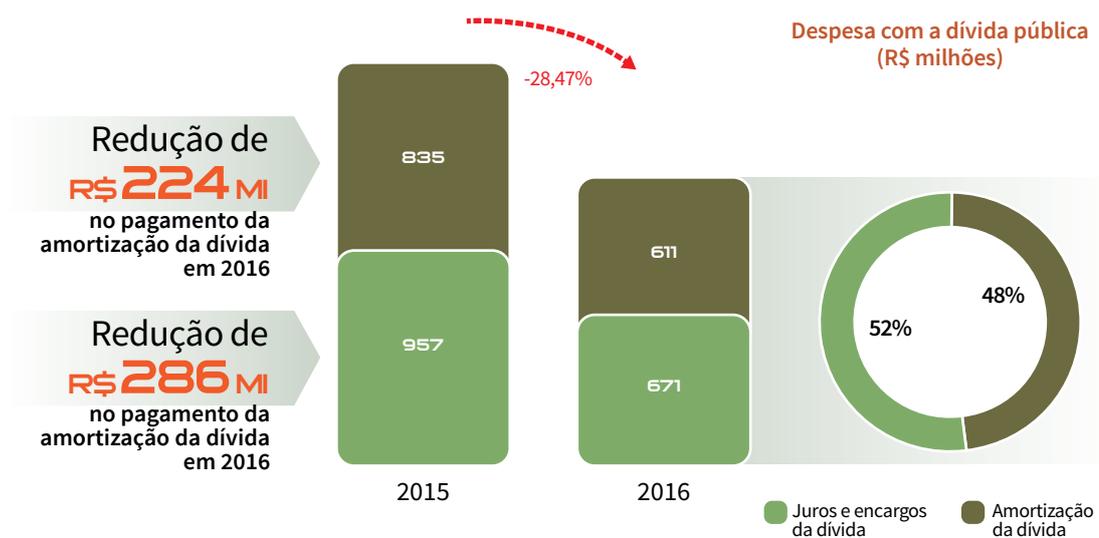
R\$ 1,870 BI



⁹ Na área de atuação Defesa Civil, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil e pelo Fundo Estadual da Defesa Civil nas seguintes funções: administração, segurança pública e gestão ambiental. Na área de atuação Justiça e Cidadania, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e seus fundos nas seguintes funções: essencial à justiça e direitos da cidadania. Na área de atuação Segurança Pública, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus fundos nas seguintes funções: essencial à justiça, administração, segurança pública, saúde, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, gestão ambiental, agricultura e comércio e serviços. Na área de atuação Transporte e Urbanismo, estão incluídas as despesas executadas pelos órgãos nas funções transporte e urbanismo.

Dívida Pública

As despesas com o pagamento da dívida pública corresponderam a 5,30% do total da despesa executada em 2016, ou seja, R\$ 1,282 bilhão, sendo R\$ 671 milhões referentes ao gasto com juros e encargos da dívida e R\$ 611 milhões correspondentes à amortização da dívida.



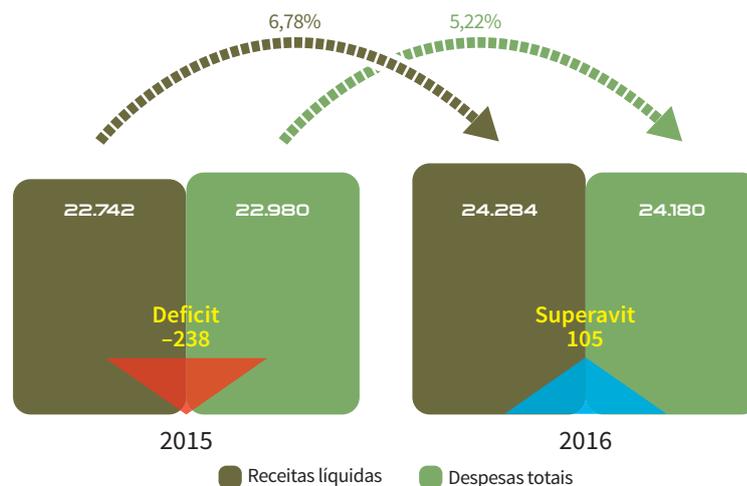
Analisa-se que os dispêndios com os juros, os encargos e a amortização da dívida pública reduziram em 28,47% quando comparados com o ano de 2015. Ou seja, obteve-se uma redução de cerca de R\$ 286 milhões dos gastos com os juros e encargos, e R\$ 224 milhões com a amortização da dívida pública. Essa diminuição observada, quando comparamos os anos de 2016 e 2015, é o resultado da carência de 100% da prestação devida entre os meses de julho e dezembro de 2016, benefício este alcançado com a renegociação da dívida do Estado com a União durante esse ano.

Resultado orçamentário

Em 2016, considerando-se o total das receitas líquidas¹⁰ realizadas menos o total das despesas empenhadas, chega-se a um resultado orçamentário superavitário de R\$ 105 milhões, o que indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias empenhadas no mesmo período.

Execução orçamentária (R\$ milhões)

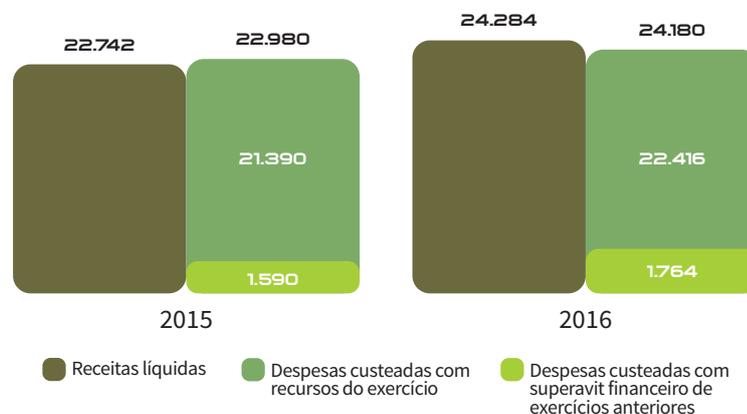
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Do total de despesas realizadas em 2016, R\$ 1,764 bilhão foi custeado com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas foi financiada com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superavit financeiro), que serviram como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento. Assim, se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2016 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superavit orçamentário ainda maior (R\$ 1,869 bilhão).

Execução orçamentária (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



¹⁰ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Execução de Restos a Pagar Inscritos no Ano Anterior

Em 2015, Santa Catarina inscreveu em restos a pagar¹¹ o montante de R\$ 647,194 milhões, sendo R\$ 191,768 milhões processados e R\$ 455,426 milhões não processados.

Conforme disposição contida no § 1º do art. 133 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, as despesas inscritas em restos a pagar não processados serão liquidadas quando a ocorrência da despesa se confirmar até 31 de janeiro do exercício financeiro subsequente. Caso não aconteça essa confirmação, os restos a pagar devem ser cancelados. Já quanto à execução dos restos a pagar processados e dos restos a pagar não processados liquidados até 31 de janeiro, a Lei Complementar nº 381/2007 determina que sejam pagos até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro subsequente. Caso contrário, deverão ser cancelados e a dívida com o credor reconhecida e registrada no passivo do Estado.

Nesse sentido, dos R\$ 647,194 milhões inscritos em restos a pagar no exercício de 2015 e executados no exercício de 2016, foram pagos R\$ 425,377 milhões e cancelados R\$ 221,817 milhões.

Execução de restos a pagar em 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



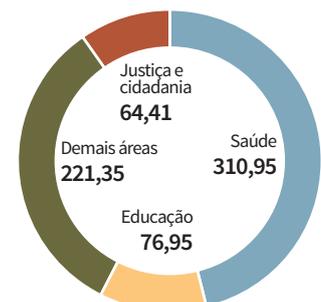
Despesas de Exercícios Anteriores

As despesas de exercícios anteriores são aquelas realizadas no orçamento público vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores e que, por algum motivo, não foram empenhadas à época, ou, se foram, tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados. Essas despesas não se confundem com as inscritas em restos a pagar, que correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior e com a execução orçamentária incompleta, ou seja, quando ainda não ocorreu o pagamento.

Em 2016, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 674 milhões, o equivalente a 2,79% do total de despesas executadas. Do valor, 84,19% referem-se a despesas de manutenção dos serviços públicos, 11,85% a despesas de pessoal e encargos, e 3,96% a despesas de investimentos.

Despesas de exercícios anteriores em 2016 e despesas de exercícios anteriores por área em 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



11 Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Limites constitucionais e legais

A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu regras e limites para uma gestão fiscal responsável, visando ao equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas e fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como para inscrição dos restos a pagar.

Para verificação dos limites estabelecidos pela LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL compreende a soma das receitas correntes do Estado, tais como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios e ao Fundeb por determinação constitucional ou legal, bem como as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência e as restituições de receitas. Em 2016, a RCL totalizou R\$ 20,489 bilhões (R\$ 19,410 bilhões em 2015), o que representou um incremento de 5,56% em relação a 2015.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ 20,489 BI

Além da LRF, o Estado observa os dispositivos constitucionais que determinam a aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde. Para verificação da aplicação desses valores, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI). A RLI soma todas as receitas de impostos estaduais e as transferências constitucionais e legais recebidas da União, referentes à divisão dos impostos, subtraindo-se as transferências constitucionais do Estado aos municípios decorrentes da repartição de impostos e transferências. No exercício de 2016, a RLI foi de R\$ 17,042 bilhões (R\$ 15,881 bilhões em 2015).

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

R\$ 17,042 BI

Saúde

No exercício de 2016, o total aplicado na área da saúde foi de R\$ 3,011 bilhões, recursos esses convertidos em equipamentos, obras, manutenções de hospitais públicos, convênios com hospitais municipais e filantrópicos, além das organizações sociais. Comparado ao ano anterior (R\$ 2,815 bilhões em 2015), o valor aplicado em 2016 foi 6,93% maior.

Do total aplicado, a maior parte corresponde aos gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em saúde, que totalizaram R\$ 2,856 bilhões (R\$ 2,685 bilhões em 2015). Desse total, a folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 1,097 bilhão (R\$ 996 milhões em 2015) e as demais despesas de custeio totalizaram R\$ 1,759 bilhão (R\$ 1,689 bilhão em 2015). Já os investimentos em saúde, que representam 5% do total das despesas, foram de R\$ 155 milhões em 2016 (R\$ 131 milhões em 2015).

Para verificação da aplicação do mínimo constitucional¹², são levadas em conta só as despesas custeadas com recursos de impostos e transferências. Nesse sentido, em 2016, foram consideradas despesas no valor de R\$ 2,185 bilhões (R\$ 2,042 bilhões em 2015), o que representou 12,82% da RLI (12,86% em 2015). Esse percentual, aplicado em saúde, é 0,02 ponto percentual superior ao mínimo exigido constitucionalmente, o que significa a aplicação de R\$ 140 milhões a mais do que o obrigatório.

Despesas na função Saúde em 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Evolução do percentual aplicado em saúde conforme a Constituição Federal

Apesar da aplicação constitucional em saúde do ano ser 0,04 ponto percentual menor que a de 2015, em 2016 foram aplicados R\$ 143 milhões a mais do que em 2015 em função do aumento da RLI

¹² O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da Receita Líquida de Impostos (RLI).



Cumprimento da
aplicação mínima
em saúde em 2016

Base de cálculo

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

Total da
arrecadação
líquida de
impostos e
transferências

R\$ 17,042BI

R\$ 2,045BI
12%

Aplicação
mínima
constitucional
em Saúde

Despesas gerais | Material de consumo,
contribuições, serviços
de terceiros, etc.



R\$ 1,759BI

Pessoal | Salários e encargos



R\$ 1,097BI

Investimentos | Obras, instalações,
materiais, equipamentos
permanentes, etc.



R\$ 155MI

R\$ 826MI



Despesas
não computadas

R\$ 2,185BI

Despesas empenhadas em 2016
12,82%

Educação

Em 2016, o Governo Estadual aplicou o total de R\$ 3,347 bilhões na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação, transporte escolar, bolsas de estudo, materiais didáticos, mobiliário, equipamentos de informática e também na formação e na remuneração do magistério. Esse montante beneficiou aproximadamente 527 mil alunos matriculados na rede de ensino público estadual.

Despesas na função Educação (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Despesas na Função Educação	2016		2015		Variação % 2016/2015
	Valor	%	Valor	%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.320	69,31%	2.270	68,31%	2,20%
Outras Despesas Correntes	863	25,79%	827	24,90%	4,31%
Investimentos	164	4,91%	226	6,79%	-27,24%
TOTAL	3.347	100,00%	3.323	100,00%	0,73%

Para garantir a aplicação de um valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que estados e municípios aplicassem 25% das receitas de impostos e de transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14/1996, foi criada uma subvinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

Já em 2006, a Emenda Constitucional nº 53/2006 substituiu o Fundef pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o Fundeb, essa subvinculação passou a ser de 20% das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica.

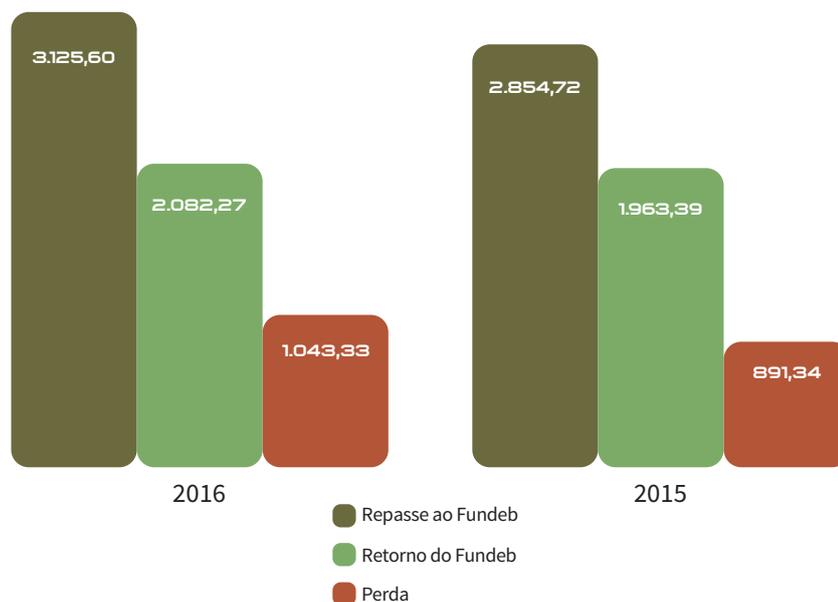
Os recursos do Fundeb são compostos, em cada estado, pelos percentuais de receitas dos estados e de todos os municípios, formando o montante total de recursos. Esse montante é dividido entre o Estado e seus municípios, na proporção do número de alunos atendidos na educação básica da rede pública. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e o Estado com base no número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio. Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União.

Em 2016, o Estado repassou ao Fundeb R\$ 3,126 bilhões. De acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual, o retorno do

Fundeb foi de R\$ 2,082 bilhões. A diferença entre o que o Estado repassa ao fundo e o que recebe de volta para ser investido na rede estadual de ensino é chamada de “perda” do Fundeb, e essa perda é considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, já que foi um recurso que saiu dos cofres estaduais. No ano de 2016, a perda do Fundeb foi de R\$ 1,043 bilhão. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Santa Catarina em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem no Estado.

Repases x retorno do Fundeb (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)



Outro item considerado como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional são os inativos da educação custeados com recursos de impostos. Essas despesas somaram R\$ 1,397 bilhão em 2016 e são realizadas por intermédio do Fundo Financeiro, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais, que gerencia o pagamento das pensões e dos inativos do Estado. Contudo, para fins de apuração do mínimo constitucional em educação, Santa Catarina vem reduzindo gradativamente a inclusão dessas despesas no cálculo. Em 2016, foram considerados 50% dessas despesas com o pagamento dos inativos da educação, o que totalizou R\$ 698 milhões (R\$ 710 milhões em 2015).

Dessa forma, considerando-se as despesas com folha de ativos, custeio, investimentos, a perda do Fundeb e 50% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, para fins do limite constitucional, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R\$ 4,6 bilhões em 2016. Esse valor equivale a 26,99% da RLI e está acima do valor mínimo exigido de 25%.

EDUCAÇÃO Manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)	Valor	%
A Receita Líquida de Impostos (Base)	17.042	100,00%
B Fundeb (20% x A)	3.408	20,00%
C Educação (5% x A)	852	5,00%
D Valor a aplicar para cumprimento do limite constitucional em educação (25% x A)	4.261	25,00%
E Despesas consideradas para fins de limite (E/A)	4.600	26,99%

Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual

A Constituição Estadual determina em seu artigo 170 que Santa Catarina deve prestar anualmente assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Assim como o mínimo constitucional, que deve ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o percentual instituído pelo artigo 170 deve ser sobre a RLI. Nesse sentido, em 2016 o Estado repassou às instituições de educação superior legalmente habilitadas a importância de R\$ 54 milhões, o equivalente a 1,28% do mínimo constitucional a ser aplicado na educação.

Aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino em 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Aplicação conforme o artigo 170 da Constituição Estadual (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP)

Especificação	2016
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RLI)	17.042,28
Mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino (25% da RLI)	4.260,57
Valor mínimo a ser aplicado - art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05 (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	213,03
APLICAÇÃO ¹³	
Subação 006302 - Bolsa de estudo para estudante de ensino superior – art. 170/CE	40,76
Subação 009785 – Cursos Estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional – SED – PROESDE	10,89
Subação 012882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior – art. 170/CE	3,08
Total aplicado - art. 170 da CE/89	54,72
Percentual aplicado	1,28%
Insuficiência de aplicação	-158,31

Também a Constituição do Estado de Santa Catarina, no artigo 171, estabelece que a lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as instituições privadas deverão prestar sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

¹³ Valores empenhados da Unidade Gestora 450001 – Secretaria de Estado da Educação.



Nesse sentido, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio, conforme o parágrafo único do artigo 5º.

Aplicação conforme o artigo 171 da Constituição Estadual (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	2016	2015
Receitas ¹⁴	46,23	52,47
Despesas ¹⁵	45,76	49,86
Percentual de aplicação	98,99%	95,02%

Verifica-se que, visando ao cumprimento do disposto no artigo 171 da Constituição Estadual, Santa Catarina aplicou na educação superior em 2016 a importância de R\$ 45,76 milhões, o equivalente a 98,99% da receita arrecadada pelo FUMDES.

¹⁴ Nas receitas foram considerados apenas os valores das Transferências Correntes para a Unidade Gestora 450001 (fonte de recursos 0.265 e subalíneas 1.7.3.0.05.03.00 e 9.7.3.0.05.03.00).

¹⁵ nas despesas foram considerados os valores das subações 5311, 10748 e 12100, tendo como base a fonte de recursos 0.265.

Ciência e Tecnologia

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que no mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta¹⁶, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e que foram empenhados pela Epagri nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Especificação	2016	2015
BASE DE CÁLCULO		
Receitas Correntes	31.388.379	29.517.102
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.481.366	-8.060.836
Total da Base de Cálculo	22.907.014	21.456.266
Valor a ser Aplicado (2%)	458.140	429.125
APLICAÇÕES		
Epagri		
Função 20 – Agricultura		
Despesas Empenhadas	331.631	345.417
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-221	-692
Total Aplicado – Epagri	331.410	344.726
FAPESC		
Função 19 – Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela FAPESC	31.292	39.404
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-59	-351
Despesas Empenhadas por Descentralização:		
Na Epagri	3.900	3.264
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-81	-6
Total Aplicado – FAPESC	35.052	42.312
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	366.463	387.038
Percentual Aplicado	1,60%	1,80%
Aplicação abaixo do mínimo constitucional	-91.677	-42.088

Aplicação em ciência e tecnologia (R\$ milhares)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas explicativas:

1. O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica. Essa aplicação deverá ser efetuada de forma conjunta (conforme artigos 100, I, e 112, I, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 381/2007) pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

2. O artigo 26 da Lei 14.328/2008, com nova redação dada pela Lei nº 16.382/2015, estabelece que "O Estado de Santa Catarina destinará à pesquisa científica e tecnológica no mínimo 2% (dois por cento) de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos municípios, destinando-se pelo menos metade para pesquisa agropecuária, liberados em duodécimos".

3. Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela Epagri e FAPESC e empenhados pela Epagri e Udesc nas fontes de recursos do exercício corrente (x1xx e x2xx, exceto x191, x192, x193, 197, x198, x291, x292, x293, x297 e x298), deduzidos os restos a pagar cancelados.

¹⁶ Conforme os artigos 100, I, e 112, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

Despesa com Pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à RCL.

Em 2016, Santa Catarina ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF. As despesas com pessoal consolidadas do Estado representaram 57,45% da RCL, ultrapassando o limite prudencial (57%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,42% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial.

Representatividade das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por Poderes e Órgãos

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal/Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Especificação	2016	2015	Variação 2016/2015	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	47,42%	48,35%	-1,92%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	2,76%	2,76%	0,00%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,93%	1,96%	-1,53%	2,10% ¹	2,00% ¹	1,89% ¹
Tribunal de Contas	0,83%	0,80%	3,75%	0,90% ¹	0,86% ¹	0,81% ¹
Poder Judiciário	5,16%	5,21%	-0,96%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,88%	1,85%	1,62%	2,00%	1,90%	1,80%
Procuradoria junto ao Tribunal de Contas	0,09%	0,09%	0,00%	-	-	-
Defensoria Pública	0,13%	0,11%	18,18%	-	-	-
Consolidado Geral	57,45%	58,35%	-1,54%	60,00%	57,00%	54,00%

Nota 1: Conforme errata enviada ao Tribunal de Contas do Estado por meio do Ofício DCOG/SEF nº 028/2017.

Analisando-se detalhadamente os itens que compõem a despesa com pessoal, constata-se que as despesas brutas, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 9,88% em 2016 no consolidado geral do Estado e 9,99% no Poder Executivo, enquanto a RCL cresceu 5,56%.

Especificação	2016	2015	Variação % 2016/2015
CONSOLIDADO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	14.663	13.344	9,88%
Pessoal Ativo	9.125	8.450	7,99%
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.516	4.872	13,21%
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	23	23	0,23%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.899	2.018	43,64%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	205	193	6,13%
Decorrentes de Decisão Judicial	132	90	46,56%
Despesas de Exercícios Anteriores	77	92	-16,04%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.485	1.643	51,23%
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	11.765	11.326	3,87%
PODER EXECUTIVO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	12.059	10.963	9,99%
Pessoal Ativo	7.084	6.584	7,58%
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.952	4.356	13,68%
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	23	23	0,23%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.346	1.579	48,58%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	133	153	-13,12%
Decorrentes de Decisão Judicial	62	70	-11,77%
Despesas de Exercícios Anteriores	50	38	31,13%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.101	1.318	59,45%
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	9.713	9.384	3,50%
Receita Corrente Líquida	20.489	19.410	5,56%

Notas Explicativas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II, da Lei nº 4.320/64.

2. Conforme o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do Estado com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes às verbas indenizatórias, como diárias, auxílio-alimentação e auxílio-moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão de Obra - Serviços Terceirizados e as Pensões Especiais.

3. Para evitar a duplicidade de valores, estão sendo desconsiderados os registros de ressarcimentos realizados pelo Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na natureza de despesa 31.91.96.xx, destinados ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais de Santa Catarina (FMPIO), de acordo com o artigo 3º, inciso X, do Decreto nº 1.245/2008, acrescido pelo Decreto nº 2.245/2009. Os valores de despesa em questão são relativos a servidores cedidos pela Secretaria de Estado da Administração, em que a execução orçamentária dessa despesa ocorre na natureza 31.90.xx.xx. Quando ingressados no FMPIO, os valores são registrados como Receita Intraorçamentária na rubrica 4.7.9.2.2.99.26 e não são considerados no cálculo da Receita Corrente Líquida.

4. As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o magistério público estadual (Secretaria de Educação, Udesc, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no artigo 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5 - Considera as despesas com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual.

**Despesas com
pessoal conforme a Lei
de Responsabilidade Fiscal
(R\$ milhões)**

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal/
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2016, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 10,288 bilhões, correspondendo ao percentual de 50,21% da RCL (53,04% em 2015) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

Demonstrativo da dívida consolidada líquida (R\$ milhões)

Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida/
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida	2016		2015	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	40.978	200	38.820	200
Dívida Consolidada Líquida	10.288	50,21	10.295	53,04

Operações de Crédito

De acordo com a LRF (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a RCL e para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2016, foi captado um montante de R\$ 1,254 bilhão em recursos de operações de crédito internas e externas. Desse total, 81,49% dos recursos foram provenientes das operações de crédito internas.

As operações de crédito internas e externas do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R\$ 1,226 bilhão em 2016 e representaram 5,99% da Receita Corrente Líquida (5,59% em 2015). No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Assim, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas pelo Estado em relação à RCL atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

Operações de Crédito	2016		2015	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	3.278	16	3.106	16
Operações de Crédito Internas e Externas	1.226	5,99	1.085	5,59
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	1.434	7	1.359	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-

Operações de crédito para fins de cumprimento da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal (R\$ milhões)

Fonte: Demonstrativo das Operações de Crédito/Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Vale lembrar que, conforme estabelece a referida resolução, não são consideradas, para fins de verificação desse limite, as operações de crédito contratadas pelos estados com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

Garantias e Contragarantias

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado ao final de dezembro de 2016 foi de R\$ 657 milhões, representando 3,21% da RCL (3,64% em 2015) e atendendo ao limite máximo de 22% estabelecido pelo artigo 9º da Resolução do Senado nº 43/2001.

As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 657 milhões ao final do ano de 2016 (707 milhões em 2015), em decorrência de contratos de financiamentos firmados entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF), além de um contrato de financiamento entre a CASAN e a Agence Française de Développement (AFD). Todos os contratos referem-se às intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado.

Garantias Concedidas	2016		2015	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.508	22	4.270	22
Total de Garantias	657	3,21	707	3,64

Garantias concedidas (R\$ milhões)

Fonte: Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores/Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Notas explicativas:

- O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 22 contratos de financiamentos firmados entre ambas as instituições, no valor total de R\$ 375.507.507,00 (17 contratos garantidos) e R\$ 65.162.673,22 (5 contratos garantidos), referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns municípios do Estado.
- O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement (AFD) e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

No exercício de 2016, o Estado de Santa Catarina inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 699,162 milhões (R\$ 647,194 milhões em 2015), sendo R\$ 157,084 milhões processados e R\$ 542,078 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta menos as obrigações financeiras¹⁷ totalizou, em 2016, R\$ 3,676 bilhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados). Quando considerada a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 3,134 bilhões, representando o superavit financeiro do exercício.



Fonte: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar/Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre a receita primária e a despesa primária. De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo, não sendo inclusas aí as receitas e as despesas financeiras.

Portanto, do lado das receitas, não são considerados recursos obtidos com aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos concedidos ou alienação de bens. Do lado da despesa, não são considerados os gastos com o pagamento dos juros e a amortização da dívida, bem como as concessões de empréstimos.

Ao se analisar o resultado primário obtido em relação à meta prevista na LDO, devem ser considerados dois fatores que afetam o resultado e que não são levados em conta na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de

¹⁷ As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária. No montante, já estão inclusos os valores inscritos em restos a pagar processados.

operações de crédito em valor maior do que o previsto na LDO. Os recursos de operações de crédito, quando utilizados para o financiamento de investimentos, geram resultado primário deficitário, pois os investimentos são despesas de capital (despesas primárias) e as operações de crédito são receitas financeiras, e não receitas primárias. O segundo são as despesas executadas, custeadas com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superavit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram um deficit primário.

No ano de 2016, o Estado de Santa Catarina apresentou um deficit primário de R\$ 769,576 milhões, não atingindo a meta estabelecida na LDO, que fixou um superavit primário de R\$ 687,117 milhões.



O resultado primário do ano de 2016 foi afetado principalmente pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 1,223 bilhão, assim como pela execução de despesas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,764 bilhão.

Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de um deficit ocorrido em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzido o ativo disponível (disponibilidade de caixa bruta) e os haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de 2015, que totalizou R\$ 7,893 bilhões, e a Dívida Fiscal Líquida de 2016, que totalizou R\$ 7,608 bilhões, gerou um Resultado Nominal de R\$ -284,347 milhões, ou seja, um decréscimo da Dívida Fiscal Líquida.

Com isso, o Estado cumpriu a meta de resultado nominal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, que era de R\$ -130,855 milhões.





Resumo do Resultado do
Estado de Santa Catarina
(2016-2015) – R\$ milhões

	2016		2015	
SAÚDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	2.045	12	1.906	12
Despesas consideradas	2.185	12,82	2.042	12,86
EDUCAÇÃO – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	4.261	25	3.970	25
Despesas consideradas	4.600	26,99	4.379	27,57
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	VALOR	% Receita Corrente	VALOR	% Receita Corrente
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 193, CE/89)	458	2	429	2
Despesas consideradas	366	1,60	387	1,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	20.489		19.410	
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	17.042		15.881	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	12.293	60	11.646	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	11.679	57	11.064	57
Despesa Total com Pessoal	11.770	57,45	11.326	58,35
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	40.978	200	38.820	200
Dívida Consolidada Líquida	10.288	50,21	10.295	53,04

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

GARANTIAS	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.508	22	4.270	22
Total de Garantias	657	3,21	707	3,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	3.278	16	3.106	16
Operações de Crédito Internas e Externas	1.226	5,99	1.085	5,59
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	1.434	7	1.359	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	687		826	
Resultado Apurado	-770		-330	
RESULTADO NOMINAL	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	-131		5.466	
Resultado Apurado	-284		2.018	
RESTOS A PAGAR	VALOR		VALOR	
Inscrição de Restos Processados	157		192	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos não Processados	3.676		3.314	
Inscrição de Restos não Processados	542		455	
Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos não Processados	3.134		2.858	

Vencer o invencível

Odalino Melo Filho, paciente do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), de Florianópolis

Impossível? Odalino Melo Filho, 59 anos, acreditava que nunca mais falaria na vida depois que precisou retirar as pregas vocais por conta de um câncer na garganta. Logo após a cirurgia, realizada em 2015, no Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), em Florianópolis, Odalino hesitou em usar a laringe eletrônica. O aparelho permite a produção da voz. Quando precisava se comunicar, escrevia bilhetes para a família, mas acabou se excluindo socialmente, ficando no seu canto.

Aos poucos, foi convencido a usar o equipamento e começou a participar do Grupo de Acolhimento a Pacientes, conhecido como GAL. Logo, Odalino estava falando de novo com a esposa, as filhas e os amigos. O que ele nunca podia imaginar é que participaria de um espetáculo de música como integrante do coro. O feito ocorreu em dezembro de 2016, na 1ª Mostra do Projeto Cantarolar, que emocionou os familiares presentes. Odalino não poderia estar mais orgulhoso: havia superado o que parecia impossível.



SANTA CATARINA EM 2016

Demonstrações contábeis

Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	38	24.233.611	24.233.611	22.907.014	(1.326.597)
RECEITA TRIBUTÁRIA		14.078.194	14.078.194	13.263.425	(814.769)
Impostos		13.347.528	13.347.528	12.660.989	(686.539)
Taxas		730.666	730.666	602.436	(128.230)
Contribuição de Melhoria		-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.118.100	2.118.100	2.067.581	(50.520)
Contribuições Sociais		2.118.100	2.118.100	2.067.581	(50.520)
Contribuições Econômicas		-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL		726.233	726.233	920.279	194.046
Receitas Imobiliárias		8.287	8.287	10.888	2.601
Receitas de Valores Mobiliários		698.834	698.834	887.837	189.003
Receitas de Concessões e Permissões		11.187	11.187	4.862	(6.325)
Receita de Cessão de Direitos		6.423	6.423	15.190	8.768
Outras Receitas Patrimoniais		1.503	1.503	1.502	(0)
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.201	1.201	1.165	(36)
Receita da Produção Vegetal		750	750	725	(25)
Receita da Produção Animal e Derivados		451	451	441	(11)
Outras Receitas Agropecuárias		-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		4.112	4.112	4.089	(24)
Receita da Indústria de Transformação		72	72	31	(41)
Receita da Indústria de Construção		4.041	4.041	4.057	17
Outras Receitas Industriais		-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		915.207	915.207	826.491	(88.717)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.706.668	5.706.668	5.016.920	(689.748)
Transferências Intragovernamentais		5.002.786	5.002.786	4.222.935	(779.851)
Transferências de Instituições Privadas		359.731	359.731	667.777	308.046
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		234	234	1.125	891
Transferências de Convênios		343.916	343.916	125.082	(218.834)
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		683.895	683.895	807.064	123.169
Multas e Juros de Mora		148.481	148.481	220.820	72.339
Indenizações e Restituições		245.257	245.257	258.690	13.433
Receita da Dívida Ativa		37.601	37.601	79.979	42.378
Receitas Correntes Diversas		252.557	252.557	247.575	(4.982)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	38	1.518.185	1.518.185	1.377.253	(140.932)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.399.108	1.399.108	1.253.881	(145.228)
Operações de Crédito Internas		1.050.677	1.050.677	1.037.465	(13.212)
Operações de Crédito Externas		348.431	348.431	216.415	(132.016)
ALIENAÇÃO DE BENS		54.148	54.148	9.079	(45.069)
Alienação de Bens Móveis		27.411	27.411	7.856	(19.555)
Alienação de Bens Imóveis		26.737	26.737	1.222	(25.514)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		12.506	12.506	23.350	10.844
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		22.423	22.423	57.024	34.601
Transferências Intergovernamentais		9.510	9.510	4.841	(4.668)
Transferências de Instituições Privadas		-	-	291	291
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		12.913	12.913	51.892	38.978
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		30.000	30.000	33.920	3.920
Integralização do Capital Social		-	-	9.906	9.906
Dívida Ativa Prov. da Amortização de Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	-
Restituições		-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas		30.000	30.000	24.014	(5.986)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		25.751.796	25.751.796	24.284.266	(1.467.530)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		25.751.796	25.751.796	24.284.266	(1.467.530)
DEFICIT (VII)		-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		25.751.796	25.751.796	24.284.266	(1.467.530)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
Superavit Financeiro	39		2.956.655	1.764.379	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Orçamentário

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016

							R\$ milhares
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	38	21.232.812	24.704.919	21.698.671	21.339.926	21.194.100	3.006.248
Pessoal e Encargos Sociais		11.950.535	15.775.990	14.698.007	14.693.820	14.673.137	1.077.983
Juros e Encargos da Dívida		1.207.877	825.915	671.254	671.254	671.254	154.661
Outras Despesas Correntes		8.074.401	8.103.013	6.329.410	5.974.852	5.849.709	1.773.604
DESPESAS DE CAPITAL (X)	38	4.235.566	4.834.502	2.480.908	2.297.576	2.286.317	2.353.593
Investimentos		3.324.383	3.974.564	1.817.412	1.634.079	1.623.320	2.157.153
Inversões Financeiras		36.127	71.035	52.706	52.706	52.207	18.329
Amortização da Dívida		875.055	788.902	610.791	610.791	610.791	178.112
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)		283.418	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		25.751.796	29.539.421	24.179.579	23.637.501	23.480.417	5.359.841
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		25.751.796	29.539.421	24.179.579	23.637.501	23.480.417	5.359.841
SUPERAVIT (XVI)	40	-	-	104.687	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)		25.751.796	29.539.421	24.284.266	23.637.501	23.480.417	5.359.841

Continuação da página anterior

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP)

Consolidado Geral | **Balço Orçamentário**

Execução de Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

Restos a Pagar não Processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2015 (b)				
Despesas Correntes	-	312.456	164.695	164.680	147.761	15
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.282	11.114	11.114	1.167	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	300.174	153.581	153.566	146.593	15
Despesas de Capital	-	142.970	69.699	69.699	73.271	-
Investimentos	-	141.788	69.382	69.382	72.406	-
Inversões Financeiras	-	1.182	318	318	864	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	455.426	234.395	234.379	221.031	15

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balanço Orçamentário**

Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

R\$ milhares

Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (e) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2015 (b)			
Despesas Correntes	-	182.058	181.279	779	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.388	12.388	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	169.671	168.892	779	-
Despesas de Capital	-	9.709	9.703	6	-
Investimentos	-	9.519	9.513	6	-
Inversões Financeiras	-	190	190	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	191.768	190.982	785	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Financeiro

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

INGRESSOS	Nota Explicativa	2016	2015
Receita Orçamentária (I)		24.284.266	22.741.779
Ordinária		15.829.780	14.520.401
Vinculada		8.454.487	8.221.378
Recursos Vinculados à Educação		2.465.237	2.325.983
Recursos Vinculados à Saúde		546.379	574.871
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.098.611	1.830.816
Recursos Vinculados à Assistência Social		644.833	1.131.460
Recursos Vinculados à Segurança Pública		560.392	525.905
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		124.279	124.703
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		52.812	48.127
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		35.679	12.753
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		3.247	6.444
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		9.214	6.168
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.435.122	1.147.970
Outras Vinculações de Recursos		478.681	486.177
Transferências Financeiras Recebidas (II)		67.558.634	65.716.316
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		18.076.123	17.626.765
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		46.526.942	44.919.352
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		2.955.569	3.170.199
Recebimentos Extraorçamentários (III)		18.139.135	15.384.679
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		542.078	455.426
Inscrição de Restos a Pagar Processados		157.084	191.768
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.060.473	12.242.001
Aplicações do RPPS		4.379.492	2.495.421
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8	64
Saldo do Exercício Anterior (IV)		7.999.954	7.239.307
Caixa e Equivalente de Caixa	35/41	7.999.954	7.239.307
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		117.981.989	111.082.082

Continua na próxima página



Continuação da página anterior

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	Nota Explicativa	2016	2015
Despesa Orçamentária (VI)		24.179.579	22.979.637
Ordinária		15.606.464	14.863.376
Vinculada		8.573.116	8.116.261
Recursos Vinculados à Educação		2.411.218	2.341.215
Recursos Vinculados à Saúde		583.483	629.345
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.568.998	1.636.808
Recursos Vinculados à Assistência Social		646.711	1.133.701
Recursos Vinculados à Segurança Pública		553.103	547.689
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		127.598	129.107
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		48.818	35.605
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		31.500	13.186
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		7.802	19.761
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		3.284	15.177
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.291.824	1.235.514
Outras Vinculações de Recursos		298.775	379.153
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		67.558.634	65.714.276
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		18.076.123	17.624.725
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		46.526.942	44.919.352
Transferências Concedidas - Aportes RPPS		2.955.569	3.170.199
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		17.025.843	14.388.216
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		234.379	211.142
Pagamento de Restos a Pagar Processados		190.982	55.381
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.614.215	11.425.115
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		15	2
Aplicações do RPPS		3.986.250	2.696.576
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,1	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		9.217.933	7.999.954
Caixa e Equivalente de Caixa	35/41	9.217.933	7.999.954
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		117.981.989	111.082.082

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balanço Financeiro**

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

Especificação	2016			2015		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	24.096.926	8.267.147	15.829.780	22.323.482	7.803.081	14.520.401
Vinculada	8.668.706	214.219	8.454.487	8.479.133	257.754	8.221.378
Recursos Vinculados à Educação	2.465.725	488	2.465.237	2.326.042	59	2.325.983
Recursos Vinculados à Saúde	546.522	143	546.379	574.904	33	574.871
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.109.034	10.422	2.098.611	1.834.464	3.648	1.830.816
Recursos Vinculados à Assistência Social	754.778	109.946	644.833	1.339.422	207.962	1.131.460
Recursos Vinculados à Segurança Pública	560.420	28	560.392	525.940	35	525.905
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	205.586	81.307	124.279	165.803	41.101	124.703
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.812	-	52.812	48.127	-	48.127
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	46.771	11.092	35.679	16.780	4.027	12.753
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	3.248	1	3.247	6.765	322	6.444
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.214	-	9.214	6.168	-	6.168
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.435.122	-	1.435.122	1.147.970	-	1.147.970
Outras Vinculações de Recursos	479.474	792	478.681	486.746	569	486.177
TOTAL	32.765.632	8.481.366	24.284.266	30.802.615	8.060.836	22.741.779

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balço Patrimonial**

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	9.217.933	7.999.954
Créditos a Curto Prazo		1.526.204	1.105.372
Créditos Tributários a Receber	11	1.457.991	1.036.391
Clientes	12	71.780	56.129
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	28.892	28.892
Dívida Ativa Tributária	14	677.359	167.346
Dívida Ativa não Tributária	15	2.395	937
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(712.214)	(184.323)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	2.087.109	1.699.616
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	337.348	730.590
Estoques	19	178.425	209.715
VPDs Pagas Antecipadamente	20	11.355	5.370
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		13.358.375	11.750.617
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.066.006	2.831.979
Créditos a Longo Prazo		2.582.776	2.467.263
Créditos Tributários a Receber	11	2.276.166	2.145.747
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	278.253	284.086
Dívida Ativa Tributária	14	12.978.576	11.515.208
Dívida Ativa não Tributária	15	328.789	237.157
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(13.279.008)	(11.714.936)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	183.453	153.872
Estoques	19	12.623	16.590
VPDs Pagas Antecipadamente	20	287.154	194.254
Investimentos	21	3.419.146	3.300.451
Imobilizado	22	20.547.273	12.088.166
Intangível	23	255.598	195.437
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		27.288.022	18.416.033
TOTAL DO ATIVO		40.646.397	30.166.650

Continua na próxima página



Continuação da página anterior

R\$ milhares

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	196.096	189.649
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	582.709	970.308
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	443.762	457.280
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	18.278	18.084
Provisões a Curto Prazo	28	628.053	470.347
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.185.349	5.458.857
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		8.054.247	7.564.527
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	797.981	751.045
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	18.838.625	17.277.421
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.446.315	1.324.171
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	265.590	258.459
Provisões a Longo Prazo	28	755.820	653.419
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	684.411	639.113
Resultado Diferido	30	657.740	644.230
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		23.446.482	21.547.858
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		6.655	6.655
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	9.130.556	1.039.154
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.145.668	1.054.266
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.646.397	30.166.650

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balço Patrimonial**
Excluídas as Operações Intraorçamentárias
Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes
Lei Federal nº 4.320/1964

Especificação	R\$ milhares	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	9.683.859	8.806.585
Ativo Permanente	30.962.538	21.360.066
TOTAL DO ATIVO (I)	40.646.397	30.166.650
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.403.804	5.855.450
Passivo Permanente	25.638.970	23.711.945
TOTAL DO PASSIVO (II)	32.042.774	29.567.395
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	8.603.623	599.255

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balço Patrimonial**
Excluídas as Operações Intraorçamentárias
Quadro das contas de compensação
(Lei Federal nº 4.320/1964)

Especificação	Nota Explicativa	R\$ milhares	
		31/12/2016	31/12/2015
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		1.239.638	976.044
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		1.239.638	976.044
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		657.361	707.292
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		456.537	408.410
Obrigações Contratuais		23.631.497	22.197.062
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	32	11.507.319	10.688.387
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		36.252.714	34.001.151

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Patrimonial

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do superavit/deficit financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

FONTES DE RECURSOS	R\$ milhares	
	31/12/2016	31/12/2015
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	50.893	(46.745)
0.101 - Recursos ordinários - diversos	12.825	1.547
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.408	1.807
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830	20.388
0.119 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.654	7.630
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111	5.452
0.121 - Cota-parte contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	5.271	1.797
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	4.065	12.614
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.065	3.008
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	1	165
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	20.383	11.573
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221	6.240
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	42.899	1.907
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.973	58
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	901	3.448
0.161 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercício corrente	13.758	-
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	15.593	-
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.937	7.952
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	9.093	9.746
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	7.249	17.533
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	10.982	2.183
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	142.956	110.331
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	1.586	3.770
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	114.114	52.398
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	1.264	2.193
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	266	2
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388	661
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	471.755	488.563
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827	13.651
0.195 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	4.031	23.323
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	481	626
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	579	25
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	7	21.945
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.564	607
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes-exercício corrente	79.143	20.491
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.058	15.699
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	642	232
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	200.184	111.231
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.016	152.667
0.259 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	11
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647	8.565
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.022	36.591
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.816	15.006
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484	6.386
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326	7.048
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	1.855	846
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.077	102.993

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2016	31/12/2015
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	12.601	10.890
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.247	980
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - ministério público - recursos de outras fontes - exercício corrente	14.573	10.720
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	135.522	91.553
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	64.802
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.593	2.309
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.771	417
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	25.562	18.179
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	258	467
0.302 - Recursos do tesouro - Programa Revigorar III - exercícios anteriores	4	15
0.309 - Superavit financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias	778	8
0.310 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.442	3.791
0.311 - Taxas da segurança pública e defesa do cidadão - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.926	2.441
0.319 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.895	1.593
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	8	187
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual	288	782
0.322 - Cota-parte da compensação dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	-
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.824	18.708
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	5	5
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	216	119
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.539	3.360
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	752	52
0.331 - Fundeb - transferências da União - exercícios anteriores	-	-
0.332 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.098	5.913
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	354	500
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	5.344	4.560
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	49	925
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo recursos do tesouro - exercícios anteriores	0,2	0,2
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	7.717	10.744
0.382 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercícios anteriores	1	61
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	109.487	71.005
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.525	1.937
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020	32.567
0.386 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	-	-
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	1	53
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores	661	-
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit	432.809	333.854
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	6.535	4.965
0.395 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	9.896	2.447
0.398 - Receita de Alienação de Bens - exercícios anteriores	501	202
0.399 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	-
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.323	20.704
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	3.000	2.723
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	33.288	35.379
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.219	4.212
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	26	26
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	58.650	41.543

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2016	31/12/2015
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222	222
0.650 - Contribuição previdenciária	70.117	406.465
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	31.971	31.960
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.320	13.291
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	2.763	5.040
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.689	8.230
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercícios anteriores	-	-
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção ensino superior - exercícios anteriores	185	152
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	-	-
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	87.704	84.585
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	17.881	8.609
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	19	137
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	13.772	12.413
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	168.750	116.286
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	58.496	62.080
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456	3.096
0.699 - Não primárias - outras receitas	35.116	35.072
1.100 - Contrapartida - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	-	(278)
2.100 - Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175)
2.191 - Contrapartida de operações de crédito internas - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(6.639)
2.391 - Contrapartida - BID - operações de crédito internas - recurso do tesouro - exercícios anteriores	-	-
2.661 - Contrapartida - BID - receitas diversas - FundoSocial - receitas de outras fontes - exercícios anteriores	-	-
4.191 - Contrapartida de outros empréstimos - operação de crédito interna - recursos do tesouro	-	(2.052)
4.661 - Contrapartida de outros empréstimos - receitas diversas - FundoSocial - exercícios anteriores	-	-
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	894	567
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	1.715	-
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.172
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	340	4
7.261 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	76	-
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	992	391
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	7.043	6.768
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública e defesa do cidadão - recursos do tesouro - exercícios anteriores	677	967
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.175	3
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	1.000	1.000
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	147	146
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	4
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	81	881
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	436	96
7.680 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	14
7.698 - Contrapartida de convênios - receita de alienação de bens - exercícios anteriores	-	-
8.263 - Contrapartida de empréstimos internos - receitas diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.882)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	3.132.546	2.858.489

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Demonstração das Variações Patrimoniais

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2016	2015
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33	23.291.679	20.777.754
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda - Consolidação		3.203.663	2.963.219
Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação		19.264.196	17.069.764
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação		560.450	510.044
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação		263.370	234.727
Contribuições		839.719	727.583
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação		839.719	727.583
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		783.600	693.075
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação		18.956	19.121
Venda Bruta de Produtos - Consolidação		5.251	4.783
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		760.013	669.414
(-) Dedução Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		(619)	(243)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.700.571	1.898.026
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação		409	534
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação		594	1.446
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação		880.223	410.166
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação		10.059	9.069
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação		5.406	20.162
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação		1.873.615	681.577
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União		49.248	54.380
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Municípios		407	341
Descontos Financeiros Obtidos - Inter União		-	-
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação		880.609	720.352
Transferências e Delegações Recebidas	33	5.911.506	6.587.999
Transferências Constitucionais e Legais - Inter OFSS - União		2.403.575	2.220.735
Transferências do Fundeb - Inter OFSS - Estados		2.082.268	1.963.387
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União		247.075	148.328
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município		7.417	5.871
Outras Transferências - Inter OFSS - União		5.908	750
Outras Transferências - Inter OFSS - Município		26	1.626
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação		18.514	18.833
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação		659.055	1.588.002
Transferências do Exterior - Consolidação		19	4
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação		1.125	516
Outras Transferências Recebidas - Consolidação		486.524	639.946
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		628.461	327.792
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação		383.436	223.052
Reavaliação de Intangíveis - Consolidação		1.602	2.175
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação		-	-
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação		2.561	324
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação		3	1
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação		89.826	91.875
Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação		151.034	10.363
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		38.699.172	50.793.735
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação		164.151	172.009
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação		5	11
Reversão de Provisões - Consolidação		37.685.260	49.728.178
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação		288.401	417.710
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União		27.552	24.997
Multas Administrativas - Consolidação		111.682	114.978
Indenizações e Restituições - Consolidação		255.631	199.673
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Alienação Bens Apreendidos - Consolidação		-	1.995
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		166.491	134.184
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		73.854.708	81.805.963

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		8.420.989	8.088.733
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		5.020.696	4.809.454
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação		1.339.514	1.220.724
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		1.099.221	1.090.989
Encargos Patronais - RPPS - Inter União		4.764	4.160
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação		28	0,4
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União		266.891	251.495
Encargos Patronais - FGTS - Inter União		19.101	18.254
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação		27.186	23.693
Outros Encargos Patronais - Consolidação		6.019	6.022
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União		218	1.620
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município		18	12
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação		342.114	364.237
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação		102.194	88.197
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação		59.969	62.451
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação		118.870	122.588
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação		14.186	24.837
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter União		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Estado		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Município		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos - Consolidação		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5.646.683	4.984.845
Aposentadorias - RPPS - Consolidação		3.542.160	3.221.257
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação		1.087.603	874.308
Pensões - RPPS - Consolidação		796.359	707.886
Pensões - Militar - Consolidação		201.302	168.847
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação		9.774	4.980
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação		51	18
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação		574	464
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação		8.859	7.086
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.152.118	3.810.585
Consumo de Material - Consolidação		785.569	801.218
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação		95.398	130.224
Diárias - Consolidação		47.145	47.152
Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Consolidação		153.230	110.932
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Consolidação		2.717.618	2.417.121
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - União		-	-
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - Município		-	-
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação		26.031	24.465
Depreciação - Consolidação		314.791	270.963
Amortização - Consolidação		12.336	8.509
Custo de Mercadorias Vendidas - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Custo de Serviços Prestados - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.474.644	4.503.855
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação		442.111	288.110
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		100.827	535.470
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação		128.316	135.260
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação		331	113
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação		71	16
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União		60.855	37.325
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação		461.425	583.327
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		1.391.350	967.351
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação		591.288	1.734.336
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação		269.810	197.872
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União		22.996	24.450
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação		1.183	226
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS - União		4.080	-
Transferências e Delegações Concedidas		9.901.678	9.066.627
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União		1.523	1.503
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município		5.344.409	4.950.235

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2016	2015
Transferências ao Fundeb - Inter OFSS - Estado		3.196.668	2.841.483
Transferências Voluntárias - Consolidação		41.365	33.236
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União		-	-
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município		363.645	337.227
Outras Transferências - Inter OFSS - Município		-	-
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação		727.775	592.239
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação		66	217
Execução Orçamentária Delegada aos Entes - Inter OFSS - Município		94.336	73.114
Outras Transferências Concedidas - Consolidação		131.891	237.373
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.850.873	2.052.966
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação		2.943	6.362
Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação		-	-
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação		248.787	268
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação		3.508	5.862
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação		2.403.042	1.912.274
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação		1.750	553
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação		906	949
Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação		-	-
Incorporação de Passivos - Consolidação		2.969	204
Desincorporação de Ativos - Consolidação		186.968	126.492
Tributárias		195.282	186.906
Impostos - Consolidação		53	59
Impostos - Inter OFSS - União		413	390
Impostos - Inter OFSS - Estado		-	-
Impostos - Inter OFSS - Município		3.667	2.572
Taxas - Consolidação		208	143
Taxas - Inter OFSS - União		-	-
Taxas - Inter OFSS - Municípios		1.510	1.685
Contribuições Sociais - Inter OFSS - União		188.361	180.914
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município		1	0,2
Outras Contribuições - Consolidação		285	185
Outras Contribuições - Inter OFSS - União		785	958
Outras Contribuições - Inter OFSS - Município		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		41	748
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação		41	70
Custo dos Serviços Prestados - Consolidação		-	679
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		38.599.209	50.544.363
Premiações Culturais - Consolidação		2.337	7.057
Premiações Artísticas - Consolidação		6	39
Premiações Científicas - Consolidação		259	13
Premiações Desportivas - Consolidação		344	842
Ordens Honoríficas - Consolidação		91	37
Outras Premiações - Consolidação		94	114
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação		31.460	112.732
Incentivos à Educação - Consolidação		25.781	22.083
Incentivos à Ciência - Consolidação		6.256	10.123
Subvenções Econômicas - Consolidação		23.004	22.909
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação		7.484	28.026
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação		37.796.508	49.536.466
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação		2.857	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação		2.327	3.446
Custo de Mercadorias Vendidas - Outras VPDs - Consolidação		-	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União		18	-
Indenizações e Restituições - Consolidação		419.353	325.165
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		281.029	475.310
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		73.241.517	83.239.628
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		34	(1.433.666)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
Especificação		2016	2015
Incorporação de Ativo		1.372.935	1.481.846
Desincorporação de Passivo		610.791	834.924
Incorporação de Passivo		1.253.881	1.146.895
Desincorporação de Ativo		32.429	28.116

Consolidado Geral | **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		90.519.236	87.223.886
Receitas Derivadas e Originárias		16.330.262	14.725.429
Transferências Correntes Recebidas		6.576.752	6.730.838
Outros Ingressos Operacionais	36	67.612.223	65.767.619
Desembolsos		89.432.853	85.992.238
Pessoal e Demais Despesas		18.140.366	16.591.101
Juros e Encargos da Dívida		671.254	957.286
Transferências Concedidas		2.956.556	2.657.508
Outros Desembolsos Operacionais	36	67.664.677	65.786.343
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)		1.086.383	1.231.648
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		32.429	28.116
Alienação de Bens		9.079	6.137
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		23.350	21.979
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		1.437.393	1.529.863
Aquisição de Ativo não Circulante		1.294.726	1.401.872
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		10.536	10.284
Outros Desembolsos de Investimento		132.131	117.706
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(1.404.964)	(1.501.746)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		1.344.824	1.257.397
Operações de Crédito		1.253.881	1.146.895
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		9.906	23.446
Transferências de Capital Recebidas		57.024	49.599
Outros Ingressos de Financiamentos		24.014	37.457
Desembolsos		610.791	834.924
Amortização/Refinanciamento da Dívida		608.954	834.924
Outros Desembolsos de Financiamentos		1.836	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		734.033	422.472
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	35	415.452	152.374
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		3.536.702	3.384.329
Caixa e Equivalente de Caixa Final		3.952.154	3.536.702

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receitas Tributárias		13.263.425	12.030.863
Receitas de Contribuições		830.771	726.047
Receita Patrimonial		38.108	155.932
Receita Agropecuária		1.165	936
Receita Industrial		4.089	4.232
Receita de Serviços		594.131	505.734
Remuneração das Disponibilidades		880.526	720.246
Outras Receitas Originárias e Derivadas		718.046	581.439
Total das Receitas Derivadas e Originárias		16.330.262	14.725.429

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R\$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		2.256.229	2.012.799
Da União		2.255.298	2.009.849
De Estados e Distrito Federal		-	-
De Municípios		932	2.950
Multigovernamentais		-	-
Intragovernamentais		1.559.832	1.295.352
Outras Transferências Correntes Recebidas		2.760.690	3.422.687
Total das Transferências Recebidas		6.576.752	6.730.838
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		578.830	542.225
União		-	-
Estados e Distrito Federal		-	-
Municípios		578.830	542.225
Intragovernamentais		1.564.019	1.306.818
Outras Transferências Correntes Concedidas		813.707	808.464
Total das Transferências Concedidas		2.956.556	2.657.508

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

	Nota Explicativa	2016	2015
Legislativa		562.680	529.888
Judiciária		1.391.439	1.371.123
Essencial à Justiça		689.064	521.206
Administração		1.466.616	1.473.074
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		2.062.079	1.920.563
Relações Exteriores		2.846	193
Assistência Social		71.394	35.809
Previdência Social		5.619.661	4.922.850
Saúde		1.990.604	1.810.014
Trabalho		5.208	5.253
Educação		2.479.023	2.444.492
Cultura		29.077	27.652
Direitos da Cidadania		665.270	517.748
Urbanismo		-	1
Habitação		20.275	23.465
Saneamento		212	2.390
Gestão Ambiental		67.900	74.184
Ciência e Tecnologia		24.444	27.143
Agricultura		553.536	549.607
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		28.644	31.079
Comunicações		55.344	37.020
Energia		3	1
Transporte		209.023	181.741
Desporto e Lazer		30.791	28.735
Encargos Especiais		115.234	55.871
Reserva de Contingência		-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		18.140.366	16.591.101

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

	Nota Explicativa	2016	2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		516.943	791.688
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		110.171	114.827
Outros Encargos da Dívida		44.140	50.771
Total dos Juros e Encargos da Dívida		671.254	957.286

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.655	368	5.815	2.274	2.360.837	2.375.949
Ajustes de Exercícios Anteriores						111.983	111.983
Redução do Capital Social							
Aumento de Capital							
Com Reservas e Lucros							
Com Subscrição de Novas Ações							
Resultado do Exercício						(1.433.666)	(1.433.666)
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos Propostos							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	37	6.655	368	5.815	2.274	1.039.154	1.054.266
Ajustes de Exercícios Anteriores	31					7.478.211	7.478.211
Redução do Capital Social							
Aumento de Capital							
Com Reservas e Lucros							
Com Subscrição de Novas Ações							
Resultado do Exercício	34					613.192	613.192
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos Propostos							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	37	6.655	368	5.815	2.274	9.130.557	9.145.668

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Crise?

Saete de Lourenzi, Marlise Voigt Dalke e Varlene Bastos Bleichvel, sócias da panificadora Aroma Rural, de Trombudo Central, beneficiárias do SC Rural.

As amigas Saete de Lourenzi, Marlise Voigt Dalke e Varlene Bastos Bleichvel, de Trombudo Central, não se deixaram levar pelo pessimismo que tomou conta do Brasil em 2016. Acostumadas com a dura vida do campo, elas se encheram de coragem para realizar um sonho antigo: abrir uma empresa e, assim, conquistar autonomia financeira.

O trio já vendia pães e bolachas na vizinhança, mas com a oficialização, o negócio deu um salto gigantesco e ultrapassou as divisas do município.

Batizada de Aroma Rural, a produção da empresa passou de cinco para 50 quilos por dia, alcançando um faturamento mensal de R\$ 20 mil. As agricultoras tiveram o apoio do Programa SC Rural, que destina recursos não reembolsáveis a empreendimentos da agricultura familiar mediante contrapartida dos beneficiários. Com investimentos de R\$ 21,3 mil, metade em recursos do SC Rural, elas pensam em ir mais longe e aumentar a produção para 200 quilos diários. Alguém duvida?

SANTA CATARINA EM 2016

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Relação de Notas Explicativas

Página

1	Contexto Operacional	195
2	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	195
3	Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2016	196
3.1	Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	197
4	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	200
5	Base de Preparação	200
5.1	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	201
6	Moeda Funcional e de Apresentação	203
7	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	203
8	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	204
9	Resumo das Principais Políticas Contábeis	204
10	Caixa e Equivalentes de Caixa	208
11	Créditos Tributários a Receber	210
12	Clientes	211
13	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	211
14	Dívida Ativa Tributária	212
15	Dívida Ativa Não Tributária	214
16	(-) Ajuste de Perdas de Créditos	214
17	Demais Créditos e Valores	215
18	Investimentos e Aplicações Temporárias	219
19	Estoques	219
20	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	220
21	Investimentos	220
22	Imobilizado	223
23	Intangível	227
24	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	230
25	Empréstimos e Financiamentos	231
26	Fornecedores e Contas a Pagar	234
27	Obrigações Fiscais	235
28	Provisões	236
29	Demais Obrigações	239
30	Resultado Diferido	240
31	Ajustes de Exercícios Anteriores	241
32	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	242
33	Impostos e Transferências	244
34	Resultado Patrimonial	245
35	Caixa e Equivalentes de Caixa	247
36	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	247
37	Variação do Patrimônio Líquido no Período	248
38	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	248
39	Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	248
40	Resultado Orçamentário	249
41	Resultado Financeiro	249
42	Eventos Subsequentes	249

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis

1 Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2016 estão amparadas pela Lei Estadual nº 16.860, de 28 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2016.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2016 estão agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2 Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2016, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes

- I – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
- II – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- III – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- IV – Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

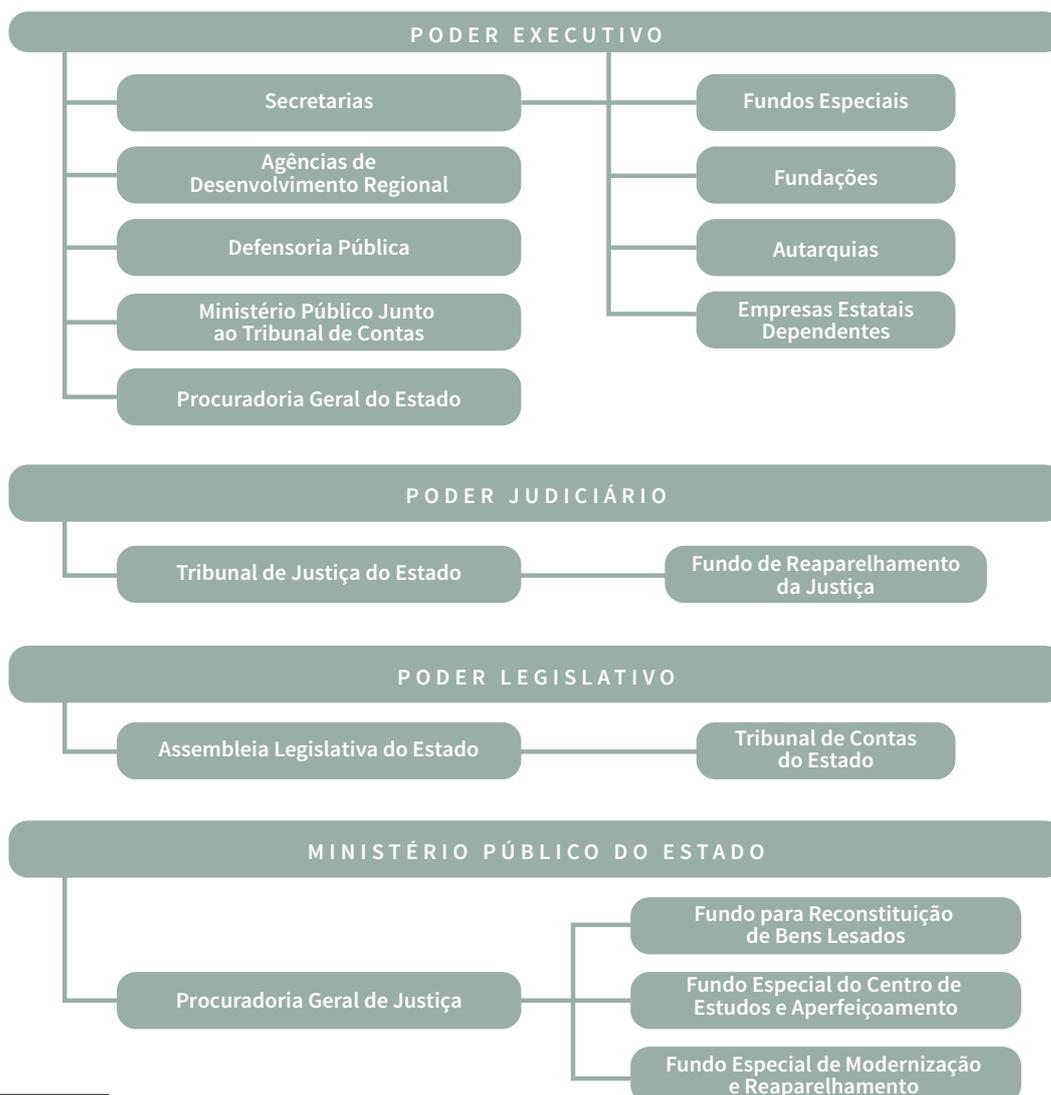
¹ Na Função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.

² Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (artigo 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).

b) Empresas não Dependentes

- I – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
- II – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)³
- III – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
- IV – Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)
- V – Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
- VI – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
- VII – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)
- VIII – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC)
- IX – Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)
- X – SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)

3 Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2016



³ Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

3.1 Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a) Secretarias e Órgãos

- » Gabinete do Vice-Governador
- » Polícia Militar
- » Corpo de Bombeiros Militar
- » Secretaria de Estado da Administração
- » Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
- » Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
- » Secretaria de Estado da Casa Civil
- » Secretaria de Estado da Defesa Civil
- » Secretaria de Estado da Educação
- » Secretaria de Estado da Fazenda
- » Secretaria de Estado da Infraestrutura
- » Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
- » Secretaria de Estado da Saúde
- » Secretaria de Estado da Segurança Pública
- » Secretaria de Estado de Comunicação
- » Secretaria de Estado do Planejamento
- » Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
- » Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- » Secretaria Executiva de Articulação Nacional
- » Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais

b) Agências de Desenvolvimento Regional

- | | | | |
|------------------|-------------------------------------|--------------|-----------------------|
| » Araranguá | » Criciúma | » Joaçaba | » São Joaquim |
| » Blumenau | » Curitiba | » Joinville | » São Lourenço |
| » Braço do Norte | » Dionísio Cerqueira | » Lages | » São Miguel do Oeste |
| » Brusque | » Grande Florianópolis ⁴ | » Laguna | » Seara |
| » Caçador | » Ibirama | » Mafra | » Taió |
| » Campos Novos | » Itajaí | » Maravilha | » Timbó |
| » Canoinhas | » Itapiranga | » Palmitos | » Tubarão |
| » Chapecó | » Ituporanga | » Quilombo | » Videira |
| » Concórdia | » Jaraguá do Sul | » Rio do Sul | » Xanxerê |

⁴ Apesar da extinção da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis pela Lei Estadual nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015, em 31/12/2016 ainda permaneciam saldos contábeis na unidade gestora do SDR da Grande Florianópolis.

c) Defensoria Pública

d) Procuradoria Geral do Estado

e) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

f) Fundações

- » Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
- » Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
- » Fundação Catarinense de Esportes (FESPORTE)
- » Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
- » Fundação do Meio Ambiente (FATMA)
- » Fundação Escola do Governo (ENA)
- » Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

g) Autarquias

- » Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSF)
- » Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
- » Departamento de Transportes e Terminais (DETER)
- » Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)
- » Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
- » Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
- » Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
- » Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

h) Empresas Estatais Dependentes⁵

- » Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
- » Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- » Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- » Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

i) Fundos Especiais

- » Fundo de Melhoria da Polícia Civil
- » Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar
- » Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
- » Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
- » Fundo para Melhoria da Segurança Pública
- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba

⁵ Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na Prestação de Contas do Exercício de 2016. A participação do Estado nas empresas não dependentes não faz parte do processo de consolidação das contas.

- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
- » Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina
- » Fundo Estadual de Defesa Civil
- » Fundo de Melhoria da Polícia Militar
- » Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis
- » Fundo Estadual de Incentivo à Cultura
- » Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo
- » Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte
- » Fundo Estadual de Assistência Social
- » Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
- » Fundo Estadual do Artesanato e da Economia Solidária
- » Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
- » Fundo para a Infância e Adolescência
- » Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
- » Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- » Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- » Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
- » Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparcelamento
- » Fundo Especial da Defensoria Dativa
- » Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
- » Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
- » Fundo Estadual de Sanidade Animal
- » Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
- » Fundo Estadual de Educação (FEDUC)
- » Fundo Financeiro
- » Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais
- » Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
- » Fundo Patrimonial
- » Fundo Estadual de Saúde
- » Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE)
- » Fundo Estadual de Apoio aos Municípios
- » Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
- » Fundo de Esforço Fiscal
- » Fundo Pró-Emprego
- » Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
- » Fundo de Água e Esgoto

j) Unidades Gestoras Especiais

- » Diretoria do Tesouro Estadual
- » Encargos Gerais do Estado

4 Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Lei Complementar Estadual nº 684, de 20 de dezembro de 2016, instituiu o Fundo de Acesso à Justiça (FAJ), vinculado à Defensoria Pública do Estado (DPE), em substituição ao Fundo Especial da Defensoria Dativa, este vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) encontra-se em fase de liquidação, sendo a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) a sua liquidante.

No dia 16/11/2016, o Poder Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado (ALESC) o Projeto de Lei nº 0367/2016 solicitando autorização para promover a dissolução, a liquidação e a extinção da CODESC e da COHAB. O projeto de lei está tramitando nas comissões daquela casa de leis.

5 Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Foram excluídos os seguintes valores de operações intra no processo de consolidação:

R\$ milhares

Classe de Contas	Valores com as Operações Intra	Ajuste de Consolidação	Valores Consolidados sem as Operações Intra
Ativo	42.919.214	-2.272.817	40.646.397
Passivo	33.767.697	-2.266.968	31.500.729
Patrimônio Líquido	8.567.045	-34.568	8.532.477
Variações Patrimoniais Diminutivas	144.353.846	-71.112.330	73.241.517
Variações Patrimoniais Aumentativas	144.938.318	-71.083.610	73.854.708

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No Volume II, são apresentados os balanços do Poder Executivo, e neles estão consideradas as operações intra. Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) teve como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a “Portaria da Convergência”. Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs) e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem trabalhando arduamente no sentido de acompanhar todo o processo de convergência e nesse sentido implantou o PCASP com dois anos de antecedência (2013). Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Nessa linha, o Estado de Santa Catarina promoveu uma série de ações que o colocam reconhecidamente na vanguarda nesse processo. Destacam-se, entre outras ações, o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

A seguir, estão os prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015 e a situação do Estado em relação a esses prazos.



Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Implantado parcialmente
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Implantado parcialmente
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2022	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado, exceto férias a pagar e seus encargos, que serão implantados em 2017
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

Para o exercício de 2017, apresentam-se como desafios ao Estado de Santa Catarina o processo de automação de registros contábeis dos procedimentos contábeis patrimoniais já implementados e o reconhecimento das férias a pagar e seus encargos por competência.

Ademais, é importante ressaltar que a partir de 2017 a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF) expedirá seus normativos tendo como referência as novas NBCs TSP, que estão sendo convergidas às IPSAS gradualmente pelo CFC, com destaque, entre outras normas, para a NBC TSP Estrutura Conceitual, que apresenta o arcabouço da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro convergida às normas internacionais.

6 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. No exercício de 2016, destacam-se os valores atribuídos às rodovias estaduais pavimentadas que foram avaliadas pelo DEINFRA;
- b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos;
- c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;
- d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são revisadas a cada data-base. A nota explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial;
- e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. O SIGEF possui funcionalidade específica que controla os riscos fiscais do Estado de Santa Catarina. Neste exercício, as provisões para riscos fiscais foram baixadas e evidenciadas como passivos contingentes, tendo em vista a análise da Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda (DICD/SEF);

- f) a DCOG/SEF foi provocada pela DICD/SEF sobre a possibilidade de aplicação imediata do desconto previsto na Lei Complementar Federal nº 151/2015, o que reduziria o passivo exigível do Estado. Após análise, a DCOG/SEF julgou não haver possibilidade da baixa do passivo neste exercício, mas evidenciar os fatos em notas explicativas. O julgamento da DCOG teve como base a necessidade legal de assinatura do aditivo contratual para reconhecer o desconto do saldo devedor da dívida. O que se apresentava em 31/12/2016 era uma expectativa de redução de passivo, que só se concretizará com a assinatura do aditivo contratual. Em suma, a contabilidade entendeu que, se a obrigação fosse liquidada em 31/12/2016, não haveria o desconto, tendo em vista a falta de assinatura do aditivo contratual até aquela data.

8 Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 24/2/2017 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pré-fixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2016 das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando não for reportado de forma diversa. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas). A IPSAS 7 – Investimentos em coligadas e em controladas – prevê como prazo máximo desse lapso temporal o período de três meses.

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos anteriormente a 1º/1/2010, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando-se tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

i) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

j) Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo de “Demais Obrigações a Longo Prazo” e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN). A STN ainda não disciplinou, no âmbito dos seus grupos técnicos, o tratamento contábil a ser dado aos depósitos judiciais levantados antecipadamente.

k) Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

l) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2015 e não liquidados até 31/1/2016 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados. Todos os restos a pagar inscritos em 2015 e não pagos até 31/12/2016 foram cancelados, sendo inscritos no passivo com atributo “P - Permanente”. Os pagamentos dessa dívida deverão ocorrer à conta de Despesas de Exercícios Anteriores (elemento de despesa 92).

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

n) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil de Santa Catarina é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado”. Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

o) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009 pelo STF, na qual o Estado tem cinco anos a partir de 1º/1/2016 para quitar o saldo de precatórios

p) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, por meio da DCOG/SEF, o Sistema de Informação de Custos (SI-CSC). Em 2016, as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGRH), o Sistema de Gestão Prisional do Estado, o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o Sistema de Gerenciamento de Veículos (GVE), o Sistema de Materiais de Consumo (SME) e o Sistema da Celesc.

O sistema ainda está em fase de validação dos dados obtidos, e a próxima etapa deve ser a integração de dados dos sistemas das grandes áreas da administração pública, como segurança pública e educação.

q) Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa (vide nota explicativa nº 33). Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

Em observância ao artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores não transitam pelo orçamento, tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação.

r) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao artigo 30, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 964/2016.

s) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

Balanço Patrimonial

Ativos

10 Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhares	
TÍTULOS	31/12/2016	31/12/2015
Conta Única – Tesouro	295	279
Banco do Brasil	2.175.147	1.453.733
(-) Aplicações financeiras da conta única	(2.174.852)	(1.453.454)
Conta Única – RPPS	11	697
Bancos Conta Movimento – Plano Financeiro	90.492	43.080
Bancos Conta Movimento – Plano Previdenciário	231.129	685.570
Bancos Conta Movimento – Taxa de Administração	15.523	2.420
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro	(90.480)	(42.384)
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Previdenciário	(231.129)	(685.570)
(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração	(15.523)	(2.420)
Outras Contas	11.854	18.472
Banco do Brasil – outras contas	1.523.590	1.423.986
Caixa Econômica Federal	5.504.588	5.107.829
(-) Aplicações financeiras – outros bancos	(7.016.323)	(6.513.343)
Arrecadação Indireta	14.597	13.709
Aplicações Financeiras	9.191.175	7.966.797
CDB/RDB	863.234	928.990
Poupança	92.813	87.745
Fundos	8.183.427	6.856.038
Outras aplicações	51.702	94.025
TOTAL	9.217.933	7.999.954

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381, de 7 de maio de 2007, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro” e “(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”, conforme a nota explicativa nº 18.

Outras contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

					R\$ milhares
					31/12/2016
Aplicações Financeiras	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	TOTAL
Executivo	824.668	91.613	2.061.991	21.419	2.999.691
Legislativo	-	-	36.514	-	36.514
Judiciário	38.565	1.200	5.922.268	-	5.962.033
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	30.283	30.283
Ministério Público	-	-	162.653	-	162.653
TOTAL	863.234	92.813	8.183.427	51.702	9.191.175

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 5,922 bilhões aplicados em fundos, R\$ 5,396 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais).

11 Créditos Tributários a Receber

Créditos Tributários a Receber	R\$ milhares					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	887.717	-	887.717	565.632	-	565.632
Contribuições Sociais	7.327	-	7.327	2.131	-	2.131
Créditos Tributários Parcelados	562.672	-	562.672	468.353	-	468.353
Créditos Tributários PRODEC	-	2.276.166	2.276.166	-	2.145.747	2.145.747
Créditos Previdenciários Parcelados	275	-	275	275	-	275
TOTAL	1.457.991	2.276.166	3.734.157	1.036.391	2.145.747	3.182.138

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impostos

A partir do exercício de 2012, em observância ao regime de competência previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade e nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a IPSAS 23, foram reconhecidos os valores de créditos tributários a receber relativos a ICMS, IPVA e ITCMD.

Foram reconhecidos os parcelamentos das notificações fiscais emitidas e a estimativa de valores declarados de ICMS no Ativo Circulante da Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Durante o exercício de 2016, os valores foram atualizados, conforme as estimativas mensais de recebimento dos impostos.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto e, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelos estados pertence aos municípios. Para refletir tal situação, e em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na Unidade Gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios são provisionados (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo “Outros créditos da dívida ativa tributária”, no valor de R\$ 17,132 milhões (nota explicativa nº 14).

12 Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes.

	R\$ milhares	
Unidades Gestoras	31/12/2016	31/12/2015
Fundação Catarinense de Cultura	73	20
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	21	10
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	3.923	2.982
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	8	21
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	50.197	52.910
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	2	2
Fundação Escola de Governo (ENA)	2	2
Departamento de Transportes e Terminais	17.040	-
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	65	50
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	48	34
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	300	20
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	21	18
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	80	60
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	71.780	56.129
(-) Ajuste de Perdas	(16.979)	(66)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	54.801	56.063

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

13 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos.

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/16			31/12/15		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28.892	21.965	50.857	28.892	21.965	50.857
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	8.393	8.393	-	7.938	7.938
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	84.142	84.142	-	79.256	79.256
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	82.417	82.417	-	93.591	93.591
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	28.892	278.253	307.145	28.892	284.086	312.978
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.162)	-	(16.162)	(16.162)	-	(16.162)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	12.730	278.253	290.983	12.730	284.086	296.816

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

14 Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

Dívida Ativa Tributária	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	586.857	12.609.894	13.196.751	148.433	11.189.098	11.337.531
IPVA	75.214	233.584	308.798	5.944	218.067	224.010
ITCMD	13.619	71.229	84.848	11.548	51.073	62.621
Outros Créditos ⁶	1.669	63.870	65.539	1.422	56.970	58.392
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	677.359	12.978.576	13.655.936	167.346	11.515.208	11.682.554
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(676.690)	(12.950.578)	(13.627.268)	(167.199)	(11.487.658)	(11.654.856)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	669	27.998	28.668	148	27.550	27.698

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

⁶ no valor de Outros Créditos estão inclusos os Créditos Previdenciários Parcelados, conforme Nota Explicativa nº 11.

Perfil da dívida ativa tributária por tempo de inscrição:

Dívida Ativa Tributária por Período de Inscrição e Tributo					
Período de Inscrição	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	TOTAL
Menos de 5 anos	45,95%	2,10%	0,48%	0,16%	48,69%
Entre 5 e 10 anos	25,17%	0,19%	0,14%	0,21%	25,71%
Mais de 10 anos	25,50%	0,09%	0,00%	0,00%	25,60%
TOTAL	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico:

Dívida Ativa Tributária por Segmento e Tributo					
Segmento	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	TOTAL
Comerciante	37,31%	0,07%	-	0,04%	37,42%
Industrial	44,30%	0,03%	-	0,05%	44,38%
Prestador de Serviços de Transporte	6,50%	0,06%	-	0,01%	6,56%
Outros Prestadores de Serviços	2,97%	0,01%	-	0,01%	2,99%
Demais Contribuintes	5,56%	2,20%	0,62%	0,26%	8,64%
SUBTOTAL	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

Cobrança da Dívida Ativa

TÍTULOS	R\$ milhares	
	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Dívida Ativa Tributária	13.655.936	11.682.554
Cobrança no Exercício	178.846	143.367

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) – R\$ 17,132 milhões referentes a valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 6ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):



1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados é calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

15 Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como FATMA, DETER, DEINFRA e CIDASC, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 14).

R\$ milhares

Dívida Ativa não Tributária	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Dívida Ativa não Tributária	2.395	328.789	331.184	937	237.157	238.094
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(2.383)	(328.430)	(330.813)	(897)	(227.278)	(228.175)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	12	359	371	40	9.879	9.919

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

16 (-) Ajuste de Perdas de Créditos

O quadro abaixo detalha a conta de ajuste de perdas. A metodologia de cálculo do ajuste das perdas da dívida ativa tributária e não tributária está descrita na nota 14.

R\$ milhares

Ajustes de Perdas de Créditos	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	16.979	-	16.979	66	-	66
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	16.162	-	16.162	16.162	-	16.162
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	676.690	12.950.578	13.627.268	167.199	11.487.658	11.654.856
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	2.383	328.430	330.813	897	227.278	228.175
TOTAL	712.214	13.279.008	13.991.222	184.323	11.714.936	11.899.259

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

17 Demais Créditos e Valores

R\$ milhares

Demais Créditos e Valores	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087	-	9.087	10.748	-	10.748
Suprimento de Fundos/Diárias	14.163	-	14.163	16.146	-	16.146
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.214	-	1.606.214	1.274.167	-	1.274.167
Tributos a Recuperar/Compensar	5.943	-	5.943	5.861	-	5.861
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	-	-	476	-	476
Créditos por Danos ao Patrimônio	227.874	-	227.874	197.884	-	197.884
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.439	90.962	204.401	62.352	67.737	130.089
Outros Créditos e Valores a Receber	527.985	92.777	620.762	498.212	86.166	584.378
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	2.504.705	183.739	2.688.444	2.065.846	153.903	2.219.749
(-) Ajuste de Perdas	(417.596)	(287)	(417.883)	(366.230)	(32)	(366.262)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	2.087.109	183.453	2.270.561	1.699.616	153.872	1.853.487

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 13º salário e 1/3 de férias, que ocorrem principalmente com adiantamentos de 13º salário de empresas estatais dependentes, por convenção coletiva de trabalho.

Suprimento de Fundos/Diárias

Os suprimentos de fundos/diárias são adiantamentos concedidos pelo ente a servidores para despesas de pequeno vulto, de pronto atendimento e de diárias, que, após serem realizadas, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação das transferências efetuadas:

R\$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2016	31/12/2015
Convênios	1.232.520	1.011.255
Subvenções Sociais	16.774	18.641
Contrato de Apoio Financeiro – PF e PJ	78.814	72.294
Contratos de Gestão	222.162	112.925
Contrato de Apoio à Pesquisa	43.116	42.119
Subvenções Econômicas	12.094	16.845
Termos de Parceria	733	89
TOTAL	1.606.213	1.274.167

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A maioria dos valores registrados como contratos de gestão são do Fundo Estadual de Saúde, firmados com organizações sociais para a administração de hospitais do Estado. Nos Termos de Parceria, destacam-se os valores registrados na FAPESC.

Tributos a Recuperar/Compensar

Registra os créditos tributários a compensar, tais como IRRF, INSS, IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, entre outros.

R\$ milhares

Tributos a Recuperar/Compensar (por unidade gestora credora)	31/12/2016	31/12/2015
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	677	677
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	5.265	5.183
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	1	1
TOTAL	5.943	5.861

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001, de 17 de outubro de 2008, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R\$ milhares

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	68.441	72.785
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	52.470	43.347
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.370	2.011
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	19.781	2.535
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados – TCE	24.070	17.741
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico – TCE	10.295	10.295
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial – TCE	51.448	49.171
TOTAL	227.875	197.884

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Abaixo são demonstrados os valores por unidade gestora de orçamento.

R\$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
COHAB	1.350	695	2.045	1.352	697	2.049
CIDASC	34	12.282	12.316	34	9.799	9.833
EPAGRI	-	6.322	6.322	-	5.378	5.378
Diretoria do Tesouro Estadual	79.022	-	79.022	59.851	-	59.851
Demais Unidades Gestoras	33.034	71.663	104.697	1.115	51.864	52.979
TOTAL	113.439	90.962	204.402	62.352	67.737	130.089

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.967	7.297	427.264	367.823	969	368.792
Multas de Trânsito a Receber	29.975	-	29.975	35.755	-	35.755
Dividendos Propostos a Receber	4.901	-	4.901	5.020	-	5.020
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.554	-	14.554	26.507	-	26.507
Outros Créditos e Valores a Receber	58.589	85.480	144.069	63.107	85.197	148.304
TOTAL	527.985	92.777	620.762	498.212	86.166	584.378

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R\$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	-	-	-
Fundação Catarinense de Cultura	32	-	32	-	-	-
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	3	-	3	3	-	3
Fundo Patrimonial	35	-	35	1	-	1
Departamento Estadual de Infraestrutura	419.893	7.269	427.162	367.820	941	368.761
Departamento de Transportes e Terminais	-	28	28	-	28	28
TOTAL	419.967	7.297	427.264	367.823	969	368.792

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio e de outros bens. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516, de 4 de outubro de 2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930, de 11 de janeiro de 2006.

O ajuste para as perdas prováveis está sendo reconhecido pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composto pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial nº 023.09.028623-8).

Na seqüência, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2016, por devedor:

R\$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens - DEINFRA (Credor)	31/12/2016			31/12/2015		
	Direitos	Ajuste de Perdas	Subtotal	Direitos	Ajuste de Perdas	Subtotal
Águas de São Francisco	-	-	-	302	-	302
CASAN	1.877	(1.877)	-	-	-	-
Casa de Pedra Energia S.A.	658	(658)	-	-	-	-
Celesc	413.084	(413.084)	-	-	-	-
Claro S.A.	220	(220)	-	212	(212)	-
Cia. Águas JOI	-	-	-	124	-	124
SC Energia	404	(404)	-	-	-	-
SCGÁS	-	-	-	6.025	-	6.025
Vivo S.A.	-	-	-	-	-	-
Demais devedores	3.650	(655)	2.995	606	(75)	531
TOTAL	419.893	(416.898)	2.995	7.269	(287)	6.982

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Destacam-se ainda os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo, dos valores de R\$ 283 mil decorrentes de antecipação de cota patronal ao SC Prev, Instituto de Direito Privado que irá gerir o Fundo de Previdência Complementar do servidor público do Estado e de R\$ 85 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

18 Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (vide nota explicativa nº 35).

	R\$ milhares	
Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de Investimento em Renda Fixa	321.609	727.954
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.523	2.420
Ações Passíveis de Alienação	216	216
TOTAL	337.348	730.590

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

19 Estoques

	31/12/2016			31/12/2015		
Estoques	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Mercadorias para Revenda	1.005	-	1.005	1.112	-	1.112
Matérias-Primas	696	-	696	1.068	-	1.068
Almoxarifado	170.631	-	170.631	206.492	-	206.492
Outros Estoques	6.093	-	6.093	1.044	-	1.044
Terrenos	-	11.194	11.194	-	15.608	15.608
Obras em Andamento	-	1.428	1.428	-	981	981
Estoque de Bens Móveis Inservíveis	-	1	1	-	1	1
TOTAL	178.425	12.623	191.048	209.715	16.590	226.305

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

20 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. Inclui no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	11.355	287.154	298.509	5.370	194.254	199.624
TOTAL	11.355	287.154	298.509	5.370	194.254	199.624

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

21 Investimentos

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2016	31/12/2015
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	3.376.978	3.300.087
Participação em Empresas	2.913.267	2.778.248
Adiantamento para Aumento de Capital	463.711	521.839
Participação – Método do Custo	365	365
Propriedade para Investimento	41.803	-
TOTAL	3.419.146	3.300.451

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes⁷, além das participações em outras empresas.

O valor de R\$ 8,896 milhões registrado como perdas para valor realizável líquido é referente à participação na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), registrado na Unidade Gestora Fundo Previdenciário, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

As participações nas empresas estatais dependentes COHAB e Santur e na empresa não dependente INVESC apresentaram valores zerados, tendo em vista que o patrimônio líquido nessas empresas passou a ser negativo.

⁷ Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.

R\$ milhares

Empresa	Participações Societárias						Data-Base do Último Balanço Utilizado
	MEP		Método de Custo		Adiantamento para Aumento de Capital	% de Participação no Capital Social	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			
Empresas Estatais não Dependentes (não Integram o Balanço Consolidado)							
SC Participações	150.991	96.859	-	-	370.586	99,99%	30/09/2016
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	804.000	791.272	-	-	36.931	64,21%	30/09/2016
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	280.941	276.084	-	-	-	51,82%	30/09/2016
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	1.620	2.209	-	-	-	99,71%	30/09/2016
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	759	11	-	-	29.596	100,00%	30/09/2016
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	450.200	455.110	-	-	26.598	98,75%	30/09/2016
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	5.649	6.083	-	-	-	93,91%	30/09/2016
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	436.485	451.865	-	-	-	20,20%	30/09/2016
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	782.622	698.753	-	-	-	33,33%	30/09/2016
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) ⁸	-	-	-	-	-	99,50%	31/12/2015
Outras participações acionárias	-	-	9.261	9.261	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
Empresas Estatais Dependentes (Integram o Balanço Consolidado e São Excluídos na Consolidação)							
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	1.273	23.446	-	-	-	96,28%	30/09/2016
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	-	1.212	-	-	-	96,75%	30/09/2016
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	4.571	-	-	-	-	100,00%	31/12/2015
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	-	-	-	-	96,10%	30/09/2016
TOTAL	2.919.111	2.802.904	365	365	463.711		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

8 A Invesc tem o valor do investimento zerado, pois apresenta patrimônio líquido negativo, isto é, passivo a descoberto. A responsabilidade do Estado sobre o passivo a descoberto está sendo controlada nos relatórios de riscos fiscais.

Quadro com a participação acionária do Estado

Empresa	Participação Societária do Estado em Sociedades de Economia Mista					
	Participação do Estado			% Capital		Investimento R\$
	Quantidade de Ações			Voto	Total	
Ordinárias	Preferenciais	Total				
SC Participações	999.999.999	-	999.999.999	521.577	99,99%	99,99%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	840.931	61,93%	64,21%
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	280.941	51,82%	51,82%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.222.118.470	-	87.222.118.470	1.620	99,71%	99,71%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	51.657.847	-	51.657.847	30.355	100,00%	100,00%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	24.081.382	-	24.081.382	476.798	98,75%	98,75%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	11.959.656	-	11.959.656	5.649	93,91%	93,91%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	7.791.010	191	7.791.201	436.485	50,18%	20,20%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ⁹	-	-	-	782.622	33,33%	33,33%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	124.988.712	-	124.988.712	1.273	96,28%	96,28%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	32.300.207	-	32.300.207	-	96,10%	96,10%
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	3.276.713	137.160	3.413.873	-	96,62%	96,74%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	37.416.480	-	37.416.480	4.571	100,00%	100,00%
TOTAL	-	-	-	3.382.822	-	-

Fonte: Unidades Gestoras

⁹ O BRDE foi constituído como autarquia especial interestadual, não tendo o seu capital dividido em ações.

Propriedade para Investimentos

Em 2016, foi realizada a reclassificação contábil, no valor de R\$ 41.803.077,93, dos bens imóveis que estavam registrados no imobilizado para investimentos (propriedade para investimentos), pois são imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda. Os imóveis são de propriedade do Regime de Previdência (Fundo Financeiro).

22 Imobilizado

Imobilizado	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
	R\$ milhares					
Bens Móveis	2.162.790	(705.575)	1.457.215	2.079.580	(551.785)	1.521.795
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	767.068	(246.366)	520.702	764.590	(206.337)	558.253
Equipamentos de Tecnologia da Informação	339.810	(112.842)	226.968	316.381	(74.231)	242.150
Móveis e Utensílios	335.919	(89.596)	246.323	328.392	(70.949)	257.443
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	111.397	(401)	110.996	109.427	(387)	109.040
Veículos	556.767	(244.599)	312.168	515.379	(188.967)	326.412
Armamentos	45.830	(10.043)	35.787	36.812	(7.147)	29.665
Demais Bens Móveis	5.998	(1.728)	4.270	8.599	(3.769)	4.830
Bens Imóveis	19.496.171	(375.122)	19.121.049	10.836.850	(276.474)	10.560.376
Bens de Uso Especial	6.451.657	(334.346)	6.117.311	6.225.955	(236.820)	5.989.136
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.760	(36.804)	8.744.956	1.170.160	(34.822)	1.135.338
Bens Imóveis em Andamento	4.172.459	-	4.172.459	3.364.786	-	3.364.786
Instalações	59.455	(1.472)	57.983	56.074	(2.924)	53.150
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.518	(2.500)	13.018	7.458	(1.908)	5.550
Demais Bens Imóveis	15.322	-	15.322	12.417	-	12.417
SUBTOTAL	21.658.961	(1.080.697)	20.578.264	12.916.430	(828.259)	12.088.171
(-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado	(30.990)	-	(30.990)	(6)	-	(6)
TOTAL	21.627.971	(1.080.697)	20.547.273	12.916.424	(828.259)	12.088.166

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os valores de redução a valor recuperável estão registrados no Ministério Público (R\$ 30,984 milhões) e na Udesc (R\$ 6 mil).

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

A evolução do trabalho de reavaliação é sintetizada na tabela a seguir.

Situação da Reavaliação	Prazo para Reavaliação dos Bens					
	2014		2015		2016	
	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%
Iniciada/concluída	65	80,25	68	83,95	68	86,08
Não iniciada	12	14,81	6	7,41	6	7,59
Unidade não possui bens	4	4,94	7	8,64	5	6,33
TOTAL	81	100,00	81	100,00	79	100,00

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração

As bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3.486/2010, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.

Atualmente, faltam passar pelo processo de avaliação a valor de mercado cerca de 1.490 imóveis do total de 3.284 imóveis cadastrados no Sistema de Gestão Patrimonial (SIGEP). A Gerência de Bens Imóveis, vinculada à Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, emitiu a Informação nº 1.591/2016, de 19 de abril de 2016, em que destaca o reduzido quadro de engenheiros designados para a realização do procedimento de reavaliação. Nesse documento, sugere a contratação de empresa especializada para a realização desses procedimentos e, também, a dilatação do prazo para concluí-los.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa nº 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações. Até o momento, o IPREV e a FCEE realizaram os procedimentos de reavaliação previstos no Decreto nº 3.486/2010. A JUCESC está em processo de reavaliação dos bens imóveis, e os demais órgãos da administração indireta consolidada neste relatório ainda não iniciaram os procedimentos

Depreciação

R\$ milhares

Tipo de Consolidação	Bens Móveis – Depreciação Acumulada			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Administração Direta	407.260	345.811	234.945	135.559
Autarquias	27.000	25.025	20.446	15.642
Fundações	60.189	45.714	32.450	21.204
Fundos Especiais	47.330	34.603	20.547	9.935
Empresas Dependentes	114.992	100.632	99.203	87.889
Consolidado Geral	656.771	551.785	407.591	270.229

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados, o Poder Executivo considera que atende ao equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição inerente à informação contábil nas IPSAS.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	<ul style="list-style-type: none"> » Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011. » Vida útil definida no laudo da avaliação.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	<ul style="list-style-type: none"> » Método das cotas constantes. » Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998.

R\$ milhares

Tipo de Consolidação	Bens Imóveis – Depreciação Acumulada			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Administração Direta	23.853	3.032	1.021	297
Autarquias	36.915	34.932	14.340	71
Fundações	2.456	964	326	1.190
Fundos Especiais	282.121	208.490	126.467	47
Empresas Dependentes	29.778	29.056	28.190	28.595
Consolidado Geral	375.123	276.474	170.344	30.201

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O valor elevado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE nº 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas NBC TSP nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

Em 2016, de acordo com o previsto no cronograma constante no Anexo I da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, foram avaliadas e registradas as rodovias pavimentadas sob o controle do Estado. Isso explica a elevação do saldo dessa classe de ativos (Ruas/Estradas/Rodovias), conforme pode ser visualizado na tabela seguinte.

A avaliação das rodovias foi realizada por engenheiros da Diretoria de Obras e Transporte do Departamento Estadual de Infraestrutura (DIOT/DEINFRA) através de vistoria da malha rodoviária, com base nos seguintes parâmetros: a) valor de referência de mercado ou b) valor de reposição e estado físico da rodovia, de acordo com o disposto no Anexo II da IN SEF/DEINFRA nº 001/2015.

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2015	Incorporações em 2016	Saldo em 31/12/2016
Ruas/Estradas/Rodovias	420.057	7.611.600	8.031.657
Pontes e Viadutos	572.765	-	572.765
Túneis	176.646	-	176.646
Barragens	472	-	472
Outros Bens de Uso Comum do Povo	220	-	220
TOTAL	1.170.160	7.611.600	8.781.760

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total de R\$ 7,612 bilhões incorporados como ruas/estradas/rodovias, o valor de R\$ 7,410 bilhões (97%) são da avaliação inicial realizada pelo DEINFRA.

Desde 2013, estão sendo reconhecidos os bens de infraestrutura (novas construções e restaurações significativas) concluídos, tais como (1) rodovias e estradas, (2) pontes, (3) viadutos e túneis, e (4) barragens.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda, optou por seguir o padrão estabelecido pela STN promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou reavaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas/redução a valor recuperável.

Em 2016, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 131,706 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2016	31/12/2015
3.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(2.943)	(6.362)
3.6.1.5.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	(30.984)	(6)
3.6.1.5.1.02 – Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(217.802) ¹⁰	(262)
4.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPA	809	29.663
4.6.1.1.1.02 – Reavaliação de Bens Imóveis	382.626	193.390
TOTAL	131.706	216.422

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

¹⁰ Registro da desvalorização dos bens imóveis do fundo patrimonial que teve como contrapartida o próprio bem imóvel.

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2016, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 5,815 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro abaixo:

R\$ milhares	
Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2016
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	5.815

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

23 Intangível

Intangível	R\$ milhares					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	213.427	(29.122)	184.305	149.306	(17.013)	132.293
Softwares em Desenvolvimento	74.612	-	74.612	62.952	-	62.952
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247	(56)	191	248	(56)	192
SUBTOTAL	288.285	(29.179)	259.106	212.506	(17.069)	195.437
Redução a Valor Recuperável do Intangível	(3.508) ¹¹	-	(3.508)	-	-	-
TOTAL	284.777	(29.179)	255.598	212.506	(17.069)	195.437

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas desta unidade da Federação. As tabelas a seguir apresentam uma relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento em algumas unidades do Poder Executivo (apenas valores materiais são apresentados).

¹¹ Registro de redução a valor recuperável de softwares do Ministério Público de Santa Catarina.

Principais Softwares Registrados em Alguns Órgãos

		R\$ milhares
Unidade	Software	Valor
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	ACT – Sistema de Acidentes de Trânsito	2.051
	SCR – Gestão de Malha Rodoviária	5.504
	GDT – Gestão de Dados de Tráfego	4.185
	SGF – Sistema de Gerenciamento Financeiro	5.292
	SIC – Gestão de Compras e Licitações de Obras	2.622
	SQM – Sistema de Quantitativos e Medições	2.117
	SPJ – Sistema de Gestão de Processos Jurídicos	2.524
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	SAT – Sistema de Administração Tributária	9.273
	Licenças Oracle	7.265
	SICOP	4.738
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	PGE-Net – Processo Eletrônico	4.896
Administração do Porto de São Francisco (APSF)	Sistema PORTONET	3.615
Secretaria de Estado da Administração	DOESC – Diário Oficial Eletrônico	2.280
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica	1.314

Fonte: Unidades Gestoras

Principais Softwares em Desenvolvimento Registrados em Alguns Órgãos

		R\$ milhares
Unidade	Software em Desenvolvimento	Valor
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	21.845
	<i>Business Intelligence</i> – BI	5.644
	Sistema de Administração Tributária (SAT)	7.475
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Plataforma FAPESC	5.036
Secretaria de Estado da Administração (SEA)	SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	24.285
	SGPE – Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico	21.697

Fonte: Unidades Gestoras

Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e por seus respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e Softwares do DEINFRA).

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

Evolução de Saldo das Contas de Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2015	149.306	62.952	212.258
Adições	84.164	14.348	98.512
Baixas	20.044	2.688	22.732
Saldo em 31/12/ 2016	213.427	74.612	288.038

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares

Contas de Registro	31/12/2016	31/12/2015
3.6.1.6.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	(3.508)	(5.862)
4.6.1.2.1.01 – Reavaliação de Ativos Intangíveis	1.602	2.175
TOTAL	(1.906)	(3.687)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A evolução dos saldos das contas demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar a sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.

Passivos

24 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

R\$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Pessoal a Pagar	87.546	200.098	287.644	76.479	144.289	220.768
Férias	14.217	-	14.217	14.938	-	14.938
Décimo Terceiro Salário	7	-	7	3.338	-	3.338
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	22.544	-	22.544	21.820	-	21.820
Precatórios de Pessoal – Antes de 5/5/2000	361	1.444	1.805	-	-	-
Precatórios de Pessoal – a Partir de 5/5/2000	49.671	198.654	248.325	36.072	144.289	180.361
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	746	-	746	310	-	310
Benefícios Previdenciários a Pagar	49.838	189.236	239.074	47.052	178.804	225.856
Benefícios Previdenciários	2.529	-	2.529	2.351	-	2.351
Precatórios de Benefícios Previdenciários – Antes de 5/5/2000	1.093	4.371	5.464	-	-	-
Precatórios de Benefícios Previdenciários – a Partir de 5/5/2000	46.216	184.865	231.081	44.701	178.804	223.505
Benefícios Assistenciais a Pagar	173	-	173	-	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	173	-	173	-	-	-
Encargos Sociais a Pagar	58.540	408.647	467.187	66.117	427.953	494.070
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.606	-	2.606	1.291	-	1.291
Encargos Sociais a Pagar	-	-	-	-	10.179	10.179
INSS a Pagar	55.463	408.647	464.110	64.826	417.774	482.600
Outros Encargos Sociais	471	-	471	-	-	-
TOTAL	196.096	797.981	994.077	189.649	751.045	940.694

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
	2016	2016	TOTAL	2015	2015	TOTAL
	Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo	
Precatórios de Pessoal						
Legislativo	1.025	4.100	5.125	1.075	4.301	5.376
Judiciário	921	3.684	4.605	898	3.592	4.490
Tribunal de Contas do Estado	406	1.624	2.030	423	1.690	2.113
Ministério Público	22	87	109	19	78	97
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	8.234	32.939	41.173	4.471	17.886	22.357
Departamento Estadual de Infraestrutura	10.595	42.379	52.974	183	733	916
Fazenda	2.221	8.884	11.105	3.759	15.038	18.797
Saúde	821	3.282	4.103	1.042	4.169	5.211
Segurança Pública	12.412	49.649	62.061	12.035	48.139	60.174
Procuradoria Geral do Estado	4.638	18.554	23.192	4.220	16.882	21.102
Demais Órgãos	8.737	34.916	43.653	7.945	31.781	39.726
TOTAL	50.032	200.098	250.130	36.070	144.289	180.359

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

25 Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Internos	251.979	15.979.834	16.231.813	594.465	13.711.804	14.306.269
Externos	330.730	2.858.791	3.189.520	375.844	3.565.617	3.941.460
TOTAL	582.709	18.838.625	19.421.333	970.308	17.277.421	18.247.729

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Internos

R\$ milhares

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2016
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	2.178
Contrato de 31/3/98 – Lei nº 10.637, de 23 de dezembro de 1997	2.178
BANCO DO BRASIL S.A.	12.715.907
Contrato de 31/10/95 – IPESC – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	120
Contrato de 10/11/98 – COHAB – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	17.425
Contrato de 31/3/98 – 012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	10.216.427
Contrato de 21/01/98 – DMLP – Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997	51.372
Contrato de 22/10/09 – PEF-I – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	12.534
Contrato de 18/7/13 – Prevenção de Desastres Naturais – Lei nº 15.941, de 21 de dezembro de 2012	1.199.564
Contrato de 27/11/13 – Pacto por Santa Catarina – Lei nº 16.129, de 23 de setembro de 2013	1.218.465
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES	3.507.721
Contrato de 11/9/09 – PMAE – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	3.080
Contrato de 30/6/10 – PEF II – Lei nº 15.067, de 30 de dezembro de 2009	34.489
Contrato de 13/8/10 – CASAN/PAC – Lei nº 15.255, de 5 de agosto de 2010 e Lei nº 14.436, de 21 de maio de 2008	82.417
Contrato de 15/12/11 – Sistema Transporte Joinville – Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007	25.489
Contrato de 14/5/12 – PMAE Gestão Lei nº 15.289, de 23 de agosto de 2010	6.765
Contrato de 21/11/12 – Caminhos do Desenvolvimento – Lei nº 15.830, de 30 de maio de 2012	411.163
Contrato de 4/4/13 – Acelera Santa Catarina – Lei nº 15.903, de 20 de dezembro de 2012	2.944.318
FINANCIAMENTOS	6.006
Contrato de Compra e Venda de Imóvel nº 017/2016 - Torresani Empreendimentos Imobiliários	6.006
TOTAL	16.231.813

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Externos

R\$ milhares

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2016
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 1390/OC/BR-ROF: TA 154202	
Contrato assinado em 9/5/2002 – Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001	202.623
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 4660 BR-ROF: 232598	
Contrato assinado em 10/5/2002 – Lei nº 12.007, de 29 de novembro de 2001	10.266
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 9/4/2010 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	137.627
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 1º/9/2010 – Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008	81.564
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF	
Contrato assinado em 31/8/2010 – Lei nº 13.919, de 27 de dezembro de 2006	87.620
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 7952 BR-RURAL	
Contrato assinado em 30/9/2010 – Lei nº 14.962, de 3 de dezembro de 2009	274.143
BANK OF AMERICA – BAML TA – 634758	
Contrato assinado em 27/12/2012 – Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012	1.868.209
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. BID 2900	
Contrato assinado em 9/1/2013 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	455.626
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF PROVIAS	
Contrato assinado em 2/8/2014 – Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011	71.841
TOTAL	3.189.520

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Abaixo segue tabela com o estoque da dívida pública por indexador.

R\$ milhares

Indexador	31/12/2016		31/12/2015	
	TOTAL	%	TOTAL	%
IGPDI	10.216.427	52,62%	9.080.754	49,76%
DÓLAR (USA)	4.461.535	22,98%	4.405.971	24,15%
TJLP	3.520.255	18,13%	3.307.736	18,13%
CDI	1.199.564	6,18%	1.430.221	7,84%
TR	17.545	0,09%	22.991	0,13%
TOTAL	19.415.237	100,00%	18.247.673	100,00%

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar (valor de R\$ 3,2591) datada de 31 de dezembro de 2016.

A Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, já com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Em relação à dívida do contrato de 31/3/98 – (012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997), Santa Catarina está na iminência da assinatura do termo aditivo que possibilitará ao Estado usufruir dos benefícios fornecidos pela Lei Complementar Federal supracitada, sobretudo do desconto sobre o saldo devedor, o que permitirá uma significativa melhora no perfil do endividamento estadual. A expectativa é que, com a assinatura do aditivo, o saldo devedor do contrato reduza a R\$ 9,124 bilhões, ou seja, uma redução de R\$ 1,093 bilhão (10,7%).

O quadro a seguir apresenta uma previsão do fluxo financeiro de desembolso com o serviço da dívida registrada no passivo não circulante para os próximos cinco anos:

R\$ milhares

Período/Ano	Previsão do Fluxo Financeiro de Desembolso do Serviço da Dívida				
	Dívida Interna		Dívida Externa		Total
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	
2018	474.254	1.062.309	409.976	112.393	2.058.933
2019	546.265	1.089.565	428.252	104.116	2.168.198
2020	671.961	1.106.327	428.252	89.862	2.296.403
2021	730.954	1.036.058	428.252	72.706	2.267.971
2022	726.554	1.001.894	409.987	53.474	2.191.909
Períodos Subsequentes	12.824.641	14.109.805	754.071	258.001	27.946.519
TOTAL	15.974.629	19.405.959	2.858.791	690.554	38.929.932

Premissas da Projeção: Dólar: R\$ 3,2591 (31/12/2016); Selic: 1,12% (12/2016); IPCA: 0,53% (média de 3/1998 a 1/2017) e TJLP: 7,5% (12/2016)

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Observa-se na tabela acima que o desembolso da dívida estará distribuído de forma equânime nos próximos cinco exercícios.

Demais informações sobre os contratos listados são encontradas no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD) de 2016, parte do Volume II deste Balanço Geral.

26 Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	82.197	55	82.252	126.250	51	126.301
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Antes de 5/5/2000	407	1.627	2.034	-	-	-
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	361.158	1.444.633	1.805.791	331.030	1.324.120	1.655.150
TOTAL	443.762	1.446.315	1.890.077	457.280	1.324.171	1.781.252

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a dada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC nº 62, de 9 de dezembro de 2009).

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do artigo 1º do Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

De acordo com o Decreto Estadual nº 2.057, de 26 de fevereiro de 2014, para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, sendo o montante repassado em uma ou mais parcelas, até o mês de outubro do respectivo exercício, ou em parcelas mensais de 1/12 avos.

O Decreto Estadual nº 428, de 3 de novembro de 2015, prorrogou o prazo para repasse para até 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Em março de 2013, a Emenda Constitucional 62/2009 foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) nºs 4.357 e 4.425, ficando pendente a apreciação da questão de seus efeitos – modulação da decisão no tempo.

Por cautela, em 11 de abril de 2013, o STF determinou que os Tribunais de Justiça de todos os estados e do Distrito Federal dessem continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando, até que a Corte Suprema decida sobre a modulação da decisão proferida. Portanto, no exercício de 2015, foram mantidas as regras de pagamento de precatórios adotadas com a publicação da EC nº 62/2009.

Em março de 2015, a Suprema Corte concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009. Segundo o STF, fica mantido parcialmente o regime especial pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016. Com tal decisão, o Estado terá de liquidar o seu estoque de precatórios até 2020.

Do valor total repassado pelo Governo do Estado ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios em 2016, aproximadamente 23,5% foram provenientes de depósitos judiciais tributários. A utilização de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios é respaldada pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, que autoriza os estados a usarem parte dos depósitos tributários e não tributários em que Santa Catarina seja parte para pagamento de precatórios mediante a instituição de um fundo garantidor.

R\$ milhares

Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Legislativo	310	1.241	1.551	295	1.180	1.475
Judiciário	11	45	56	10	40	50
Tribunal de Contas do Estado	66	264	330	61	243	304
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	315.557	1.262.227	1.577.784	282.144	1.128.576	1.410.720
Departamento Estadual de Infraestrutura	25.594	102.377	127.971	22.921	91.686	114.607
Fazenda	13.859	55.435	69.294	13.768	55.073	68.841
Saúde	1.391	5.565	6.956	6.403	25.613	32.016
Segurança Pública	3.422	13.687	17.109	3.831	15.325	19.156
Demais Órgãos	1.355	5.420	6.775	1.596	6.385	7.981
TOTAL	361.565	1.446.261	1.807.826	331.029	1.324.121	1.655.150

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

27 Obrigações Fiscais

R\$ milhares

Obrigações Fiscais	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	17.215	265.590	282.805	17.258	258.444	275.701
Demais Obrigações Fiscais	1.063	-	1.063	827	15	842
TOTAL	18.278	265.590	283.868	18.084	258.459	276.543

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

28 Provisões

R\$ milhares

Provisões	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	13.792	12.850	26.642	14.956	12.363	27.319
Provisão para Riscos Cíveis	1.726	12.571	14.297	3.745	3.400	7.146
Provisão para Riscos Fiscais	-	-	-	-	34.442	34.442
Provisão para Repartição de Créditos	584.390	-	584.390	415.306	-	415.306
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	730.399	730.399	-	603.213	603.213
Outras Provisões	28.146	-	28.146	36.340	-	36.340
TOTAL	628.053	755.820	1.383.873	470.347	653.419	1.123.766

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

R\$ milhares

Impostos	31/12/2016		31/12/2015	
	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	208.139	346.898	141.451	235.752
IPVA	3.150	15.750	4.465	22.323
ITCMD	10.454	-	11.315	-
TOTAL	221.742	362.648	157.231	258.075

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2016			31/12/2015		
	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL
Provisão para Benefícios Concedidos						
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	91.505.223	-	91.505.223	80.860.559	9.587	80.870.146
Contribuições dos Inativos	(3.077.666)	-	(3.077.666)	(2.083.505)	(135)	(2.083.640)
Contribuições dos Pensionistas	(632.823)	-	(632.823)	(536.739)	(15)	(536.754)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(77.942.643)	-	(77.942.643)	(70.154.259)	-	(70.154.259)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(9.121.693)	-	(9.121.693)	(8.086.056)	(479)	(8.086.535)
TOTAL - Benefícios Concedidos	730.399	-	730.399	-	8.956	8.956
Provisão para Benefícios a conceder						
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	108.394.692	-	108.394.692	83.625.073	2.012.228	85.637.301
Contribuições do Ente	(28.852.003)	-	(28.852.003)	(18.095.062)	(761.603)	(18.856.665)
Contribuições dos Ativos	(15.742.833)	-	(15.742.833)	(9.033.440)	(761.603)	(9.795.043)
Compensação Previdenciária	(7.604.730)	-	(7.604.730)	(8.362.507)	(100.611)	(8.463.118)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(56.195.126)	-	(56.195.126)	(48.134.064)	-	(48.134.064)
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano	-	-	-	-	205.846	205.846
TOTAL - Benefícios a Conceder	-	-	-	-	594.256	594.256
TOTAL	730.399	-	730.399	-	603.213	603.213

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2016 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 053/2014, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

- a) as hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial são:
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência Geral (IBGE, 2013);
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos (IBGE, 2013); e
 - » Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.
- b) a taxa de juros atuarial aplicada é de 0,00% para o fundo financeiro ao ano e atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2009;
- c) na avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;
- d) foi adotada a taxa de rotatividade de 1%;
- e) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA;
- f) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina para o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) estão posicionadas em dezembro de 2015.

Na avaliação atuarial do exercício de 2016, a cobertura da insuficiência financeira foi de R\$ 134,138 bilhões (R\$ 118,288 bilhões em 2015). O valor da insuficiência financeira fica registrado em conta própria de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência, excluindo-se assim o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária.

Comparativo da Insuficiência Financeira em Relação às Obrigações Atuariais

	R\$ milhares		
TÍTULOS	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	151.594.591	166.507.446	174.127.130
Cobertura da Insuficiência Financeira	134.137.769	118.288.323	153.981.197
IMPACTO RELATIVO	88,48%	71,04%	88,43%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Observa-se pela avaliação atuarial que, tomando-se por base a avaliação realizada no exercício de 2016, o custo do regime próprio de previdência será financiado 88,48% pelo Tesouro do Estado, voltando ao patamar de 2014.

Em 2016, a alíquota de contribuição do servidor foi majorada a 12% e a patronal a 24%. Em 2017, essas alíquotas serão 13% e 26%, e em 2018, 14% e 28%, respectivamente. As alterações de alíquotas foram promovidas pela Lei Complementar nº 662, de 11 de dezembro de 2015. Essa lei também extinguiu o Fundo Previdenciário e autorizou a transferência dos recursos existentes ao Fundo Financeiro.

29 Demais Obrigações

R\$ milhares

Demais Obrigações	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	73.574	207.402	280.976	74.531	278.511	353.042
Dividendos a Pagar	-	-	-	1.104	-	1.104
Consignações	120.447	-	120.447	31.020	-	31.020
Garantias	8.206	-	8.206	7.024	-	7.024
Depósitos Judiciais	5.529.321	158.002	5.687.323	5.148.611	135.751	5.284.362
Depósitos	137.663	-	137.663	111.586	-	111.586
Outras Obrigações	316.139	319.008	635.147	84.981	224.852	309.833
TOTAL	6.185.349	684.411	6.869.760	5.458.857	639.113	6.097.970

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina por conta da prestação de serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriados mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Também estão reconhecidos nesta rubrica no passivo não circulante os valores levantados a título de depósito judicial sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015.

A tabela abaixo demonstra a movimentação da conta que reconhece o passivo do Estado decorrente de levantamento dos depósitos judiciais.

R\$ milhares

Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça	
Saldo em 01/01/2016	135.751
Incorporação de Valores	
Levantamento do Depósito Judicial	24.014
Atualização Monetária do Passivo	73
Desincorporação de Valores	
Restituição ao Fundo (LC 151/2015)	(1.836)
Saldo em 31/12/2016	158.002

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Depósitos Judiciais

R\$ milhares

Depósitos Judiciais (por Unidade Gestora)	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Tribunal de Justiça do Estado	5.396.489	-	5.396.489	5.024.154	-	5.024.154
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	-	3	3	-	3
Diretoria do Tesouro Estadual	132.824	-	132.824	124.449	-	124.449
Administração do Porto de São Francisco do Sul	5	-	5	5	-	5
Encargos Gerais do Estado	-	158.002	158.002	-	135.751	135.751
TOTAL	5.529.321	158.002	5.687.323	5.148.611	135.751	5.284.362

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total contabilizado na conta de Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 5,396 bilhões, que equivale a 94,9%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários).

Depósitos

Entre os valores registrados nesta rubrica, destacam-se aqueles recebidos pelo FADESC referentes ao PRODEC¹². Ao final do contrato, esses valores são reconhecidos como receita orçamentária.

Conforme previsto na legislação¹³, os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contrapartida de recursos oriundos do Governo Federal ou repassados à SC Parcerias S.A.

Embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, permite a sua utilização para investimentos de alto interesse do Estado, havendo, portanto, o diferimento do reconhecimento de uma receita tanto sob o enfoque orçamentário quanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita significa dizer que houve o fato gerador dessa receita, que, sob a ótica orçamentária, é a arrecadação (artigo 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista seria o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não foi feito o seu reconhecimento.

30 Resultado Diferido

Registra-se, nesta rubrica, o diferimento da receita orçamentária. Em 2016, o acréscimo desta conta ocorreu em função dos valores repassados pelo FADESC à SC Parcerias S.A. (R\$ 22,6 milhões) e à BMW do Brasil (R\$ 92,9 milhões), e foi reduzida pela devolução de adiantamento de capital da SC Parcerias no montante de R\$ 102 milhões, conforme deliberação em Assembleia Geral pela redução do capital. Ao final do contrato de mútuo, as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação¹⁴ (vide nota explicativa nº 29). Em 2016, o resultado diferido totaliza R\$ 657,7 milhões.

¹² Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

¹³ Decreto Estadual nº 704/2007, artigo 14, §2º.

¹⁴ Lei Estadual nº 13.342/2005, artigo 9º, § 2º.

Patrimônio Líquido

Saldo Patrimonial

31 Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2016, substancialmente, em função de:

- a) mudança de práticas contábeis, inclusive:
 - » reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem.
- b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:
 - » ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes, devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e
 - » incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo a exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 22).

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

	R\$ milhares
Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	
a) Mudança de Práticas Contábeis	7.446.725
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	31.486
TOTAL	7.478.211

Fonte: Unidades Gestoras

No item de mudanças de práticas contábeis, destacamos o DEINFRA, que em 2016 avaliou bens de infraestrutura da classe “Rodovias Pavimentadas” no valor de R\$ 7,410 bilhões.

Passivos Contingentes

32 Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

	R\$ milhares	
Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996	2.433.045	2.166.920
Sentenças Judiciais Passivas em Trâmite	8.579.642	8.488.564
INVESC	6.184.204	6.146.366
DEINFRA	2.329.079	2.278.902
Udesc	12.704	9.443
Epagri	53.502	53.654
Santur	153	199
Dívida com a Celesc	20.016	32.903
Riscos Diversos	471.302	-
TOTAL	11.504.005¹⁵	10.688.387

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996 com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 delas.

INVESC

No ano de 1995, foram captados pela empresa Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R\$ 104,22 milhões, por meio da emissão de 10.000 debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 – PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC).

Celesc

Trata-se de dívida cobrada do Estado pela Celesc referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o Processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, de acordo com o protocolo de intenções ECP nº 03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

¹⁵ Foi observada uma diferença a maior de R\$ 3.314 milhares no valor constante no Balanço Patrimonial em 2016, decorrente de um registro duplicado nas contas de controle. A correção será realizada em 2017.



DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403.

Udesc

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

Riscos Diversos

Durante a implantação da funcionalidade referente ao controle dos Riscos Fiscais no módulo de Precatórios no SIGEF, a DICD julgou o risco de desembolso de algumas provisões reconhecidas no passivo, promovendo a sua baixa, e as inseriu como riscos fiscais, pois não existiam indícios de prováveis desembolsos financeiros por parte do Estado de Santa Catarina.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.



Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Aumentativas

33 Impostos e Transferências

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências). Os valores a seguir já consideram as deduções dessas receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares

TRIBUTOS	31/12/2016	31/12/2015
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	22.467.859	20.032.984
Taxas	823.820	744.770
TOTAL	23.291.679	20.777.754

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Impostos		
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	1.414.346	1.241.377
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.558.911	1.491.023
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	230.404	230.816
Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sob. Imóveis – ITBI	2	3
Sobre Operações Relativas à Circ. Merc. e Prest. Serv. Trans. Interest. Interm. e Com.- ICMS	19.264.196	17.069.764
TOTAL	22.467.859	20.032.984

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Taxas		
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.976	2.001
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	17.554	7.908
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	3.448	3.549
Taxa de Prevenção de Sinistro	1.204	1.311
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	7.886	3.709
Taxa de Serviços Gerais	528.382	491.565
Emolumentos e Custas Judiciais	221.384	193.466
Taxa Judiciária	7.509	6.701
Taxa de Registro de Veículo	33.798	33.826
Taxa de Segurança Preventiva	679	733
TOTAL	823.820	744.770

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intergovernamentais	4.746.270	4.340.698
Transferências das Instituições Privadas	677.569	1.606.835
Transferências do Exterior	19	4
Transferências de Pessoas Físicas	1.125	516
Outras Transferências e Delegações Recebidas	486.524	639.946
TOTAL	5.911.506	6.587.999

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Detalhamento da Renúncia de Receita

R\$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Isenção em Caráter não Geral	-	90.919	-	-	90.919
Outros Benefícios Diferenciados	21.048	-	-	-	21.048
Total da Renúncia	21.048	90.919	-	-	111.967

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Valores apurados de janeiro a novembro pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (DIAT/SEF). Os valores referentes ao mês de dezembro não são reconhecidos contabilmente, pois as informações são apuradas e informadas após o fechamento contábil do exercício.

Em dezembro, o valor apurado da renúncia é de R\$ 57.096 milhares, sendo assim distribuídos:

R\$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Remissão	53.031	76	4	-	53.110
Outros Benefícios Diferenciados	3.986	-	-	-	3.986
Total da Renúncia	57.016	76	4	-	57.096

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Portanto, o valor total apurado e informado pela DIAT/SEF em 2016 passível de evidenciação nestas notas explicativas é R\$ 169.063 milhares.

34 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi positivo de R\$ 613,192 milhões ante um resultado negativo em 2015 de R\$ 1,434 bilhão, o que gera uma variação positiva de aproximadamente 143%. Grande parte desse bom desempenho foi decorrente do resultado financeiro, tendo em vista que as variações patrimoniais diminutivas financeiras caíram, em 2016, 22,85%, enquanto as variações patrimoniais aumentativas financeiras cresceram 94,55%, contribuindo significativamente para o superavit patrimonial do período.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações/desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas/despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.



Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016	31/12/2015
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	37.796.508	49.536.466
4.9.7.1.1.03.00.00 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	37.669.322	49.704.491
TOTAL	(127.186)	168.025

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016	31/12/2015
3.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.474.644	4.503.855
4.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.700.571	1.902.084
TOTAL	225.927	(2.601.771)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016	31/12/2015
3.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas	9.901.678	9.066.627
4.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas	5.911.506	6.587.999
TOTAL	(3.990.172)	(2.478.628)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016	31/12/2015
3.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Negativo de Participações	31.460	112.732
4.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Positivo de Participações	164.151	172.009
TOTAL	132.691	59.277

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

35 Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferentes do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 337,132 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais.

Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$ milhares

BALANÇO PATRIMONIAL/ BALANÇO FINANCEIRO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.217.933	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	3.615.022
-----	-----	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609
-----	-----	Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.523
TOTAL	9.217.933	TOTAL	3.952.154

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

36 Outros Ingressos Operacionais/ Outros Desembolsos Operacionais

Estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

37 Variação do Patrimônio Líquido no Período

O Patrimônio Líquido do Governo do Estado de Santa Catarina variou positivamente no ano de 2016 no montante de R\$ 8,091 bilhões, saindo de R\$ 1,054 bilhão para R\$ 9,146 bilhões. O fator que mais contribuiu para o aumento do patrimônio líquido foi o procedimento de avaliação inicial das rodovias pavimentadas do Estado.

Balanço Orçamentário (BO)

38 Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias do período corresponderam a R\$ 1,570 bilhão e foram arrecadadas no Poder Executivo, sendo R\$ 1,560 bilhão de receitas correntes e R\$ 9,906 milhões de receitas de capital.

Detalhamento da despesa intraorçamentária

R\$ milhares

Poder/Órgão	Despesa Intraorçamentária			
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
Executivo	981.894	300.867	3.109	1.285.871
Legislativo	56.313	3.141	-	59.454
Judiciário	145.335	9.852	-	155.187
Ministério Público	66.885	1.204	-	68.088
Consolidado Geral	1.250.427	315.064	3.109	1.568.600

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

39 Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

R\$ milhares

Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	2016
Vinculados à Saúde	162.321
Vinculados à Educação	136.375
Vinculados à Previdência	575.284
Demais Vinculações	428.217
Recursos Ordinários	462.182
TOTAL	1.764.379

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total das despesas executadas no ano de 2016, o valor de R\$ 1,764 bilhão foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em anos anteriores.

40 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 104,687 milhões e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (24,284 bilhões) e a despesa empenhada (24,180 bilhões).

Balanço Financeiro (BF)

41 Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 1,218 bilhão e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 9,218 bilhões) e no início do ano (R\$ 8 bilhões).

42 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG/SEF) foi provocada a se manifestar no Processo SEF nº 10.537/2016 acerca dos registros patrimoniais e financeiros decorrentes da Lei Estadual nº 17.053, de 20 de dezembro de 2016, que dispõe sobre os efeitos das operações de doações efetuadas por contribuintes do ICMS com base em convênios autorizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em contrapartida à fruição de benefícios fiscais.

O art. 1º da lei em comento estabeleceu que as doações efetuadas ao Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL), instituído pela Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, por empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado seja controlador ou acionista majoritário, na qualidade de contribuinte do ICMS, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela SEF, autorizados por convênio aprovado pelo CONFAZ, serão consideradas como receitas tributárias para efeitos de distribuição dos percentuais sobre a Receita Líquida Disponível (RLD) aos Poderes e Órgãos estaduais, na forma prevista nas leis de diretrizes orçamentárias, bem como para repasse aos municípios e aplicação em educação e saúde.

O reconhecimento dos efeitos patrimoniais e financeiros nas demonstrações contábeis de 2016 tornou-se impraticável, tendo em vista que, até a data de apresentação dessas demonstrações, o processo de mensuração dos valores ainda não tinha sido finalizado e analisado por todas as áreas competentes, inclusive o TCE/SC, como prevê o § 5º do art. 1º da Lei nº 17.053/2016.

Até o momento, a DCOG/SEF estima que a redução no patrimônio estadual poderá ser em torno de R\$ 248,750 milhões.

Os valores a serem repartidos com Poderes e Órgãos autônomos não impactam o patrimônio líquido do Estado, pois são desconsiderados no processo de consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Assim que houver a conclusão do processo de mensuração dos valores, a DCOG/SEF providenciará o reconhecimento nas demonstrações contábeis.

O sonho de Tóquio

Jéssica Maier, atleta olímpica da ginástica rítmica, natural de Timbó

Quando tinha sete anos, Jéssica Maier desenhou uma ginasta se apresentando numa quadra com a bandeira do Brasil e o símbolo dos Jogos Olímpicos ao fundo. Quinze anos depois, no dia 20 de agosto de 2016, a cena se materializou na Arena Olímpica dos Jogos do Rio. Capitã da equipe brasileira de ginástica rítmica, Jéssica entrou no tablado para a sua primeira Olimpíada. Ela conta que só conseguia sentir uma felicidade imensa. Na plateia, os pais, o namorado e milhares de torcedores foram ao delírio com a coreografia executada ao som de Aquarela do Brasil. Na sua trajetória como ginasta, teve muita dor. Tanto que, em 2013, Jéssica chegou a desistir do seu sonho. Ela largou os treinos da Confederação Brasileira de Ginástica e voltou para Timbó, sua cidade natal. A frustração por ter sido cortada uma semana antes do Pan-Americano de Guadalajara em 2011, devido a uma lesão, ainda não havia sido superada. Mas com a insistência da técnica Ana Paula Mohr, de Blumenau, Jéssica voltou a treinar. Em 2015, retornou à seleção e foi ao Pan-Americano de Toronto, ajudando o Brasil a conquistar o ouro. Nas Olimpíadas do Rio, a equipe ficou em 9º lugar. Para Jéssica, ficou o gosto de que “podemos mais”. Tóquio 2020 que a aguarde.

SANTA CATARINA EM 2016

Análise das Demonstrações Contábeis



Análise

A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Estado, auxiliando no processo de tomada de decisão. Essa análise observa a evolução de indicadores nos últimos dois anos. A variação entre um ano e o anterior é denominada análise horizontal, sendo identificada com o termo H%.

Os indicadores estão divididos em cinco partes: Indicadores do Balanço Patrimonial, Análise da Execução Orçamentária, Análise do Balanço Financeiro, Análise das Variações Patrimoniais e Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos publicados no capítulo “Demonstrações Contábeis”, que apresenta os valores consolidados do Estado.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

As análises desconsideraram, no Ativo e no Passivo, os valores da fonte 9.9.99 (fonte extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

A seguir, apresentam-se alguns conceitos definidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela Lei nº 4.320/64, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e por outras literaturas da área, com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão da metodologia estruturada nas Demonstrações Contábeis do Balanço Geral.

Ativo – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Abrange as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Patrimônio Público – é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Ativo Circulante – compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Permanente – compreende os bens, os créditos e os valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Ativo Financeiro – compreende os créditos e os valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.

Passivo Circulante – compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Permanente – compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Passivo Financeiro – compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Variações Patrimoniais – são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Elas são divididas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, subdividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) – são variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) – são variações patrimoniais que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Balanço Patrimonial – evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superavit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente nele; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários. Ressalta ainda que alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.

Análise do Balanço Patrimonial

Situação financeira

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Situação Financeira ^{1,2,3}	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	(7.999.954 + 730.590 - 5.193.026) ÷ (5.855.450 - 5.193.026) (R\$ milhares)	5,34	-8%	(9.217.933 + 337.348 - 5.602.911) ÷ (6.403.804 - 5.602.911) (R\$ milhares)	4,93	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit financeiro. = 1 Há o equilíbrio da situação financeira. > 1 Há superavit financeiro. < 1 Há deficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado teve superavit financeiro nos anos analisados, o que indica que está com capacidade para arcar com seus compromissos do passivo financeiro.

Nota 1: no Ativo Financeiro, foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (2016: R\$ 9.217.933 - Nota 10) e Investimentos e Aplicações Temporárias (2016: R\$ 337.348 - Nota 18).

Nota 2: em todos os anos, foram desconsiderados os valores de operações intra no processo de consolidação (Nota 5).

Nota 3: no Ativo e no Passivo, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Liquidez Corrente ^{1,2}	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	(11.750.617 - 5.193.026) ÷ (7.564.527 - 5.193.026) (R\$ milhares)	2,77	14%	(13.358.375 - 5.602.911) ÷ (8.054.247 - 5.602.911) (R\$ milhares)	3,16	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. = 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. > 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. < 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo nos anos analisados.

Nota 1: em todos os anos, foram desconsiderados os valores de operações intra no processo de consolidação (Nota 5).

Nota 2: no Ativo e no Passivo, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Endividamento

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Composição do Endividamento²	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo não Circulante	(7.564.527 - 5.193.026) ÷ (7.564.527 + 21.547.858 - 5.193.026)	0,10	-5%	(8.054.247 - 5.602.911) ÷ (8.054.247 + 23.446.482 - 5.602.911)	0,09	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. < 1 Indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Conclusão: quanto menor, melhor.	O Estado apresenta a maior parte da sua dívida no longo prazo, ou seja, não exigível no próximo exercício.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total³	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo ÷ Ativo Total	(970.308 + 17.277.421) ÷ (30.166.650 - 5.193.026)	0,73	-24%	(582.709 + 18.838.625) ÷ (40.646.397 - 5.602.911)	0,55	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas com instituições financeiras. = 1 Indica que a totalidade dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas. > 1 Indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado. < 1 Indica que uma parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas. Conclusão: quanto menor, melhor.	Nos anos analisados, as dívidas onerosas com instituições financeiras comprometeram uma parcela dos ativos do Estado. Em 2016, foram 55% e, em 2015, 73% dos ativos.
Dívida Onerosa Líquida⁴	Disponível ÷ Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos	(7.999.954 + 730.590 - 5.193.026) ÷ (970.308 + 17.277.421)	0,19	5%	(9.217.933 + 337.348 - 5.602.911) ÷ (582.709 + 18.838.625)	0,20	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face à sua dívida onerosa. = 1 Indica equilíbrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. > 1 Indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Indica falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado não apresenta disponibilidade para honrar com o total da sua dívida onerosa com instituições financeiras.

Nota 1: em todos os anos, foram desconsiderados os valores de operações intra no processo de consolidação (Nota 5).

Nota 2: no Passivo, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Nota 3: no Ativo Total, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Nota 4: no Disponível, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Análise do Balanço Orçamentário

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Quociente de Execução da Receita	Receita Executada ÷ Receita Prevista	22.741.779 ÷ 24.816.449 (R\$ milhares)	0,92	3%	24.284.266 ÷ 25.751.796 (R\$ milhares)	0,94	O indicador permite avaliar a precisão do orçamento. = 1 A receita executada é igual à prevista. > 1 A diferença representa excesso de arrecadação. < 1 Há arrecadação menor do que o previsto. Conclusão: quanto maior que 1, melhor.	O Estado arrecadou menos do que o previsto em orçamento. Apesar disso, em 2016 ocorreu uma diminuição dessa diferença.
Quociente de Execução da Despesa	Despesa Executada ÷ Dotação Atualizada	22.979.637 ÷ 28.514.891 (R\$ milhares)	0,81	2%	24.284.266 ÷ 29.539.421 (R\$ milhares)	0,82	Avalia a eficácia do orçamento no tocante à fixação da despesa. = 1 Há equilíbrio da execução da despesa. > 1 Foi utilizada dotação sem autorização legal. < 1 Há economia orçamentária. Conclusão: quanto menor que 1, melhor.	O Estado apresentou economia na realização de despesas, ou seja, utilizou menos recursos do que foi autorizado em orçamento.
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Executada ÷ Despesa Executada	22.741.779 ÷ 22.979.637 (R\$ milhares)	0,99	1%	24.284.266 ÷ 24.179.579 (R\$ milhares)	1,00	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit orçamentário. = 1 Há equilíbrio do resultado orçamentário. > 1 Há superavit orçamentário na execução. < 1 Há deficit orçamentário na execução. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado apresentou superavit orçamentário em 2016, o que significa que as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas executadas. Quando se analisa 2015, observa-se o contrário, quando o Estado apresentou um deficit orçamentário, sendo que as despesas executadas foram maiores do que as receitas arrecadadas.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente ÷ Despesa Corrente	21.456.266 ÷ 20.205.274 (R\$ milhares)	1,06	-1%	22.907.014 ÷ 21.698.671 (R\$ milhares)	1,06	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receita de capital. = 1 Há equilíbrio da execução orçamentária corrente. > 1 Há superavit orçamentário corrente. < 1 Há deficit orçamentário corrente, indicando que será necessário utilizar receita de capital para supri-la dos recursos requeridos. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado arrecadou receitas correntes suficientes para arcar com as despesas correntes, portanto não foi necessária a utilização de receitas de capital para financiar as despesas correntes.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Receita de Capital ÷ Despesa de Capital	1.285.513 ÷ 2.774.363 (R\$ milhares)	0,46	20%	1.377.253 ÷ 2.480.908 (R\$ milhares)	0,56	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit de capital. = 1 Há equilíbrio da execução orçamentária de capital. > 1 Existe superavit orçamentário de capital, demonstrando ter ocorrido alienação de bens e de valores e, portanto, diminuição do patrimônio ou operação de crédito. < 1 Existe deficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para a cobertura de despesa de capital. Conclusão: o ideal é igual ou menor que 1.	O Estado não arrecadou receitas de capital suficientes para arcar com as despesas de capital executadas, havendo utilização de receitas correntes para cobertura de despesas de capital.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais ¹	Total das Variações Aumentativas	81.805.963	0,98	3%	73.854.708	1,01	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit patrimonial. = 1 A situação patrimonial está equilibrada. > 1 Há superavit patrimonial no exercício. < 1 Há deficit patrimonial no exercício. Conclusão: quanto maior, melhor.	Em 2016, o Estado apresentou um superavit patrimonial, quando em 2015 havia apresentado um deficit patrimonial.
	Total das Variações Diminutivas	83.239.628			73.241.517			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			

Nota 1: em todos os anos, foram desconsiderados os valores de operações intra no processo de consolidação (Nota 5).

Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária	22.741.779	0,99	1%	24.284.266	1,00	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit na execução orçamentária e financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. = 1 Há equilíbrio da execução orçamentária e financeira, considerando-se o regime de caixa. > 1 Há superavit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se o regime de caixa. < 1 Há deficit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se o regime de caixa. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado teve um superavit na execução de 2016, quando em 2015 havia apresentado um deficit na execução.
	Despesa Orçamentária Paga	22.979.637			24.179.579			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			
Quociente da Execução Extraorçamentária	Receita Extraorçamentária	15.384.679	1,07	0%	18.139.135	1,07	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit extraorçamentário. = 1 Há equilíbrio na execução extraorçamentária. > 1 Há superavit extraorçamentário. < 1 Há deficit extraorçamentário. Conclusão: o ideal é igual a 1.	Os recebimentos a título de receitas extraorçamentárias foram superiores às despesas da mesma natureza, o que demonstra superavit extraorçamentário.
	Despesa Extraorçamentária	14.388.216			17.025.843			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte	7.999.954	1,11	4%	9.217.933	1,15	Indica se no período ocorreu superavit ou deficit financeiro. = 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período. > 1 Há superavit financeiro. < 1 Há deficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado apresentou superavit financeiro nos anos analisados.
	Saldo do Exercício Anterior	7.239.307			7.999.954			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2015		H%	2016		Interpretação	Análise
Quociente da capacidade de amortização da dívida ^{1,2}	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	1.231.648	0,05	-19%	1.086.383	0,04	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado está gerando poucos recursos para o pagamento de suas dívidas.
	Total do Passivo	(29.112.385 - 5.193.026)			(31.500.729 - 5.602.911)			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			
Quociente da atividade operacional	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	1.231.648	8,08	-68%	1.086.383	2,61	Indica quanto da parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais. Conclusão: quanto maior, melhor.	O Estado gerou em 2016 com as suas atividades operacionais R\$ 2,61 para cada R\$ 1,00 do total da geração líquida de caixa.
	Total de Geração Líquida de Caixa	152.374			415.452			
		(R\$ milhares)			(R\$ milhares)			

Nota 1: em todos os anos, foram desconsiderados no Total do Passivo os valores de operações intra no processo de consolidação (Nota 5).

Nota 2: no Passivo, foram desconsiderados os valores da fonte 9.9.99 (2015: R\$ 5.193.626 e 2016: R\$ 5.602.911 - Fonte Extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**